

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História

**Impressões de um Tempo:
a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca
no Rio de Janeiro (1747-1750)**

Jerônimo Duque Estrada de Barros

Niterói

2012

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

Jerônimo Duque Estrada de Barros

Impressões de um Tempo:
a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Niterói
2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B277 Barros, Jerônimo Duque Estrada de.
Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da
Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750) / Jerônimo Duque Estrada de
Barros. – 2012.
183 f.
Orientador: Rodrigo Bentes Monteiro.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento
de História, 2012.
Bibliografia: f. 148-164.

1. Brasil. 2. Período colonial, 1500-1822. 3. Fonseca, Antônio
Isidoro da. 4. Cultura. 5. Letras. 6. Censura. 7. Rio de Janeiro (RJ);
século XVIII. I. Monteiro, Rodrigo Bentes. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.
CDD 981.032

Dissertação defendida e aprovada em abril de 2012

Pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Torres Megiani
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Ronald Raminelli
Universidade Federal Fluminense – UFF

Niterói
2012

Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso é, indubitavelmente, o livro. Os outros são extensões de seu corpo. O microscópio e o telescópio são extensões da visão; o telefone é o prolongamento da voz; seguem-se o arado e a espada extensões do seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é a extensão da memória e da imaginação.

Jorge Luís Borges

Para minha esposa Raquel, sem o seu amor nada teria razão.

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado resulta de uma trajetória iniciada na graduação; vê-la em forma final traz um sentimento profundo de realização, mas marca também o início de novos desafios.

Agradeço especialmente ao CNPq, que possibilitou a realização da pesquisa. Esta dissertação também não seria possível sem a intensa dedicação e os incentivos de Rodrigo Bentes Monteiro, orientador de conduta irreparável que me acompanha desde os tempos da graduação. Depois de tantos anos de convivência posso dizer que além de admirá-lo como mestre, tenho orgulho de ser seu amigo.

As aulas no primeiro ano de mestrado de Giselle Venâncio, Maria Fernanda Bicalho, Luciano Figueiredo e Beatriz Catão Santos foram essenciais ao desenvolvimento do projeto; lembro também dos funcionários do PPGH-UFF, prestativos e competentes. Agradeço a Ronald Raminelli e Íris Kantor pela leitura apurada no exame de qualificação, com ótimas indicações e disposição em auxiliar. Meu muito obrigado também a Márcia Almada e Valeria Gauz, pelo debate de ideias essenciais a vários aspectos deste trabalho. Tiago Reis Miranda, por intermédio do orientador, indicou-me um documento inédito.

Em Minas Gerais devo imensa gratidão a Giovane Luiz Lobo Neiva, prefeito de Catas Altas da Noruega, que com perspicácia e integridade encontrou e fez restaurar um documento importante da história da tipografia no Rio de Janeiro. Espero ser digno da confiança depositada em nome da pequenina e charmosa cidade histórica. Devo agradecer aos membros do CECOR da UFMG, e ao padre Élton e a dona Zita, da biblioteca da FAJE em Belo Horizonte, bem como a tia Biluca, Juliana e Navir, pela divertida hospitalidade. Em São Paulo agradeço a Sílvia, funcionária da Biblioteca Padre Antônio Vieira, e aos amigos Sebastião e Dirce, intensos, amorosos e repletos de boas histórias. No Rio, aos amigos Luiz Otávio, Glaydson, Gustavo, Pedro, Marquito, Raphael, André e Clara, Fillipe, Luís Gustavo e Juliana, André Castro e Juliana Caetano, Luana, Gabriela, Alê e Victor, Paulinha, Vinícius, Mazzei, Thiago Flores, Ian, Renan e Caio e ao grupo Riomar Capoeira, obrigado pelos momentos de alegria e descontração.

Obrigado também a “minha família” Silva, com Eliane, Bárbara, Bia e Duda. Aos irmãos Teresa, Gil, Lourenço e Cristóvão, com quem posso contar sempre. A Paula e ao pequeno Joaquim, pelas agitadas manhãs de domingo. A Diná e Raíssa, sem vocês nada seria possível. Meus pais José Antônio e Maria Eugênia, com os quais aprendi a amar o Rio de Janeiro e os livros; esta pesquisa é uma ínfima retribuição de tudo o que fizeram e fazem por mim. Aos avós Décio e Heloísa, que torcem tanto.

Por último, um agradecimento especial a Raquel Silva Simon, esposa, namorada e melhor amiga que nunca deixou de acreditar. Mulher guerreira e apaixonada pela vida, suas força e alegria são contagiantes, como o seu sorriso, fazendo-me seguir em frente.

Resumo

Esse estudo contextualiza a implantação e a repressão de uma oficina tipográfica instalada no Rio de Janeiro entre 1747 e 1749, dirigida por Antônio Isidoro da Fonseca, até então um tipógrafo estabelecido em Lisboa. Valendo-se de recentes discussões acerca da cultura letrada, da circulação de livros e do controle de impressos na América portuguesa, a dissertação debate historiograficamente o tema, buscando renovar paradigmas explicativos. A análise tenta apreender os sentidos da política de controle do discurso impresso nas sociedades luso-americanas de meados do século XVIII. Ademais, situa a função do impresso no processo de colonização e manutenção dos poderes centrais nessa específica e ascendente região ultramarina. Prioriza também a análise documental referente à tipografia fluminense. Revisitando documentos conhecidos e adicionando outros, o estudo problematiza antigas percepções e formula novas interpretações do episódio. Desse modo o funcionamento da tipografia no Rio de Janeiro insere-se no contexto sociocultural daquela praça colonial. A reprodução impressa relaciona-se assim aos hábitos gerais da população que, fomentada pela pujança comercial da cidade, vivia uma intensa urbanização, abrigando ainda disputas entre os seus poderes na primeira metade do Setecentos.

Palavras-chave: América portuguesa – Antônio Isidoro da Fonseca – cultura letrada – censura literária – Rio de Janeiro – século XVIII – tipografia

Abstract

This study contextualizes the implementation and repression of a typographic printing press installed in Rio de Janeiro between 1747 and 1749, directed by Antonio Isidoro da Fonseca, until then a typographer based in Lisbon. Drawing on recent debates about the literary culture, the circulation of books and printed control on the Portuguese America, the dissertation historiographically debate the subject, seeking to renew explanatory paradigms. The analysis attempts to understand the meanings of political control of the speech printed in the Luso-American societies in the mid-eighteenth century. Moreover, located the function of the printed paper in the process of colonization and maintenance of the central powers in this specific area and overseas. Also prioritizes the documentary analysis relating to the Rio's typography. Revisiting known documents and adding others, the study discusses old perceptions and formulate new interpretations of the episode. Thus the functioning of the typographic printing press in Rio de Janeiro is part of the sociocultural con-

text of this colonial square. The print reproduction is therefore related to the habits of the general population, fueled by the city's commercial strength, lived an intense urbanization, housing still disputes between their powers in the first half of the eighteenth century.

Key words: Antonio Isidoro da Fonseca – book's censorship – eighteenth century – literary culture – Portuguese America – Rio de Janeiro – typography

Resumé

Cette étude met en contexte la mise en œuvre et la répression d'un atelier typographique à Rio de Janeiro entre 1747 et 1749, réalisé par Antonio Isidoro da Fonseca, jusque-là un typographe basée à Lisbonne. S'appuyant sur les récents débats sur la culture littéraire, la circulation des livres et le contrôle des imprimés à l'Amérique portugaise, la thèse fait un débat historiographique du sujet cherchant à renouveler les paradigmes explicatifs. L'analyse s'attache à comprendre les significations de contrôle politique de la parole imprimée dans les sociétés luso-américains dans le milieu du XVIIIe siècle. De plus, situe la fonction du imprimé dans le processus de la colonisation et l'entretien des pouvoirs centraux dans ce domaine spécifique et jusqu'à l'outremer. Priorise également l'analyse documentaire relative à la typographie de Rio. Revisitant les documents connus et en ajoutant d'autres, l'étude examine les perceptions anciennes et formule de nouvelles interprétations de l'épisode. Ainsi, le fonctionnement d'une typographie à Rio de Janeiro fait partie du contexte socio-culturel de cette place colonial. La reproduction est donc liée à des habitudes générales de la population que, propulsé par la force commerciale de la ville, a vécu une intense urbanisation, abritant toujours conteste entre leur pouvoirs dans la première moitié du XVIIIe siècle.

Mots-clés: Amérique portugaise – Antonio Isidoro da Fonseca – censure littéraire – culture littéraire – Rio de Janeiro – typographie – XVIIIe siècle

Abreviaturas

PPGH-UFF:	Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense
CECOR:	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais
FAJE:	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
BNB:	Biblioteca Nacional do Brasil
ABN:	Anais da Biblioteca Nacional
IHGB:	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
NYPL:	New York Public Library
JCBL:	John Carter Brown Library
CUA:	Catholic University of America
BGUC:	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
USP:	Universidade de São Paulo
CBM:	Coleção Barbosa Machado
BHI:	Biblioteca Histórica do Itamaraty
SEPLAN:	Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Sumário

Introdução	11
-------------------------	----

Capítulo I

Antigos problemas e novas abordagens	23
---	----

1. A nova história do livro e da leitura no Brasil colonial	23
1.1 A tipografia de 1747 e a renovação historiográfica	26
2. O “universo dos livros” no Rio de Janeiro na primeira metade do Setecentos	29
3. A repressão à oficina de Isidoro da Fonseca	35
3.1 O paradigma pombalino de controle do livro e da leitura e o ultramar	42
3.2 A censura tríplice no Portugal moderno	52
4. Os impressos na cultura política lusa e no ultramar	59

Capítulo II

As fontes e o tempo	68
----------------------------------	----

1. Isidoro da Fonseca e as obras publicadas por Fernandes Alpoim	69
2. Trabalhos há muito reconhecidos como frutos da oficina do Rio de Janeiro	72
2.1 <i>Conclusiones Methaphysicas</i>	73
2.2 <i>Relação da Entrada</i>	75
2.3 <i>Em Aplauso do Excellentíssimo, e Reverendíssimo</i>	76
2.4 A ordem e a carta régias de 1747	77
2.5 Petição ao Conselho Ultramarino	78
3. A historiografia brasileira e a ausência de pesquisas	79
4. Novos documentos e a revisão histórica	85

4.1 Repressão inquisitorial	85
4.2 <i>Relação da Entrada</i> em análise comparada	89
4.3 <i>Dissertationes Theologicas</i>	99
4.4 <i>Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario</i>	105

Capítulo III

O Rio de Janeiro, sua cultura letrada e os usos do impresso

111

1. Um ambiente letrado	113
2. Negócios e cidadãos	120
3. Elites em instrução	129
4. O cenário de representações	135

Conclusão

147

Fontes e Bibliografia

148

Anexos

165

Introdução

Este trabalho trata dos últimos anos de atuação profissional de Antônio Isidoro da Fonseca. Nascido no arcebispado de Braga, o tipógrafo já estava ativo em Lisboa desde 1728, segundo Diogo Barbosa Machado¹. Comprovadamente produzindo na corte desde 1735, foi até 1739 impressor do duque estribeiro-mor D. Jaime de Melo. Ainda não é clara a natureza deste título e dessa relação. Não sabemos como terminaram os laços entre o impressor e o duque, mas Isidoro continuou a imprimir vários documentos em Lisboa até ao menos 1745. Apesar de não ter obtido um privilégio de impressão – forma como garantia-se o monopólio de produção de documentos, ligando-se a instituições ou personagens –, Isidoro da Fonseca teve no período certa expressão em seu ofício².

Em pesquisa à coleção Barbosa Machado, constituída durante o século XVIII em Portugal, Rodrigo Bentes Monteiro e Pedro Cardim informam que ao menos 2% dos folhetos deste grande acervo documental exibem o nome do tipógrafo-objeto desta dissertação. Algo relevante quando notamos a abrangência do referido conjunto. Reunindo aproximadamente 3.185 folhetos, nele só é possível identificar, entre os opúsculos que ostentam o nome do seu tipógrafo, doze impressores portugueses com percentual igual ou superior ao de Isidoro da Fonseca na referida coleção, num período largo de tempo, desde o início do século XVI até os anos 1770³. Além do aspecto quantitativo, Antônio Isidoro imprimiu várias obras significativas no período. Foi, por exemplo, impressor de Antônio José da Silva, poeta e autor de peças teatrais, conhecido pela alcunha de *O Judeu*, perseguido pela Inquisição e executado na fogueira num auto-de-fé em 1739⁴. A relação entre o autor e o tipógrafo rendeu suspeitas, nunca confirmadas, de que o próprio Isidoro da Fonseca fosse cris-

-
- 1 *Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronológica na qual Compreende a Notícia dos Autores Portugueses e das Obras que Compuseram Desde o Tempo da Promulgação da Lei da Graça até o Tempo Presente ...* Lisboa, Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, v 3, p. 174-177. Para mais informações a respeito da questão, ver: Jair Norberto Rattner *Levantamento das Obras Impressas por António Isidoro da Fonseca Existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 7. A respeito da origem de Isidoro da Fonseca ver: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 30, fl. 349, 1723-1749. Documento reproduzido em: Alberto Dines, “Aventura e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca”, Dines et alii (orgs.), *Em Nome da Fé. Estudos in memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 83-84.
 - 2 Rattner, op. cit., p. 7-8. A respeito da importância da aquisição de direitos de exclusividade e privilégios de impressão para o mercado tipográfico no Portugal moderno ver: Ana Paula Torres Megiani, “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”, Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado & Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 131-151.
 - 3 Rodrigo Bentes Monteiro & Pedro Cardim, “Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado”, Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho & Jorge Flores (orgs.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 86-93.
 - 4 Antônio José da Silva, *As Comédias de Antônio José, o Judeu: Vida de D. Quixote, Vida de Esopo, Anfitrião e Guerras de Alecrim*, introdução, seleção e notas de Paulo Roberto Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 27.

tão-novo⁵. Na sua oficina lisboeta imprimiu também o primeiro volume da *Bibliotheca Lusitana ...* de Diogo Barbosa Machado, obra seminal da bibliografia portuguesa no Antigo Regime, produzida a partir de 1741. Teria também publicado em sua “primeira” oficina as obras teatrais de Francisco José Freire, o Cândido Lusitano, as *Obras* do diplomata do século XVII Duarte Ribeiro de Macedo, além de vários trabalhos do padre José Barbosa, irmão de Diogo Barbosa Machado e cronista oficial da casa de Bragança. E ainda a segunda edição de *Notícias de Portugal*, originalmente escritas por Manuel Severim de Faria; as *Memórias Históricas dos Grandes de Portugal*, de D. Caetano do Bem; os *Séculos da Religião* e o *Claustro Franciscano*, de Apolinário da Conceição e *A Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade⁶.

Não temos notícias de folhetos produzidos pela sua oficina em Lisboa posteriores a 1745. Em 1746 a Inquisição produziu um termo de compromisso para que todos os impressores da corte o assinassem, comprometendo-se a não imprimir sem as devidas licenças do Santo Ofício. O nosso impressor, apesar de há décadas solidamente estabelecido na cidade, não assinou o termo, indicando que naquela data não comandava mais uma oficina no reino. Os documentos produzidos por ele em seguida foram impressos no Rio de Janeiro, a partir de 1747, na sua chamada “segunda” oficina⁷. Motivado por problemas financeiros, ou instigado por uma oportunidade de negócios, o tipógrafo encaminhou-se para a cidade de São Sebastião e produziu alguns folhetos, até que, em razão de reações contrárias a essa iniciativa, viu-se forçado a retornar a Portugal em 1749. No reino, enviou ainda no mesmo ano uma petição ao Conselho Ultramarino, solicitando permissão para retomar suas atividades no Novo Mundo, mas teve o pedido negado em 1750⁸.

Apesar de vários autores terem se debruçado sobre a questão, não é possível determinar qual teria sido o motivo principal para o estabelecimento do impressor no Rio de Janeiro. Não podemos afirmar se a tipografia fluminense foi parte de algum projeto pessoal ou institucional de potentados locais. Nem sabemos se foi simplesmente uma maneira ousada do profissional escapar de dívidas no reino, ou ainda um plano ambicioso de absorção de um mercado periférico, porém ascendente. Preferimos então focar nossas atenções na trajetória profissional de Isidoro da Fonseca na América, expressa nos documentos impressos no Rio de Janeiro. Procuramos demonstrar que a inserção da imprensa tipográfica esteve ligada a vários poderes locais importantes, expressando a for-

5 Segundo Laurence Hallewell, a dúvida teria sido divulgada pelos estudos de Félix Pacheco e Capistrano de Abreu. *O Livro no Brasil, Sua História*, São Paulo, Edusp, 1985, p. 14.

6 Ver, entre outros, Rattner, op. cit., p. 7; Hallewell, op. cit., p.14 e Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, Brasília/Rio de Janeiro, Briquet Lemos/Casa da Palavra, 1998, p. 171.

7 Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2005, p. 915.

8 “Requerimento de António Isidoro da Fonseca ao rei [D. João V] em que pede licença para voltar a estabelecer uma imprensa nas cidades do Rio de Janeiro ou da Baía. Indeferido por despacho de 25 de Maio de 1750”, *Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro, cat. 14762. Ver: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/03/primeira-imprensa-joanina-no-brasil.html>. Acesso em 24/03/2012. Ver anexo XII.

ma pela qual aquele mercado colonial podia desenvolver-se. As ligações entre a oficina tipográfica e a elite local aqui são interpretadas não como a evidência da escassez de demandas por leitura, consequentemente por impressos naquele mundo, mas como reflexos do relativo cultivo e do desenvolvimento local de uma cultura escrita, entendida em aspecto amplo.

Esta pesquisa sugere que, chegando ao Rio de Janeiro entre 1746 e 1747, Antônio Isidoro da Fonseca tenha primeiramente servido aos jesuítas do Real Colégio das Artes, localizado no extinto morro do Castelo. Há dois documentos ligados aos inicianos que sobreviveram ao tempo⁹. É possível que o tipógrafo tenha produzido mais obras do gênero, provavelmente perdidas na expulsão da ordem em 1759. Ambos os opúsculos foram escritos em latim e carregam a expressão: “Flumini. Januari Ex secunda Typographia Antonii Isidorii da Fonseca // Anno Domini M.DCC.LXVII”¹⁰. Num deles há uma dedicatória a João Gonçalves Fraga, contratador de ouro nas Minas Gerais. Fica indicada a possibilidade de alguma relação entre os envolvidos na produção deste documento e o contratador, intitulado comendador de S. Salvador de Lavra e cavaleiro da Ordem de Cristo, descrito como benfeitor nas regiões mineiras¹¹. O texto foi impresso em grandes proporções, numa única página, gravado num retalho de seda. O outro documento refere-se a um colégio jesuíta na Bahia. Recentemente descoberto em arquivos da Inquisição portuguesa¹², em sua última página encontra-se a permissão dos comissários do Santo Ofício da cidade da Bahia para imprimir o texto, sem a licença estampada no corpo da obra, como era comum à época. Este documento demonstra que em 1747 Isidoro da Fonseca reunia condições para absorver demandas além da capitania do Rio de Janeiro, indicando também uma razoável condição técnica. Denota ainda as possíveis profundas relações entre os inicianos e o estabelecimento daquela tipografia.

Ainda em 1747 a mesma tipografia imprimiu um conhecido texto de autoria de Antônio Rosado da Cunha, à época juiz-de-fora e provedor dos defuntos e ausentes da cidade, relatando a

9 *Conclusiones Metaphysicas de Ente Reali, Præsides R. P. M. Fracisco (sic) de Faria Societatis Jesu. Lectoris Defendas Offert Francisco Fraga Expraedicta Societate Aprobante R. P. M. Joannes Boregis Studiorum Generalum decano.* Cujo original está depositado, sem estar catalogado, na biblioteca da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) em Belo Horizonte; *Dissertationes Theologicas de Merito Justi ad Quaest. d. thomae ii4. i. 2. præsides R. P. ac Sap. Magistro Valentino Mendes Societatis Jesu Primario Sacrae Theologiae Professore, discutiendas offert Franciscus da Sylveira Ejusdem Societatis suo 2. Theologiae Anno in Aula Theologica Collegii Bahiensis die Hujus Mensis, ac Vespertinis Scholarum Horis: Aprobante R. P. ac Sap. Magistro Emmanuele de Sequeira Sstudiorum [sic] Generalium Rectore. [filete] quæstio gratiosa ex theotologia deprompta: utrum bma. virgo deipara nobis promeruerit omnes gratias excitantes, adjuvantes, ac dona omnia supernaturalia justificationem subsequentia? Affirmative,* Arquivo Ultramarino de Lisboa, cota: pt/tt/tso/0020. O documento encontra-se digitalizado e disponível para consulta no site do Arquivo: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>. Acesso em 24/03/2012. Ver também Paulo Leme, “Um novo título oriundo do prelo brasileiro de Antônio Isidoro da Fonseca”, *Boletim do Patrimônio Arquivístico Comum*, Direção-Geral de Arquivos Portugueses, n° 12, janeiro-março de 2010. Disponível em: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/DGARqBolt-12.pdf>. Acesso em 24/03/2012. Ver anexos I e II

10 Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 2000, t. VIII, p. 216.

11 Idem; ver também a tradução em Fernando Arruda Campos. *Uma Disputa Escolástica no século XVIII*, *Revista Brasileira de Filosofia*, Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 17, 1967, p. 203-208.

12 Fizeram também parte dessa cerimônia na Bahia, segundo o próprio documento, o professor de teologia Valentim Mendes e o também jesuíta Emanuel da Siqueira, reitor geral do colégio da Bahia.

entrada do bispo Antônio do Desterro Malheiro, em primeiro de janeiro do mesmo ano e oficializando a sua posse no bispado do Rio de Janeiro¹³. O folheto descreve em detalhes a cerimônia iniciada com a recepção ao bispo ainda em dezembro de 1746 na baía da Guanabara, seguida por dias enquanto a cidade preparava-se e o bispo se recuperava da viagem no mosteiro de São Bento, até realizar sua entrada no primeiro dia do ano. O texto dedica especial atenção à participação das elites e instituições urbanas na cerimônia, que consistia basicamente em fazer o bispo percorrer certo itinerário até a Sé da cidade, realizar os ritos necessários e apresentar-se ao novo rebanho de fiéis. Foram relatadas a atuação dos eclesiásticos e das ordens religiosas locais a receberem o bispo; do poder civil, representado pelos membros da câmara; dos poderes militar e régio, através do governador, das tropas e outros militares; e também dos comerciantes locais que, por meio das confrarias, erigiram vários arcos do triunfos em arquitetura efêmera, essenciais à solenidade e ponto alto da cerimônia. Segundo o impresso no próprio opúsculo, Isidoro da Fonseca, de posse do relato de Rosado da Cunha ainda manuscrito e mesmo ciente de que a licença do bispo não era pelas leis do reino por si só capaz de autorizar impressões, atribuiu conscientemente a Malheiro plena capacidade de exame do texto, ao solicitar-lhe licença para imprimir. O religioso então aceitou avaliar o folheto, por este ser uma obra “volante”, ou seja, de poucas tiragem e importância. Após submeter a avaliação do conteúdo a um jesuíta, o bispo finalmente aprovou-a, concedendo-lhe licença de impressão em sete de fevereiro de 1747¹⁴.

Diferente dos outros documentos produzidos por Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro até agora identificados, *Relação da Entrada ...* é o único com mais de um exemplar. Nesta pesquisa conseguimos identificar em arquivos brasileiros, portugueses e norte-americanos ao menos dez exemplares diferentes¹⁵. Pela análise comparativa constatamos também tratarem-se de várias reimpressões e até de uma provável reedição da obra, revelando um dos possíveis trabalhos mais importantes e recorrentes de Antônio Isidoro na cidade. A existência de reimpressões e talvez a reedição do folheto problematizam também, em vários aspectos, uma narrativa consagrada na historiografia nacional, tendente a supervalorizar, às vezes por razões ideológicas, o caráter efêmero e débil daquele empreendimento. O documento marca também a aproximação entre o bispo e o impressor, re-

13 Luiz Antônio Rosado da Cunha, *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi. Composta pelo Doutor Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fôra, e Provedor dos defuntos, Capellas, e Residuos do Rio de Janeiro Na segunda officina de Antonio Isidoro da Fonceca Anno de M. DCC. LXVII. Com licenças do Senhor Bispo.* (Dependendo do exemplar consultado, a data está grafada como M.CC.LXVII.). Sobre Rosado da Cunha ver, entre outros: Palmira Morais Rocha de Almeida, *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Lisboa, Colibri, 2003, p. 160. Ver anexo III

14 Rosado da Cunha, op. cit.

15 Para os arquivos nos respectivos países citados e as cotas do documento em cada um, ver a tabela comparativa em anexo IV.

corrente em mais um documento ao menos, essencial às pretensões do tipógrafo na cidade. Alude também à hipótese de apropriação da tipografia pelo recém-empossado religioso como meio de confirmar e divulgar os seus poderes exclusivos.

Isidoro teria ainda produzido uma compilação de louvores poéticos em elogio ao bispo Malheiro. Essa obra, por vezes interpretada como dois documentos distintos, é a única produção que não traz registrada o local de produção e o tipógrafo responsável. No entanto, o tema e as características gráficas deixam poucas dúvidas de que também é fruto da oficina que analisamos. Podendo inclusive ter sido parte integrante da cerimônia de posse do bispo que entrava na cidade¹⁶.

Não tardaram as reações contrárias, chegando ao Rio de Janeiro uma carta régia de julho de 1747, originária de uma ordem do Conselho Ultramarino do mesmo ano, determinando ao governador sequestrar e remeter ao reino qualquer “letra de imprensa” que funcionasse nos limites de sua capitania¹⁷. A ordem do conselho na verdade dirigia-se aos governadores do Estado do Brasil, enquanto a carta de julho era específica ao governador e capitão general da capitania do Rio de Janeiro. A carta padrão foi enviada a outros governadores, causando certas confusões, já que a ordem remetida a Pernambuco, erroneamente interpretada por seu estado de conservação como de 1706 e não de 1747, gerou especulações quanto ao funcionamento de uma oficina tipográfica naquela capitania à época¹⁸. Os textos são praticamente idênticos, com algumas sutis diferenças¹⁹. São as primeiras reações metropolitanas esclarecendo a posição régia contra a iniciativa de Isidoro da Fonseca, classificando o ato de inútil e inconveniente, afirmando ser impossível sustentar-se com a atividade na América e reforçando a necessidade de se obterem todas as instâncias censórias à produção legal de impressos. A carta régia deixa também implícita uma possível cumplicidade – não se sabe se ativa ou passiva – de Gomes Freire de Andrade à atividade tipográfica na cidade, pois a ordem direcio-

16 *Em Aplauso do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor. D. Frey Antônio do Desterro Malheyro Dignissimo Bispo desta Cidade.* 1747. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, Coleção Barbosa Machado, 24, 1, 9, NE 22. Ver Anexo V.

17 Para a ordem régia de 10 de maio de 1747: Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cat. 14763, conforme <http://tipografos.net/historia/imprensa-no-brasil.html> Acesso em 24/03/2012. Ver também Aníbal Bragança, “Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira”. Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Para a “carta”, ou “provisão régia” de julho de 1747: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 50, 1936, p. 121. Apud Borba de Moraes, op. cit., nota 5, p. 171.

18 Laurence Hallewell revela que o historiador pernambucano Pereira da Costa afirmou ter encontrado nos arquivos do Estado de Pernambuco uma carta régia de oito de julho de 1706, ordenando ao governador “sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de uma tipografia estabelecida na povoação do Recife que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma tipografia”. Porém, ainda segundo Hallewell, Wilson Martins teria posto em dúvida esses fatos, sugerindo que, por uma falha da transcrição de datas, Costa teria baseado-se numa ordem de 1747 enviada ao governador de Pernambuco, em razão das atividades impressoras de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. Para entender melhor a polêmica: Hallewell, op. cit., p. 13-17.

19 Para a ordem régia de 10 de maio de 1747: BNB, Seção de Manuscritos, cota: II-34, 23, 001 nº 050. Ver: *Anais...*, op. cit., v. 50, p. 121. Bragança, “Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808)”, *Floema* – Ano III, n. 5 A, out. 2009, p. 116. Para a carta ou provisão régia de julho de 1747, Borba de Moraes, *O Bibliófilo...* op. cit., nota 5, p. 171. Ver a reprodução do texto da ordem e da carta régias em anexos VI e VII.

nava-se ao governador da capitania que, como veremos, não impediu que Isidoro da Fonseca se mantivesse profissionalmente ativo no Rio de Janeiro.

Ainda em 1747, sem Isidoro da Fonseca saber, teria início o segundo capítulo da reação metropolitana, a repressão inquisitorial. O padre e comissário da Inquisição no Rio de Janeiro formulou e enviou em outubro deste ano uma denúncia ao Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa, dando conta de haver “impressão nesta cidade”.

Represento a V. Eminência que nesta cidade há impressão, em que se tem imprimido Conclusões de Filosofia e Teologia e outras obras. Antes que chegasse o nosso bispo atual, sem licença alguma se imprimiram as ditas coisas, porque o comissário (e clérigos) não a concediam, e ouvi dizer que as primeiras conclusões que se imprimiram foi com licença do comissário padre Antônio Cardoso, jesuíta; e, depois que aqui chegou o dito nosso bispo ele é o que só tem dado licença para as referidas impressões²⁰.

Essa denúncia é a única narrativa coeva aos fatos dispostos. Por esse relato, como vimos, fortalece-se a hipótese de que Isidoro primeiramente teria trabalhado com os jesuítas. Para lhe concederem licenças para impressão de obras não jesuíticas, o tipógrafo teria recorrido ao bispo recém empossado, doravante o responsável por esses procedimentos. Trata-se, porém, de um documento de denúncia, baseado, segundo o próprio relato, no “ouvi dizer” e não em provas cabais, por isso devendo ser encarado com reservas. Não encontramos, por exemplo, a citação do nome de Antônio Cardoso, reitor do Colégio das Artes, em nenhum dos documentos relacionados aos jesuítas ainda existentes, tampouco o do bispo, que só concedeu licenças a impressos não pertencentes àquela instituição. Preferimos, portanto, encarar o relato como uma oportunidade de enriquecer as informações acerca da trajetória profissional de Antônio Isidoro na cidade, sendo uma via possível de investigação.

Ainda ignorando a denúncia inquisitorial do padre Araujo, mas provavelmente ciente da ordem ao governador de julho de 1747, Isidoro da Fonseca surpreendentemente continuou ativo na cidade. Pode-se comprová-lo pela descoberta recente de um documento impresso no Rio de Janeiro em 1748, o compromisso da irmandade do Rosário em Catas Altas²¹, referente a uma irmandade negra da atual pequena cidade mineira de Catas Altas da Noruega. Os irmãos da sociedade leiga teriam encaminhado o documento ao Rio de Janeiro para aprovação do bispo Malheiro, assim formali-

20 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Santo Ofício, Ordens do Conselho Geral, Inquisição de Lisboa, livro 817, fl. 301-102 v. Documento parcialmente reproduzido em Dines, op. cit., p. 80; para o documento manuscrito ver anexo VIII.

21 O documento faz parte do Museu e Arquivo Histórico da Cidade de Catas Altas da Noruega, vinculada à prefeitura da mesma cidade, mas ainda não está catalogado. Ver a reprodução da folha de rosto e detalhes em Anexo IX.

zando-se a existência jurídica da irmandade, fundada anos antes na capela de São Gonçalo na mesma urbes. Os compromissos de irmandades eram um tipo de documento comum à sociedade colonial, necessitando, a princípio, apenas da aprovação do bispo, mas nesse caso mantendo-se quase sempre manuscritos. A impressão deste documento na segunda oficina de Antônio Isidoro da Fonseca em 1748, com todas as licenças necessárias, ainda está envolta em muitas perguntas e poucas respostas. Precedendo o texto que estabelece as regras, os procedimentos e as eleições aos cargos da mesa da irmandade, ainda se pode ler, apesar de séculos de má conservação, o processo pelo qual a irmandade teve seu estatuto aprovado e depois impresso. Nas últimas páginas do preâmbulo da obra, sugere-se que teria partido do bispo, através da ordem “o imprima, e torne para se conferir”, a iniciativa de transformar o manuscrito em impresso depois de aprovado. Após procedimentos preliminares, em que o próprio Isidoro de Fonseca afirmou que não poderia levar a obra ao prelo sem a licença do bispo, Malheiro enfim autorizou a impressão:

Pode correr Rio de Janeiro 13. de Março de 1748.

D. Frey Antonio do Desterro.

Em formato *in-folio*, o documento de 39 páginas (38 impressas), incluindo a folha de rosto, é a obra mais extensa produzida no Rio de Janeiro e na América portuguesa de que se tem notícia. Além do seu ineditismo, da inusitada data de impressão e da sua extensão, destaca-se principalmente a ornamentação do texto. Valendo-se de expedientes semelhantes aos da conclusão jesuítica de Francisco de Faria, o documento ainda apresenta várias capitulares, provavelmente feitas a partir de carimbos da madeira, impressão em preto e vermelho e ainda douramento – talvez feito por outro profissional – dos títulos e subtítulos o texto. A apresentação do texto foi certamente influenciada pela função social do documento, pois os compromissos manuscritos eram igualmente ricos em ornatos. O seu texto também exemplifica o razoável aparato técnico da oficina fluminense de Isidoro da Fonseca. Indica ainda o negócio estabelecido, possivelmente contando com a proteção política das elites locais, pois mesmo após a reação do Conselho Ultramarino, a tipografia mantinha-se funcionando. O documento pode também representar a volta a um padrão de ação do impressor iniciado com os documentos jesuíticos, na prática de uma certa discricão, pois essas eram obras de circulação limitada. Finalmente, fortaleciam-se as proteções política e jurídica com a interferência da autoridade episcopal. Fica também reforçada a narrativa da denúncia inquisitorial de 1747, que apontava uma aproximação entre o tipógrafo e o bispo, seu concessor de licenças. Por outro ângulo evidencia-se o uso político de reprodução impressa pelo bispo, à época lidando com a criação do bispado de Mariana. Isso não só diminuía a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro, como significava

grande prejuízo pecuniário à diocese fluminense, ao deixar de administrar os recursos provenientes da rica região mineradora. O impresso de Catas Altas, neste sentido, pode ter sido um dos meios pelo qual o bispo Malheiro, que dificultou ao máximo a posse do novo bispo em Minas, procurou fortalecer ou manter sua esfera de influência na região.

A denúncia do padre Ribeiro Araujo, analisada nas esferas competentes da Inquisição de Lisboa, gerou uma ordem para o denunciante redigir um termo de compromisso, no qual os responsáveis pela “perniciosa novidade” deveriam assinar comprometendo-se a não mais imprimir sem a licença do Santo Ofício²². Em doze de março de 1749 Isidoro da Fonseca, apresentando-se como “soldado desta praça” autografou de próprio punho, na residência do padre comissário, o termo. Dias depois, um escrivão do contrato do tabaco assinaria um termo idêntico²³.

O documento comprova a permanência do tipógrafo no Rio de Janeiro até 1749, revelando indícios novos e dúvidas, também instigando reavaliações de vários aspectos do caso tipográfico setecentista na cidade. Fica, por exemplo, apontada a possível participação de outros indivíduos na atividade de impressão, algo ainda não imaginado na historiografia. Restam também dúvidas quanto à expressão “soldado” referente a Isidoro da Fonseca, interpretada como uma denominação genérica, designando o profissional que vivia de soldos, ou uma possível patente militar. A segunda hipótese, se considerada, pode refletir a efetiva aproximação do tipógrafo à elite militar local, renovando antigas suspeitas de relação entre a oficina de Isidoro da Fonseca e a segunda obra do engenheiro militar e sargento-mor de artilharia José Fernandes Alpoim, publicada em 1748²⁴. Mas isso pode ter sido simplesmente um blefe, uma forma de intimidar o padre denunciante ou ainda um meio eficiente de registrar a associação com o poder régio estabelecido no Rio de Janeiro. Nesse caso a citação de um cargo militar ajudava a compor argumentos em favor da presença daquela oficina na cidade colonial, podendo também atenuar suas penas em possíveis processos de punição. Desconsiderando as proibições régias de 1747, possivelmente sob a benevolência do governador que não cumpria a ordem do Conselho Ultramarino, Isidoro só cessou suas atividades após assinar o termo inquisitorial de 1749. Diferente da carta régia, o termo do Santo Ofício recaía diretamente sobre o tipógrafo e o escrivão do contrato do tabaco, e parece ter sido decisivo para extinguir a atividade tipográfica no Rio de Janeiro, abreviando a carreira de Isidoro da Fonseca.

22 Para os documentos ligados à análise e tramitação desta denúncia no Santo Ofício de Lisboa ver: Dines, op. cit., p. 82-83. Para a reprodução manuscrita da ordem do Conselho do Santo Ofício de Lisboa ver anexo X

23 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 301, fl. 349, 1723-1749. Documento reproduzido por Dines, op. cit., p. 83-84. Ver anexo XI.

24 Sobre as questões relativas às suspeitas de envolvimento de Antônio Isidoro da Fonseca com as obras de Alpoim ver: Félix Pacheco, *Dois Charadas Bibliográficas*, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1931 e Borba de Moraes, op. cit., p. 160-162.

Este documento fez-nos realizar que era preciso estender à repressão metropolitana – régia e inquisitorial – o processo de contextualização da cultura letrada, já observado na historiografia brasileira sobre a circulação de escritos e impressos, à educação no ambiente colonial ou aos espaços letrados nessa sociedade, bem como a sua relação com a cultura política local e imperial. A intervenção decisiva da Inquisição para extinguir aquela tipografia lembra-nos que os acontecimentos desenrolaram-se nos últimos anos do reinado de D. João V, portanto vinculados a uma política de controle da produção e da circulação de impressos fundamentada em preceitos dos séculos XVI e XVII, quando foi formulada e aprimorada. A aclamação de D. José no trono português em 1750 e a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, trouxeram mudanças drásticas à política de controle dos impressos em áreas coloniais, concepções que marcaram profundamente a historiografia tecida a respeito do caso de Isidoro da Fonseca²⁵. Observa-se, na maioria dos casos, a aplicação de conceitos e a definição das características e objetivos da repressão metropolitana referentes a um momento posterior da história do livro em Portugal e na América lusa. Percebemos assim, para entender a instalação e o funcionamento da oficina, bem como sua repressão, a necessidade de aproximarmos-nos mais dos mecanismos de controle político então vigentes. Revelam-se nesse exercício alguns contributos e indicações para o desvendar dos sentidos e formas políticas de controle de impressos vigentes nos primeiros séculos de colonização, num tempo de ausência de tipografias coloniais. Mas nos últimos anos profissionais de Isidoro da Fonseca, também derradeiros do reinado de D. João V, vivia-se um momento limite, em que o sistema em vigor há séculos via-se testado ao lidar com a expansão e a diversificação da comunicação impressa e suas consequências no Setecentos, no reino e no ultramar.

Ainda em 1749, mas já de volta ao reino, Antônio Isidoro da Fonseca, acreditando até o fim na possibilidade de sucesso, enviou petição ao Conselho Ultramarino para regressar à América²⁶. O impressor não escondera já ter se estabelecido no Rio de Janeiro anteriormente, mas omitiu que não respeitara a resolução de 1747, dando a entender que havia interrompido suas atividades e retornado ao reino imediatamente após a proibição régia. Isidoro da Fonseca argumentou viver em dificuldades econômicas para reinstalar-se em Lisboa, pedindo lhe fosse concedida permissão para implantar novamente um tipografia no Rio de Janeiro ou na Bahia, para imprimir conclusões e obras volantes voltadas ao sustento de sua família, sem prejuízo a terceiros. Afirmava e reiterava sua preocupação em não ofender as leis régias. A petição também sugeria certa proximidade com o governador do Rio de Janeiro, ao solicitar que o conselho consultasse-o para confirmar sua pretensão de produzir textos inofensivos às leis do reino. Descrevia ainda sua atividade na cidade como de

25 Payan Martins, op., cit., p. 9-108.

26 Requerimento de Antônio Isidoro da Fonseca ao rei... op. cit. Ver anexo XII.

utilidade pública, finalmente mostrando-se disposto a produzir legalmente na América – ou seja, mediante aprovação das licenças régias e inquisitoriais. Mas em meados de 1750 o pedido foi escusado. Este é o último documento conhecido a citar o impressor, de quem, após essa data, salvo novas descobertas em arquivos, não se conhece mais qualquer trabalho²⁷.

Ainda que fosse uma petição moldada para convencer uma instância sabidamente contrária à iniciativa, essa é a única narração dos fatos construída pelo próprio Isidoro da Fonseca. O tipógrafo citava as “conclusões” – os documentos jesuíticos – e aludia ao Rio e a Bahia como possíveis destinos no seu retorno à América, ambas cidades com colégios inacianos e documentos impressos por sua oficina fluminense, transparecendo a ação fundamental da Companhia de Jesus nos acontecimentos. No mesmo sentido a referência ao governador do Rio de Janeiro também apontava para uma possível proximidade com Gomes Freire, ao menos após 1747. Também delineia-se a estratégia do impressor que, ambicionando absorver o mercado luso-americano, escorou-se nos potentados locais, atuando no limites da censura vigente e levando ao limite os meios políticos de controle de impressos e tipografias²⁸.

Apresentamos, em resumo, o episódio abordado junto às fontes essenciais desta dissertação de mestrado, ao revisitar esses últimos anos em que Antônio Isidoro da Fonseca esteve ativo no Rio de Janeiro. O leitor que busca nessas páginas saber se Isidoro da Fonseca foi ou não o primeiro a imprimir folhetos ou livros na América portuguesa não deve passar desta introdução. Evitamos, sobretudo, o tom nacionalista muitas vezes presente no debate acerca da ausência de tipografias na colonização portuguesa na América, e não abordamos o episódio sob a perspectiva de primazia da produção impressa no território futuramente constituinte do Estado brasileiro. Os fatos aqui são contextualizados sob vários aspectos, tratados como acontecimentos pertinentes ao meado do século XVI-II. Embora lidemos por vezes com interpretações de cunho mais generalista, principalmente no tocante às políticas de controle de impressos em Portugal até meados do Setecentos e a características da colonização luso-americana, mantemos o foco na tentativa Antônio Isidoro da Fonseca como ponto de partida para refletir sobre investigações ligadas à cultura letrada, especialmente sobre a comunicação impressa e a expansão de tipografias no ultramar. Exploramos o caso do Rio de Janeiro sob a perspectiva das recentes contribuições da historiografia a respeito da cidade e dos livros no período colonial, problematizando questões relativas a demandas possíveis naquela sociedade, revisitando fontes produzidas naquela tipografia e reavaliando o sentido da repressão seguinte ao ousado empreendimento.

27 Ver anexo XII.

28 Idem.

Apresentamos na dissertação a “segunda” oficina de Isidoro da Fonseca sob três aspectos principais. Um interno, ou seja, conectando aquele empreendimento ao desenvolvimento da cidade, investigando as possíveis demandas por impressos e condições favoráveis à implantação de uma tipografia no Rio de Janeiro. Buscamos relativizar os acontecimentos naquela cidade a outros casos semelhantes no império português. Outro aspecto seria externo, relativo às posturas régia e inquisitorial sobre o funcionamento de uma tipografia na América, analisando principalmente os sentidos e meios da repressão metropolitana. Buscando também explicar as estratégias do impressor à luz da política de controle vigente na época. O último aspecto é documental, ao empreender-se uma revisão dos documentos, tentando não só reavaliar as pesquisas anteriores quanto, por novos métodos e com documentos inéditos, extrair novas informações para a análise do caso.

Em nosso primeiro capítulo demonstramos que, apesar da evolução em curso da historiografia brasileira voltada a questões ligadas às letras, aos livros e à escrita no período colonial, os acontecimentos entre 1747 e 1749 no Rio de Janeiro continuam fadados a análises e interpretações condicionadas a antigas concepções, hoje criticáveis. As evidências do cultivo na América de hábitos letrados, ou de hábitos perpassados pela cultura letrada, apontadas pelos estudos mais recentes são decisivas a uma releitura do episódio. Nesse capítulo introduzimos questões relativas à aplicação de novos conceitos oriundos de investigações mais recentes, na tentativa de realocar questões outrora consagradas pela historiografia tradicional. Nesse sentido desenvolvemos com mais intensidade neste primeiro capítulo tópicos sobre a repressão sofrida por Isidoro da Fonseca. A escolha por essa via deu-se principalmente porque, ao contrário das questões internas e sociais ligadas ao cultivo de hábitos letrados coloniais, que avançaram significativamente na historiografia recente, as análises ligadas à política de controle de livros e tipografias na América antes da primeira metade do século XVIII ainda foram pouco desenvolvidas no Brasil. Vinculada ao debate teórico promovido neste capítulo, a análise da repressão relaciona-se à necessidade de contextualizar o tema, característica que perpassa todo o nosso estudo.

O segundo capítulo dedica-se à análise documental. Ante a ausência de renovação de pesquisas, sentimos a necessidade de reavaliar as fontes. A análise, de cunho comparado, tem por objetivo revisar antigas certezas perpetuadas com o tempo. Procuramos delinear, através dos documentos produzidos na oficina fluminense de Isidoro da Fonseca, características da sua atuação no Rio de Janeiro. Buscamos novas informações, antes ignoradas ou desconsideradas, evidenciando aspectos como a evolução técnica da oficina, as condições de trabalho na cidade e a expressão de possíveis interesses locais nas obras. Ao renovar os conhecimentos relativos a essas fontes, também preparamo-nos para – sob novas bases – o capítulo final do presente trabalho.

Por fim, o terceiro capítulo volta-se à análise das condições de desenvolvimento de hábitos letrados e do uso da escrita encontrados por Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. Fugindo das interpretações tradicionais que vinculam o surgimento da tipografia fluminense a alguma personagem em especial – mormente o bispo ou o governador –, entendemos o crescimento da cidade do Rio de Janeiro neste período como fundamental para o surgimento desta atividade tipográfica. Para tal, valemo-nos da historiografia pertinente desenvolvida de vários aspectos sobre a cidade, situando-a no âmbito de suas relações com Minas e no conjunto do império ultramarino português.

CAPÍTULO 1

Antigos problemas e novas abordagens

1. A nova história do livro e da leitura no Brasil colonial

O interesse pela história do livro e da leitura no Brasil vem de longa data. Observa-se, porém, nas últimas décadas, uma intensa renovação historiográfica em relação ao período colonial. Sendo um dos campos privilegiados da história cultural na época moderna, a história dos livros e da leitura, desde as últimas décadas do século XX, conheceu significativo desenvolvimento. Como destaca Ana Paula Megiani, graças a autores como Daniel Roche, Lucien Febvre, Roger Chartier, Peter Burke, Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, compreendemos que:

[...]a leitura e a escrita integrariam um conjunto de práticas determinantes da cultura ocidental em todos os níveis sociais, mesmo entre a massa de analfabetos; relatos orais tornam-se escritos e textos impressos eram lidos e representados em voz alta para iletrados¹.

Segundo Diogo Ramada Curto, esses autores também semearam ares de mudança nas análises históricas da península ibérica, representando hoje um conjunto fundamental de leituras para as investigações sobre a história do livro e da leitura em Portugal. Entre outros, podemos citar os trabalhos de Jean-Frédéric Schaub e Fernando Bouza Álvarez, que dialogam entre si na busca por esclarecer aspectos da cultura escrita, impressa e manuscrita, o primeiro dedicado ao caso português, enquanto o segundo focado na Espanha filipina. Apesar de se especializarem no século XVII, são, sob alguns aspectos, referências para o nosso trabalho². A melhor compreensão da influência das letras na cultura europeia moderna, em certa medida, também moveu os estudiosos brasileiros a tentarem perceber na América portuguesa o desenvolvimento de práticas letradas europeias, ainda que apresentando características próprias. Passou-se a valorizar e legitimar, como objeto de estudo histórico, o ambiente letrado colonial, a circulação de escritos e as manifestações letradas, como a lei-

1 Ana Paula Torres Megiani, “Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha – sécs. XV-XVII”, Leila Mezan Algranti & Megiani (orgs.), *O Império por Escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 176. Para um balanço desses trabalhos e as contribuições da história cultural ver: Roger Chartier, “L’Ancien Régime typographique: réflexions sur quelques travaux récents”, *Annales ESC*, n. 36, 1981, p. 191-209.

tura, a escrita de cartas ou as ordens administrativas, todas existentes a despeito da ausência de reprodução de impressos *in locus*.

Na renovação historiográfica brasileira sobre o livro e a leitura no período colonial, identificamos também a influência de estudos a respeito da “vida privada”, estilo de investigação consagrado por uma coleção de estudos coordenada por Philippe Ariès e Georges Duby na França, que guarda no letramento da população uma importante questão de análise. No Brasil houve empreendimento semelhante, ficando a cargo de Laura de Mello e Souza a organização do volume referente ao período colonial, cabendo a Luiz Carlos Villalta o tema ligado às letras como um todo, mas principalmente sobre o ensino escolar, o letramento e a circulação de escritos. Para este autor, não se pode desprezar o ensino da língua como fator de aproximação entre as periferias e o centro. Ainda assim, na sua tentativa de caracterização do período colonial, entre outros aspectos destaca que a valorização do ensino escolar e universitário (Coimbra) foi esparsa, descontinuada no tempo e no espaço e fragmentada entre as próprias elites locais³.

Fator igualmente importante de renovação de perspectiva é o desenvolvimento das investigações a respeito da história intelectual portuguesa, pois a partir do próprio desenvolvimento de uma historiografia proposta a identificar as particularidades da cultura letrada lusa, intensifica-se o interesse entre os estudiosos brasileiros por conectar a produção e o consumo de letras na América aos hábitos letrados na metrópole. Uma das práticas típicas dos séculos XVII e XVIII europeus, as chamadas academias literárias, estudadas no caso português por Isabel Ferreira da Mota, também existiram na América colonial, abordadas por Íris Kantor. A autora destaca o desenvolvimento de uma certa historiografia brasileira na construção da memória histórica do império português na América⁴. Focada nas academias que ocorreram na Bahia do século XVIII, Kantor analisa as especificidades de algumas dessas reuniões de letras e suas consequências políticas entre o início e o fim do Setecentos. A autora indica ainda que também no Rio de Janeiro houve alguns movimentos congê-

2 Diogo Ramada Curto, “A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n. 9-10, outono de 2001–primavera de 2002, p. 13-61; Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au Temps du Comte-Duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madri, Casa de Velázquez, 2001. Alguns dos trabalhos de Fernando Bouza acerca do tema são: *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*, Lisboa, Cosmos, 2000; “Para qué imprimir. De autores, público impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”, *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 18, 1997, p. 31-50; *Del Escribano a la Biblioteca*, Madri, Síntesis, 1992; “Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita no séculos XVI e XVII”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n. 9-10, outono de 2001-primavera de 2002, p. 63-65. Apud Megiani, “Imprimir, regular, negociar, elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo Português (1500-1640)”, Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado & Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 137.

3 Philippe Ariès & Chartier (orgs.), Ariès & Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada. Da Renascença ao século das Luzes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, v. 3; Luiz Carlos Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, Mello e Souza (org.), Fernando A. Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 333-334.

neres, apesar de significativamente diferentes daqueles ocorridos na Bahia. Os eventos e a produção letrada estariam intimamente ligados a certos membros de academias portuguesas residentes no Brasil, mas também à própria participação de oriundos da América nessas academias e à organização dessas reuniões de letras no espaço colonial. Dado o alcance e os objetivos das obras, cerimônias e manifestações letradas daqueles personagens investigados por Íris Kantor, parece que a produção de certo conhecimento e o desenvolvimento de ideias na forma escrita no ambiente colonial – apesar de esparsa, elitista e geograficamente localizada – era, de certa maneira e em determinadas ocasiões, pública, notória e tolerada pelos poderes metropolitanos. Não faltaram, porém, como demonstra Kantor, animosidades com os poderes reinóis em certas ocasiões, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. A repressão e o incentivo dos poderes centrais às academias parece também ter variado conforme as aspirações dos acadêmicos na organização dessas instituições, que poderiam tanto representar esforços continuados de produção escrita, tendo como resultado várias cerimônias e uma relativa aspiração à produção de uma memória “imperial” em regiões coloniais, quanto uma única reunião em comemoração relativa a um evento ou personagem politicamente importante⁵.

Outra tendência mais frutífera no cenário nacional em relação à escrita e à leitura no período colonial tem sido o desvendar dos aparelhos de governo que, baseados em grande parte na comunicação escrita entre o centro, a periferia ou entre as partes coloniais, visavam garantir a continuidade do império português. Segundo Ana Paula Megiani, durante os “três séculos de colonização a cultura escrita esteve presente na forma manuscrita – de modo oficial ou não – em todo o edifício comunicativo construído entre Portugal e suas conquistas”. Para Megiani, “trata-se de uma constatação simples, de certa maneira óbvia, mas pouco discutida ante o significado que ela possui”. Pois estudos mais recentes, segundo a autora, “têm demonstrado que diversas foram as formas de difusão da cultura escrita nos tempos da colonização portuguesa, predominando indiscutivelmente o modo manuscrito”⁶.

Autores como John Elliott, e seu conceito de *government by paper* aplicado à dinâmica da governabilidade no império espanhol, e também de A. J. Russell-Wood, que aborda a remessa de

4 Utiliza-se o termo império português aqui como uma facilitação de conteúdos, mesmo sabendo que ele não correspondia ao vocabulário político frequentemente utilizado para a representação de Portugal e suas conquistas ultramarinas em meados do século XVIII. Para uma reflexão conceitual sobre o termo, Pedro Cardim, “La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVII-XVIII)”, Gaetano Sabatini (org.), *Comprendere le monarchie iberiche. Risorsse materiali e rappresentazioni del potere*, Roma, Viella, 2010, p. 37-72.

5 Isabel Ferreira da Mota. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003; Íris Kantor, *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo/Salvador, Hucitec/Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

6 Megiani, “Memória e conhecimento...”, op. cit., p. 178.

notícias, relatos e seu papel na consolidação de um conhecimento/memória sobre o mundo novo, destacando a importância do registro e da circulação de informações entre as partes do império português, do século XV ao XVII, são inspirações à renovação historiográfica brasileira. Edward Shils, autor interessado nas dinâmicas entre centros e periferias dos impérios coloniais modernos, e Russell-Wood, interessado particularmente no caso luso, serão influências decisivas aos trabalhos de Ronald Raminelli. Apesar de dedicar-se a um período posterior ao nosso recorte temporal, na introdução de seu livro Raminelli aprofunda algumas questões relacionadas à importância política da comunicação letrada entre o poder real e os súditos na construção e na consolidação do império português. Segundo o autor, em âmbito geral a escrita e a circulação de informações textuais teriam sido essenciais à manutenção do poder central e da governabilidade monárquica nos impérios coloniais ibéricos. Os textos seriam eles mesmos instrumentos de negociação entre os vassallos ultramarinos e os monarcas. Separados por continentes ou oceanos, os primeiros ambicionavam ascender socialmente, aproximando-se do centro, e por sua vez os governantes tentavam conhecer suas conquistas e vassallos para garantir seus domínios e riquezas⁷. Percebe-se a introdução do caráter político dos textos, sem dúvida já existente na própria metrópole, mas com contornos próprios no além-mar.

1.1 A tipografia de 1747 e a renovação historiográfica

A historiografia tradicional brasileira, gestada entre o final do século XIX e meados do século XX, grosso modo, como resume Megiani, interpretava que:

[...]além da exploração agrícola e da escravidão, uma das características da colonização portuguesa na América fora a ausência de duas instituições fundamentais da cultura europeia pós-renascentista: a imprensa e a universidade”. A inexistência dessas instituições estaria ligada ao suposto “atraso” no nascimento e no crescimento de grupos sociais letrados na colônia, aqui formados e instruídos, o que teria gerado uma sociedade carente de bases fundamentais da cultura letrada e erudita, desprovida de condições para pensar uma nação independentemente do binômio agrarismo/escravidão⁸.

7 John H. Elliott, *Imperial Spain 1469-1716*, London, Penguin Books, 1990; A. J. Russell-Wood, *Um Mundo em Movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel, 1998 e “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, 1998, p. 395-413; Edward Shils, *Centers and Peripheries*. Chicago, The University Press of Chicago, 1975; Ronald Raminelli, *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*, São Paulo, Alameda, 2008, p. 17-60.

8 Megiani, “Memória e conhecimento...”, op. cit., p. 177-178.

Ou seja, associavam-se as características econômicas e sociais às condições de cultivo de hábitos letrados europeus, para negar a possibilidade de demandas sociais por cultura letrada. Consequentemente, por imprensa tipográfica. A historiografia contemporânea, frente a essas antigas concepções, investe principalmente na análise das evidências de manifestações letradas, como o letramento escolar, a administração, os eventos letrados, ou mais recentemente a instrução militar. Mas fia-se também na produção de documentos como inventários, relatos e mapas produzidos na América e posteriormente impressos na metrópole. Para Ana Paula Megiani não se pode negar que, “atrelada à presença das ordens religiosas detentoras do monopólio do ensino da leitura nos trópicos lusitanos, a ausência de instituições fundamentais de difusão da cultura letrada europeia, como a imprensa e a universidade, teria sido determinante para a conformação das ideias no Brasil durante o período colonial”. Fica claro, no entanto, que, mesmo de forma pontual, limitada quase sempre ao manuscrito – apesar de existir a circulação de impressos – a prática de escrita e leitura foi presente na América e exerceu certas funções no processo colonial como um todo⁹.

Os avanços nas análises da cultura letrada na colonização lusa da América são, sem dúvida, de extrema importância para o estudo da oficina de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. Por meio de tentativas recentes de identificação das características da circulação de leitura e de escritos, ou do ambiente letrado colonial, podemos avançar de forma significativa. Subjacente à ideia, outrora predominante, de incapacidade de cultivo de hábitos letrados na América, a instalação da tipografia em 1747 foi durante muito tempo interpretada - mesmo sem provas documentais - como possível fruto da vontade, ou vaidade, de algumas das figuras politicamente poderosas naquela cidade, como o governador Gomes Freire de Andrade, mas também o bispo Antônio do Desterro Malheiro¹⁰. Com base nas contribuições recentes da historiografia é possível romper com esse tipo de interpretação, e traçar paralelos entre a tipografia de 1747 e o contexto daquela sociedade colonial. Também pela descoberta de novos documentos e de estudos recentes sobre a cidade na primeira metade do século XVIII, torna-se possível integrar a fundação da chamada “segunda oficina” de Antônio Isidoro à evolução socioeconômica e suas características políticas e culturais, no Rio de Janeiro da época. Situação potencializada por certa tradição de ensino letrado na formação da cidade, principalmente jesuítico, mas também militar - ambos em ascensão e de grande importância para a região centro-sul da América portuguesa e a centralidade administrativa da cidade em relação a outras regiões coloniais.

9 Idem, p. 177-178.

10 Ver: Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, Brasília/Rio de Janeiro, Briquet Lemos/Casa da Palavra, 1998.

A historiografia brasileira, sob influência da chamada história cultural, tem se voltado à história da leitura para tentar entender melhor o período colonial e, naturalmente, acaba por priorizar o manuscrito. Paradoxalmente, a percepção de aspectos da cultura letrada no ambiente colonial provoca nos estudos brasileiros uma ausência de explicações mais consistentes sobre a ausência de oficinas tipográficas. Íris Kantor, apesar de focada em um momento posterior ao nosso, ao analisar o processo de erudição de súditos coloniais e constatar sua influência em trajetórias de ascensão social desses personagens, indaga:

Como explicar que membros das elites luso-americanas tenham ocupado os mais importantes cargos da administração central, justamente no período pombalino e mariano, sem dar curso à criação de centros universitários ou tipografias na América portuguesa?

A autora nos fornece ótima indicação ao afirmar que caberia, ante essa constatação, compreender melhor o processo de inserção das elites luso-americanas nas carreiras administrativas do império¹¹. Apesar de analisarmos um período anterior ao pombalino, voltaremos às questões imperiais e às indagações de Íris Kantor. Mas interessa-nos também demonstrar a importância da tipografia de Antônio Isidoro para a compreensão dos aspectos internos da cultura letrada. O caso é uma oportunidade única, pois representa, em muitos aspectos, uma exceção. Ou seja, desponta como parte de um processo que levou à fundação de uma tipografia, algo raro na América portuguesa. A análise de seu contexto implica o desvendar de um conjunto de circunstâncias próprias da cidade e da sociedade fluminense à época. Mas contribui também, em certa maneira, para os estudos dedicados ao mundo das letras em todo o período colonial.

Diferente das interpretações que associam a vinda de Isidoro da Fonseca a certos indivíduos proeminentes, não pretendemos ser categóricos e apontar qual personagem ou instituição seria protetora ou responsável pela ousada iniciativa. Não ignoramos que novas evidências indicam que houve envolvimento da Companhia de Jesus na aventura colonial de Antônio Isidoro da Fonseca - algo ignorado por quase toda a historiografia -, ou que, por outro lado, apontam para uma relação entre o tipógrafo e o bispo mais densa do que se imaginava. Mas a sua atividade não se limitou ao Rio de Janeiro, tendo também impresso documento do Colégio da Bahia, e outro ligado às Minas Gerais. Além dos inacianos, a efêmera tipografia fluminense também seduziu a autoridade eclesiástica e talvez até o governador, através do grupo de engenheiros-militares que rodeava-o. Preferimos,

11 Kantor, “As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759)”, Ronaldo Vainfas & Rodrigo Bentes Monteiro (orgs.), *Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 283.

portanto, interpretar o episódio como um fato marcante num período de valorização geral da cultura letrada na cidade, principalmente de uma elite mercantil ascendente no período. Sabe-se, por exemplo, que no período que estudamos o Rio de Janeiro liderava, alternando com a Bahia - mas à frente de Minas Gerais que só despontaria a partir da década de 1750 - o número de alunos egressos da América na Universidade de Coimbra. No âmbito local ocorriam na cidade - independente da possível ligação entre *Exame de Bombeiros ...* de Pinto Alpoim e Isidoro da Fonseca -, as “Aulas de Engenharia”, em que os lentes eram nomeados pelo próprio rei, instruindo soldados e comprovadamente produzindo documentos como livros e mapas¹². Grupo próximo a Gomes Freire de Andrade, de extrema importância para o reino nas disputas e na colonização da região sul da América portuguesa. A implementação da tipografia em 1747 deve estar, assim, ligada a fatores gerais daquela sociedade fluminense, sendo interpretada como resultado da conjugação de características históricas da formação da cidade e das transformações econômicas, sociais e políticas na primeira metade do século XVIII¹³.

2. O “universo dos livros” no Rio de Janeiro na primeira metade do Setecentos

Não é tarefa simples delinear as condições de circulação de escritos e o potencial mercado de impressos na maioria das cidades coloniais da América na primeira metade do século XVIII, em especial no Rio de Janeiro. É preciso tentar acessar o “universo dos livros” - como definem João Lisboa e Tiago Miranda em artigo sobre Portugal - possível naquela cidade, capaz não só de seduzir Isidoro da Fonseca, como efetivamente, permitir, ainda que por curto período, a plena atividade de uma oficina tipográfica. Segundo Lisboa e Miranda esse mundo dos livros apenas em parte seria vinculado ao “universo” mais vasto, relacionando-se a capacidade de leitura e interação de parcelas da sociedade a várias expressões da cultura letrada. Através da instituição da censura de livros, Miranda e Lisboa tentam perceber o modo como o livro acedeu ao universo da leitura e como adentrou no espaço “privado”. Para esses historiadores a própria concepção dos novos mecanismos de con-

12 Para a reprodução da nomeação de José Fernandes Pinto Alpoim como *lente* (professor) em 1738 e informações a respeito das “Aulas de Engenharia”, ver: José Fernandes Pinto Alpoim, *Exame de Artilheiros 1744 (reprodução fac-similar)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Reprográfica Xerox, 1987.

13 Para a evolução econômica e social da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, os trabalhos de João Fragoso & Manolo Florentino, *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998; Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003. Jucá de Sampaio demonstra a ascensão de uma burguesia comercial e urbana na primeira metade do século XVIII. Para uma análise política da administração, Maria Fernanda Bicalho, *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Além de analisar as consequências políticas da ascensão dos comerciantes nas disputas pelos cargos da câmara do Rio de Janeiro, Bicalho deixa evidente a importância dos chamados letrados nesse contexto.

trole da leitura deixaria transparecer que o “mundo” teria mudado. Ainda segundo esse estudo, a censura, tal como organizada a partir do século XVI, seria fruto da imprensa, mostrando claramente as diferenças face aos tempos em que o livro era manuscrito. Desse modo a censura seria uma resposta preventiva, a respeito de uma leitura sem mediadores autorizados¹⁴.

Preocupados com as questões relativas às práticas “privadas”, Miranda e Lisboa miram a institucionalização da censura sob a vertente da inserção pública e privada da leitura através dos livros. No evoluir das publicações das listas de livros proibidos percebem, por exemplo, a maior privatização da leitura, pois os índices dessas obras voltavam-se cada vez mais ao leitor comum e não mais somente aos que eram responsáveis pela aplicação da censura. Seria possível também perceber para Portugal, de modo similar aos demais reinos europeus, onde desde o século XVI pouco a pouco imprimiam-se novas listas de livros proibidos e estabeleceram-se novas regras envolvendo cada vez mais livreiros e tipógrafos. A censura teria procurado por um lado antecipar os canais de produção e distribuição de livros, por outro identificar o lugar do perigo nas coleções privadas. Estaríamos ante um movimento paralelo em que o impresso teria proporcionado a entrada do livro na “vida privada” de muitos, ao mesmo tempo em que potencializava a presença da cultura escrita nos espaços públicos¹⁵.

Uma das principais dificuldades de acessar o “universo dos livros” na primeira metade do século XVIII português, particularmente na América, reside no fato de ser ao mesmo tempo o período em que se acentuava nos âmbitos público e particular a presença do objeto impresso, mas também uma época na qual vigorava o regime de controle de impressos formulado nos séculos XVI e XVII. Ainda que não seja difícil provar a existência dos livros e a formação de bibliotecas nesse tempo no Rio de Janeiro, apontamos para a dificuldade de promover investigações que envolvam a relação dos indivíduos com os livros, além de identificar o papel da escrita e de sua forma impressa na vida cotidiana da população. O que envolveria não propriamente a posse de livros, mas temas mais gerais como o uso da escrita e do impresso no ambiente público, ou o prestígio da escrita na valorização social do indivíduo ou da cerimônia à qual ele ligava-se, bem como o mercado ativo de circulação de escrita – manuscrita ou já impressa - que poderia ser absorvido por Antônio Isidoro da Fonseca. O fato de esta oficina ter existido às vésperas de uma profunda reforma na censura literária portuguesa, que marcaria toda a segunda metade do século, acaba também por ofuscar as especificidades da primeira metade do Setecentos. Mesmo entre trabalhos de revisão, como os de Tiago Mi-

14 João Luís Lisboa & Tiago C. P. dos Reis Miranda, “A cultura escrita nos espaços privados”, Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, v. 2, p. 359-366.

15 Idem.

randa e João Lisboa, percebe-se certa dificuldade de acesso ao período, principalmente em relação à posse mais generalizada de livros. Os autores afirmam, a respeito do livro no ambiente “privado” português, que:

Se, para os séculos XVI e XVII, podemos estar a falar de dezenas ou centenas de casas com livros, no século XVIII são milhares os proprietários identificados no levantamento ordenado pela Real Mesa Censória em 1769, não incluindo bibliotecas de casas senhoriais¹⁶.

Tomar as informações produzidas após a reforma censória de 1768 não prejudica o entendimento geral da expansão dos livros em Portugal no período, mas é pouco útil na tarefa de análise entre 1701 e 1750. Essa tendência à homogeneização também é adotada pela historiografia brasileira, influenciando sensivelmente a compreensão da história do livro no período colonial. Para o entendimento histórico da relação de cidades como o Rio de Janeiro com a cultura letrada, na forma alargada que o termo pede para o período, essa tendência de uniformização do século XVIII é extremamente prejudicial. Diferente da Europa e de Portugal, que contam com a preservação de documentos, livros, coleções, bibliotecas etc... anteriores às reformas do período de D. José I, na América a demarcação temporal de aspectos fundamentais da cultura letrada, principalmente a posse e o comércio de livros, confunde-se com a produção de notícias das autoridades régias a esse respeito. No entanto, essas em maioria referem-se a um período posterior ao tratado nesta dissertação, sobre a política de controle de livros no reino e nas colônias, a educação escolar e o acesso dos súditos portugueses à leitura.

Lembramos que, assim como a própria instituição da censura de impressos a partir do século XVI, a reforma orgânica do aparelho censório no período pombalino resultou da frequência dos novos usos do impresso, como parte de mudanças profundas de modernização do próprio Estado português. A característica mais marcante da reforma de 1768 foi o cume de uma política que delegava ao poder régio a primazia exclusiva do direito de permitir ou impedir a impressão de obras. Mas a submissão do sistema tríplice de censura – até então composto pelo Ordinário, pela Inquisição e pelo Desembargo do Paço – à Real Mesa Censória seria a mais conhecida face de uma política de implementação em Portugal de medidas modernizadoras, “como se estava praticando nas outras Cortes iluminadas”¹⁷.

16 Idem.

17 Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2005, p. 58-59.

Para Payan Martins, a lei de cinco de abril de 1768 que estabelecia o novo sistema censório seria o ápice de uma política iniciada na ampliação das prerrogativas das instituições régias de censura desde 1750, que pretendia transferir ao poder civil a responsabilidade da censura literária. Ainda segundo a autora, na preparação política iniciada ao menos uma década antes, destacariam-se o enfraquecimento progressivo dos poderes da Inquisição; a imputação das responsabilidades do mau funcionamento e do desvirtuamento da censura aos jesuítas; e a adoção de fundamentação teórica à alteração do regime de censura, apresentada pelo procurador da coroa ao rei, constituindo a *Sétima Demonstração da Segunda Parte da Dedução Cronológica e Analítica*, publicada em 1767. Documento atribuído a José Seabra da Silva, mas também ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal¹⁸.

O regimento que instituiu a Real Mesa Censória, tal como as leis publicadas no período pombalino, caracterizam-se pelo rigor e pela minúcia na definição das competências, dos procedimentos e da tramitação processual. A instituição do novo tribunal ligava-se também a uma série de novos investimentos do poder régio no controle da sociedade lusitana. 1768 marcaria não apenas o início do novo sistema de controle, concentrado na contenção das leituras “filosóficas” - que passavam a ter tratamento diferenciado no próprio regimento. Doravante, investia-se igualmente nos novos usos da informação no governo da sociedade, paradoxalmente como resultado da influência iluminista. Desde o início do reinado de D. José, percebe-se, como destaca Payan Martins, uma série de ações do poder régio no sentido de atribuir-se cada vez mais poderes em relação ao controle de impressos¹⁹. No espaço público ordenaram-se devassas em livrarias; nos canais de produção reforçou-se a importância da instância régia de censura em detrimento das demais. Nos espaços “privados” o poder régio promoveu levantamentos do número de bibliotecas particulares no reino. Em parte, esses recenseamentos literários seriam uma reação ao incremento do número de proprietários de livros, mas também denotavam a influência que a palavra impressa passava a ter na expansão da cultura ilustrada. Esse contexto próprio à segunda metade do século XVIII tornava necessários maiores esforços para que no reino e principalmente nas colônias fosse evitada a circulação livresca. Por outro lado, é preciso notar que o aumento da produção de informações a respeito dos livros foi resultado de um moderno modo de governar, que passava a tomar conhecimento da essencialidade da produção de informações minuciosas, como base da ação de governo.

Não se trata de discordar do aumento exponencial de proprietários de livros na sociedade portuguesa do século XVIII, tampouco descartar a ilação proposta por Lisboa e Miranda para as re-

18 Idem.

19 Idem, p. 44-59.

lações de influência entre os usos público e “privado” da escrita na popularidade dos impressos. Percebemos, porém, que a segunda metade do século XVIII foi marcada por uma política sensivelmente diferente da anterior, quanto ao controle da circulação de impressos. Ao lado do aumento da formação e da diversificação de bibliotecas particulares e da circulação de livros, percebe-se a implementação de um regime de controle que lançou mão de metodologias ligadas a concepções próprias da segunda metade do século XVIII europeu. Uma das consequências da reforma pombalina foi a ampliação considerável das fontes a respeito da situação do livro – circulação, comércio e presença na vida privada – a partir da segunda metade do século XVIII português, o que dificulta o acesso ao “universo do livro” na América colonial antes de 1750. Isso ocorre principalmente porque as fontes posteriores a 1768, apesar de inseridas e produzidas sob um contexto distinto, servem quase sempre a afirmações generalistas, que pretendem abranger todo o Setecentos.

Após a reforma pombalina, também multiplicaram-se informações a respeito da situação dos livros na América colonial. Quanto à escassez de fontes oficiais, é possível promover o levantamento do número de livros ou dos títulos presentes em inventários de bens particulares até meados do Setecentos. Entretanto, essas seriam pesquisas restritas, que dificilmente abordariam acepções mais largas da presença da cultura letrada, não sendo ligadas aos usos destinados aos papéis de Isidoro da Fonseca²⁰. A partir do reinado de D. José é possível acessar, cada vez mais, informações previamente centralizadas, preparadas e arquivadas pelos órgãos régios. Algumas características da censura pós-reforma, mas também aspectos próprios da América lusa, tornam mais aguda a dependência das informações geradas a partir do período pombalino no reconhecimento da situação do livro nas cidades coloniais da América.

A Inquisição de Lisboa, que capitaneava o sistema de controle de impressos em Portugal até 1768, conseguiu manter um eficiente controle dos canais de produção internos desde o século XVI. Foi marca do Santo Ofício em Portugal a atividade constante de apuração e investigação de desvios dos profissionais ligados à produção e à comercialização de livros. Junto ao poder régio, a Inquisição conseguiu manter um número restrito de tipógrafos ativos no reino. Procurou ainda fiscalizar o comércio e a circulação de livros. Mas, à medida que - principalmente durante a primeira metade do século XVIII - ocorreu o aumento do volume de circulação de impressos no circuito europeu, mostrou-se especialmente frágil na vigilância da circulação comercial de livros. O vigiar das fronteiras e portos do reino era a principal deficiência do sistema liderado pela Inquisição. Payan Martins admite que a falta de documentação torna impossível comprovar a regularidade das visitas

20 A respeito dos limites das pesquisas em bibliotecas particulares: Robert Darnton, *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

inquisitoriais a livrarias comerciais e bibliotecas. Busca, entretanto, relativizar a opinião de Francisco Bethencourt, que afirma: “as visitas de inspeção das livrarias não parecem ter durado muito tempo depois de um período inicial, talvez decisivo para enraizar os mecanismos de auto-controle”. A autora esforça-se então para demonstrar documentalmente, apesar da escassez de provas, que as inspeções inquisitoriais continuaram acontecendo até o século XVIII. Ainda assim, o empenho demonstrado no período pombalino ao monopolizar no poder régio a fiscalização de livrarias e bibliotecas particulares, lançando mão de devassas e recenseamentos dos proprietários e comerciantes de livros, indica que no período anterior não ocorria a produção de um conjunto de informações análogo, por não ser viável ou concebível naquele antigo sistema de controle²¹.

O arquiteto Nireu Cavalcanti é autor de um trabalho incontornável a todos os que se aventuram ao Rio de Janeiro no século XVIII, principalmente por sua vasta pesquisa documental. Mesmo com poucas contribuições teóricas ao debate historiográfico referido, seu livro traz informações essenciais ao nosso tema. Segundo Cavalcanti, somente em 1769 - duas décadas após o período analisado nesta dissertação e no ano seguinte à reforma de 1768 - um edital incluiu as cidades americanas na obrigação dos “livreiros, impressores, mercadores de livros, universidades, religiões, comunidades, corporações e pessoas particulares” no dever de encaminhar à Real Mesa Censória uma relação detalhada das obras que possuíam. Em mais um sinal dos novos tempos, os livros deviam ser classificados, de acordo com Cavalcanti, em sete categorias: “teologia, jurisprudência, filosofia, matemática, medicina, história e belas letras”. O autor dá notícia de que esse conjunto de catálogos de livros enviados a Lisboa estaria depositado e guardado em ordem alfabética no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mas, apesar de conter catálogos referentes às capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia e Pernambuco, não há um relativo ao Rio de Janeiro²².

A fragilidade no controle das fronteiras e de todos os portos marítimos, responsabilidade do tribunal do Santo Ofício prevista desde o regimento de 1640, seria patente antes mesmo do período pombalino. Segundo Payan Martins a Inquisição desde sempre encontrou dificuldades de levar a cabo uma fiscalização constante e eficiente de controle da importação de livros. Ainda segundo a autora, se nos principais portos cumpria-se com várias limitações o prescrito na lei, nos portos secundários raramente havia recursos humanos com capacidade para efetuar visitas às naus estrangeiras. Apesar da inclusão da alfândega na fiscalização a partir da instituição da Real Mesa Censória, o novo sistema não alterou profundamente os métodos de supervisão das naus estrangeiras. So-

21 Payan Martins, op. cit., p. 705-774 e Francisco Bethencourt & Ramada Curto, *Livros Quinhentistas Portugueses da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1990.

22 Nireu Cavalcanti, *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 150.

mente em 1769 começaram a ser produzidos os Livros de Registro das Visitas às Naus Estrangeiras, permitindo inclusive provar que as visitas mantiveram-se ativas durante todo o período de existência daquele tribunal “pombalino”. Apesar de caracterizados como “não tão ricos” por Payan Martins, a existência do registro em livros dessas visitas por si só determina a multiplicação de fontes antes escassas, indicando o investimento dos poderes estabelecidos em técnicas modernas de organização e disponibilidade das informações. Trata-se, portanto, de apontar a influência da multiplicação de fontes e do tratamento institucional conferido a elas na construção de uma visão do “universo do livro” que, equivocadamente, uniformiza todo o século XVIII. Se esse quadro não se mostra tão grave para a compreensão da história do livro em Portugal, molda significativamente a compreensão do tema para o período colonial americano²³.

Concomitantemente às preocupações em relação à importação de livros, surge a partir de 1769 a necessidade de melhor fiscalizar a exportação de livros para as regiões ultramarinas. Somente após a instauração da Real Mesa Censória e das leis que aperfeiçoaram sua atuação, as regiões ultramarinas passaram a ter tratamento diferenciado, pelo menos no que toca à burocracia relativa à circulação e à produção de impressos. Apesar das leis gerais de censura continuarem a não distinguir as regiões coloniais e o reino, mantendo listas de livros e procedimentos de censura válidos para todas as partes do império, foram instituídas novas obrigações em relação às colônias. O registro de importação de livros, também depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e iniciado em 1769, é exemplo de uma política que culminaria na proibição se não oficial, tácita, de funcionamento de tipografias fora do reino, algo até então inexistente na expansão lusa pelo globo. A instauração de procedimentos e regras voltadas ao ultramar eram sinais dos novos tempos, em que não só a posse dos livros se multiplicava, mas também mudavam as ideias transmitidas, obrigando a alterarem-se os procedimentos de controle. As consequências da expansão ilustrada na América comprovariam e estimulariam essas constatações²⁴.

3. A repressão à oficina de Isidoro da Fonseca

Subsiste, porém, em relação à tipografia fluminense de 1747, um outro aspecto relevante para a história do livro na colônia, mas que – ao contrário das questões a respeito das demandas e das práticas escritas ou de instrução letrada na América portuguesa – foi pouco revisto: a repressão metropolitana. Por conta da indiscutível prevalência do manuscrito em relação ao impresso nas ex-

23 Payan Martins, op. cit., p. 707-743.

24 Notícias dos registros dos pedidos de licença para o envio de livros à América no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, apud Cavalcanti, op. cit., p. 151.

pressões escritas da cultura letrada colonial, e apesar dos livros também circularem legal ou ilegalmente na colônia, é natural e legítimo que a historiografia de revisão tenha se voltado para as particularidades da comunicação manuscrita. A falta de interesse pelo episódio tipográfico de 1747 faz com que as explicações para a reação hostil dos poderes metropolitanos – régio e inquisitorial - que impediram a reprodução de impressos no Rio de Janeiro, ainda sejam inspiradas por concepções hoje criticadas.

Além das características da colonização, impedindo a sustentação de um desenvolvimento letrado, a repressão a Isidoro da Fonseca seria, numa concepção tradicional, o exemplo perfeito da política metropolitana para a América, que vedava não só as tipografias coloniais, mas impedia todas as manifestações de cultura letrada e desenvolvimento intelectual. Podemos encontrar de modo resumido em Sérgio Buarque de Holanda a base das afirmações que permeiam a maior parte da historiografia - apresentando por vezes nuances nacionalistas ou marxistas. Para Holanda, a política da administração lusitana teria sido em oposição “ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil”, pois faria “parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio”²⁵.

É possível, baseando-se na historiografia contemporânea, romper com o modelo de explicação que percebe, na repressão sofrida por Antônio Isidoro, a confirmação de um entendimento pré-concebido da relação entre metrópole e colônia no que diz respeito a uma política metropolitana para a cultura letrada na América. A dissociação entre a ausência de tipografia e a inexistência de cultivo e perpetuação de hábitos letrados entre a população colonial, promovida pela historiografia contemporânea, problematiza a questão da repressão metropolitana. Pois ela não pode ser mais interpretada como impedimento ao desenvolvimento da cultura letrada como um todo. Em um sentido mais voltado às práticas de leitura, a historiografia demonstra também que a associação entre produção de livros e o perigo do desenvolvimento intelectual ou social, que teoricamente moveriam a repressão, são concepções ligadas ao pensamento ilustrado que ainda não regiam os mecanismos de controle da produção de impressos no reino português e suas conquistas. A própria concepção de “ideia perigosa” precisa ser historicamente contextualizada, caso contrário, não nos aproximaremos do sentido das ações régia e inquisitorial para a supressão daquela oficina. A aplicação de conceitos contemporâneos, o auxílio de estudos recentes sobre o livro e a leitura, e a pesquisa documental – responsável por novas evidências – permitem hoje problematizar a questão.

25 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 85-87. O mesmo raciocínio se aplicaria não só à inexistência de imprensa, mas também ao impedimento de fundação de universidades na América. Para outro exemplo de abordagem clássica e marxista estruturalista: Néelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 19-21.

Alguns conceitos difundem-se e amadurecem na historiografia brasileira. Segundo Ana Paula Megiani:

É necessário destacar que os documentos escritos nos séculos XVI, XVII e XVIII, sejam eles impressos ou manuscritos, não podem ser tratados como embriões da escrita pós-ilustrada em sua forma contemporânea²⁶.

Baseada em Robert Darnton, que define a história do livro como a “história social e cultural da comunicação por intermédio do impressor”, Leila Algranti afirma que cada fase do longo processo de comunicação do qual surgem e se difundem os livros na sociedade é importante e apresenta variações, dependendo do tempo e do local em que ocorre²⁷.

Assim como os textos e as manifestações letradas na época moderna não devem ser avaliados por uma perspectiva pós-iluminista, a produção de impressos e a repressão sofrida por Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro não podem continuar revestidas de sentidos e apropriações da leitura e do livro consolidados, principalmente, a partir da segunda metade do século XVIII.

Há tempos, se pode identificar em comentários a respeito da tentativa de reprodução impressa no Rio de Janeiro algumas críticas, embora pontuais, ao modelo explicativo mais antigo. No entanto, ainda é possível encontrar, mesmo entre os autores contemporâneos, afirmações de que na América e na África, a tipografia e a universidade teriam sido proibidas. Nas Índias, a partir de Goa e Macau, segundo Megiani, o monopólio das imprensas tipográficas teria sido concedido pelo cardeal-rei D. Henrique (1578-1580) aos inicianos, que prosperaram. Na verdade, como identifica – entre outros – o sociólogo José Melo, não houve, no período colonial medidas que impedissem formal e taxativamente a instalação de tipografias em territórios coloniais. Segundo esse autor:

O que se costuma apresentar como prova de intransigência lusa são documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades.²⁸

26 Megiani, “Memória e conhecimento...”, op. cit., p. 178.

27 Darnton, *Gens de Lettres, Gens du Livre*, Paris, Odile Jacob, 1992, p. 153; Algranti, *Livros de Devoção, Atos de Censura. Ensaio de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, Hucitec, 2004, p. 16.

28 José Marques de Melo, *História Social da Imprensa*, Porto Alegre, Edipucrs, 2003, p. 99.

É preciso esclarecer ainda que a permissão régia de 1574 não conferia monopólio das tipografias aos jesuítas no Oriente. Permitia, com efeito, a impressão de textos sem a licença de todas as instâncias censórias, “sendo em coisas da dita Companhia somente”. Sem dúvida os jesuítas foram os grandes responsáveis pela difusão da tipografia no oriente português, à frente da quase totalidade daquelas que operaram na região. Mas eles estiveram muito longe de qualquer monopólio formalmente concedido pela coroa. Surpreendentemente o documento citado não restringia a benesse régia às possessões orientais, mas deixa claro que ela seria válida aos “Padres Prepósitos Provinciais da dita Ordem e Companhia de Jesus” no reino, nas Índias e no Brasil²⁹.

Excetuando as tipografias de origem lusa que se estabeleceram além das fronteiras dos domínios ultramarinos, e que foram instrumentos de catequização e aproximação política, oficinas como a de Goa vieram a funcionar e produzir de forma legal, ou seja exibindo todas as licenças necessária adquiridas localmente, porque foram fiscalizadas pelos poderes competentes como o Tribunal da Inquisição na própria cidade. A tipografia goesa, que funcionou a partir de 1556 no depois chamado Colégio de São Paulo-o-Novo, nunca significou, por exemplo, a aplicação de uma legislação voltada a tipografias ultramarinas. Na verdade, percebe-se nesse caso que a tipografia prosperou, entre outras razões, porque os tribunais locais poderiam aplicar ali as mesmas leis que se aplicavam no controle do discurso impresso no reino³⁰. Não houve legislação especificamente voltada à circulação de textos impressos nas áreas coloniais, simplesmente porque não era por esse mecanismo, o de especificação da condição civil do vassalo pela sua origem geográfica, que se realizava o controle dos livros. O que impede qualquer esclarecimento sobre inexistência de tipografias na América lusa sustentado em alguma postura que formalmente discriminasse o Novo Mundo. Mas isso também não significa que os vassalos ultramarinos na periferia não sofressem controle político; pelo contrário, eles estavam diretamente sujeitos ao centro³¹.

29 Serafim Leite, *Monumenta Brasiliae (1538-1568)*, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1936-1938, v. 4, p. 109-111. Apud Payan Martins, op. cit., p. 32.

30 Hélder Garmes afirma que a primeira impressão seria *Conclusiones Philosophicas* de 1556, ligada ao Colégio de São Paulo que acabara de ser criado no ano anterior por ordem real. “Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa”, Hélder Garmes (org.), *Oriente, Engenho e Arte: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste*, São Paulo, Alameda, 2004, p. 16-17. Sabemos que esse tipo de documento - em geral pioneiro nas tipografias jesuíticas lusas em regiões coloniais, incluindo o caso Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro - tinha especial benevolência da censura, a ponto de ser permitido sem a aprovação prévia a partir de 1574. Célia Cristina da Silva Tavares afirma que as tensões geradas por uma devassa Inquisitorial em 1557 teriam precipitado a fundação do tribunal da Inquisição de Goa em 1560. “Santo Ofício de Goa: estrutura e funcionamento”, Vainfas, Bruno Feitler & Lana Lage (orgs), *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de casos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2006, p. 47-48. A presença do tribunal do Santo Ofício em Goa não deve ser interpretada apenas como uma ação de controle, mas como uma das condições que permitiram às tipografias daquela cidade não ficarem restritas aos colégio jesuítas, mas também à elite social local, pois, devidamente fiscalizadas, podiam imprimir papéis totalmente legais.

Os documentos de repressão régios e o termo de compromisso inquisitorial assinado por Antônio Isidoro, apesar de seus efeitos impedindo o estabelecimento da imprensa na América portuguesa, não o fizeram em razão da condição “colonial” da cidade. Ambos, poderes régio e inquisitorial, reforçaram a necessidade de que os papéis impressos deveriam - como nas demais partes do reino português - exibir todas as licenças para circularem legalmente. A rigor, o Santo Ofício só se manifestou quanto à necessidade de aquisição de licença censória daquele tribunal. Por sua vez, os textos régios procuram não só reforçar as necessidades de todas as licenças para a impressão de livros, mas também dissuadir a atividade tipográfica na América, mas como nesse caso extrapolavam suas competências, tiveram que produzir um texto sinuoso de proibição:

[...]não é conveniente se imprimam papeis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem ao seu officio, aonde as despesas são maiores que no Reino³².

Não há alusão à condição colonial como empecilho à instalação de tipografias na América. O que se observa é uma decisão tomada de acordo com o *tempo presente*, e não uma possível condição política inerente àquela região. A coroa ainda lançou mão de um argumento econômico - e não da condição política ou cultural - para fundamentar a inutilidade do ato. Como vimos, segundo a carta régia de cinco de julho de 1747, a atividade não seria útil em razão dos custos serem maiores na colônia que no reino.

As proibições, régia ou inquisitorial, também não fazem referência a nenhuma obra em especial. Na leitura dos documentos em repressão à tipografia não se pode explicar a proibição pelo conteúdo de algum texto específico contrário à moral, à fé ou aos bons costumes. Os documentos comprovadamente impressos no Rio de Janeiro, ou suspeitos de o serem, em princípio não representavam, pelo seu conteúdo, uma deturpação dos valores estamentais portugueses. Tampouco contestavam a ordem política da sociedade e do império luso e muito menos a religião católica - pelo contrário. Mesmo *Exame de Bombeiros...* - obra apenas suspeita de ter sido impressa por Isidoro, cometendo o impressor nessa hipótese uma falsificação - não deixava de contar com todas as licenças necessárias à impressão, obtidas em Lisboa, de forma legal³³. Algumas dessas constatações levaram o sociólogo José Melo a especular que, na verdade, o fato da oficina ter se instalado sem qualquer au-

31 Para a constatação de que o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e o funcionamento de tipografias no Brasil, José Marques Melo, *Sociologia da Imprensa Brasileira. A implantação*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 97-98.

32 Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cat. 14763, conforme: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com.br/2009/03/primeira-imprensa-joanina-no-brasil.html>. Acesso em 23/03/2012.

33 Marques Melo, op. cit., p. 97-98.

torização já seria motivo para a sua repressão. A afirmação de Melo é importante, pois rompe com as explicações que se antecipam à apuração dos fatos. Ela parte da observação do contexto e evita, neste caso, atribuir características ao controle da circulação de ideias impressas na América colonial que não se sustentam. Tal perspectiva rompe com um discurso que atribui e projeta à época colonial, abordada de forma universalizante, estática no tempo e no espaço, uma condição política que se reduzia a sua relação com a metrópole, fato gerador, nessas interpretações, dos males da nação contemporânea³⁴.

No entanto, afirmações como as do sociólogo José Melo correm o risco de esvaziar o conteúdo político da medida. Não pretendemos também perder de vista o fator “colonial” como importante para o desenrolar e o desfecho do caso. A ausência de um corpo de leis especificamente voltado ao controle de textos nas colônias, não pode, por exemplo, ser explicada pela ausência de demanda por escritos nesses locais. Mas também não deve ser confundida com uma liberalidade do império português. Esse aspecto é precioso para entendermos como a metrópole lusa lidava com o controle das ideias em seus domínios. Aspecto intimamente ligado aos fundamentos religiosos da censura, pois previa-se uma doutrina universal, sujeitando todos os súditos ao mesmo princípio e, justamente por esse mecanismo, capaz de controlar a hierarquia social. O sistema de censura em termos de controle de textos impressos sujeitava a América portuguesa às leis e instituições lisboetas, ou seja, sob controle de instituições censórias diretamente relacionadas à principal elite do império. Vale lembrar que a concentração da produção e a centralização do controle dos impressos produzidos na América, em Lisboa, não foi uma condição exclusiva das possessões americanas. No próprio reino a maioria da produção e da censura de impressos era concentrada naquela cidade³⁵.

Rodrigo Bentes Monteiro e Pedro Cardim, ao analisarem quantitativamente a coleção de opúsculos de Diogo Barbosa Machado - um grande conjunto de documentos sobre a história de Portugal e suas conquistas, encadernados e organizados no século XVIII pelo abade de Sever -, promovem conclusões a respeito do mercado de tipografias no reino, baseados nas origens dos impressos contidos neste acervo. Doada à Real Biblioteca de D. José I entre 1770 e 1773, esta coleção – na realidade parte de um conjunto muito maior, entre livros, álbuns de estampas e mapas – é composta de 3.185 documentos produzidos entre 1505 e 1770. Mesmo lacunar, influenciada pelas escolhas do bibliófilo e condicionada à época em que foi produzida, a importância da coleção é inegável, não só

34 Idem.

35 Para reflexões críticas análogas a nossa sobre a obra de José Melo: Aníbal Bragança, “António Isidoro da Fonseca, frei Veloso e as origens da história editorial brasileira”. Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação – Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007, p. 4-5, disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0782-1.pdf>. Acesso em 23/03/2012.

pelo volume documental, mas também por não haver notícias de outro agrupamento deste tipo – relacionado à história dos homens, com documentos escritos compondo impressos pequenos – reunido e preservado dessa forma em Portugal. Em relação ao espaço, ou seja, ao local em que foram impressos, Bentes Monteiro e Cardim afirmam:

Um rápido olhar pela vasta coleção de impressos avulsos reunida por Barbosa Machado revela que a maior parte dos espécimes reunidos pelo colecionador refere-se à produção tipográfica portuguesa na corte, com 1.863 documentos impressos em Lisboa, 58 % da coleção, e mais 162 publicados em outras cidades do reino. Isso significa que, nessa coleção, Lisboa apresenta-se praticamente como o único centro português de produção desse tipo de textos, com grande projeção nos meios de “estabelecimento da opinião”³⁶.

Segundo os autores, a fixação da corte em Lisboa a partir de 1640 teria sido determinante para fazer daquele porto um polo de difusão de impressos. Mas também teria feito da cidade um centro de controle, por parte da coroa, da “opinião pública” - numa acepção já atribuída por Fernando Bouza Álvarez – no reino³⁷. Deparamo-nos, de acordo com essas interpretações, com um sistema, principalmente no que toca ao processo de produção de livros e impressos, extremamente centralizado. Ainda que nas questões relativas aos impressos o poder real só tenha prevalecido a partir do período pombalino, percebemos que mesmo no reino a expansão do impresso não teria significado, obrigatoriamente, a multiplicação de locais de impressão. A inexistência de tipografias na América lusa deve ser então relativizada, pois, antes de ser uma condição especial para essa região colonial, era uma realidade, com exceções como Coimbra, para quase todas as cidades do império português.

Por outro ângulo, pode-se vislumbrar que Lisboa, em relação ao controle de impressos, conseguiu manter a América na sua esfera direta de influência, algo impossível em outras regiões coloniais do Oriente. A inexistência de tipografias não significaria propriamente a falta de circulação de livros ou de acesso de membros daquela população ao circuito de produção e consumo de impressos. Paradoxalmente, a ausência de tipografias seria antes condição da aproximação ao centro

36 Bentes Monteiro & Cardim, “Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado”, Bentes Monteiro, Feitler, Daniela Buono Calainho & Jorge Flores (orgs.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 72; Bouza Álvarez, *Imagen y Propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madri, Akal, 1998. Cf. também Payan Martins, op. cit. e André Belo, *Nouvelles d’Ancien Régime: la Gazeta de Lisboa et l’Information Manuscrite au Portugal (1715-1760)*, Paris, Tese de doutorado em História, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006, apud Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 98-99.

37 Idem, p. 97-99.

do império, e não de uma condição marginal. Ao mesmo tempo, pode-se tentar entender porque a dependência das regiões americanas quanto à produção, à censura e à circulação de livros não causaria inquietação na população colonial. É preciso perceber que os habitantes da América, ao pretenderem fazer com que determinado texto fosse impresso, abriam a possibilidade do aval e da aproximação do seu texto com a principal elite imperial. Na América os esforços, principalmente da elite branca, cristã e urbana em relação ao impresso, direcionavam-se para a aproximação ao centro – algo significativo num sistema excludente e hierarquizado – e não propriamente na multiplicação de locais de produção em regiões periféricas³⁸.

Assim deve-se relativizar, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, as próprias consequências da presença ou da ausência de tipografias em regiões coloniais. Sua ausência, como a interpretamos, não significaria a exclusão do mundo letrado como um todo, nem do consumo de livros mais especificamente. Trata-se de uma configuração que se estabilizava justamente pela ingerência direta do centro nas periferias. Por outro lado, a presença de tipografias em regiões coloniais não pode ser somente interpretada como instrumento propiciador do desenvolvimento intelectual em áreas coloniais. Por terem sido essas tipografias instrumentos de catequização, quando existentes em sociedades à margem do império luso, ou por serem acompanhadas de instalação de instituições de controle centrais nas periferias, quando a serviço de súditos cristãos, elas representavam também um mecanismo de controle do discurso. Ou seja, na dualidade própria à produção de escritos no ultramar, a tipografia em cidades coloniais não permitia a multiplicação do alcance dos discursos periféricos, mas também era uma forma mais intensa de conformar os discursos periféricos às pretensões metropolitanas.

3.1 O paradigma pombalino de controle do livro e da leitura e o ultramar

Mas constatações, ao modo como promove José Melo, de que uma tipografia sem permissão seria reprimida em qualquer região do reino, também não esclarecem a questão. Interessa-nos

38 Também através de Jucá de Sampaio, percebemos que as condições de produção de impressos inseriam-se num escopo maior, ligado aos métodos de controle da sociedade, do rei e dos súditos, em relação ao uso das letras como meio de ascensão social. Ao discutir o estatuto social das elites mercantis no Antigo Regime português, Sampaio aponta, como uma questão essencial ao tema, a hostilidade da cultura política da época à ideia de mobilidade social, fazendo com que a ascensão desse grupo ocorresse, em grande medida, à margem dos padrões sociais vigentes. Ainda assim, a ascensão de mercadores representava abalo significativo à estrutura de uma sociedade que se pensava estática, mas sensível às constantes transformações sociais e econômicas pela qual passava. Sampaio afirma ainda que as universidades incorporavam um papel duplo, pois ao mesmo tempo que eram importantes à preservação das hierarquias sociais, perturbariam essas mesmas hierarquias ao permitirem a ascensão, “pelas letras”, de outros grupos sociais. Jucá de Sampaio, “Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no antigo regime português”, Frago, Florentino, Jucá de Sampaio & Adriana Campos (orgs.), *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória/Lisboa, Edufes/IICT, 2006, p. 74.

saber quais os receios e motivos para os poderes centrais interditar uma tipografia que, embora sem as devidas licenças, imprimiu papéis insuspeitos e aprovados por autoridades eclesiásticas. Ou porque um tipógrafo seria impedido de continuar trabalhando, mesmo quando se propunha a fazê-lo de forma legal e sob supervisão das autoridades, como fica esclarecido no documento de 1750, quando foi escusado o pedido do impressor para retornar ao Rio ou a Bahia. Interessa-nos também tentar entender em que medida os fatores “colonial” e “americano” influenciaram na decisão de repressão da produção impressa de Antônio Isidoro da Fonseca, e não na sua tolerância³⁹.

Não podemos negar que a repressão à tipografia de Isidoro da Fonseca foi um ato político. A afirmação da carta régia, que sustentou a proibição da tipografia com base nos custos - o que inviabilizaria a produção de livros - não deve ser interpretada de forma inocente. Robert Darnton, dedicado a obras ilegais na França do século XVIII, aprofunda suas reflexões a respeito da atividade do mercado tipográfico e suas consequências políticas. Este autor percebe na atividade dos impressores, sempre dispostos a testarem os limites dos sistemas de controle, os contornos de uma nova mentalidade precursora dos princípios da economia capitalista. Ainda de acordo com Darnton, o amor ao dinheiro e a atração do ganho (*l' appât du gain*) podem ser eles mesmos uma forma de ideologia, aliada à emergência e ao começo de uma economia capitalista de mercado⁴⁰. O próprio Isidoro da Fonseca provava que talvez fosse possível produzir e lucrar com impressões no Rio de Janeiro. Ao guiar-se pelas possibilidades de lucro ou ao explicar seus atos pela necessidade de sustento, Antônio Isidoro defendia-se com certa eficiência de punições maiores, como a heresia ou subversão da ordem moral, mas chocava-se com as formas de organização do mercado livreiro português. Disposto a tentar a produção na América por seus próprios custos, representaria, num primeiro momento, pouco ou nenhum prejuízo econômico à coroa. Sem muitas dúvidas, é possível imaginar que a proibição régia visava proteger, entre outros, os tipógrafos do reino a quem os luso-americanos eram obrigados a recorrer como leitores ou autores. Reforça-se a suspeita de que não se pode desprezar o mercado consumidor colonial – de leitores e autores. Mas também sublinhamos a motivação política da repressão metropolitana, de acordo com o funcionamento do ofício de impressor na época em Portugal e seus domínios.

Sobre o mercado tipográfico português, Ana Paula Megiani argumenta que, face à intensiva vigilância inquisitorial, característica do sistema censório luso, a possibilidade de lucros com o

39 Requerimento de Antônio Isidoro da Fonseca ao rei [D. João V] em que pede licença para voltar a estabelecer uma imprensa nas cidades do Rio de Janeiro ou da Baía. Indeferido por despacho de 25 de Maio de 1750, *Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro, cat. 14762 Ver: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/03/primeira-imprensa-joanina-no-brasil.html>. Acesso em 23/03/2012.

40 Darnton, *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, 1991, p. 40.

comércio de impressos “só era permitida mediante submissão às regras estabelecidas pelo tribunal do Santo Ofício”. Os tipógrafos ansiavam então por privilégios de exclusividade para imprimir obras de grande circulação à época⁴¹. Era um mercado regido pelo privilégio e não pela livre iniciativa. Os atos de repressão metropolitanos, apesar de impedirem a impressão no Rio de Janeiro, parecem não ter se fundamentado num movimento de exclusão dos vassallos americanos à cultura letrada europeia, mas de inclusão daquela região nos termos de funcionamento do mercado de livros no reino. Mercado moldado por séculos de relação entre os poderes estabelecidos e tipógrafos, livreiros, autores e leitores. Enfim, aqueles que faziam parte do “ciclo de vida” do livro, como estabelece Darnton.⁴² Como reforço a esses argumentos, é preciso lembrar que as mesmas proibições régias afirmavam que do reino “podem ir impressos os livros e papeis ao mesmo tempo, em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino”⁴³. O episódio exige então a busca por explicações distintas das percepções contemporâneas sobre as formas de apreensão e consequências do consumo da leitura, mas também da organização do mercado de livros. Conjugando esses fatores, acreditamos que seja possível elucidar os motivos que levaram à reação contrária dos poderes centrais à reprodução de impressos no Rio de Janeiro entre 1747 e 1749, ano em que o tipógrafo assinou seu último documento na cidade.

Michel de Certeau, ao dissertar a respeito das formas de assimilação dos atos de leitura nas análises históricas, afirma que subsiste desde o século XVIII o mito da transformação da educação pelas letras, o que teria inscrito, inclusive, uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural. Nas reformas pedagógicas promovidas pela Ilustração teria se firmado a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público seria moldado pelo escrito, tornando-se semelhante ao que recebia. Assim, deixava-se imprimir pelo texto que lhe era imposto. Segundo este autor, a ideologia das Luzes queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes⁴⁴.

Na análise das questões políticas decorrentes da tentativa de impressão na América portuguesa setecentista, seria necessário romper com a perspectiva de uma elite letrada que, ao modo como descreve Certeau, compreendia o caso de Isidoro da Fonseca como uma chance perdida para que seu produto - o livro - transformasse corações e mentes com vistas à transformação social. Da

41 A respeito das formas de organização da profissão de tipógrafo e sua relação com os poderes estabelecidos, Megiani, “Imprimir, regular, negociar...”, op. cit., p. 143. Para tipógrafos que detinham privilégios, Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 86-93. A respeito de questões gerais sobre a historiografia do livro e da leitura em Portugal na época moderna, Curto, “A história do livro em Portugal...”, op. cit. e *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

42 Darnton, *Gens de Lettres, Gens du Livre*, op. cit., p. 153.

43 ABN, v. 50, 1936, p. 121.

44 Michel de Certeau, *A Invenção do Cotidiano*, Petrópolis, Vozes, 1994, p. 259-273.

mesma maneira, em relação à repressão metropolitana, as interpretações não podem ser pautadas pela possível extirpação de ideias que iriam alterar profundamente a dimensão política dos livros, mas que ainda circulavam timidamente em Portugal. O sistema de censura e fiscalização só iria dedicar cuidado especial a obras ilustradas após a reforma censória de 1768⁴⁵. Na década de quarenta do século XVIII ainda vigorava um sistema de censura intelectual forjado entre os séculos XVI e XVII. Sistema que não agia, por isso, de acordo com interpretações acerca da consequência da expansão da leitura e do desenvolvimento intelectual, construída posteriormente pelo pensamento ilustrado.

Reforçamos que a repressão à produção impressa na América, em 1747, não pode ser tratada como embrião da postura pós-ilustrada em relação ao desenvolvimento e à expansão do hábito da leitura e sua associação ao desenvolvimento intelectual. Até porque, como lembra Ana Paula Megiani, “é fundamental levar em conta o caráter hierárquico da sociedade europeia que se volta para o novo mundo, na qual um indivíduo apenas letrado não tinha garantido um espaço de atuação junto às diversas esferas de poder e domínio”⁴⁶. O desenvolvimento intelectual não pode figurar, nesse contexto, como um perigo maior que as ameaças à ordem hierárquica daquela sociedade. Apesar de muito perto de mudanças significativas que direcionaram o sistema de censura para perspectivas mais contemporâneas, o modo de ação e os fundamentos da repressão em 1747 ainda eram pautados por compreensões renascentistas sobre o aspecto do letramento. Em reflexo ao que propõe Megiani, as restrições régia e inquisitorial à tipografia de 1747 parecem pertencer a um momento específico da cultura portuguesa, e deveriam ser interpretadas segundo as características próprias da época, como a hierarquização da sociedade, que refletiam nos procedimentos dispensados ao controle de textos e impressos⁴⁷.

Em recente artigo, Luiz Carlos Villalta narra um fato que ilustra, em parte, nossas reflexões. O autor analisa uma carta enviada a D. Maria I, em data provavelmente posterior a 1778 e anterior à Revolução Francesa, que objetivava denunciar a trajetória de livros defesos, de Paris até a capital portuguesa. Mas, também - conforme explicita o título da missiva – buscava impedir a impressão e a distribuição em Portugal e suas colônias de obras consideradas hereges e antimonarquias-

45 A partir de 1768, o regimento da Real Mesa Censória (que viria a ser o órgão da censura até 1787) consagrava uma regra específica (décima-quarta) de condenação “das obras dos perversos Filósofos destes últimos tempos que continuamente estavam inundando e infeccionando o Orbe literário com metafísica tendente ao pirronismo ou incredulidades, à impiedade ou à libertinagem, pretendendo reduzir a onipotência divina e os seus mistérios e prodígios à limitada esfera de compreensão humana, em cuja consideração nenhuma diligência da Mesa seria demasiada para desterrar destes Reinos e Domínios a peste moral destes perniciosíssimos opúsculos”. Apud Payan Martins, op. cit., p. 395.

46 Megiani, “Memória e conhecimento do mundo...”, op. cit., p. 177-179.

47 Idem.

tas, como as de Rousseau e Voltaire. Sob o pseudônimo de *monsieur* de la Front D'Aunis, o delator anunciava os riscos da entrada em Portugal de obras que julgava extremamente perigosas. De acordo com Villalta, alertava que, ao entrarem no reino, elas chegariam com certeza “ao Maranhão, ao Grão-Pará e ao Brasil”, com consequências funestas. Citava ainda que, em *Du Contrat Social*, havia o princípio segundo o qual a soberania pertencia única e inalienavelmente ao povo, à multidão, a todos os cidadãos. Villalta também destaca que o missivista acrescentava os exemplos do “atentado sacrílego” que se abateu sobre Carlos I da Inglaterra em 1649 e, sobretudo, dos norte-americanos, que “repudiaram solenemente seu rei”, fazendo, assim uma “aplicação da doutrina de Rousseau e seus semelhantes”⁴⁸.

O autor da carta, talvez conferindo crédito a sua denúncia, relatou ter estado em Portugal durante o reinado de D. João V. Pregando que no reino luso havia à época uma invasão de livros “irreligiosos (sic) e contrários aos príncipes”, o denunciante afirmava que, se em 1747 - ano em que visitou Portugal e quando foi instalada e proibida a tipografia no Rio de Janeiro - Lisboa desconhecia essa produção infernal de livros defesos, em 1773 já se viveria uma outra situação⁴⁹. Essa afirmação confirma, em parte, o que propomos nesta discussão bibliográfica. O veto à segunda oficina de Isidoro da Fonseca e a resistência da metrópole em instalar ou permitir tipografias na América até o século XVIII, devem ser entendidos num contexto anterior à popularização de obras que pregavam reconfigurações sócio-políticas mediante propagação de ideias impressas em livros. As medidas metropolitanas, no caso de 1747, devem ser então contextualizadas num mundo anterior à popularização, no reino e nas colônias, de obras como de Rousseau e Voltaire. Num tempo anterior à independência norte-americana, interpretada como consequência direta do perigo da circulação e da impressão de obras de filosofia ilustrada num espaço colonial⁵⁰.

Percebe-se então que a tipografia que estudamos localiza-se em um período limite na história do livro em Portugal. Durante o século XVIII assiste-se à expansão da circulação e da posse de livros no reino e, em certa medida, o prelo no Rio de Janeiro seria uma consequência desse quadro.

48 Villalta, “Os livreiros, os ‘livros proibidos’ e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807)”, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2009, p. 233-268.

49 Idem.

50 Para estudos acerca da influência do iluminismo nas agitações sociais na América durante o século XVIII ver, entre outros: Villalta, “Luzes, tradição e sedição em Minas Gerais (1789)”. Comunicação apresentada no Tenth International Congress on the Enlightenment, Dublin, 25-31 de julho de 1999, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, “Quando os motins se tornam inconfidências: prática políticas e ideias ilustradas na América portuguesa (1640-1817)”, Lená Medeiros de Menezes, Denise Rollemberg & Oswaldo Munteal Filho (orgs.), *Olhares Sobre o Político – Novos ângulos, novas perspectivas*, Rio de Janeiro, UERJ/FAPERJ, 2002, p.135-145, do mesmo autor: “O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”, Júnia Ferreira Furtado (org), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2001, p. 197-154.

Mas, até a década de 1750, a apreensão da leitura como instrumento de transformação social e política, nos moldes do que ocorreria na América e Europa, ainda não estava consolidada e, portanto, ainda não havia sido absorvida pelo aparelho de controle dos livros. Além desses fatores mais gerais, é preciso entender a reforma da censura como algo intimamente ligado à própria compreensão do letramento e do sentido político da reprodução de impressos no período.

A historiografia brasileira, em relação a Antônio Isidoro, mas também no que toca à ausência de tipografia no período colonial, ainda está profundamente marcada por concepções anacrônicas ao período anterior à década de 1750, explicitando mudanças que culminariam na reforma do sistema censório em 1768. A homogeneização do controle político dos impressos, com atribuições generalistas a partir de caracteres historicamente datados, quase sempre opera-se pela aplicação de conceitos ligados aos finais do século XVIII e inícios do XIX para todo o período colonial. Devemos ter em conta que a reforma da censura de 1768, no processo de monopolização do poder régio quanto à fiscalização da impressão de livros, iniciado na década de 1750, foi também influenciada pelos novos sentidos políticos do letramento em Portugal. Caio Boschi, em artigo sobre a instrução letrada da elite das Minas Gerais no século XVIII, faz importantes constatações sobre as reformas pombalinas, algumas significativamente ligadas às mudanças da política de censura prévia e à presença de tipografias em territórios coloniais a partir daquele período⁵¹.

Boschi, ao abordar o período pombalino, percebe que, “apesar de procurar estabelecer em Portugal uma nova postura mental, Carvalho e Melo e sua reforma trouxeram maior vigilância sobre as leituras e sobre a circulação de livros e ideias, procurando imunizar Portugal do vírus representado pelo pensamento revolucionário da época”⁵². Boschi cita Laerte Ramos de Carvalho para justificar que, na sua afirmação, não existiria nenhum contrassenso, pois “se pudéssemos definir os propósitos de Pombal e de seus homens diríamos que, no lugar das escolas, em grande número, dos jesuítas, procuravam pôr a escola que melhor atendesse aos fins da política que as condições portuguesas reclamavam”⁵³. Para Caio Boschi estaria claro o “vetor ideológico-político” que sustentaria as reformas do período, “posto que todo o conjunto de ideias hoje consagrado como pombalismo tem como princípio a recuperação econômica, política e cultural da nação lusitana”. O autor percebe no abandono da rigidez e do formalismo aristotélico-escolástico e na adoção do cientificismo experimental, uma decidida ação do Estado “visando incorporar aos seus quadros apurada mão-de-obra

51 Caio Boschi, “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 100-111.

52 Idem, p. 107.

53 Laerte Ramos de Carvalho, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, Saraiva/Edusp, 1978, p. 116. Apud: Boschi, op. cit., p. 107.

que anualmente emanava dos cursos de Coimbra”. Nesse aspecto, ainda segundo Boschi, “a Universidade (...) não escondia sua condição de formadora de recursos humanos qualificados para o aparelho estatal”, sendo “peça importante no projeto de ação política governamental”⁵⁴. A análise sobre a repressão seguinte à oficina de Isidoro da Fonseca ou, de modo mais geral, sobre a política de controle dos livros na América colonial até meados do Setecentos, deve levar em consideração a mudança de mentalidade para com o letramento em Portugal, identificada por Boschi.

A ausência de regulamentação que formalmente proibisse a presença de tipografias no ultramar está profundamente ligada ao sentido humanista, de bases teológicas e jurídicas, do letramento até meados do Setecentos. Revestido pelo sentido primário da catequização, as letras sustentavam a prática nas escolas jesuíticas e interessava aos poderes centrais que as elites periféricas, pelo letramento, reforçassem os laços com o reino. A presença de tipografias seria então tolerada, se assim fosse preciso, como instrumento de otimização da expansão da fé e da manutenção da ordem social. Esse seria fundamentalmente o mecanismo de expansão das tipografias no oriente português, mas vale lembrar que elas foram restritas a alguns casos, existindo as que funcionaram sob a fiscalização de tribunais locais, como em Goa. Nesse sentido, o que se pretendia era a expansão da fé e o alargamento das fronteiras e dos vassallos do império. Portanto o letramento, e se preciso o impresso, eram instrumentos possíveis para se alcançar esses objetivos. Consequentemente, o que se desejava não era a inacessibilidade dos novos súditos aos escritos, livros, ou mais genericamente, ao mundo das letras. O controle social e a manutenção da ordem hierárquica se estabeleciam após a cooptação e a instrumentalização das elites ultramarinas, ou seja, no enquadramento do súdito pelas suas qualidades e honras, na hierarquia social e também na conformação dos discursos periféricos às pretensões centrais. O êxito da cooptação das elites em diferentes partes do ultramar e a produção de discursos afinados à ordem imperial equilibrava-se entre a expansão das práticas culturais cristãs européias - nas quais as letras tinham espaço significativo - e o sistema inquisitorial de censura que, na fiscalização da transformação de manuscritos em impressos, procurava - como era missão do Santo Ofício - garantir a manutenção da ordem religiosa do império.

Mas nas reformas pombalinas ficariam consagradas outras atribuições ao letramento que teriam mudado profundamente a postura metropolitana em relação à presença de tipografias no ultramar. Já no início do reinado de D. José, o poder régio lançou mão de várias ações afirmativas como a fiscalização de bibliotecas e livrarias, antecipando o monopólio régio de concessão de licenças à reprodução de impressos consolidado na reforma de 1768⁵⁵. É por exemplo, especificamente

54 Boschi, op. cit., p.107-108.

55 Payan Martins, op. cit., p. 58-88.

nesse contexto que, pela primeira vez, proibiu-se o funcionamento de tipografias em Goa. Em correspondência ao conde de Alva, vice-rei da Índia, o secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, esclarecia que:

Ilmo. E exmo, snr. A S. Majestade se fizeram algumas representações em que se pretendia estabelecer nesse estado algumas impressas para imprimir livros, ao que o mesmo senhor não deferio, e me ordena avise a v. exa. que não consinta estabelecimento de alguma das ditas impressas nesse Estado, não só em particulares, como também nos Conventos, Collegios, ou qualquer outra comunidade, por mais privilegiada que seja; o que participo a v. ex.a para que neste particular ponha o maior cuidado em ordem a que se evite o dito estabelecimento. Deos guarde v. Exa. Lisboa 20 de março de 1754⁵⁶.

A ordem, dando indícios de que a tipografia em Goa já não mais funcionava à época, revela uma postura régia em 1754, justamente oposta à tolerância que caracterizou os séculos XVI e XVII, sendo significativa para a ruptura identificada por nós na política metropolitana⁵⁷. Nesse sentido a proibição à oficina de Isidoro da Fonseca em 1747, a exemplo do caso de Goa e pela proximidade temporal entre as duas proibições, poderia ser interpretada como sinal das mudanças que se operariam mais claramente a partir de 1750.

A proibição de 1754 seria, no entanto, marca de um período de transição de um sistema forjado nos séculos XVI e XVII, para o modelo consagrado a partir de 1768. Não negamos que na proibição de 1747 se possam identificar expressões de um controle a ser desenvolvido nas décadas seguintes. Mas, por serem exatamente anteriores ao reinado de D. José, acreditamos que os acontecimentos no Rio de Janeiro desenrolaram-se num tempo limite, em que um sistema arcaico via-se obrigado a testar suas atribuições face às novas questões ligadas ao livro e à leitura. A proibição régia de 1747 seria um sinal claro de que já não se poderia contar com a benevolência metropolitana para com a presença de tipografias em áreas coloniais. No entanto, os mecanismos pelo qual se operava a reação metropolitana ainda deveriam obedecer a uma lógica anterior. Os textos das proibi-

56 *Livro das Monções*, n. 127, f. 415 [51], apud Garmes, op. cit., p. 20. O autor indica erradamente que a correspondência seria de autoria de Diogo de Mendonça Corte-Real, mas depois afirma que teria sido o futuro marquês de Pombal o autor da ordem.

57 Helder Garmes esclarece: “Durante o século XVII, funcionou, além da pioneira máquina então situada no Colégio de São Paulo-o-Novo, uma outra, posta a funcionar no colégio dos jesuítas da Rachol a partir de 1618. Sobre a segunda metade dos seiscentos e praticamente sobre todo o século XVIII, pouquíssimo se sabe a respeito da imprensa em Goa. Ou o rigor repressivo da Inquisição teria proibido grande parte das publicações, ou as possíveis publicações desse período teriam sido destruídas no período pombalino sem deixar nenhum vestígio (a hipótese mais improvável), ou ainda teria havido qualquer outro motivo de ordem prática ou regional que as teria inviabilizado. O fato é que, em 20 de março de 1754, quando Pombal proibiu a imprensa em Goa, somente o fez em razão de pedidos dos goeses para ali se estabelecer uma imprensa, denotando, portanto, sua efetiva inexistência”. Idem, p. 19-20.

ções régias à reprodução de impressos no Rio de Janeiro sustentavam o veto, como já destacamos, na “inconveniência” da produção de livros, na impossibilidade de lucros na América, na necessidade das licenças de impressão, e ainda divulgavam a possibilidade dos súditos adquirirem ou imprimirem livros no reino. Sentido bem diferente da ordem que em 1754 vetou a tipografia sob quaisquer circunstâncias, por mais privilegiado que fosse o indivíduo, instituição ou comunidade que a solicitasse. O texto da ordem direcionada à Goa, que já sustentara tipografias, demonstra a nova condição da cidade colonial a partir de 1750, ou seja, a de que, por princípio, não poderia haver reprodução de impressos nessas regiões.

Mas, no desenrolar do caso de 1747, percebemos ainda a atividade de instâncias e mecanismos de controle que em 1754 já se concentrariam, apesar de não oficialmente, nas mãos do secretário de Estado. Além do texto sinuoso das proibições régias de 1747, as evidências mostram que Isidoro da Fonseca, mesmo após essas medidas, continuou ativo e só interrompeu suas atividades na cidade em 1749, quando a repressão Inquisitorial obrigou-o a assinar um termo comprometendo-se a não mais imprimir sem as licenças do Santo Ofício. O termo inquisitorial em si já é característico de um tempo diferente, pois nas décadas seguintes a licença de impressão do Santo Ofício perderia a importância até ser extinta em 1768, mas em 1747 parece ter sido a repressão mais eficiente⁵⁸. O texto em si também é significativo pois, a rigor, não proibia a tipografia, mas a impressão sem as licenças inquisitoriais, obedecendo assim as jurisdições e à dinâmica do sistema de controle vigente. A tentativa de retorno a América em 1750, quando o tipógrafo solicitara permissão ao Conselho Ultramarino, é igualmente importante e significativa. Demonstra primeiro a crença do impressor de que, ao prometer restringir-se a certos tipos de documentos, como as “conclusoens”, e alegar submeter-se aos poderes locais, haveria possibilidade de instalar-se legalmente no Rio ou na Bahia, conforme a petição. Esse tipo de tentativa, certamente inútil após 1750, poderia num primeiro olhar, ser interpretada como uma atitude inocente. Mas na verdade a petição deste profissional experimentado, há décadas no seu ofício, revela conhecimento suficiente para entender que no sistema vigente era plausível, apesar de ousado, idealizar o funcionamento de tipografias coloniais. Depois de ter aparentemente ignorado a ordem régia de 1747, e só ter se sentido acuado em 1749, quando o Santo Ofício manifestou-se, é revelador o fato do impressor ter dirigido-se ao Conselho Ultramarino, uma instância laica e régia, para tentar retornar a América.

O sistema de aquisição da licença inquisitorial era extremamente centralizado no tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Depois de receber o manuscrito, o tribunal enviava-o a um “qualifica-

58 É preciso esclarecer que o Eclesiástico e a Inquisição continuaram a fazer parte do sistema de censura após 1768. Mas os examinadores religiosos, passaram a ser nomeados pelo rei, e submetidos à Real Mesa Censória, que passou a ser o único órgão com poderes para impedir ou permitir impressões em Portugal. Payan Martins, op. cit., p. 58-88.

dor” ou “leitor”, como eram chamados, que examinava a obra e remetia o seu parecer ao Santo Ofício. Após o exame do parecer, o mesmo tribunal decidia pela licença ou pela censura da obra. Apesar de haver vários qualificadores do Santo Ofício, cargo de certa importância social no século XVI, cabia somente à Mesa do Santo Ofício de Lisboa, e não aos qualificadores, a permissão de impressão de uma obra⁵⁹. Isidoro da Fonseca provavelmente sabia, como expressa o termo assinado no Rio em 1749, que a Inquisição estava pouco disposta a descentralizar o sistema, o que significaria a transferência de instituições centrais de poder para a América ou a atribuição de poderes de licença a possíveis qualificadores do Santo Ofício nessa região colonial. Restava então recorrer aos poderes régios, e como já recomendavam as proibições de 1747, enviou petição ao Conselho Ultramarino em finais de 1749, apreciada em inícios de 1750. A escusa do mesmo conselho ao pedido de Isidoro da Fonseca, funcionando como instância final de decisão, pode ser o mais forte indício de que mudanças profundas avizinhavam-se.

A consolidação desse quadro dar-se-ia em 1768, quando reformou-se o sistema de censura, passando aos poderes régios a exclusividade das permissões de impressão. Dissertaremos adiante sobre o sistema anteriormente estabelecido; mas importa agora lembrar que nessa reforma destinava-se, pela primeira vez, um artigo especialmente voltado aos “livros de filosofia”. Tal medida, efeito colateral da modernização do Estado luso, estaria ligada à expansão de doutrinas iluministas na Europa. Mas teria, como demonstramos, especial efeito na política de controle dos livros na América, já que o tempo mostraria que este era um espaço especialmente sensível às novas ideias setecentistas. A reforma da Universidade de Coimbra de 1772 e de todo o sistema de ensino, comentada por Boschi, teria também solidificado em Portugal o sentido desenvolvimentista do letramento. Ou seja, a instrução dos súditos, principalmente ultramarinos, passou a figurar como instrumento essencial ao desenvolvimento econômico e cultural da monarquia portuguesa. Crescimento não mais tão ligado apenas à expansão da fé e ao comércio – por mais paradoxal que pudesse ser essa relação -⁶⁰, mas na preparação de mão-de-obra para o reerguimento português ante a sua situação de “atraso” na Europa. Quando o letramento passou a representar uma política de cunho desenvolvimentista e cientificista, o que estaria em jogo não seria mais a expansão do império pela fé e a conformação de discursos diversos em prol da manutenção do poder central, mas a restrição, o controle

59 Sobre o cargo de qualificador do Santo Ofício e a atuação de agentes da Inquisição na América portuguesa ver: Daniela Buono Calainho, *Agentes da Fé. Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*, Bauru, EDUSC, 2006.

60 Para essa coexistência não discrepante entre fé e comércio na estruturação do “império português”, Giuseppe Marzocci, *L’Invenzione di un Impero. Politica e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*. Roma, Carocci, 2011.

e a orientação do próprio processo de letramento, para servirem em áreas estratégicas à manutenção e otimização do poder central, ampliando-se seus ganhos econômicos.

Percebemos então o veto à presença de tipografias no ultramar não como uma postura fundamental da relação ente colônias e metrópole, considerada na sua longa duração. Ele seria, em parte, uma reação própria da segunda metade do século XVIII luso aos libelos perniciosos, cada vez mais comuns - ainda que clandestinos - em Portugal e no ultramar. Perigo que poderia ser potencializado com a reprodução de impressos em áreas periféricas. O veto seria também efeito de uma política de letramento sensivelmente diferente do período anterior. Além da estabilidade e do alcance da autoridade régia no novo período, possibilitando o cumprimento da interdição a tipografias, o aparelho de Estado, ao incorporar a nova produção de conhecimento como estratégia de governo, passaria a selecionar e restringir o próprio acesso dos vassallos americanos ao mundo das letras. A presença de tipografias no ultramar seria a partir de então revestida por um temor de que se pudesse perder a dependência das regiões com o centro produtor, não só no referente a normas sociais, mas principalmente no âmbito da produção de conhecimento. Nesse temor, a leitura e a escrita no ultramar - e a produção de impressos - não reproduziriam mais apenas um discurso previamente divulgado pelo centro na periferia, depois de escrito, adequado pelo viés religioso e moral às pretensões metropolitanas, antes de transformar-se em impresso. Após as reformas pombalinas a presença da tipografia - e de modo geral de um sistema educacional abrangente como o jesuíta - representaria a possibilidade de se cultivar um ambiente ilustrado em regiões ultramarinas. Ou seja, a reprodução de impressos - e também a educação universitária - passariam a possibilitar a perda de primazia de reestruturação e desenvolvimento do reino português.

Como elemento antagônico à Ilustração que esclarecia o sujeito pela leitura, garantindo-se assim o domínio do centro, a ignorância e a marginalidade passaram a ser requisitos da dominação política como um todo, mas principalmente das vastas regiões ultramarinas. Anteriormente, o perigo estava na circulação de livros que não fossem liberados pela censura vigente, comprometendo a ordem imperial. Posteriormente, o reino não só manteria um sistema centralizado de censura, como passaria a restringir, principalmente após 1759, a instrução letrada realizada nas cidades coloniais, também fiscalizando com mais eficiência o acesso aos livros no ultramar. Como peças chave desse reformismo, entendidas como produtoras de conhecimentos úteis ao governo, a instrução, a produção e a reprodução letradas deveriam ser controladas pelo poder central. Nessa visão, certos âmbitos da cultura letrada como as universidades e as tipografias deveriam existir somente no reino.

3.2 A censura tríplice no Portugal moderno

É preciso, portanto, definir melhor o caráter das proibições régia de 1747 e inquisitorial de 1749. Segundo Robert Darnton, os livros sempre obedecem ao mesmo ciclo de vida definido como “circuito de comunicação que vai do autor ao leitor passando pelo editor (se o livreiro não cumpre esse papel), o impressor, o distribuidor, o livreiro e por vezes o bibliotecário”. O leitor completaria o circuito porque “ele influencia o autor antes e depois do ato de criação”⁶¹. Em qual dos pontos desse circuito interessava a repressão metropolitana agir quando impediu a reprodução de impressos no Rio de Janeiro? O fato é que não houve, com a medida, o impedimento de que “americanos” fossem autores de livros, desde que avaliados e impressos em Lisboa. As proibições também não representaram a repressão do comércio de livros ou da presença de livreiros, bibliotecas ou bibliotecários e principalmente leitores, ainda que restritos a parcelas de algumas elites locais. Obviamente, os impressos que poderiam circular nas colônias deveriam ser legais, ou seja, formalmente licenciados pela censura vigente. Portanto, nada diferente do que se observava no próprio reino.

Para entendermos os acontecimentos de 1747 vamos tentar compreender os mecanismos de divulgação de ideias – ou do controle delas – através dos impressos no reino e no império. Tarefa que não é simples, como adverte Leila Algranti:

[...] a História dos Livros é na verdade uma área limítrofe e marcada pela interdisciplinaridade, na qual encontramos a participação não só de historiadores, mas também de cientistas sociais e estudiosos da literatura⁶².

Pretendemos fiar-nos naquilo que Roger Chartier define como o desafio fundamental do estudo da cultura escrita, em qualquer século: identificar quais as múltiplas experiências diretamente ligadas à situação do leitor e do objeto, em que o texto é lido. Análises sobre a questão da escrita e da leitura no reino são essenciais. O esforço, porém, deve-se concentrar na comunicação impressa, portadora de materialidade própria, distinta do manuscrito e, conseqüentemente, com funções específicas na sociedade lusa de Antigo Regime, incluindo reino e império.

No caso da América portuguesa, resta saber quais eram a função e as experiências associadas ao objeto impresso naquele espaço colonial, moldado pela relação entre centro e periferia. Tentar também identificar os significados e a repercussão política do texto impresso e de sua reprodução nesse tempo; projetar a questão para a dinâmica da circulação de escritos no império, observando a impressão de obras oriundas do ultramar. A partir dessas diretrizes, esclarecer então as possíveis inconveniências – como argumentam a ordem e a carta régia – da produção de impressos no

61 Darnton, *Gens de Lettres, Gens du Livre*, op. cit., p. 153.

62 Algranti, *Livros de Devoção, Atos de Censura*, op. cit., p. 16.

ambiente colonial americano. Ou seja, ao partir do lugar ocupado pelo texto impresso na lógica política e cultural daquela sociedade, precisamos estabelecer a dimensão política contida no ato de funcionamento de uma oficina tipográfica numa cidade colonial da América portuguesa. Finalmente, mediante essas tarefas, visamos destacar as características próprias aos impressos no Portugal moderno, bem como os significados políticos e sociais associados à sua materialidade na América portuguesa.

O desafio na análise da repressão ao implemento de uma tipografia no Rio de Janeiro setecentista pauta-se pela necessidade de promover um resgate mais historicizado do controle político da comunicação impressa no Portugal moderno, o que incluiria seu império colonial. A renovação historiográfica sobre o livro também promovida entre os estudos portugueses é essencial a essa tarefa. Igualmente influenciadas pelas perspectivas da chamada história cultural, a partir da década de 1980 as investigações das práticas de leitura tendem a ser priorizadas nas análises lusas. Essa linha de estudos lançaria sementes. Dando frutos em estudos importantes, e necessários, considerados hoje ponto de partida para qualquer trabalho em torno das atividades ligadas aos livros na época moderna, como indica Diogo Ramada Curto⁶³.

João Luís Lisboa e Tiago Reis Miranda, em recente análise voltada à cultura escrita nos espaços privados no Antigo Regime português, alertam para algumas particularidades dos impressos no reino. Segundo esses autores, “o livro impresso seria idêntico ao que já se produzia, mas quem o faz e quem a ele tem acesso começa a mudar a partir do século XV”. Não se trataria de chegar “a toda a gente”⁶⁴. Mas, tendencialmente, as elites e uma grande parte das populações urbanas, segundo o artigo, confrontavam-se cada vez mais cotidianamente à necessidade de decifrar textos, ainda que curtos. Entre os séculos XVI e XVIII, Portugal continuava a ser uma sociedade predominantemente oral, da memória auditiva das tradições e dos costumes. A cultura escrita e o livro em particular teriam, segundo os historiadores portugueses, invertido perspectivas antigas, impondo novos modelos e práticas, mesmo que a maioria continuasse a não saber ler e escrever. Segundo João Lisboa e Tiago Miranda, os livros impressos teriam conduzido a uma profunda transformação social e cultural, com consequências na organização da sociedade e nas práticas individuais. Entre outras características provocadas pela popularização da leitura e do livro indicadas pelos autores, encontra-se a institucionalização da censura⁶⁵.

Sem o estudo mais aprofundado do sistema de censura vigente em Portugal na primeira metade do século XVIII, não é possível a contextualização da repressão sofrida por Isidoro da Fon-

63 Ramada Curto, “A história do livro em Portugal; uma agenda em aberto”, op. cit., p. 13-61 e *Cultura Escrita*, op. cit.

64 Lisboa & Miranda, op. cit., p. 335.

65 Idem.

seca em 1747. É preciso conectar os acontecimentos no Rio de Janeiro aos métodos e fundamentos do sistema censório luso à época, para traçar as motivações políticas da ação metropolitana naquele caso. Encontramos no trabalho de Maria Teresa Esteves Payan Martins uma abordagem renovada do tema. Influenciada em grande parte por Robert Darnton, Payan Martins realiza importante pesquisa, vastamente documentada, na qual analisa a censura literária portuguesa entre os séculos XVII e XVIII. Preocupada em entender a produção e a circulação de literatura ilegal no Antigo Regime, a autora explora as relações entre órgãos censores e os autores, tipógrafos, livreiros e leitores. Constitui, portanto, obra seminal a qualquer estudo detalhado sobre o controle de impressos no Antigo Regime português⁶⁶.

É importante destacar as características próprias do controle de impressos no Portugal moderno. Segundo Roger Chartier, na Inglaterra, já em meados do século XVI, a monarquia teria “delegado à comunidade, à corporação dos livreiros-gráficos de Londres, de um lado, o poder da censura, de exame prévio dos livros e, de outro, o controle dos monopólios sobre as edições”. Seria um sistema dominado pela profissão. Ainda de acordo com Chartier, o sistema francês seria mais estatal, “já que os privilégios ou permissões de livreria teriam sido concedidos pela monarquia através do chanceler e da administração da *Librairie*”⁶⁷. Em Portugal o quadro era peculiar. Até o início do século XVI coube aos reis, através de privilégios, favorecer a sobrevivência material no custeio dos impressos e incentivar a importação de livros de “fôrma”. A mudança essencial no sistema de controle de livros ficaria a cargo da instalação do Tribunal do Santo Ofício, em 1536. Sob controle da Inquisição estiveram, a partir da década de 1540, não só a censura prévia, mas também a fiscalização de oficinas tipográficas, livrarias e da importação de livros⁶⁸.

Para o século XVI, Ana Paula Megiani nota que, conforme os estudos avançam, mostra-se, segundo a autora, cada vez mais difícil adotar para Portugal e mesmo para a Espanha as afirmações de Lucien Febvre e de Henri-Jean Martin a propósito da dificuldade da Igreja em estabelecer seu poder sobre a atividade tipográfica durante o Seiscentos. Para esses autores “a Igreja não podia assumir, ao tempo da imprensa, o papel que desempenhara para difundir os textos na época dos manuscritos”. Para a historiadora brasileira, em Portugal, apesar da instituição da censura prévia e dos aspectos manufatureiro e mercadológico diferentes do manuscrito medieval, a possibilidade de ganho no mercado de livros só era permitida mediante a submissão às regras estabelecidas pelo tribu-

66 Payan Martins, op.cit.

67 Chartier, *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador*, São Paulo, Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 54-55.

68 Payan Martins, op. cit., p. 12-13.

nal do Santo Ofício, “com sua estrutura de censores razoavelmente organizada e distribuída pelas cidades principais do Reino”⁶⁹.

Numa interpretação um pouco diferente, Payan Martins entende que a instituição da censura inquisitorial teria sido justamente a resposta lusa à multiplicação da capacidade de produção de escritos, expressa no funcionamento das tipografias. Apesar de continuar essencialmente religioso, a implementação de um sistema censório em consequência do estabelecimento do tribunal do Santo Ofício, seria análoga ao movimento em outros reinos, nos quais, ante a incapacidade da Igreja em controlar os impressos, a fiscalização passaria ao controle do Estado, ou ao poder civil, ou da comunidade, como no caso inglês⁷⁰. Sem dúvida a censura em Portugal até 1768 era fundamentalmente religiosa, mas o sistema pelo qual agia era, na sua gênese, inquisitorial. Ou seja, no caso luso o sistema de censura formulado no século XVII não baseava-se na reinserção do livro como objeto de controle dos poderes civis, mas na criação de um sistema de controle, formulado pela Inquisição, pelo qual garantia-se a prevalência da religião no controle dos impressos. Assim, não se trata de sectionar a realidade em esferas diferentes de poderes, mas de perceber que a partir do século XVII teria ficado consagrada uma fórmula de censura que perpetuava o controle político dos impressos à esfera religiosa.

A mais antiga dessas instâncias de censura era o juízo Ordinário, remontando às tradições religiosas do catolicismo e baseando-se no direito advogado pela Igreja de controlar a propagação de heresias. A manutenção desta instância no sistema de censura continuava uma política já aplicada aos manuscritos. No entanto, a aprovação só passou a figurar como “licença”, ou seja, aprovação obrigatória e impressa em todos os textos, em 1539, no início da sistematização da censura pela Inquisição portuguesa. A licença do Ordinário ficava a cargo exclusivamente dos bispos ou, em casos mais raros, da maior autoridade religiosa. A leitura das obras podia, no entanto, ser feita pelo próprio eclesiástico ou de quem ele elegeisse, na revisão, correção nas matérias da fé e na censura dos papéis produzidos no bispado. A partir do século XVI foi comum a autoridade religiosa valer-se da análise de letrados e religiosos para melhor tomar suas decisões.

A censura inquisitorial em Portugal iniciou-se por volta de 1539; os primeiros documentos que provam a existência dessa instância censora seriam os mesmos a atestarem as primeiras licenças do Ordinário. A Inquisição, fundada em 1536, foi responsável pelas sistematização e elaboração de uma estrutura censora. Portanto, houve um certo tempo até o sistema se estabelecer de forma regular. A censura do Santo Ofício esteve também voltada ao controle das heresias e da purificação da

69 Megiani, “Imprimir, regular, negociar...”, op. cit., p. 143. Ver também Lucien Febvre & Henry-Jean Martin, *O Aparecimento do Livro*. São Paulo, Editora Unesp/Hucitec, 1992.

70 Payan Martins, op. cit., p. 12-13

fé. No entanto, nenhum dos documentos pontifícios relacionados ao estabelecimento da Inquisição denotou o pensamento de se arrogar a jurisdição dos ordinários em matéria de censura literária. O que teria gerado, nas palavras de Bruno Feitler, uma jurisdição “mista”, em que a censura da Igreja e a Inquisição conviveram em harmonia ou sobrepondo-se uma à outra⁷¹.

Para operarmos a comparação entre o Ordinário e a Inquisição, é preciso interpretá-los pelo viés político. A sobreposição de autoridade entre ambas as instâncias católicas deixa claro que, apesar do caráter essencialmente religioso de combate às heresias, a “religião” não explicava por si só o caráter dessa relação. Os ordinários, na figura dos bispos, estavam nas mais remotas partes do reino e do império português. Eles eram investidos de uma autoridade que, se não lhes permitia a impressão de papéis, podia atestar, sem contestação, a pureza da fé e dos bons costumes de uma obra escrita. Essa autoridade era extremamente benéfica à expansão ultramarina portuguesa, na qual muitas vezes os religiosos eram pioneiros. Sua autoridade a princípio garantia a conformação do discurso escrito à doutrina cristã e o benefício da realeza lusa, mas podia ser também um instrumento político das elites regionais. Os bispos podiam representar ou deixar-se influenciar pelos interesses locais, como consequência da própria rede de clientela construída à volta da maior autoridade eclesial. Dessa forma a instituição da instância inquisitorial de censura não estabelecia-se por alguma divergência doutrinal, ou por portar maior autoridade nos assuntos religiosos. Era, na verdade, uma estratégia de centralização política, pois todos os textos que se pretendiam imprimir na maior parte do reino e também nos domínios ultramarinos na América, deviam submeter-se, ainda manuscritos, ao tribunal do Santo Ofício de Lisboa.

Percebemos então que a adequação dos textos escritos ao catolicismo, a um entendimento essencialmente religioso, foi um importante instrumento de coesão política no reino e no ultramar. A presença dos bispos, com poder de exame e aprovação de obras, expandiu a adesão católica, fortalecendo também os valores sociais e a autoridade régia portuguesa. Mas ainda assim, esse atributo não contemplava, principalmente a partir do século XVI, os anseios da monarquia lusa. No caso da América principalmente, a necessidade de se remeter os manuscritos que se pretendia imprimir a Lisboa, mesmo que sob a justificativa do exame da fé e dos bons costumes, revela-se um importante instrumento político de controle do discurso impresso pela elite lisboeta. A Inquisição, sob o argumento de combate às heresias, representava muito mais que a retidão cristã, sendo também um sustentáculo de uma política de perpetuação e expansão dos poderes mais centrais, interessados no controle de produção de memória - base do sistema hierárquico -, bem como em preservar a coesão

71 Feitler, “Poder Episcopal e ação inquisitorial no Brasil”, Vainfas, Feitler & Lage (orgs), op. cit., p. 36. Para informações a respeito da censura literária no Antigo Regime em Portugal, ver Payan Martins, op. cit.

política nas conquistas ultramarinas portuguesas. Mais uma vez, se trata de excluir as populações periféricas do mundo das letras, mas de adequar os seus discursos às pretensões dos poderes centrais.

A última das três licenças, a do Desembargo do Paço, foi criada em 1576 por D. Sebastião. Determinava que todos os impressos deviam obter a aprovação do Desembargo do Paço para circular. Mesmo fixada na norma legal pelas Ordenações Filipinas desde 1603, a historiografia que analisa o material das espécies publicadas verifica que até 1628 a prática não respeitou o estatuído, pois muitos livros foram estampados apenas com as aprovações prévias do Ordinário e da Inquisição. A autoridade régia, em matéria de censura, só consolidar-se-ia de fato, em finais do reinado de D. Filipe III de Portugal (1621-1640), principalmente no período restauracionista (1640-1668). Na tentativa de compreensão do funcionamento e das motivações dos regimes censores vigentes em Portugal, Payan Martins identifica a historiografia lusa dividida entre os que acreditam que o Desembargo do Paço sobrepôs-se à Inquisição e à Igreja (Ordinário) e os que defendem que “a censura achava-se quase exclusivamente nas mãos da Igreja, só intervindo o Desembargo para zelar pelo respeito devido às leis do Reino”⁷².

Para a historiadora portuguesa a segunda postura aproxima-se mais da verdade histórica, embora lembre que todas as afirmações sobre a participação do Desembargo do Paço em questões de censura literária têm apenas caráter provisório, pois ainda não teria sido localizada a maior parte da documentação referente à censura proveniente daquele tribunal. O poder régio, embora não estivesse à frente até meados do XVIII do controle e da sistematização do exame de livros, não deixou de manifestar-se todas as vezes que seus interesses estiveram em jogo. Mas, ainda de acordo com a autora, o modelo institucional da censura intelectual vigente em Portugal de 1536 a 1768 assentou-se num sistema de censura tríplice, e respeitou, como elementos unificadores da sua ação repressiva, as determinações da Inquisição romana e as regras censórias emanadas do Concílio de Trento, publicadas a partir de 1564 em todos os índices de livros proibidos impressos por iniciativa da Inquisição portuguesa⁷³.

A criação de licenças laicas num sistema fundamentalmente religioso, que imputava aos exames de livros uma forma de combate das heresias, figura como uma primeira aproximação entre os poderes civis e religiosos. Percebe-se a criação da instância censória pelo penúltimo rei português antes da União das Coroas – D. Sebastião -, fortalecendo-se no reinado do último rei Habsburgo – D. Filipe III - e no período de Restauração. A instabilidade política entre os grupos que oscila-

72 Payan Martins, op. cit., p. 46-47.

73 Idem, p. 44-58.

vam entre os partidos “espanhol” e “português”, teria gerado uma série de libelos e impressos, tanto favoráveis à causa castelhana, quanto lusitana. A disputa entre os dois reinos católicos não teria gerado papéis heréticos ou contrários à fé católica. Ao menos no caso português, esses não poderiam ser suprimidos pelas instâncias religiosas. Ainda assim, as obras e opúsculos que circulavam, em defesa de cada uma das partes, mostravam-se extremamente prejudiciais à estabilidade política dos poderes instituídos. Foi preciso, portanto, implementar e depois fortalecer um tipo de controle que tratasse daquilo que estava fora do alcance da religião, mais especificamente, incidente sobre textos ou livros que propagavam os fundamentos sucessórios e da tratadística política de cada uma das partes. Confirmando e fortalecendo seus poderes em momentos de afirmação política. Não tratava-se, nessas querelas ibéricas, de combater a heresia, mas de uma disputa entre duas casas católicas pelo poder civil ou régio⁷⁴.

Percebemos então uma primeira secção nos assuntos censórios, ou seja, a existência e a necessidade de uma instância dedicada aos casos de interesse do poder régio, não abarcados pela religião. Mas pode-se perceber que na sua essência o sistema continuaria o mesmo. Na verdade a introdução do poder laico encontrava-se balizada, de certa forma, pela religião, pois os bispos e a Inquisição permaneceriam como o principal fundamento do sistema censório. Dessa forma as vicissitudes históricas, mais que a necessidade de reforma do sistema, foram responsáveis pela afirmação da instância “laica” de censura. Consequentemente, pelo entendimento de que existiam distintas instâncias do poder político.

4. Os impressos na cultura política lusa e no ultramar

Através do sistema de controle de impressos aproximamo-nos do sentido político da censura, finalmente das características políticas da comunicação impressa em Portugal. Percebemos então que o episódio que estudamos insere-se nos últimos momentos de um sistema de controle de impressos forjado entre os séculos XVI e XVII. Embora nossa intenção seja elucidar especificamente o caso da malfadada tipografia de 1747, o sistema de controle hostil àquele empreendimento estava estabelecido desde os finais do século XVI, ocupando um período extenso, não só da colonização da América, mas da construção do império ultramarino. Elucidar os fundamentos dessa censura pode auxiliar em questões ainda pendentes na historiografia brasileira a respeito do controle dos im-

74 A título de exemplo sobre essas clivagens de grupos entre a União das Coroas e a Restauração em Portugal, Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes*, op. cit. Sobre esse surto de panfletos em prol das causas brigantina ou Habsburgo, também verificável pela coleção Barbosa Machado, Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 73 e 88. Ver também Bentes Monteiro & Jorge Miranda Leite, “Os ‘manifestos de Portugal’. Reflexões acerca de um Estado moderno”, Martha Abreu; Rachel Soihet & Rebeca Gontijo (orgs.), *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 111-129.

pressos no Novo Mundo, além de promover reflexões na comparação com outras regiões coloniais lusas ou mesmo entre outros impérios ultramarinos europeus.

A base religiosa da censura portuguesa anterior a 1768, uma característica ibérica – o que não significa a inexistência de atuação régia –, esclarece alguns fatos, mas também exige novas reflexões. O espanhol Fernando Bouza Álvarez, autor influente na revisão da história do livro e da leitura em Portugal, dedica-se ao estudo das transformações e consequências da expansão da cultura letrada na Europa, em particular na Espanha dos reis Filipes. Apesar da distância cronológica de seus temas, centrados nos séculos XVI e XVII, Bouza Álvarez esclarece noções ainda presentes na ação da censura intelectual e do controle de tipografias em Portugal na primeira metade do XVIII. O perigo de se ler nos séculos XVI e XVII, segundo esse historiador, era que a leitura, apesar de interpretada como companheira e mestra da sabedoria, podia ser também entendida como a porta da perdição⁷⁵. Entendia-se a leitura como uma atividade perigosa, mas o seu perigo não seria o da “ilustração” ou do escape de um estado de tutela expresso, por exemplo, na condição colonial, mas o da danação. Combatia-se fundamentalmente, como bem define Megiani, a heresia e as ideias desviantes. A negação dos valores cristãos era o fator politicamente perigoso, pois poderia levar ao não reconhecimento do rei português pelos seus vassallos e à insubmissão à hierarquia daquela sociedade. Não negamos, portanto, a importância política do controle intelectual e de impressos no Portugal moderno até o reinado de D. João V, mas notamos que é necessário interpretá-lo de acordo com a dinâmica de uma ordem na qual a prática da fé e da moral católicas eram essenciais para a submissão à coroa e a manutenção da coesão “imperial”.

Quando projetada ao âmbito colonial, a censura, pelo seu caráter inquisitorial, deve ser entendida como parte integrante de uma política de expansão e de manutenção do império baseada na fé católica. Para Stuart B. Schwartz, os impérios, ao longo da história, teriam desenvolvido diferentes estratégias de inclusão. Tanto Espanha quanto Portugal, segundo o autor, teriam no início do século XVI adotado e imposto políticas de intolerância religiosa como caminho preferencial para assegurar a submissão de seus súditos e, supostamente, sua lealdade. De acordo com Schwartz, os impérios precisavam projetar um senso de participação e, supostamente, de identidade, algo que constituiria um modo de silenciar ou sobrepujar as diferenças linguísticas e culturais. Em ambos, ainda de acordo com o autor, o Santo Ofício da Inquisição também teria se tornado uma extensão da autoridade política, embora enfrentasse problemas de jurisdição com outras instituições e com o poder civil, forjando-se com o tempo uma separação entre os objetivos da monarquia e os do Santo Ofício.

75 Bouza Álvarez, *Del Escribano a la Biblioteca*, op. cit., p. 116.

cio⁷⁶ O sentido religioso do controle do discurso estaria expresso em um sistema que, eficientemente centralizado, pretendia submeter o discurso dos súditos de mais variadas origens à ortodoxia católica, fundamento da ordem imperial. Sem dúvida havia interesse político no controle do discurso impresso, mas o catolicismo que fundamentava-o, como já demonstramos, torna sensivelmente diferente a sua abordagem.

Voltando ao nosso tema, a incorporação do caráter inquisitorial da censura torna mais claros alguns aspectos da atuação de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. Tipógrafo experiente, ele parece ter executado uma estratégia que testava os limites daquele sistema. O que não era incomum, pois, segundo Payan Martins, “divididos entre a lei da oferta e da procura e a regulamentação oficial sobre a censura literária, os impressores tentaram contornar os obstáculos repressivos pelo recurso a um sem número de estratagemas”⁷⁷. Mas o caso de Isidoro da Fonseca é peculiar. Diferente da produção ilegal da qual trata a autora, a intenção do nosso tipógrafo não parece ter sido a impressão de obras ilegais, já que expôs nos papéis que imprimiu no Rio de Janeiro a origem “colonial” das obras. A petição feita ao Conselho Ultramarino em que Antônio Isidoro pedia permissão para se restabelecer na América confirma essa perspectiva, pois nela ele se mostrava disposto a submeter-se ao controle das autoridades locais e centrais⁷⁸. Procurou imprimir textos insuspeitos, como as teses jesuíticas, cercar-se de autoridades eclesiásticas, contando inclusive com a licença do Ordinário em *Relação da Entrada ...* e no compromisso de irmandade de Catas Altas. A permissão dada pelo bispo Malheiro era uma espécie de atestado ao catolicismo dos opúsculos que não podia ser contestado pela Inquisição, muito menos pelo Desembargo do Paço. Com isso Isidoro da Fonseca parece, intencionalmente, deixar claro que, apesar do funcionamento irregular da tipografia, as obras que imprimia não incorriam naquilo que fundamentava o controle de impressos naquela época: a heresia e as ideias desviantes⁷⁹. Podemos imaginar que o respeito às leis, costumes e religião verificado na produção de Isidoro, influenciou diretamente na sinuosidade do texto de proibição régia, já que, fundamentalmente, os delitos do tipógrafo não atentavam diretamente à ordem estabelecida. A interdição régia mostra, porém, que os inconvenientes da reprodução impressa situavam-se além das ideias que os escritos vinculavam, parecendo incidir na própria produção de impressos e na manutenção do império ultramarino luso, conforme ele se apresentava.

76 Stuart B. Schwartz, “Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna”, Vainfas & Bentes Monteiro, op. cit., p. 25.

77 Payan Martins, op. cit., p. 582.

78 *Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro, cat. 14762. Ver: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/03/primeira-imprensa-joanina-no-brasil.html>. Acesso em 24/03/2012.

79 Megiani, “Imprimir, regular, negociar...”, op. cit., p. 142.

Em âmbito imperial, associado aos fundamentos religiosos do controle de impressos, estaria o governo ultramarino e, principalmente, a construção da sua memória. A prevalência da forma manuscrita de comunicação entre as partes coloniais e o centro do império não poderia ofuscar a função do impresso nesse contexto. O fato de regiões coloniais como a América não terem abrigado tipografias que funcionassem regularmente, não significa que os impressos fossem irrelevantes na manutenção do poder metropolitano e na adesão dos vassalos ultramarinos americanos à ordem imperial. Na verdade, o impresso, em dimensões imperiais, esteve intimamente ligado ao papel fundamental da escrita e da leitura nessa dinâmica. A imprensa no mundo luso colonial deve ser pensada em conexão às características da comunicação escrita nesse império, instrumento que permitia a centralização dos poderes políticos nas mãos da coroa por um lado, e a ascensão social de vassalos ultramarinos pelo outro, como destaca Raminelli. Desse modo, ainda segundo o autor, garantia-se o controle das regiões imperiais pelos poderes centrais e a adesão dos súditos através da concessão de títulos e honrarias àqueles que se dedicavam à pena durante a expansão e a consolidação imperial. Serviço que, com o passar do tempo, igualava-se em importância à própria guerra nas regiões periféricas do conjunto de possessões ultramarinas lusas. A escrita despontava também como instrumento de negociação, já que os textos, produzidos por súditos residentes ou oriundos do ultramar, atraíam o interesse dos poderes centrais, pelo seu poder de informação e de produção de memória. Ao mesmo tempo, a manutenção da centralidade metropolitana perpetuava-se, pois o interesse principal dos súditos, no envio de relatos e notícias ou mesmo na organização de documentos, era ver reconhecidos os seus esforços através da concessão de privilégios reais⁸⁰. Cabe então tentar entender o papel da comunicação impressa nesse jogo de poder.

Ronald Raminelli relata casos em que alguns indivíduos tinham tanto interesse em imprimir relatos manuscritos que deslocavam-se para a metrópole. Quase sempre esses mesmos indivíduos figuravam como personagens principais em narrativas de atos de guerra ou na ampliação e consolidação dos domínios régios no ultramar. Certamente, ao deslocarem-se para o reino, buscavam apoio para serem bem sucedidos no processo de impressão, o que significava divulgar a relevância da obra, obter meios de financiamento e apoio político para superar o sistema censório que, apesar de rígido, não era invulnerável a influências políticas⁸¹. Fica, portanto, indicado que a transformação de relatos manuscritos em impressos foi parte integrante de trajetórias de ascensão social e de produção de uma “memória imperial”. Lembremos que nem todas as obras, mesmo sendo relevantes, financeiramente viáveis ou aprovadas pela censura, foram levadas ao prelo; algumas chega-

80 Raminelli, op. cit., p. 17-60.

81 Payan Martins, op. cit., p. 547-549.

ram a ser proibidas depois de impressas⁸². A impressão de textos manuscritos tampouco foi determinante para o reconhecimento régio e a aquisição de benesses. Mas, como parece indicar o interesse de autores e personagens, permitia potencializar as funções da escrita. Apesar de continuar fundamentalmente religiosa, a formação da censura tríplice em razão da difusão de impressos em Portugal parece indicar que os poderes instituídos também foram atentos ao dinamismo da comunicação imposta pela reprodução de impressos.

A censura, materializada na forma de licenças, estampadas em todas as obras que necessitavam ser revistas, criava uma das principais diferenças entre os manuscritos e impressos: a necessidade dos livros e opúsculos serem previamente aprovados para existir⁸³. Obviamente tratamos daqueles que pretendiam produzir obras pelos meios legais. A consolidação da premissa da censura em Portugal foi, em parte, facilitada tanto pelas características da expansão tipográfica naquele reino, quanto pelas peculiaridades da própria técnica de reprodução de impressos. Dependentes de privilégios para poderem auferir lucros, desde o século XVI tipógrafos portugueses, ou que passaram por Portugal, aspiravam conseguir alguma mercê ou privilégio como impressor régio, ou atuar como livreiro de um arcebispo ou cardeal. Lisboa concentrou, durante o Antigo Regime, a maior parte dos tipógrafos. Conforme Bentes Monteiro e Cardim:

Em parte, tal deve-se ao fato de a cidade ser enorme para o panorama português da época e se tratar, por isso mesmo, de um mercado aliciante para impressores; mas também porque, porto oceânico, era evidentemente um importante polo receptor e difusor de notícias. A presença em Lisboa dos principais “encomendadores” – a casa real e as grandes casas aristocráticas – também fazia com que esses impressores se estabelecessem na cidade capital⁸⁴.

Apesar do aumento da capacidade de produção das tipografias ter imposto novas estratégias de controle, o impresso dependia, ao contrário do manuscrito, de um processo de manufatura, de um maquinário, e não somente do autor, da pena e do papel. O desafio do controle da difusão do li-

82 *Exame de Artilheiros ...* é um exemplo, embora não tão comum, de obra que, depois de liberada pela censura e impressa, foi mandada recolher pelo “juiz da Alfama”, por maus usos dos títulos e honras militares. Ver: Alpoim, op. cit.

83 Para João Lisboa e Tiago Miranda a censura, tal qual se organizava a partir do século XVI, era fruto da imprensa. Lisboa & Miranda, op. cit., p. 359.

84 Nuno Gonçalo Monteiro mostra que entre os séculos XVII e XVIII a maior parte das casas aristocráticas tinha já suas residências estabelecidas em Lisboa. Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 205-499. Cf. Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 93.

vro está claro, mas deve-se levar em conta que, em contraponto à capacidade de reprodução das tipografias, a dependência de um processo de produção facilitava a sua fiscalização. Mesmo entre as obras ilegais impressas em Portugal no Antigo Regime, não foram raras aquelas que citaram em suas páginas – como fez Isidoro da Fonseca na tese jesuítica escrita na Bahia – licenças inexistentes a fim de ludibriar os leitores, despistar autoridades ou atribuir credibilidade ao texto. Destaca-se então um princípio, que rege até as estratégias ilegais, pelo qual o impresso parece figurar, antes de tudo, como um discurso aprovado pela principal elite imperial, através das instituições de controle dos poderes centrais. Talvez a produção de Isidoro fosse uma ameaça, não por reproduzir textos heréticos ou perigosos, mas por desafiar a centralidade metropolitana – lisboeta principalmente – inerente ao exercício de impressão.

Diferente dos tempos contemporâneos, em que um livro precisa circular para se construir interpretações críticas ao seu respeito, a comunicação impressa no Antigo Regime português, por ser previamente censurada, potencializava a confiabilidade do texto, a relevância da matéria e a afinidade do discurso com as pretensões centrais e a preservação da hierarquia social. Para Fernando Bouza, na época moderna o fenômeno comunicativo teria sido estruturado por uma forte vontade de conduzir condutas – ligado ao esforço de disciplinamento social. A informação impressa, por circular de forma mais massificada, comportava certa responsabilidade, porque transmitia ensinamentos, os quais circulavam pelos meios mais adequados: oral, iconográfico e escrito⁸⁵. Os impressos nessa época seriam, segundo Christian Jouhaud e Alain Vala, dispositivos retóricos para agir sobre os leitores, e não um reflexo linear da opinião pública daquele tempo. Eram textos empenhados em confirmar a ordem e a hierarquia, mas também em frisar que era fundamental restaurar a ordem no momento em que ela se rompia⁸⁶. Autores como Roger Chartier e Fernando Bouza têm sublinhado a importância de se considerar códigos de leitura, referentes não apenas à oralidade dos textos ou a sua comunicação visual – mesmo em documentos escritos -, mas também às formas gráficas, que diferenciam muito os impressos dos manuscritos, mais originais. É relevante também, conforme lembram Bentes Monteiro e Cardim, que por trás do nome de cada impressor, havia outras hierarquias sociais, repletas de tensões, nas tipografias expostas, que não aparecem nos documentos⁸⁷. Conforme os dois autores:

85 Bouza Álvarez, “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”, *Cultura. Revista de história e teoria das ideias. Livros e cultura escrita. Brasil, Portugal, Espanha*, v. XIV, IIª série, 2002, p. 133-134.

86 Christian Jouhaud & Alain Vala (orgs), *De la Publication: entre Renaissance et Lumières*, Paris, Fayard, 2002. Ver Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 98.

87 Bouza Álvarez, *Imagen y Propaganda*, op. cit., p. 134-152; Chartier, *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 263-271. Cf. Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 93.

Como assinala André Belo, o relato impresso, quando comparado ao manuscrito, tinha, em princípio, um tempo de produção - e de seleção dos assuntos - mais lento e ponderado. Comparando o que algumas memórias coetâneas contam do Portugal do século XVIII com aquilo que surgia em suporte impresso, Belo nota que, enquanto os relatos manuscritos estão cheios de alusões a conflitos, os impressos tendem a transmitir uma visão muito mais harmoniosa da dinâmica social⁸⁸.

Baseados nesses autores, mas destacando as licenças estampadas nas obras legais, estamos menos voltados às questões materiais dos textos como pontuação, posicionamento das letras ou ornamento do texto. Pretendemos, na presente discussão, indagar sobre a própria apresentação do texto na sua forma impressa. Ou seja, gostaríamos de frisar que o impresso, pela exigência de aprovação censória, poderia incorporar significados ao texto transmitidos antes – ou às vezes de forma independente – da leitura da obra. Por mais que os textos não expressassem todas as tensões expostas na tipografia, a sua forma impressa, por si só, significava o sucesso de redes complexas de influência e poder. A aprovação da censura prévia, apesar de opressora, corroborava o alcance e a afinidade dessas redes – inerentes aos impressos – ao regime vigente. A vigilância eficiente, mormente inquisitorial, auxiliava, entre os séculos XVI e XVIII, na construção do impresso como um objeto intimamente ligado aos poderes centrais portugueses, ou portador de uma mensagem que - diversa do manuscrito, por estar impressa - já fora atestada pelas instituições de manutenção da hierarquia social. A impressão de obras, justamente por ser censurada e fiscalizada, quando legalmente produzida, conferia prestígio a autores e personagens na busca por mercês. Interessava também ao centro, pois a censura, ao selecionar as comunicações ultramarinas que de manuscritas e particulares tornavam-se impressas e públicas, mantinha sob sua supervisão a própria construção da memória imperial.

A periculosidade de uma imprensa numa área periférica, como a América, talvez não estivesse ligada a possível superação da condição colonial, pela ruptura que causaria a circulação de

88 “Em trabalho recente sobre a *Gazeta de Lisboa* (contemporânea a Barbosa Machado), André Belo fornece exemplos de censura régia sobre a circulação de notícias e de relatos de acontecimentos, todos eles do tempo de D. João V. Na correspondência de dignitários ligados à *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, é possível perceber que existiam ordens do rei para não se tocar em certos assuntos. Havia, desde logo, constrangimentos de tipo espacial. Assim, e por exemplo, não se podia falar de casamentos de fidalgos de fora da corte. Mas havia também constrangimentos hierárquicos: só se podia fazer referência a eventos protagonizados pela grande nobreza ou por figuras de relevo da vida cortesã. Quanto à reação a esses constrangimentos, Belo assinala que o responsável pela gazeta nem sempre estava de acordo com as sugestões ou instruções que lhe davam, mas reconhece, igualmente, que a sua margem de manobra era reduzida. Belo constata que o responsável pela gazeta se encontrava enredado numa pluralidade de dependências: dependia do rei, mas também de personagens poderosas, e sem esse apoio dificilmente teria condições para desenvolver seu trabalho erudito de forma contínua. A esse respeito, o redator da *Gazeta de Lisboa* não se distingue muito da generalidade dos homens de letras daquele tempo”. Bentes Monteiro & Cardim, op. cit., p. 98-99.

ideias impressas. O perigo, de acordo com o que se sucedeu a Antônio Isidoro, talvez estivesse justamente na possibilidade da produção de obras que, por estarem de acordo com as normas vigentes e revestidas de ares de legalidade, poderiam promover memória, conseqüentemente honras, de modo autônomo. Ou seja, ao reafirmarem os valores e as formas textuais, os documentos impressos ou suspeitos de terem sido impressos por Isidoro da Fonseca, reforçam a crença dessa sociedade no sistema que a regia. Entretanto e justamente por esses aspectos, esse ato transferia a uma área periférica uma das atribuições básicas da centralidade metropolitana, a capacidade de atribuição de honras e a conseqüente distribuição de mercês.

Ao analisar os meios de ingresso das elites ultramarinas americanas na Universidade de Coimbra, Caio Boschi percebe, para o final do século XVII, quando a coroa conferiu estatuto civil aos colégios jesuítas na América portuguesa, que “o ensino superior foi uma efetiva realidade na paisagem educacional do Brasil Colônia”. Para Boschi a educação, sob predomínio quase absoluto dos inacianos, esteve “perfeitamente ajustada às diretrizes da política colonizadora do Reino”. As escolas e seminários, segundo o autor, formavam as camadas sociais dominantes em ensino de teologia e das ciências jurídicas. Ensino que “mesmo distante das novas ideias que circulavam e que já adquiriam tímida presença em algumas instituições europeias”, de acordo com Boschi, “não destoava da proposta pedagógica implementada em outras partes do Ocidente, como nas universidades espanholas e nas sucedâneas na América Latina”⁸⁹.

Para o nosso tema, destaca-se a afirmação do autor:

[..] o panorama educacional da colônia portuguesa em quase nada discrepava do modelo metropolitano: cultura clássica e formal, sob a égide da erudição tradicionalista e do dogmatismo escolástico, onde as ciências físicas e naturais ocupavam espaço secundário ou nenhum. A mudança de mentalidade, como se sabe, é fenômeno setecentista, quando o progresso cultural passou a clamar por ensino consentâneo com o avanço científico e com a nova realidade histórica⁹⁰.

Em estudo mais recente e já citado, Íris Kantor, ao indagar sobre a inexistência de imprensas e universidades quando fica comprovada a ascensão de luso-americanos na administração central, afirma que a formação e a sociabilidade na metrópole forjariam no horizonte desses súditos uma “pátria imperial”⁹¹. A criação, segundo a autora, de um centro político e intelectual no espaço

89 Boschi, op. cit., p. 101-102.

90 Idem, p. 102.

91 Kantor, “As academias brasílicas...”, op. cit., p. 283.

americano implicava ampliar o acesso dos segmentos mestiços aos quadros administrativos locais. Pensando estritamente na questão da imprensa e em relação a um período anterior, pode-se imaginar, baseando-se nas contribuições de Kantor e Boschi, que a inexistência de tipografias na América deveu-se até o século XVIII muito mais à persuasão exercida pela aprovação metropolitana do que à força. Primeiro, porque o letramento não tinha naquele contexto como ideal a transformação social ou o conhecimento científico, mas era um meio de aproximar, sob a erudição tradicional e o dogmatismo escolástico, o centro e as periferias ou fortalecer os elos entre os vassalos, a religião e o rei. A censura e a impressão no reino seria então uma condição normal e até desejada na intrincada relação de interesses a rodear os textos que se pretendiam imprimir, principalmente os de origem ultramarina. A ausência de tipografias na América significava a chance de ser avaliado e tomar parte da construção e da manutenção do império sob as licenças e louvores das principais instituições da corte lusa. Ou seja, a disposição dos vassalos luso-americanos não teria residido na expansão da imprensa ou na impressão a qualquer custo, ampliando as regiões de produção impressa no império. O objetivo era produzir papéis aprovados pelos principais órgãos do poder central, com pretensões consoantes à manutenção de uma ordem hierarquizada e excludente, e não à difusão indiscriminada dos mecanismos de ascensão social.

Antes de nos esgueirarmos sobre as precondições sociais, econômicas e culturais que estimularam e permitiram a instalação e o funcionamento de uma tipografia no Rio de Janeiro, vertemos nossas atenções à análise das fontes produzidas nesta oficina. Percebemos o relativo abandono do tema face às inovações metodológicas e teóricas ligadas à história do livro e da leitura e a identificação de novas fontes – produzidas por Isidoro ou relativas ao episódio. Portanto, o quadro solicita uma revisão das investigações anteriores. Significa rever as mais sólidas assertivas, por décadas moldando o entendimento da historiografia, e tentar estabelecer novos paradigmas e ângulos de análise. Faz-se essencial, assim, a reavaliação dessas fontes.

As fontes e o tempo

Pode-se encontrar referências à oficina de Antônio Isidoro em estudos sobre o período colonial, abordando diferentes aspectos daquela sociedade. Mencionado, sobretudo, em trabalhos voltados à bibliofilia, o episódio foi – e ainda é – comumente citado em comentários sobre as condições da cultura letrada no período colonial, a circulação e o consumo de livros e acerca da leitura, ou nas investigações a respeito das origens da imprensa periódica. Mas também é abordado em estudos de caráter econômico, ou ainda sobre a história do Rio de Janeiro. Paradoxalmente, a malfadada produção tipográfica foi pouquíssimas vezes investigada a fundo. Raros foram, por exemplo, os autores que dispuseram-se a analisar de modo intenso as fontes produzidas nesta oficina¹. A descoberta de outros documentos ligados ao período em que Isidoro da Fonseca esteve na América permitiu-nos tecer novas hipóteses e vislumbrar perspectivas pouco exploradas. Essas novas fontes, além de somarem informações que não haviam sido apuradas, fizeram-nos perceber a necessidade de atualizar questões a respeito de alguns documentos há muito conhecidos.

Segundo Rubens Borba de Moraes, um dos primeiros autores a comentar o caso foi Francisco Adolfo de Varnhagen. Na primeira edição da sua *História Geral do Brasil*, em 1857, o autor comentou a existência de uma imprensa no Rio de Janeiro, estabelecida em 1747 por Antônio Isidoro da Fonseca que, “sem ser clandestinamente”, imprimiu um livro “acerca da entrada do último

1 Clemente Bradenburger, “Die Seltesten Brasilianischen Drucke”, *Gutenberg-Festschrift*, apud Rubens Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, Brasília/Rio de Janeiro, Briquet Lemos/Casa da Palavra, 1998, p. 160; *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; *Bibliografia Brasileira*, São Paulo, Edusp, 2010; Afonso d’E. Taunay, *De Brasiliae Rebus Pluribus*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1936; Alexandre Passos, *A Imprensa no Período Colonial* (os cadernos de cultura), Rio de Janeiro, Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Saúde, 1952; Wilson Martins, *A Palavra Escrita*, São Paulo, Anhembi, 1957; Carlos Rizzini, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1946 e *O Jornalismo Antes da Tipografia*, São Paulo, Nacional, 1977; Néelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Juarez Bahia, *Jornal, História e Técnica*, São Paulo, Ebrasa, 1972; José Marques Melo, *Sociologia da Imprensa Brasileira. A implantação*, Petrópolis, Vozes, 1973; Aníbal Bragança, “Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as Origens da História Editorial Brasileira”, Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação – Santos, 29/08 a 02/09/2007, do mesmo autor “Uma introdução à história editorial brasileira”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, v. XIV, II série, 2002, p. 57-83; Márcia Abreu & Bragança (orgs.), *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, São Paulo, Editora Unesp, 2011; Francisco G. Cunha Leão, *Notas Bibliográficas. A primeira imprensa joanina no Brasil, A oficina de Antônio Isidoro da Fonseca (act. 1728-1750)*, Biblioteca da Ajuda http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/index03.htm, 10/06/2007. Acesso em 24/03/2012; Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil. Sua história*, São Paulo, Edusp, 1985. Entre os que também citaram a tipografia do Rio de Janeiro, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 85-87; Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 326-327; Nireu Cavalcanti, *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 145-156.

bispo”. Ainda na esteira de Borba de Moraes, Varnhagen foi o responsável pelas dúvidas lançadas a respeito do possível envolvimento de Isidoro da Fonseca com as publicações dos livros do então lente – ou seja, professor – da Academia do Rio de Janeiro, o engenheiro-militar José Fernandes Pinto Alpoim. Na segunda edição de sua obra, em 1877, Varnhagen afirmaria:

Não falta quem opine que aí também foi impresso, senão *Exame de Bombeiros*, do lente da Escola de Artilharia Alpoim, pelo menos *Exame de artilheiros*, do mesmo autor, mandado recolher por Carta Régia de 15 de julho de 1744 ao corregedor da Alfama de Lisboa, sob pretexto de não se cumprir nele com pragmática dos tratamentos².

1. Isidoro da Fonseca e as obras publicadas por Fernandes Alpoim

As dúvidas em relação às obras de Alpoim estabeleceram-se por terem sido ambos os livros escritos no Brasil, como consequência – segundo o próprio autor – das aulas do Terço de Artilharia ministradas no Rio de Janeiro pelo próprio Alpoim. Destaca-se também o fato de serem as duas dedicadas ao governador Gomes Freire de Andrade, sendo compostas, nas respectivas introduções, por cartas de autoridades militares que atuavam na América portuguesa à época. Mas *Exame de Artilheiros* exibe em seu frontispício a indicação: “Lisboa. Na nova Officina de Jozé Antonio Plates, 1744. Com todas as licenças necessárias” enquanto *Exame de Bombeiros*, apesar de ter obtido – assim como a primeira obra de Alpoim – todas as licenças necessárias para a impressão em Lisboa, exibe como local de impressão: “Madrid, en la Officina de Jozé Martinez Abad. Com todas las licenças necesárias. 1748”³.

A partir da obra de Varnhagen percebemos, entre os vários autores que citaram o caso, desencontro em relação às datas que limitavam os acontecimentos, principalmente em qual seria a exata produção conhecida desta tipografia colonial. A diversidade de opiniões entre os estudiosos persistiu até Félix Pacheco realizar sua investigação⁴.

Diretor do *Jornal do Commercio* e colecionador de Brasiliana, Pacheco escreveu ainda nos anos 1930 uma obra de referência aos estudos sobre a atuação de Isidoro da Fonseca, intitulada *Duas Charadas Bibliográficas*. Apesar de ser o primeiro a dedicar-se a uma profunda pesquisa, o livro de Pacheco não se trata – como repara Borba de Moraes – de um estudo sistemático da tentativa

2 Apud Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 160. José Fernandes Pinto Alpoim, *Exame de Artilheiros – 1744* (reprodução fac-similar como nota biográfica e análise crítica de Paulo Pardal), Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1987, p. 43.

3 Idem. Para versões digitalizadas de *Exame de Bombeiros* ver: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or96542/or96542.pdf Acesso em 24/03/2012.

4 Ver, por exemplo: E. Taunay, op. cit. e Passos, op. cit.

de introdução da imprensa no Brasil. Seu livro é, na verdade, a publicação de uma coletânea de artigos e cartas trocadas com Afonso Taunay e outros, à medida que fazia suas investigações, mormente em relação à suspeita de envolvimento de Antônio Isidoro com os livros de Pinto Alpoim⁵. Ao comentar a obra de Pacheco, Borba de Moraes afirma que “não existe livro mais difuso, confuso e obtuso”⁶. Ainda assim, essa obra é a mais completa – se não a única – investigação extensiva de análise dos documentos impressos – ou que supõe-se terem sido produzidos – por Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro.

Rubens Borba de Moraes, apesar de manter uma posição dúbia em relação ao local de produção de *Exame de Bombeiros* – o segundo livro de Alpoim -, em seu trabalho de síntese, antes de atribuir a Varnhagen a “lenda” da impressão dessas obras no Rio de Janeiro, afirma:

Pode-se dizer que até Felix Pacheco, em 1931, esclarecer, em parte, a história da *Relação da entrada do bispo*, muita gente erudita (...) acreditava que da “segunda oficina” tivessem saído dois outros livros: *Exame de bombeiros e Exame de artilheiros*, ambos de autoria de José Fernandes Pinto Alpoim, lente da Escola de Artilharia do Rio⁷.

Conhecido pela erudição bibliófila de colecionador de livros, Borba de Moraes iria ser o responsável pelas síntese, difusão e complementação das informações levantadas por Pacheco. Teria, portanto, sido melhor determinada – após as pesquisas de Pacheco e a síntese de Moraes – a produção de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. A partir de investigação arquivística e da comparação entre fontes, Félix Pacheco consegue sanar as dúvidas a respeito da existência da oficina de Antônio Plates em Lisboa, conforme indicado na primeira obra de Alpoim de 1744. Identifica ainda características em *Exame de Artilheiros* que ligam essa obra escrita no Rio a outras comprovadamente impressas na oficina de Plates, praticamente extinguindo as dúvidas a respeito do local de impressão dessa obra. A certeza da inexistência de vínculos diretos entre Antônio Isidoro e essa primeira obra militar se solidificaria quando os levantamentos das obras produzidas por esse impressor comprovaram que, em 1745, ele ainda estava ativo na corte reinol. Ou seja, *Exame de Artilheiros*, contando com todas as licenças necessárias à impressão, foi inclusive elogiado por Manuel Fortes, qualificador – ou censor – do poder régio, para quem o livro apresentava “tão útil doutrina de que trata, e tão

5 Félix Pacheco, *Dois Charadas Bibliográficas*, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1931. A obra de Pacheco conta ainda com um anexo com as reproduções fac-similares de *Conclusiones Methaphysicas ...*, *Relação da Entrada ... e Em Aplauso do Excelentissimo ...*.

6 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 162.

7 Idem, p. 159. Alpoim, op. cit., 1744 e 1748.

pouco o que dela se acha escrito no nosso idioma”. Havia sido assim uma obra impressa em Portugal e de maneira lícita. Logo em seguida teria sido mandada recolher, como já comentara Varnhagen⁸.

Em relação a *Exame de Bombeiros*, Félix Pacheco estava convicto que a indicação de impressão em Madri, na oficina de Jozé Martinez Abad, em 1748, também não era falsa. Ainda que tenha sido comprovada a existência deste tipógrafo na corte espanhola, tal afirmativa foi criticada por alguns autores, principalmente porque não se pode ignorar a exótica impressão em Madri, depois da obra ter alcançado todas as licenças em Lisboa. Não resta dúvida sobre a existência de Jozé Martinez Abad, membro de uma linhagem extensa de impressores espanhóis. Mas, apesar de contemporâneo a Isidoro da Fonseca, ainda não foram localizadas obras que, impressas por sua oficina, alcancem ou ultrapassem a data de impressão de *Exame de Bombeiros*. Algo que não deixa claro se esse livro seria a última produção conhecida deste tipógrafo, ou se o artifício teria sido uma eficiente forma de escapar aos poderes que já haviam perseguido o primeiro livro de Alpoim. Borba de Moraes ainda critica as conclusões de Pacheco que, ao admitir ter sido a obra impressa em 1748, como parecem indicar a capa e as datas pelo processo de censura, não explica porque alguns exemplares desta obra hoje conhecida exibem numa de suas páginas a estampa com a legenda: “Rio 1749”⁹.

Ainda que se admita que este livro porte algum tipo de falsificação, é possível apontar outros fatores que afastam a possibilidade da sua produção no Rio de Janeiro. O mais importante seria a diferença entre a qualidade gráfica do livro de Alpoim em comparação aos demais documentos conhecidos e comprovadamente impressos no Rio de Janeiro. A superioridade gráfica de *Exame de Bombeiros* – que guarda semelhanças com *Exame de Artilheiros* -, composto por 444 páginas, com desenhos técnicos e ilustrações complexas, representa, ainda hoje, a maior evidência de que essa obra dificilmente teria sido produzida na mesma oficina daquelas outras impressas no Rio. Ou seja, a comparação entre os documentos que até então se sabia terem sido produzidos na cidade e o segundo livro de Alpoim não permitia traçar paralelos entre os exemplares, levando à conclusão de que a oficina de Isidoro da Fonseca não teria condições técnicas de produzir algo tão extenso e complexo em termos gráficos. Outro ponto abordado por Borba de Moraes a desconfiar da origem fluminense da obra em questão – comumente reproduzido por vários autores – refere-se ao fato do processo de avaliação da censura, impresso no livro, ter sido iniciado em 1748. A publicação do livro seria então posterior às ordens régias que reprimiram a oficina no Rio já em 1747. Segundo essa interpretação, a repressão régia teria feito com que Antônio Isidoro paralisasse imediatamente suas

8 Pacheco apud Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 159. Alpoim, *Exame de Artilheiros* ..., op. cit., p. 43.

9 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 162.

atividades no Rio de Janeiro, retornando a Lisboa. O tipógrafo só teria se manifestado, ainda nessa visão, quase três anos depois, quando requereu ao Conselho Ultramarino entre 1749 e 1750 permissão para retornar à América – ao Rio ou à Bahia, conforme a petição. Mas seu pedido foi “escusado”. Na suposição de que Isidoro já se encontraria em 1748 em Portugal, ficaria, portanto, mais difícil relacioná-lo a *Exame de Bombeiros*¹⁰.

Ainda assim Borba de Moraes é mais cauteloso que Félix Pacheco, ao admitir, principalmente em relação a *Exame de Bombeiros*: “nada se sabe ao certo”. Nosso trabalho não intenciona analisar os locais de impressão dos livros de Alpoim. Mas, pela importância que esses já desempenharam nas discussões a respeito da atuação de Isidoro da Fonseca, não é possível abordar a sua “segunda oficina” sem comentar as suspeitas de envolvimento do tipógrafo nessas publicações. Sobretudo no referente ao segundo livro de Alpoim, demonstramos que o desenvolvimento da pesquisa a respeito de Isidoro da Fonseca deixa espaço para a revisão de algumas conclusões há muito divulgadas pela historiografia. Hoje podemos afirmar, por exemplo, que a atividade de Isidoro no Rio de Janeiro não foi tão efêmera quanto se supunha, nem a capacidade técnica de sua oficina teria sido tão débil quanto se pensava. Questões que – dentre outras – permitem restabelecer a legitimidade de antigas suspeitas enquanto objetos de análise, fazendo parte, ainda que tangencialmente, do processo de revisão histórica proposto.

2. Trabalhos há muito reconhecidos como frutos da oficina do Rio de Janeiro

Reconhecemos a importância de alguns autores largamente citados, como Wilson Martins e Carlos Rizzini, para a construção do que hoje sabemos sobre a atuação de Isidoro no Rio de Janeiro e os papéis que imprimiu. Mas neste trabalho elegemos Borba de Moraes como principal interlocutor de uma perspectiva analítica tradicional dos documentos e da interpretação dos episódios aqui abordados. Esses autores, mesmo ao dialogarem entre si, não fazem mais que complementar, criticando ou aprofundando, as indicações reveladas na pesquisa de Félix Pacheco, não sendo tão diferentes entre si no tocante ao levantamento de informações. Elegemos Moraes por dois motivos. Primeiro, ao priorizarmos a análise das fontes, não promovemos exatamente um debate sobre as diferenças e semelhanças entre os autores que abordaram o assunto anteriormente. E porque os trabalhos de Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Nacional entre 1946 e 1948 e idealizador de refor-

10 Para Borba de Moraes a tipografia tinha sido confiscada em 1747. Idem, p. 156. A petição ao Conselho Ultramarino em que Isidoro da Fonseca solicitou permissão para retornar à América encontra-se em ABN, v. 50, 1936, p. 121. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01_drive_P\TRBS\ANAIS_BN\ANAIS_BN_INDIVIDUAL.DOCPRO. Acesso em 24/03/2012.

mas profundas na instituição, tiveram importância seminal na biblioteconomia e na bibliofilia brasileiras, sendo ainda referências de grande importância.

Ficaria então estabelecido, desde meados da década de 1930, que a produção de Antônio Isidoro no Rio de Janeiro era composta por três ou, conforme a classificação, quatro documentos, todos impressos em 1747.

2.1. *Conclusiones Methaphysicas*

Sem adotar qualquer ordem cronológica ou de relevância, temos primeiramente *Conclusiones Methaphysicas*, documento de apenas uma página e impresso em seda. E exibindo ao final desta mesma página:

Flumine Januari// Et secunda Typographia Antonii Isidorii da Fonseca// Anno domini M. DCC. XLVII. Cum facultate Superiorum¹¹.

O opúsculo contém uma dedicatória a João Gonçalves Fraga, na qual este grande contratador de ouro das Minas é apresentado como cavaleiro da Ordem de Cristo. Segundo Serafim Leite, são-lhe atribuídas algumas benesses públicas, como a construção de um hospital na região de mineração¹². Depois temos o título e o texto dividido em três partes: “*conclusio prima*”, “*secunda*” e “*tertia*”. Salvo alguns comentários de Borba de Moraes, poucos foram os autores que conferiram relevância ao documento. A maioria somente cita o curioso suporte em que foram gravadas as letras,

11 *Conclusiones Metaphysicas de Ente Reali, præsiede R. P. M. Francisco (sic) de Faria Societatis Jesu. Lectore defendas offert Francisco Fraga Exprædicta societate aprobante R. P. M. Joanne Boregis studiorum Generalium decano.* A grande “folha” de seda contendo as *Conclusões* de Francisco de Faria estaria no colégio Anchieta, em Nova Friburgo; há uma cópia no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e uma versão fac-símile em Pacheco, op. cit. Cf. E. Taunay, op. cit.; Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 158-159; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 2000, t. VIII, p. 216 e Alberto Dines, “Aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca”, Dines et alii (orgs.), *Em Nome da Fé. Estudos in memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 75-89.

12 Para comentários a respeito do conteúdo da dedicatória, Serafim Leite, op. cit., v. VIII, p. 217. Segundo Carla Maria Carvalho de Almeida, João Gonçalves Fraga teria sido cavaleiro professo da Ordem de Cristo, título que consta em *Conclusiones Methaphysicas* ..., mas também teria sido coronel, morador no morro de Bento Rodrigues do Ribeirão do Carmo. Seria ainda mineiro muito rico e pessoa das principais daquele terreno. “Vivendo à lei da nobreza nas Minas setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América portuguesa”, disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/carlamariadecarvalhoalmeida.pdf>. Acesso em 24/03/2012. Para Simone Cristina de Faria, João Gonçalves Fraga faria parte das principais redes de cobradores do quinto régio em Minas no século XVIII. “As redes dos “homens do ouro” das minas: em busca de prestígio e legitimação do mando”, *Mnemosine Revista*, v. 1, n° 1, jan-jun 2010. disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia/dossie/nemosine-revista_brasil-colonia-vol1-n1-jan-jun-2010-asredesdoshomensdoourodasminas_embusca-depr_estigioelegitimacaodomando.pdf. Acesso em 24/03/2012.

ou mencionam-no para reafirmar, por suas falhas tipográficas, a debilidade técnica da “segunda oficina” de Isidoro da Fonseca.

Encontramos apenas uma tradução do opúsculo feita por Fernando Arruda Campos, em artigo para um periódico de filosofia, de 1967. Campos, no entanto, não traduz a dedicatória que precede o texto¹³. Já Serafim Leite cita essa obra impressa, faz comentários à dedicatória sem traduzi-la e também auxilia no esclarecimento de dúvidas a respeito da autoria do documento, ao afirmar que:

em cada uma das três partes das Conclusões, se expõe e dá o sentido da doutrina que se defende, cuja redação não é do aluno Francisco Fraga, mas do mestre, Francisco de Faria¹⁴.

Sobre este autor, sabemos que, além de ter atuado no sul da América portuguesa, foi eleito presidente da Academia dos Seletos em 1752, tendo retornado a Portugal após a expulsão da ordem e falecido em 1769¹⁵.

Segundo Leite, essas teses jesuíticas, as chamadas *Conclusiones Philosophicae*, faziam parte das cerimônias de graduação nos colégios jesuítas do período colonial. Apesar de serem hoje raras, dada a destruição de bibliotecas e arquivos inicianos a partir de 1759, não teriam sido documentos estranhos à sociedade na América lusa. Ainda de acordo com Leite, as cerimônias de defesa de teses e as cartas de curso obtidas após esse evento teriam grande prestígio na sociedade colonial, solicitadas para efeitos de matrícula em Coimbra ou como habilitação para requerimentos públicos. Além de *Conclusiones Methaphysicas* de Francisco de Faria, na Biblioteca de Évora seria possível, segundo Leite, encontrar um códice com várias dessas teses relacionadas a outros colégios da América portuguesa. As impressas teriam sido produzidas em Lisboa, Coimbra ou Évora, todas relativas ao Colégio do Maranhão. Mas Leite ainda afirma:

Como as do Colégio do Maranhão, também se imprimiriam as *Conclusiones Philosophicae* de outros Colégios, em particular da Bahia, sem que víssemos até hoje nenhum exemplar¹⁶.

13 Fernando Arruda Campos, “Uma disputa escolástica no século XVIII”, *Revista Brasileira de Filosofia*, Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 17, 1967, p. 203-208.

14 Leite, op. cit., t. VIII, p. 216.

15 Idem.

16 A respeito dos documentos ligados aos atos públicos de graduação ver: idem, t. I, p. 96-97, t. IV, p. 268-269 e t. VII, p. 213-219.

A maioria das análises ou abordagens a *Conclusiones Methaphysicas ...* referem-se a algumas cópias fac-similares e não ao original. Entre as cópias conhecidas há a do livro de Félix Pacheco, produzida a partir de uma dentre outras duas que temos notícias: uma depositada na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), e outra arquivada no IHGB, no Rio de Janeiro. Borba de Moraes cita as dimensões originais do documento (73 x 80 cm), informando que seu original estaria depositado no Colégio Anchieta em Nova Friburgo, no interior do estado do Rio de Janeiro. Em anexo ao documento do IHGB, há uma nota esclarecendo que as cópias produzidas no início do século XX foram feitas pelo padre Raphael Gallanti, que – conforme informa Moraes – teria levado o original ao Colégio Anchieta. Mas Fernando Arruda, em seu artigo de meados do século passado, afirma que o original estaria em São Paulo, na região de Perús, na Faculdade de Nossa Senhora Medianeira. A indicação relaciona-se a referências anteriores, pois essa instituição teria nascido em Nova Friburgo, como anexo ao ensino superior do Colégio Anchieta antes de se transferir para São Paulo em 1965. Mas em 1975 essa faculdade foi extinta em São Paulo, ficando, portanto – até esta pesquisa -, incerta a localização do original de *Conclusões Methaphysicas ...*¹⁷

2.2. *Relação da Entrada*

Relação da Entrada ..., folheto de 22 páginas, relata a entrada do bispo Antônio do Desterro Malheiro no Rio de Janeiro. Ou seja, descreve a cerimônia que oficializava a posse daquele religioso vindo de Angola no bispado da cidade, evento ocorrido em primeiro de janeiro de 1747. O documento inicia-se pela página de rosto que revela o nome do autor Luiz Antônio Rosado da Cunha, também exibindo:

Rio de Janeiro // Na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonceca // Anno de M. DCC. XLVII. // Com todas as licenças do Senhor Bispo¹⁸.

17 Indicação de que estaria no Colégio Anchieta: Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 159. Para indicação de que estaria na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira: Campos, “Uma disputa escolástica no século XVIII”, op. cit., p. 203. Hoje sabemos que o departamento de teologia dessa faculdade teria, em 1975, transferido-se para o Rio de Janeiro, depois instalado em Belo Horizonte, na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), onde se encontra desde 1982. Ao encontrarmos o original do *Conclusiones Methaphysicas ...* na FAJE, temos razões para acreditar que o documento seguiu o mesmo itinerário. Ver: http://www.faculdadejesuita.edu.br/index.php?pagina=grupo_conteudo&tela=6&subtela. Acesso em 24/03/2012.

18 Luiz Antônio Rosado da Cunha, *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendíssimo senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi ...*, Rio de Janeiro, Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonceca, 1747.

Do autor do texto, Luiz Antônio Rosado da Cunha, pouco se sabe, a não ser que foi juiz de fora e provedor no Rio de Janeiro por curto período¹⁹. Além da página de rosto, o documento é composto pelo texto e pela licença do bispo. Por ela lemos que Isidoro da Fonseca solicitou ao bispo impressão para imprimir, atribuindo-lhe intencionalmente o poder de “Inquisidor Delegado, como Ordinário”. Tal fato remete à norma para se imprimir impressos portugueses, que dependia – como bem sabia Isidoro da Fonseca – da aprovação não apenas do poder eclesiástico, mas também do régio, e principalmente do inquisitorial. O tipógrafo, de acordo com o impresso, pediu que Desterro Malheiro avaliasse a obra e, se aprovada, lhe concedesse licença de impressão por ser obra “volante” – ou seja, de poucas tiragens. O mesmo bispo, conforme descrito na obra, solicitou que Cristóvão Cordeiro, jesuíta do corpo de professores do colégio do Morro do Castelo, também avaliasse-a. Ante a afirmativa de que a obra não teria nada contra a fé cristã e os bons costumes, o bispo concedeu, em sete de fevereiro de 1747, a sua licença de impressão.

Segundo Rosemarie Horsch, existiriam ao menos cinco cópias desse documento. Duas na BNB, sendo uma no cofre e outra na coleção Barbosa Machado, uma na Catholic University of América, em Washignton, capital dos Estados Unidos, uma na Biblioteca Histórica do Itamaraty no Rio de Janeiro, e outra no Arquivo Nacional de Lisboa²⁰. Borba de Moraes esclarece que a cópia em Portugal está, na verdade, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e ainda acrescenta mais três cópias, totalizando oito exemplares. Dentre esses três outros, um teria feito parte da coleção do próprio Moraes, passando depois à coleção José e Guita Mindlin, sendo hoje um dos títulos da coleção de Brasileira da Biblioteca Mário de Andrade da Universidade de São Paulo. As outras duas cópias acrescentadas por Moraes estariam depositadas na New York Public Library, também nos Estados Unidos²¹.

2.3. *Em Aplauso do Excellentíssimo, e Reverendíssimo*

O último documento que se sabia impresso no Rio de Janeiro intitula-se *Em Aplauso do Excellentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheyro Digníssimo Bispo*

19 E. Taunay, op. cit. e Palmira Morais Rocha de Almeida, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 160. Hoje sabemos que nos anos de 1750 Rosado da Cunha ocupou o cargo de intendente e provedor da Fazenda Real em Goiás. Em 1761, sofreu uma devassa e junto a outros, foi remetido preso para o Rio de Janeiro e depois para a cadeia de Limoeiro, em Portugal. Arquivo Ultramarino de Lisboa, cota: AHU_ACL_CU_008, Cx. 20, D. 1245. Disponível em: <http://siarg.iict.pt/pagman/vman003.asp?RCODOBJ=102008001131&CODDES=61685&txtDes=LEIT%C3O%2C+Ant%F3nio+Jos%E9+de+Barros&offset=0>. Acesso em 24/03/2012.

20 ABN, v. 83, 1967, p. 155-156.

21 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 158. O autor ainda se pergunta o que terá havido com uma cópia citada por monsenhor Pizarro em *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, v. 5, p. 7. Apud: Idem, p. 172.

desta Cidade ...²² Trata-se de um folheto de quatorze páginas, composto por um *Romance Heróico* de cinco páginas, enumeradas, em português, onze epigramas em latim e um soneto também em português, todos em louvor ao bispo Desterro Malheiro. Alguns autores os classificam como documentos diferentes, mas conforme Rosemarie Horch, acreditamos que o conjunto de louvores poéticos pode ser identificado como um só opúsculo por apresentar similaridades na apresentação gráfica, no formato e no assunto²³. José Pedro Paiva especula se eles não seriam poemas distribuídos à população nos dias de festa, em seguida à cerimônia de entrada do bispo²⁴. Talvez sejam esses impressos os louvores poéticos lidos ao bispo durante uma das passagens da cerimônia, de acordo com *Relação da Entrada ...*²⁵. Apesar de Horch afirmar que Borba de Moraes refere-se a um exemplar diferente daquele que compõe a coleção Barbosa Machado, não encontramos qualquer referência a outro documento sem ser o da mesma coleção, a não ser a cópia fac-símile também presente na obra de Félix Pacheco²⁶.

2.4. A ordem e a carta régias de 1747

A respeito dos movimentos de repressão e supressão daquela oficina no Rio de Janeiro, antes só se tinha notícia das iniciativas das autoridades régias. Em relação à repressão régia de 1747, é comum encontrarmos entre os autores uma aparente discrepância de datas. Hoje sabemos serem dois os documentos. Uma ordem régia de dez de maio de 1747, que determinava o envio de ordens aos governadores dos “Estados do Brasil” para não tolerarem tipografias em suas jurisdições. E uma carta régia de cinco de julho de 1747, comunicando diretamente ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, a decisão real. Compreendemos hoje que ambos os documentos fazem parte dum mesmo processo, sendo muito semelhantes, apesar de pequenas diferenças nos textos²⁷.

22 *Em Aplauso do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor. D. Frey Antônio do Desterro Malheyro Digníssimo Bispo desta Cidade*, Rio de Janeiro, [Antônio Isidoro da Fonseca], 1747, Diogo Barbosa Machado (org.), *Elogios Oratórios e Poéticos dos cardeais, arcebispos, bispos e prelados portugueses*, [Lisboa], s. n. t., t. II, p. 207-220. BNB, Seção de Obras Raras, cota 24, 1, 9, n. 22.

23 Conforme Rosemarie E. Horch: “Apesar da ausência de paginação, acredita-se que as diferentes composições poéticas constituem uma só obra, tanto pela similaridade da apresentação gráfica e de formato, quanto pelo assunto tratado que é sempre o mesmo”. ABN, v. 92, t. VI, 1972, p. 126. Cf. também v. 83, 1963, p. 157-158.

24 José Pedro Paiva, “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)”, *Revista de História das Ideias*, n° 15, 1993, p. 117-146.

25 “os músicos entoavam em aplausos do nosso inclito Pastor, com vários Epigramas Latinos, em que Apolo influiu os divinos espíritos dos engenhos, que cantavam seu louvor”. Rosado da Cunha, op. cit., p. 17 (do documento).

26 ABN, v. 83, op. cit., p. 157. Cf. também v. 92, t. VI, 1972, p. 126.

27 Para a ordem régia de 10 de maio de 1747: BNB, Seção de Manuscritos, cota: II-34, 23, 001 n° 050. Ver: *Anais...*, op. cit., v. 50, p. 121. Bragança, “Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808)”, *Floema – Ano III*, n. 5 A, out. 2009, p. 116. Para a carta ou provisão régia de julho de 1747, Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., nota 5, p. 171.

2.5. Petição ao Conselho Ultramarino

Este é cronologicamente o último documento até hoje conhecido relacionado diretamente a Antônio Isidoro da Fonseca. Em dezanove de novembro de 1749, o tipógrafo apresentou petição ao Conselho Ultramarino solicitando permissão para retornar a América. Sem esconder que já havia se instalado no Rio de Janeiro, argumentou que, por ter retornado a Portugal obedecendo à ordem régia, encontrava-se agora sem meios para sanar dívidas ou sustentar sua mulher e seus filhos. Por isso pedia para retornar ao Rio ou a Bahia, de modo a imprimir algumas “conclusoens” ou “obras volantes”, ou seja, pequenas tiragens, sem que, segundo o próprio Isidoro, “disso se seguisse prejuízo a terceira pessoa, ofensa às Leis de V. Majestade”. Em contraponto argumentava que sua atividade não seria prejudicial, mas de “utilidade publica por não haver naquelas partes outra impressão”. O tipógrafo ainda afirmava e reiterava várias vezes que estaria disposto a submeter-se ao controle local dos governadores, também prometendo imprimir com as devidas licenças, do Santo Ofício e régia. As rubricas informam que o documento foi recebido pelo Conselho Ultramarino em doze de maio de 1750, sendo o pedido “escusado” entre 25 e 29 de maio do mesmo ano²⁸.

O argumento de dificuldade financeira para restabelecer-se em Portugal e a tentativa de se limitar a imprimir certos tipos de documentos podem ser vistos como uma estratégia do autor da petição para ser contemplado pelo monarca. Ainda assim nos dizem muito, principalmente quanto aos argumentos escolhidos, com os quais sustentava sua crença sobre a possível implementação de uma oficina tipográfica na América portuguesa. O otimismo demonstrado no mercado colonial, a crença na possibilidade de ter aval régio e também a sua situação financeira, levam-nos a questionar se Antônio Isidoro teria imediatamente retornado a Portugal, e só – quase três anos depois – ter então feito o requerimento. O fato de insistir em retomar suas atividades no Brasil é o primeiro indício de que o tipógrafo poderia ter continuado suas atividades no Rio de Janeiro mesmo após a ordem régia de 1747.

Durante muito tempo, eram apenas esses os documentos conhecidos a respeito desse episódio. Essa situação permaneceu durante muitos anos, não só pelas dificuldades de pesquisa, mas também pelas metodologias e concepções desenvolvidas na historiografia brasileira, principalmente após a década de 30 do século XX.

Ao dispormos de documentos inéditos coevos aos fatos, pretendemos reavaliar algumas suposições sobre o caso. Entretanto, nosso objetivo principal é criticar a tradição de se interpretar

28 *Requerimento de António Isidoro da Fonseca ao rei [D. João V] em que pede licença para voltar a estabelecer uma imprensa nas cidades do Rio de Janeiro ou da Baía. Indeferido por despacho de 29 de Maio de 1750*, Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cat. 14762 Ver: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/03/pri-meira-imprensa-joanina-no-brasil.html> Acesso em 24/03/2012 e ABN, v. 50, op. cit., p. 121.

aquela oficina de impressão de modo simplista. Ou seja, problematizamos as interpretações que entendem a implementação da tipografia no Rio de Janeiro como resultado dos esforços solitários de algumas personalidades politicamente influentes na cidade. Nascida da preocupação de antigos estudos históricos nacionais em estabelecer a primeira obra impressa em solo nacional – indício da importância que o livro e a leitura passaram a ocupar nas sociedades contemporâneas -, a associação entre o tipógrafo e uma autoridade local, quase sempre Gomes Freire de Andrade, é subsidiária de uma historiografia que tendia a valorizar as grandes figuras históricas, os heróis nacionais. Sustentando também essa tradição estaria o entendimento de que a sociedade colonial vivia à margem da cultura letrada desenvolvida na Europa. Essa corrente, ao perceber o período colonial como gestor dos males atuais da nação, entre eles o alcance limitado da cultura letrada, acabava por ignorar a tipografia de 1747 como expressão da sociedade fluminense do Setecentos, associando-a a esforços civilizatórios pontuais²⁹.

3. A historiografia brasileira e a ausência de pesquisas

Embora antiga, a ideia de inexistência de hábitos culturais letrados, e conseqüentemente de demanda por imprensa, fortaleceu-se, tornando-se parte de um sistema maior de interpretação histórica a partir do desenvolvimento de estudos marxistas. O escravismo agrário teria inibido a existência de ambientes urbanos e culturalmente propícios às letras. Aos fundamentos da economia somava-se a condição colonial, sublinhando a necessidade de dominação política e controle especial do acesso dos vassallos coloniais aos textos. Outro fator seria o papel específico da América no mercantilismo português, o que previa o combate metropolitano às manufaturas nas regiões coloniais:

De um *regime* que se preocupava tão pouco com suprir as necessidades da vida quotidiana dos colonos, não se poderia esperar qualquer preocupação com suas necessidades literárias: em tais circunstâncias, dificilmente se poderia pensar que houvesse suprimento maior de livros do que de facas ou copos. Mas talvez a própria ideia de copos e facas individuais – uma inovação que surgiu na Europa em fins do século XVI – tivesse levado mais de dois séculos para chegar ao Brasil rural e a falta de tais artigos se devesse mais ao desconhecimento de boas maneiras do que à inexistência de um comércio³⁰!

29 Ver, entre outros: Werneck Sodré, op. cit.

30 Hallewell, op. cit., p. 21-22.

Em decorrência desse raciocínio fica também fortalecida a hipótese de que a tipografia fluminense só poderia resultar de “bafejos de autoridade local”, como define Werneck Sodré. Se não de Gomes Freire, como aponta este autor, de Desterro Malheiro, ou do jesuíta Antônio Cardoso, conforme uma denúncia inquisitorial descoberta recentemente. Quando muito, autores como Laurence Hallewell – que despreza a importância da maioria das cidades coloniais da América portuguesa – admitem Minas Gerais, mais especificamente Ouro Preto – essa “pequena Weimar” – como a única sociedade capaz de consumir e demandar livros e impressos. O Rio de Janeiro ainda seria, na primeira metade do século XVIII, segundo essa interpretação, um insignificante entreposto comercial, com desprezível desenvolvimento urbano. A estada de Isidoro da Fonseca, além de condicionada ao convite ou à proteção de alguma autoridade, teria somente a função de acesso ao único mercado colonial possível no Setecentos, segundo Hallewell: Vila Rica de Ouro Preto³¹.

A alegação de Antônio Isidoro na petição ao Conselho Ultramarino, dando a entender que obedecera a ordem régia de 1747, somava-se a uma concepção historiográfica que sobrevalorizava o poder político da coroa nas Américas, levando a crer que, assim que reprimida a sua atividade no Rio de Janeiro, o tipógrafo teria retornado a Portugal³². Essa interpretação estava de acordo com o entendimento de uma necessidade de controle político inerente à condição colonial da América, ignorando outros agentes importantes como os poderes religiosos – Igreja e Inquisição – ou poderes políticos e econômicos locais. Mas que hoje deve ser revista, pois já existem provas contundentes de que Isidoro não só continuou na cidade, como manteve-se ativo nesse período.

Não é preciso reiterar as evoluções críticas das historiografias nacional e internacional, fazendo muitos conceitos e hipóteses – nos quais baseiam-se Sodré ou Hallewell -, serem hoje superados. Mas em relação ao caso de Antônio Isidoro da Fonseca, esses autores e interpretações, ao lado de Rubens Borba de Moraes – que promove investigações mais calcadas em técnicas bibliotecárias e interesses bibliófilos -, continuam referenciando grande parte das opiniões sobre o episódio, em especial as interpretações a respeito da repressão àquela tipografia³³. Mas seus comentários, ao reforçarem uma visão que restringe aquela oficina a paixões e interesses individuais, acabam por divulgar interpretações ultrapassadas, mesmo quando não afinadas ao radicalismo de algumas propostas originais. A certeza pré-estabelecida de que a única via de implantação daquela oficina daria-se por pretensões individuais, com o desfecho inevitável da repressão régia, fez com que durante muito tempo não se atentasse para a necessária reinterpretação das fontes relacionadas ao caso, perpetuan-

31 Werneck Sodré, op. cit., p. 19-21; Hallewell, op. cit., p. 16.

32 Para Borba de Moraes a tipografia teria sido confiscada ainda em 1747. *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 156.

33 Ver entre outros: Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, op. cit.; *Bibliografia Brasileira*, op. cit. e *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit.

do análises ou versões hoje passíveis de críticas. Explanamos a necessidade de que o episódio seja revisitado, levando-se em conta as contribuições historiográficas recentes a respeito do desenvolvimento do Rio de Janeiro, somadas a novos paradigmas desenvolvidos sobre a história da leitura europeia – e portuguesa, mais especificamente. Mas antes de promovermos novas possibilidades de análise ou estabelecermos novos focos de inserção ao tema, é preciso visitar as interpretações feitas a respeito dos documentos produzidos no Rio de Janeiro. Intentamos não apenas divulgar novas descobertas a respeito, mas também demonstrar que o descaso com a pesquisa documental camuflou durante décadas algumas características essenciais da ação de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, presentes em seus impressos.

É preciso desvencilhar-se da sedutora tentação de esperar determinar todas as circunstâncias que envolveram a fundação da oficina tipográfica. Como um canto de sereia, as investigações de modo geral tentam esclarecer sob que condições Isidoro teria, principalmente, iniciado suas atividades na cidade. Comumente elege-se nesse processo um ou outro personagem proeminente como possível fomentador e protetor político daquela tipografia. É preciso aceitar que há grandes possibilidades dessa questão – como muitos outros aspectos da oficina de Isidoro da Fonseca – nunca ser esclarecida. Não apenas pelas perdas irreparáveis do tempo, mas porque deve-se considerar a possibilidade que os próprios envolvidos com a impressão no Rio de Janeiro tenham se esforçado para esconder e dificultar ao máximo a apuração de alguns aspectos do empreendimento. Se Isidoro da Fonseca foi, por exemplo, bem sucedido em imprimir documentos só descobertos recentemente, ou caso tenha participado – mesmo que parcialmente –, da produção de *Exame de Bombeiros ...* de Alpoim sem o conhecimento das autoridades, seria muita pretensão – ou sorte – desvendar, quase três séculos depois, todos os enigmas dessa tipografia. Repetir o esquema, mudando-se somente os benfeitores – o governador, o bispo ou os jesuítas – somando apenas os documentos recentes como provas, seria investir no escuro e na mesmice. Preferimos investir nas poucas certezas dispostas. Uma delas é que, agindo de acordo à dinâmica do mercado tipográfico da época e escorado nos poderes locais, visando proteção política e garantia de lucros, Isidoro não restringiu-se a imprimir papéis associados a uma só instituição ou personagem no Rio de Janeiro. É preciso, portanto, focar mais a análise na trajetória deste impressor na cidade, expressa tanto nos documentos que imprimiu, quanto nos que foram produzidos visando reprimir seu negócio ultramarino.

Sem dúvida, instituições religiosas de ensino, como os jesuítas, ou figuras políticas proeminentes portadoras de distintas autoridades, como o governador e o bispo, foram importantes no precipitar e no desenrolar daquela efêmera tentativa de implemento das “letras de forma” na América portuguesa. As recentes análises sobre a expansão da imprensa no mundo português parecem corroborar essa perspectiva. No próprio reino o vigiar constante e em certa medida eficiente da Inquisi-

ção teria forjado um mercado altamente dependente de “redes” de influências. Essas redes eram acionadas, sobretudo pelos tipógrafos, para a obtenção de privilégios de impressão, de alguma casa nobre, inclusive a régia, ou instituições religiosas como igrejas, irmandades, colégios jesuítas ou a Universidade de Coimbra. A obtenção desses privilégios seria essencial à obtenção de lucros num mercado controlado e restrito. O jogo de influências também podia ser acionado quando era preciso influenciar ou contestar o processo de censura, que liberava ou impedia a impressão das obras³⁴.

Não podemos, portanto, conceber o potencial mercado no Rio de Janeiro setecentista a partir de uma perspectiva da massificação da leitura, algo irreal mesmo para o reino. Mas também não devemos subestimar as expectativas mercadológicas de um experimentado profissional como Isidoro da Fonseca³⁵. Os possíveis vínculos daquela tipografia com poderes e instituições locais não são sinais da pouca circulação de impressos naquela sociedade; mas obedeciam antes ao padrão estrutural do mercado tipográfico no mundo português, presente no reino. A intervenção, mesmo que pontual, de vários poderes locais, antes de ser um indício de falta ou pouca demanda por leitura e impressos, indica uma trajetória profissional que explorou diferentes oportunidades existentes no contexto do Antigo Regime luso-americano. Evidencia também que aquela cidade seria um local capacitado para receber uma imprensa tipográfica, não só por questões internas como a composição das suas principais elites ou pelo desenvolvimento da vida urbana, mas também pelo papel comercial e político que o Rio de Janeiro passaria a desempenhar na América portuguesa a partir das primeiras décadas do século XVIII.

O contexto histórico nos é caro para tentar desvendar quais seriam as razões para aquele impressor ter se encaminhado a esta cidade, com esperanças até 1750 de prosperidade³⁶. Futuramente abordaremos as evidências históricas que sustentaram as expectativas de Isidoro da Fonseca. No

34 Ana Paula Megiani, “Imprimir, regular, negociar, elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”, Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado & Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 131-151. Para tipógrafos que detinham privilégios, Rodrigo Bentes Monteiro & Pedro Cardim, “Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado”, Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho & Jorge Flores (orgs.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 69-104. A respeito de questões gerais sobre a historiografia do livro e da leitura em Portugal na época moderna, Diogo Ramada Curto, “A história do livro em Portugal; uma agenda em aberto”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n. 9-10, outono de 2001–primavera de 2002, p. 13-61; do mesmo autor, entre outros estudos, *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007. A respeito das possíveis influências políticas sobre a censura literária ver: Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 547-549.

35 A respeito dos alcances da leitura e dos livros em Portugal ver, entre outros: João Luís Lisboa & Tiago C. P. dos Reis Miranda, “A cultura escrita nos espaços privados”, Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Temas e Debates, 2011, v. 2, p. 339-394. Para a América portuguesa: Luiz Carlos Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, Mello e Souza (org.), Fernando A. Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385. A respeito do oportunismo dos tipógrafos na época moderna, ver as obras de Robert Darnton, especialmente: *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard, 1991.

36 “Requerimento de António Isidoro da Fonseca ...”, ABN, v. 50, op. cit., p. 121.

presente capítulo, recorreremos aos próprios documentos impressos no Rio de Janeiro como frutos desse contexto. Tentamos perceber na produção daquele prelo a expressão de um período da história da cidade que, embora objeto de estudos inovadores voltados a aspectos econômicos, sociais e políticos, ainda carece de uma abordagem destinada à cultura, em particular às manifestações letradas da primeira metade do século XVIII. Nosso objetivo é a construção de uma narrativa renovada, de reinterpretação das fontes, que conjugue as aspirações pessoais que possivelmente envolveram o caso à história da cidade no período. Embora efêmera, a tipografia de Antônio Isidoro seria também resultado de um contexto específico fluminense, que permitiu a concretização de aspirações individuais ou coletivas na forma de papéis impressos. Ao revisitar a análise documental, podemos, com mais facilidade, conectar a implementação daquela tipografia às transformações sociais, econômicas e políticas da cidade no século XVIII, sobretudo em sua primeira metade.

A trajetória de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, ainda que escorada no interesse de potentados e elites locais – não limitadas ao governador, ao bispo ou aos jesuítas – evidencia a multiplicidade de demandas existentes à época. A atuação do tipógrafo demonstra o esforço deste profissional em capitalizar anseios já existentes por leitura e impressos na cidade. Os produtos de sua oficina seriam também resultados dessas demandas, ainda que ocasionalmente circunstanciais. Conecta-se assim aquele acontecimento a um âmbito de valorização da cultura letrada, gestada pelo próprio desenvolvimento da praça à época, muito além de possíveis ações individuais, embora sua concretização deva-se também, obviamente, a perspectivas de ganhos particulares. Os papéis impressos no Rio de Janeiro também indicam a capacidade material da cidade em sustentar a atividade tipográfica e uma valorização social do objeto impresso, seja pela capacidade dos textos conferirem prestígio, ou pela dinamização de práticas já existentes na cidade, como a instrução letrada ou cerimônias em que os escritos ocupavam parte importante do ritual.

A ausência de pesquisas faz com que a própria figura de Isidoro ainda seja obscura. Uma boa investida nesse sentido foi o levantamento das obras impressas por Isidoro da Fonseca na Biblioteca Nacional de Portugal realizado por Jair Rattner. Ainda que circunscrita a um único acervo, a iniciativa foi profícua, pois por ela conseguimos estabelecer importantes informações a respeito da carreira profissional do tipógrafo. Mas o esforço de Rattner ainda pode ser complementado por uma pesquisa mais geral, que vise catalogar todas as obras produzidas por Isidoro da Fonseca de que se tem notícia, encontradas não apenas em arquivos portugueses e brasileiros, mas também norte-americanos, espanhóis e talvez italianos³⁷. Entretanto, sabemos que em 1735 Isidoro da Fonseca já en-

37 Além das Bibliotecas Nacionais do Brasil e de Portugal, temos a da própria Universidade de Coimbra, e também vários arquivos menores com obras pouco conhecidas como, por exemplo, no Santuário do Caraça em Minas Gerais. Algumas obras voltadas a autores ou trabalhos produzidos em Portugal no século XVIII fazem indiretamente o le-

contrava-se profissionalmente ativo em Portugal, e que sustentou eventualmente o título de impressor do duque estribeiro-mor, na época D. Jaime de Melo, até 1739³⁸. Rattner já cita um pretense documento inquisitorial, do qual extraiu algumas informações a respeito deste impressor, por exemplo a sua origem de nascimento: “São Miguel de Frexo de Espada à Cinta, arcebispado de Braga”. Pode-se ter certeza, também, pelas datas de publicação do levantamento de Rattner, que Isidoro manteve-se ativo no reino até pelo menos 1745³⁹.

Maria Esteves Payan Martins, estudiosa do sistema censório português de Antigo Regime, traz-nos alguns indícios interessantes. A autora cita um documento inquisitorial de 1746 em que todos os impressores de Lisboa deveriam assinar, comprometendo-se a não imprimir textos não avaliados pelo sistema de censura vigente. Todos assinaram. Nota-se, porém, a ausência da assinatura de Isidoro da Fonseca. Este fato pode indicar que ele já estaria na América, ou que estivesse com seus negócios paralisados no reino⁴⁰. Como já comentamos, é também bastante difundida a hipótese de Isidoro da Fonseca ter sido cristão-novo, principalmente pela sua relação com as obras de José da Silva, *O Judeu*, dramaturgo que tinha aliás origens no Rio de Janeiro. Mas até hoje nada a confirmou nesse sentido. Ainda assim, não nos parece viável conceber a possível perseguição inquisitorial a Isidoro por ele ter sido o impressor de um cristão-novo sentenciado à fogueira quase dez anos antes. No máximo, podemos supor que a relação entre essas duas personagens indique alguma ligação prévia do tipógrafo com o âmbito fluminense e seu potencial mercado, ainda quando estava na corte⁴¹.

Como vimos, Borba de Moraes admite que nem tudo está esclarecido no caso da introdução da imprensa no Brasil. Segundo este bibliófilo, “há, ainda, margem para muita investigação”. No entanto, Moraes não crê “que o exame dos livros, por mais minucioso que seja, revele muita coisa”. Prefere apostar que “investigações nos arquivos de Portugal, entre processos e papéis da época, revelem novidades”. O tempo mostraria que esse autor estava certo quanto à possibilidade de que os arquivos portugueses ainda pudessem fornecer informações ao entendimento do episódio. Mas algu-

vantamento das obras impressas por Isidoro da Fonseca. Mas ainda está por ser feito um levantamento amplo dessas obras, dispondo-as em um único trabalho. Poderíamos a partir de então tentar eximir algumas dúvidas acerca da atividade deste tipógrafo no reino, bem como construir uma identidade a sua produção, avaliando melhor a trajetória deste profissional até transferir-se ao Brasil.

38 Diogo Barbosa Machado dá notícia de que em 1728 Isidoro da Fonseca já imprimia em Lisboa um documento diretamente ligado a Gomes Freire de Andrade. Como não pudemos consultar as fontes originais, não é possível confirmar tal informação. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica e Chronológica na qual compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente* ... Lisboa, Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, v. 3, p. 174-177. Jair Norberto Rattner não soube precisar a exata ligação entre D. Jaime de Melo e o tipógrafo. *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 8.

39 Rattner, op. cit., p. 124-125.

40 Payan Martins, op. cit., p. 915.

41 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 154.

mas dessas descobertas fizeram-nos perceber que, ao contrário do que informa Borba de Moraes, ainda havia algo a ser extraído no reexame dos impressos de Isidoro no Rio de Janeiro⁴².

4. Novos documentos e a revisão histórica

Face à renovação dos estudos da história do livro e da leitura, o caso de Antônio Isidoro ainda é pouco visitado. Contudo, estudos como o de Aníbal de Bragança promovem uma interpretação inovadora. Principalmente porque se propõe a combater uma visão consolidada na historiografia que apropria-se da proibição de funcionamento da oficina em tela para formular “invectivas contra o sistema colonial e contra a Metrópole”. Na visão de Bragança, seriam “produções de intelectuais herdeiros de uma tradição historiográfica de combate, que, em geral, não vão além de uma condenação simplória da política portuguesa para a colônia”. Mas Bragança, além de se ligar de certa forma à tradição, por almejar determinar quem seria o primeiro ou principal promotor daquela tipografia no Rio, apostando na figura de Desterro Malheiro, não promove nenhuma contribuição significativa no tocante a descobertas documentais. Nesse sentido, o autor mais recente a contribuir de forma relevante é Alberto Dines, apesar de não promover uma análise mais profunda e estrutural, limitando-se a apontar questões a serem exploradas a partir desses novos documentos. Mesmo assim, Dines precipita-se em algumas afirmações, carentes de mais pesquisa⁴³.

4.1 Repressão inquisitorial

Jornalista identificado às causas cristãs-novas, Alberto Dines há muito se interessa pelo tema, para o qual contribui com a descoberta de ao menos mais quatro documentos inquisitoriais, parte de um processo de repressão desencadeado pela denúncia de outubro de 1747. O primeiro seria a própria denúncia do comissário do Santo Ofício no Rio de Janeiro, José Ribeiro Araujo ao Conselho Geral do Santo Ofício⁴⁴. Sem deixar de tratar de outros assuntos o denunciante informava, segundo reprodução de Dines, que “nesta cidade há impressão, em que se tem imprimido teses de Filosofia e Teologia e outras obras”. A denúncia ainda completa:

Antes que chegasse o nosso bispo atual, sem licença alguma se imprimiram as ditas coisas, porque o comissário (e clérigos) não a concediam, e ouvi dizer que as primeiras conclusões

42 Idem, p. 163.

43 Aníbal de Bragança, “Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808)”, op. cit. e Alberto Dines, “Aventura e desventuras...”, op. cit.

44 Ao tomarmos ciência de que existe o sobrenome Araujo sem acento, resolvemos conservá-lo.

que se imprimiram foi com licença do comissário padre Antônio Cardoso, jesuíta; e, depois que aqui chegou o dito nosso bispo, ele é o que só tem dado licença para as referidas impressões⁴⁵.

A denúncia do padre José Ribeiro Araujo de outubro de 1747 é a única narrativa coeva aos fatos que se conhece. Como vimos, o comissário do Santo Ofício apontou os padres do Real Colégio das Artes – precisamente Antônio Cardoso, jesuíta que já fora reitor da instituição – como os responsáveis por incentivar e autorizar as primeiras obras impressas na cidade, responsabilizando depois o bispo Malheiro pelas licenças. Lembremos a data de entrada do bispo na cidade, primeiro de janeiro de 1747. Segundo a denúncia, Isidoro poderia já estar no Rio em 1746. Mesmo que tenha chegado em 1747, já estaria produzindo antes que Malheiro concedesse-lhe licença de impressão. Estamos cientes dos limites de um documento de denúncia; por isso consideramo-lo não como expressão fidedigna dos fatos, mas como mais uma via de investigação. A responsabilidade direta do jesuíta Antônio Cardoso ainda não foi comprovada, seu nome não aparece citado em nenhum dos documentos impressos por Isidoro hoje conhecidos. Os papéis ligados às cerimônias ocorridas nos colégios do Rio de Janeiro e de Salvador também não o citam. Isso pode afetar a credibilidade da denúncia, embora creiamos que a má sorte e o destino indigno abatidos sobre a biblioteca jesuíta do colégio do Rio de Janeiro – uma das maiores da América portuguesa, completamente destruída após 1759 – provavelmente sepultaram para sempre algumas possíveis respostas à questão.

Mas a denúncia obriga-nos a considerar que a ação de Isidoro não foi estática ou associada a um único potentado local. A passagem de posição de um impressor do colégio para um impressor da cidade, bem-sucedida com a chegada do bispo, indica uma atuação mais fluida, transitando entre vários poderes, capaz de perpetuar-se e aproveitar as oportunidades. Assim, Isidoro da Fonseca buscava absorver as possíveis demandas e também proteger-se entre vários grupos das elites locais: inicianos, eclesiásticos ou juízes como Rosado da Cunha. Ademais, seria praticamente impossível àquela tipografia funcionar sem o conhecimento do governador Gomes Freire de Andrade.

O segundo documento, conforme Dines, é a sentença proferida pela Mesa da Inquisição de Lisboa à ordem do cardeal inquisidor, D. Nuno da Cunha Ataíde, em 23 de abril de 1748, respondendo à ordem do Conselho Geral de 23 de março do mesmo ano para examinar a denúncia do comissário do Rio de Janeiro. Nela, ordena-se que o denunciante “mande vir à sua presença o impressor ou impressores de que tiver notícia, e os notifique nos termos que assinarão, para que não imprimam livros alguns, conclusões nem outros papéis sem proceder expressa licença do Santo Ofício,

45 Dines, “Aventura e desventuras...”, op. cit., p. 80.

na forma de Regimento, Livro 3º, título 19, parágrafo 5º”. E ainda advertia ao mesmo comissário autor da denúncia que, havendo pessoas que insistissem na prática de imprimir sem a licença da Inquisição, deveria-se notificar imediatamente a Mesa de Lisboa⁴⁶.

Há ainda uma espécie de resumo da sentença, como parte do mecanismo de comunicação burocrática e administrativa da Inquisição portuguesa⁴⁷. Mais surpreendente é o último papel revelado por Dines, a própria execução no Rio de Janeiro da ordem do tribunal do Santo Ofício de Lisboa.

Em doze de março de 1749 Isidoro da Fonseca foi chamado à casa do comissário José Ribeiro Araujo, para que o mesmo o notificasse, fazendo-o assinar um termo comprometendo-se a não mais imprimir sem as licenças do Santo Ofício. O tipógrafo apresentou-se como “soldado naquela praça” e – segundo informa o documento transcrito por Dines – leu e assinou a referida notificação, junto ao comissário. Para semear mais dúvidas, há uma segunda parte deste documento. Cinco dias depois, também foi chamado à casa do comissário o desconhecido Francisco da Costa Falcão. Alegando ser morador da cidade, mas “natural da Vila de Arruda, termo de Torres”, essa personagem informou às autoridades que “vive do ofício de escrivão do Contrato do Tabaco”, sendo obrigado, pelo mesmo Ribeiro Araujo, a assinar termo idêntico ao de Isidoro da Fonseca, redigido na mesma folha abaixo da primeira notificação⁴⁸.

A participação inquisitorial na repressão da oficina do Rio de Janeiro, aparentemente mais intimidadora que a própria ação régia, é um elemento essencial à reinterpretação daqueles acontecimentos, pois lembra-nos a necessidade de conectar o episódio ao contexto da censura literária portuguesa. Embora situados num tempo de transformações na circulação de impressos, os acontecimentos entre 1747 e 1749 ainda se encontravam submetidos a um paradigma jurisdicional da censura gestado séculos antes. Deve-se considerar, no tocante às ambições de Antônio Isidoro, bem como à repressão metropolitana, um ambiente em que o controle político dos livros realizava-se pelo exame das consciências – portanto, de cunho religioso – visando combater sobretudo as heresias e os maus costumes. Situação distinta daquela ao final do século XVIII, quando os poderes laicos, apesar da manutenção do caráter também religioso da censura, exerceriam o monopólio da concessão de licenças de impressão no reino e no ultramar. O modelo de censura baseado no entendimento de que o controle dos livros seria também – ou principalmente – um assunto religioso, sobretudo inquisitorial, é muitas vezes negligenciado, mas condiciona uma prática diferente da implementada oficialmente a partir de 1768. Assunto já amplamente abordado no capítulo anterior; no momento insistimos em circunscrever a análise desse capítulo à interpretação das fontes.

46 Idem, p. 82.

47 Idem, p. 82-83.

48 Idem, p. 83-84.

Dines destaca o fato de Isidoro da Fonseca apresentar-se como “soldado desta praça”, entendendo na expressão o indicativo de uma pretensa ocupação militar do tipógrafo no Rio de Janeiro. Mas ainda restam dúvidas de que a expressão, além da conotação militar, seja relacionada ao emprego remunerado, por soldo. Soldado, neste caso, seria um termo genérico e não uma profissão específica, como no caso do notificado a Francisco da Costa Falcão, escrivão do contrato do tabaco. Ainda assim não deve-se descartar que, além dos jesuítas e do bispo, Isidoro da Fonseca tenha aproximado-se dos militares que tinham como comandante o próprio Gomes Freire de Andrade. Apesar de não haver provas da ligação entre o governador e o tipógrafo, é improvável que Gomes Freire tenha ignorado o funcionamento da tipografia no Rio de Janeiro. Independentemente de o tipógrafo ter-se envolvido ou não na publicação das obras de Fernandes Alpoim, havia na cidade, à época em que se estabeleceu a oficina, uma crescente projeção do ensino militar. Os próprios engenheiros-militares, grupo próximo ao governador, gozavam de prestígio, à frente de várias iniciativas importantes do governo de Gomes Freire, a partir de 1748 responsável por praticamente todo o sul da América portuguesa. O contexto não pode ser desconsiderado enquanto potencial nicho de atuação de Isidoro da Fonseca. Ainda assim, se temos “soldado” como um cargo militar, deve-se admitir mais de uma hipótese. Apresentar-se próximo aos militares pode ter sido um meio de constranger o comissário que produzia a notificação, podendo ser um blefe ou um modo eficaz de registrar sua inserção ao lado de poderes estabelecidos no Rio de Janeiro⁴⁹.

Destacam-se dois fatos neste último documento, intitulado pelo próprio comissário do Santo Ofício *Notificação aos Impressores*. Primeiro, a prova cabal de que Antônio Isidoro da Fonseca ainda encontrava-se no Rio de Janeiro em 1749. A assinatura de próprio punho evidencia que o impressor não retornara a Portugal em 1747, como se pensava. Ainda que não fique claro por esses documentos se o tipógrafo manteve seu prelo ativo até a assinatura desta notificação, o envolvimento de mais uma pessoa – Francisco da Costa Galvão – indica que essa era uma hipótese viável. A possibilidade do escrivão do contrato de tabaco ter sido um auxiliar pode denotar uma atividade estável. Ao conceber a possibilidade de que a oficina perdurara por mais tempo, revisitamos os documentos que se sabiam impressos nessa tipografia, com o intuito de identificar nas fontes que produziu sinais que reforçassem essa questão. Não havia, até há pouco tempo, conhecimento de documentos impressos no Rio de Janeiro além de 1747 e, talvez por isso, nunca investigaram-se os sinais de uma

49 “O ano de 1748, então, funcionou como um marco fundamental no governo de Gomes Freire, já que foi nesse momento que seus poderes foram ampliados por toda a região central e meridional, fazendo com que a capitania do Rio de Janeiro passasse a exercer jurisdição sobre todas as capitanias dessa área”. Mônica da Silva Ribeiro, “*Razão de Estado*” e administração. *Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748*, Niterói, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 11-12.

ação continuada no tempo pelos documentos já conhecidos. Mas há ainda várias questões a serem exploradas na revisão dessas obras, há muito citadas pela historiografia.

Ao priorizar a comparação das fontes produzidas no Rio de Janeiro, pouco se podia extrair da tese jesuítica do colégio do Rio de Janeiro e dos elogios poéticos ao bispo Malheiro, principalmente por só se conhecer, até hoje, um exemplar de cada documento. O único opúsculo do qual se sabia existir vários exemplares era *Relação da Entrada* Procuramos então – mediante comparação entre eles -, sinais de que Isidoro da Fonseca visava uma atuação estável e constante na cidade, e não furtiva e efêmera. O próprio esforço de revisão da pesquisa documental evidencia a necessidade de atualizar informações a respeito do tipógrafo e deste folheto em especial.

4.2. *Relação da Entrada* em análise comparada

Hoje identificamos ao menos nove exemplares de *Relação da Entrada* Além dos oito anteriores apontados por Moraes, adicionamos o exemplar da John Carter Brown Library (JCBL), instituição ligada à Universidade de Brown, nos Estados Unidos, que disponibilizou o documento digitalizado na internet⁵⁰. Do total de exemplares conhecidos só não tivemos acesso integral aos depositados na New York Public Library (NYPL) e na Catholic University of America (CUA); ainda assim obtivemos informações que nos ajudam a situá-los frente a outros exemplares⁵¹. Já o exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC) foi consultado por meio de uma cópia fac-similar, bastante confiável, digitalizada e disponibilizada na rede mundial de computadores⁵². Ao exemplar da Universidade de São Paulo (USP) tivemos acesso tanto a uma cópia fac-similar impressa pela faculdade, porém incompleta, quanto a uma versão completa, digitalizada e também disponível on-line⁵³. Nos arquivos consultamos as duas cópias da BNB no Rio de Janeiro – uma no cofre e outra contida na coleção Barbosa Machado (CBM) -, e também o exemplar da Biblioteca Histórica do Itamaraty (BHI)⁵⁴.

50 John Carter Brown Library, cota: b2225142. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/relaadaentra00cunh#page/n1/mode/2up>. Acesso em 24/03/2012.

51 New York Public Library, cota KE 1747. Ver: http://nypl.bibliocommons.com/search?t=title&search_category=title&q=rela%C3%A7%C3%A3o+da+entrada&commit=Search&searchOpt=catalogue. Acesso em 23/03/2012. Catholic University of America Library, Coleção Oliveira Viana, cota RBK 1106 1747. Disponível em: <http://catalog.wrlc.org/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?BBID=6637823>. Acesso em 24/03/2012.

52 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Miscelâneas, v. 311, folheto n. 5129. Versão fac-similar disponível em: http://books.google.com.br/books?id=cu2_ewwwbsUC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=%22desterro+malheiro%22&source=bl&ots=TGh4X7bar8&sig=6Kh3zX-mJfYDQIqmCUB7C8bCvAg&hl=en&ei=FjKcTpO-C4rBt-gej6pT3Dw&sa=X&oi=book_result&ct=result&redir_esc=y#v=onepage&q=%22desterro%20malheiro%22&f=false. Acesso em 23/03/2012.

53 Coleção Brasileira da USP, disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03908100>. Acesso em 23/03/2012.

54 Na BNB, um exemplar faz parte da coleção de Barbosa Machado (org.), *Elogios Oratórios, dos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados* ..., op. cit., t. III, p. 196-206. Cota: 24, 1, 9, n. 21. O outro exemplar encontra-se no cofre,

Em relação às tiragens, ou seja, possíveis reimpressões de um mesmo documento, Moraes afirma a existência de duas. Sua análise, no entanto, baseia-se somente na comparação dos textos dos frontispícios dos diferentes exemplares de *Relação da Entrada* Segundo Moraes alguns exemplares desse documento exibiriam, por equívoco de impressão, a data M.CC.XLVII [1247], enquanto outros exibiriam M.DCC.XLVII [1747]⁵⁵. A informação procede, pois os documentos da USP, JCBL, BHI, CUA e um dos exemplares da NYPL, realmente datam 1247. Já os da CBM, BGUC, outro exemplar da NYPL e o que está no cofre da BNB, ostentam data de 1747.

Na folha de rosto de *Relação da Entrada* ..., conforme a prática daquele tempo, são descritos todos os títulos detidos pelo autor da obra, Luiz Antônio Rosado da Cunha. A grafia incorreta de um desses títulos na capa de alguns exemplares, seria, segundo Moraes, a segunda diferença entre as tiragens. Rosado da Cunha era, no Rio de Janeiro, conforme impresso na folha de rosto:

Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e au// zentes, Capellas, e Residuos do Rio de Janeiro.

Para Moraes a outra diferença entre as duas tiragens identificadas seria a grafia “urzente” para a palavra “auzentes” nas obras que exibem a data M.CC.XLVII⁵⁶. A existência de dois exemplares da mesma obra não seria uma surpresa, ao contrário, satisfazia as expectativas dos estudiosos, ou seja, uma tipografia débil e capaz apenas de executar trabalhos fortuitos. Era norma do sistema de censura português que a primeira tiragem das obras fosse apresentada aos poderes censórios para que, vista conforme o original escrutinado, pudesse “correr”, ou seja, ser publicada em maior volume e comercializada. Eram possíveis ainda modificações e correções na primeira tiragem que obrigavam o tipógrafo a alterá-la. Ainda que dificilmente essas mudanças aparecessem no processo de licenciamento impresso das obras, o autor – ou o impressor -, após recusa da primeira impressão, era obrigado a reelaborá-la, absorvendo as alterações. Depois deveria novamente submeter o texto

com a cota II, 02, 15 e microfilmado com a cota OR 00057 [9]. Na BHI, no Rio de Janeiro, o documento encontra-se na cota: L4 – L10 cimélio 394.46 (815.3), Ptr. 581-527. Devido ao expressivo número de exemplares de um mesmo documento a serem avaliados neste item, com diferentes referências de localização, eximimo-nos de referenciá-los aqui em notas, pois esse detalhamento dificultaria em muito a exposição da análise comparativa. Nas citações de trechos, esclarecemos que “//” significa alteração de linha, e demos comandos de parágrafo para expressar as mudanças de páginas dos exemplares. Ver anexo IV

55 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 158.

56 Em idem, p. 158, Moraes é genérico: “Além desse engano existe, na segunda tiragem, uma pequena mudança de palavras no texto de uma frase”. Mas em *Bibliographia Brasiliiana. Rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the colonial period*, Los Angeles/Rio de Janeiro, Latin American Center Publications/University of California, 1983, p. 239-240, o autor é mais explícito: “The two copies in the National Library in Rio de Janeiro are of different issues; the first has a misprint in the last word of the line below the author's name: "uurzentes", and the second copy has the misprint corrected: "Auzentes”.

impresso ao poder censório, que impunha as alterações para liberar a produção⁵⁷. Expediente semelhante foi feito por Antônio Desterro Malheiro para conceder a licença de impressão a *Relação da Entrada* Processo exposto, como era comum em Portugal, no próprio documento; por ele lemos que o jesuíta Cristóvão Cordeiro não encontrara na obra “cousa alguma contra a nossa S. Fé, e bons costumes”. Depois, o bispo fez a primeira concessão:

Pode-se imprimir, e não correrá sem ser revisto para ver se está conforme o Original. Rio 18. de Janeiro de 1747.

Em seguida o mesmo Cristóvão Cordeiro atestou que a impressão “está conforme o seu Original”. Assim, finalmente, Desterro Malheiro autorizara:

Visto estar conforme o Original, pode correr. Rio de Janeiro 7. de Fevereiro de 1747.

A existência de dois exemplares era, portanto, pouco conflitante à concepção corrente de uma tipografia fortuita, efêmera e débil. A necessidade de se imprimir uma segunda cópia, provavelmente corrigida, após a avaliação do censor ou do próprio bispo – mesmo que não expresso no texto de licenciamento – era o esperado, mesmo para uma única edição. Isso parecia corroborar a ideia de que o relato da entrada do bispo não teria passado de uma única edição, com no máximo duas tiragens – rapidamente reprimida, a tipografia de Isidoro não teria voltado a funcionar.

A primeira certeza de que as fontes deviam ser revisitadas decorre de que autores como Moraes haviam se restringido somente à capa quando compararam os exemplares de *Relação da Entrada* Urgia uma comparação que se estendesse por todo o texto daquele folheto, reavaliando criticamente alguns aspectos apontados, até mesmo características notadas nos próprios frontispícios dos seus diferentes exemplares.

Não foi possível, por exemplo, como notara Rosemarie Horch, identificar um exemplar que no seu original exibisse a grafia “urzentes”, como apontara Moraes. Mas como o próprio autor reproduzira a capa com o erro tipográfico em suas obras de Brasiliana, era preciso encontrar a origem de tal controvérsia⁵⁸. Observamos então que a única reprodução em cuja capa está grafado o erro in-

57 Payan Martins, op. cit., p. 613-615.

58 Horch, ao descrever o exemplar que faz parte da coleção Barbosa Machado, nota: “O exemplar reproduzido por Félix Pacheco, que parece ter sido o mesmo citado por Borba de Moraes, traz logo abaixo do nome do autor da Relação a palavra ‘uu-|zentes...’ enquanto que no nosso acima descrito está claramente ‘au-|zentes...’”. ABN, op. cit., v. 83, 1963, p. 146.

dicado pelo bibliófilo é uma cópia fac-similar que compõe o já citado livro de Félix Pacheco. Uma espécie de compêndio em que também se encontram reproduzidos a conclusão jesuíta e os elogios poéticos ao bispo Malheiro, todos da oficina do Rio de Janeiro. Apesar de não estar clara a fonte de Pacheco para a reprodução, por comparação identificamos que o exemplar reproduzido pelo jornalista é o depositado no cofre da BNB, pois ambos exibem, como demonstramos, características que os diferenciam das demais cópias consultadas⁵⁹.

Incentivados pela constatação de que o erro de grafia apontado por Moraes não se sustentava à luz do exame dos originais, refizemos a comparação entre os frontispícios de diferentes exemplares e notamos que, na verdade, era outra a palavra grafada de diferentes formas entre eles. Novamente entre os títulos de Rosado da Cunha, percebemos exemplares que exibem a palavra “Residos”, enquanto outros ostentam “Resíduos”. O mais significativo é que nem sempre a mudança de grafia desta palavra acompanha a já notada diferença entre as datas dos folhetos. Ou seja, enquanto o exemplar da coleção de Brasileira da USP apresenta a grafia “Residos” e a data M.CC.XLVII, os exemplares da BHI e da JCBL, apesar de apresentarem a mesma data, exibem a palavra “Resíduos”. Já os exemplares da BNB, tanto o da CBM quanto o do cofre, e mais aquele da BGUC, apresentam a data M.DCC.XLVII e a grafia “Resíduos”. Afirmamos, portanto, que há não duas, mas ao menos três impressões diferentes entre si da folha de rosto de *Relação da Entrada ...* Essas constatações multiplicam-se e complexificam-se no momento em que estendemos a comparação a todo o texto dos exemplares do folheto.

Há, na verdade, muitas diferenças entre os folhetos consultados. Dependendo dos exemplares comparados, nas 22 páginas do opúsculo, incluindo o processo de licença impresso no próprio documento, encontramos diferenças em até dezesseis páginas. Não pretendemos analisar todas elas, mas selecionamos as que podem exprimir, entre vários aspectos, a intensidade do trabalho de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. O documento da USP, além de ter a palavra “Residos” na capa do folheto, exhibe, na conclusão da avaliação da obra feita por Cristóvão Cordeiro, o seguinte texto:

E' sta conforme o Original impres-// sso. Rio de Janeiro 7. de // Fevereiro de 1747. // Christovão Cordeiro⁶⁰.

Em todos os outros exemplares consultados o texto é:

59 Pacheco, *Duas Charadas...* op. cit., apêndice.

60 Ver: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03908100>. Acesso em 24/03/2012.

E' sta conforme o seu Original Col-// legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747. // Christovão Cordeiro

Excetuando a palavra “Resíduos” na capa e as licenças exclusivas deste exemplar da USP, percebemos que a grafia das palavras e a disposição delas no texto deste opúsculo são idênticas ao exemplar digitalizado pela JCBL. Entre outras semelhanças, podemos ler no texto da página 5 em ambos os exemplares um erro na descrição das atribuições militares de Pinto Alpoim, que participara da cerimônia e – conforme o relato do folheto – foi ao encontro do bispo Malheiro ainda nas águas da Baía de Guanabara. Entre as linhas 5 e 6 da página 5 dos exemplares citados, a patente militar de Alpoim é descrita como:

Tenente General de Mestre de Campo

Conforme *Exame de Bombeiros*, obra de Alpoim posterior a *Relação da Entrada ...*, as suas atribuições militares eram:

Tenente de Mestre de Campo General

Alguns exemplares deste folheto produzido no Rio de Janeiro, como veremos, apresentam a correta denominação militar, sugerindo que, a princípio, sofreram correção e reimpressão de, ao menos, partes do texto. Em ambos os exemplares – USP e JCBL – também há, na página 20, ou seja, na última do relato da cerimônia, uma espécie de “emenda” ao texto. A palavra “habitação”, nas linhas 5 e 6 desta página 20, está disposta de um modo que as primeiras duas sílabas -“habi” – encontram-se impressas fora do enquadramento do texto. Um remendo que diferencia esses exemplares dos demais.

O exemplar em posse da BHI no Rio de Janeiro é também bastante parecido aos dois folhetos comentados anteriormente. A capa e as licenças são idênticas ao exemplar da JCBL; o texto também é idêntico em sua maior parte, contendo inclusive o erro na denominação do cargo militar de Alpoim. Mas, ao contrário dos anteriores, não apresenta a emenda da palavra “habitação”, pois a palavra já está incorporada ao texto da última página. Aparentemente dando sinais de que o texto – ainda que não por inteiro – teria sido alterado em outra tiragem. A maior diferença apresentada pelo exemplar do Itamaraty fica a cargo de sua encadernação. Provavelmente em função de restaurações sofridas ao longo do tempo, este exemplar apresenta características únicas. Além de extremamente bem conservado, está encadernado em capa dura, exhibe douramento nas bordas das folhas e – o

mais significativo – é o único exemplar em que o processo de avaliação da obra e a consequente licença de impressão concedida por Malheiro encontram-se encadernados antes e não depois do texto do folheto. Mesmo que profundamente modificado, com fortes indícios de alterações posteriores, não se pode descartar a possibilidade do encarte com as páginas alteradas ter sido fruto de alguma reimpressão.

Já os folhetos da CBM e da BGUC são os únicos dois exemplares consultados idênticos entre si, embora difiram significativamente dos demais existentes. Eles apresentam a palavra “Resíduos” e a data M.DCC.XLVII na capa, também ostentando a palavra “habitação” enquadrada no corpo do texto da última página. Nesses dois casos, a última página ainda conta como um reclame que remete à primeira palavra do texto da licença de impressão: “EX-”, de excelentíssimo, algo inexistente nas demais obras. Além desses detalhes, temos fortes razões para acreditar que os exemplares da CBM e da BGUC constituem outra composição para o mesmo opúsculo, pois, à exceção das licenças de impressão, há alterações por todo o texto, dando-nos indícios de serem uma reedição da obra e não mais reimpressões com alterações pontuais no texto, como demonstram as diferenças entre os exemplares anteriormente comparados.

A acentuação aguda, por exemplo, das palavras dessas últimas duas obras – CBM e BGUC – é justamente oposta às demais citadas – USP, JCBL e BHI. Ou seja, quando aqueles dois exemplares apresentam as grafias “André”, “só”, “Jozé”, nas mesmas passagens do texto nos demais exemplares estão “Andrè”, “sò” e “Jozè”. A recíproca também é verdadeira, pois todas as vezes que os exemplares da CBM e da BGUC apresentam a grafia “Jozé”, “sò”, “Sè”, nos mesmos trechos das demais obras encontram-se “Jozé”, “só” e “Sé”. Apesar de parecerem meros detalhes, percebemos que essas são algumas das várias alterações que, recorrentes, só podem ter existido em função da recomposição da obra para a impressão, nunca como pequenas alterações pontuais. Reforçando a suspeita temos, entre as obras do primeiro grupo – USP, JCBL e BHI – e do segundo – CBM e BGUC – várias palavras grafadas de modo distinto nas mesmas passagens do texto como “pessoas” e “possoas”, “cavalaria” e “cavlaría”, “huma” e “huma”, ou ainda diferenças como “povo” e “Povo”, “Cabbido” e “Cabbido” ou “opprimido” e “oprimido”. Essas distinções mais uma vez sugerem que as diferenças seriam consequência de uma recomposição do texto, deixando-o inclusive sujeito a erros. Além da grafia de algumas palavras, observamos diferenças no próprio texto. Por exemplo, nos exemplares da CBM e da BGUC encontramos a descrição correta do título militar de Fernandes Alpoim, ou seja, “tenente mestre de campo general”. Mas esta não é a única alteração textual. Dentre outras, destacamos a descrição de uma das etapas da cerimônia de 1747. Entre as páginas 18 e 19, lemos nos exemplares da USP, da JCBL e BHI:

(...)acompanha-// do para o lugar continuou o Cabbido, e// como se achavaõ presentes os Ministros, // e Senado, foraõ pelo mesmo Mestre das// cerimoniaz conduzidos, acompanhando a// osculaçaõ o Estandarte, a receber de// 'sua'// sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça, às pessoas nobres, Re-// ligioens e Clerezia, (...)

Mas nos exemplares da CBM e BGUC lemos um texto claramente modificado:

acompanha-// do para o lugar continuou o Cabbido, e// como se achavaõ presentes os Ministros, // e Senado, foraõ pelo mesmo Mestre das// cerimoniaz conduzidos, acompanhando o// Estandarte, a receber de sua Excellencia Re- // 'veren-'// verendissima, a mesma osculaçaõ, participan-// do a mesma graça, às pessoas nobres, Re-// ligioens e Clerezia, (...)

Ressaltamos que, além da correção do sentido feita pela troca de lugares das palavras “estandarte” e “osculaçaõ”, a alteração gerou um rearranjo no texto, obrigando-o a ser recomposto. Ou seja, por este exemplo, apesar de apenas mover duas palavras de lugar, o editor do texto precisou alterar sua composição, o mesmo acontecendo em outras passagens, denunciando um trabalho de reestruturação e reedição da obra. Outra diferença marcante entre os exemplares são as marcas tipográficas, ou seja, pequenos códigos alfanuméricos que servem como guias de impressão e encadernação do texto e que também acabavam, nessa época, impressas nas margens das obras. Apesar de algumas marcas de impressão serem comuns a todos os exemplares, nos da USP, da JCBL e da BHI, temos a marcação, na página 5, como “3”, enquanto os exemplares da CBM e BGUC exibem “A 3” como marca da mesma página 5. Essa talvez seja uma das mais contundentes provas de que estamos ante duas “edições” da mesma obra – tratam-se de duas marcações diferentes, provavelmente originárias de duas edições distintas.

No processo de comparação entre os exemplares, percebemos ainda que o documento depositado no cofre da BNB é diferente de todos os outros até agora citados. A peculiaridade deste folheto não reside em novas formas ou na composição inédita de partes do texto, mas em conjugar formas apresentadas em diferentes edições. Por exemplo, ao mesmo tempo em que apresenta no frontispício, à semelhança dos documentos da CBM e da BGUC, o ano M.DCC. XLVII e a palavra “Resíduos”, diferente destes, e igual aos da USP, da JCBL e da BHI, exibe a denominação incorreta das patentes militares de Alpoim na página 5. Também não há neste exemplar do cofre – como naqueles que exibem frontispícios idênticos – a correção do texto verificada na troca das palavras “Estandar-

te” e “Osculação” entre as páginas 18 e 19. Em sua última página a palavra “habitação” já encontra-se no enquadramento do texto, mas sem o reclame “EX-”, também comum naqueles que sustentam a capa presente neste exemplar. Mais especificamente, percebemos que além da página de rosto, as páginas 9, 10, 11, 14, 15 e 16 são idênticas às dos exemplares CBM e BGUC. Mas as páginas 5, 6, 7, 18 e 19 são iguais às dos exemplares USP, JCBL e BHI. A página 20, como vimos, também é a mesma encontrada no exemplar BHI. Já a página 12 contém características em seu texto exclusivas deste documento. Entre a 1a e a 2a linha desta página figura a expressão “e à por//ta”; e na 18a linha dessa mesma página, a palavra “pessoas”. Nos outros, percebemos que, quando sustentam a expressão “e à por//ta”, como no caso dos documentos da USP, da JCBL e da BHI, a palavra pessoas está grafada erroneamente como “possoas”. Mas quando apresentam a expressão “e a por//ta” sem o acento grave, como é o caso dos exemplares JCBL e BGUC, a palavra está corretamente grafada, como “pessoas”. Portanto, o exemplar do cofre da BNB conjuga características dos modelos anteriores.

A única fonte consultada que apresenta as mesmas características do exemplar do cofre da BNB é a versão fac-similar reproduzida no livro de Félix Pacheco. Por sustentar características únicas, estamos certos de que esse documento foi a fonte para a obra de Pacheco. Entretanto, a grafia “urzentes” para a palavra “ausentes”, presente na página de rosto da reprodução fac-similar, não se sustenta quando consultamos o original, deixando crer que essa característica foi adquirida por falha na reprodução. Concluimos assim que as observações de Rubens Borba de Moraes não partiram, nesse caso, da consulta aos originais, mas da leitura da reprodução feita por Pacheco. Este folheto pode ser interpretado como uma edição diferenciada da obra, sem que por isso, seja obrigatoriamente uma reimpressão de todo o folheto. Embora esse exemplar possa ter sido uma espécie de transição entre um padrão de certa forma imperante entre os exemplares que exibem a data M.CC.XLVII, a outro recorrente entre os exemplares com data M.DCC.XLVII, o mais provável é que ele tenha sido a soma de sobras de cada uma das edições e, portanto, posterior a pelo menos uma delas.

É muito difícil, através da análise comparativa, apontar com exatidão a ordem de produção desses folhetos, principalmente porque a análise só estaria completa quando fossem incluídas a leitura e a comparação integral dos exemplares CUA e os dois da NYPL. Mas acreditamos já poder esboçá-la, apesar de ainda restarem questões a serem elucidadas. É preciso interpretar algumas alterações entre os exemplares, como a questão das datas e outras, de modo que se possa, através das diferenças, traçar uma ordem cronológica entre eles. O mais antigo folheto, neste caso, seria o depositado na USP, sobretudo porque, além da data M.CC.XLVII, é o único a apresentar a palavras “Resíduos” na página de rosto, possuindo também uma licença de impressão exclusiva e diversa da reproduzida nos demais. O segundo nessa ordem seria o exemplar da JCBL, pois, apesar de já apresentar

uma folha de rosto com a palavra “Resíduos” e a licença de impressão com o texto comum às demais obras, ainda exibe a data errada e a palavra “habitação” fora do enquadramento do texto, algo que só ocorre com o exemplar USP. Depois, seguindo a ordem, viria o exemplar BHI, pois, apesar de idêntico ao JCBL, já apresenta a incorporação da palavra “habitação” na última página. Ou seja, todos esses fariam parte de uma edição que apresenta pequenas variações entre seus exemplares. Posteriormente teríamos os folhetos da CBM e da BGUC, que por suas características parecem ser parte de uma edição posterior. Além das diferenças no texto da obra, na folha de rosto, apresentam a palavra “Resíduos”, já vista em folhetos posteriores, mas que agora vê-se somada à data M.DCC.XLVII. Entre outras, trazem também a correta denominação dos títulos militares de Alpoim e a correção na passagem do texto entre as páginas 18 e 19.

Pelo apurado, o exemplar da CUA parece fazer parte daquilo que chamamos de primeira edição, já que porta a data 1247. Mas nada impede que apresente alterações e particularidades – o que é comum entre esses folhetos. O mesmo ocorre com os exemplares da NYPL. Na descrição catalográfica on-line da obra depositada em Nova York, percebemos um pequeno trabalho comparativo entre os dois exemplares, com conclusões que vêm a se confirmar em nosso trabalho. A catalogação, apesar de não ser muito precisa, afirma que são poucas as páginas semelhantes entre os dois exemplares. A exemplo dos folhetos USP, JCBL e BHI, o exemplar com a data incorreta, segundo a descrição da NYPL, também traz o erro na denominação das patentes de Alpoim na página 5 e não exibe o reclame “EX-” na página 20 do folheto. O segundo exemplar da NYPL seria, também segundo a descrição catalográfica, igual aos CBM e BGUC, mas também é, por isso, diferente do exemplar do cofre da BNB, pois, exibe a data correta, a patente “Tenente de Mestre de Campo General” e a chamada “EX-” na última página do texto. Concluimos, portanto, que a biblioteca novai-orquina detém uma cópia de cada edição do opúsculo. Seria muito importante incorporar os exemplares CUA e NYPL na análise comparativa, principalmente aqueles que datam de 1247. Apesar de considerarmos esses exemplares como partes de uma primeira edição, há pequenas diferenças entre os três que pudemos consultar integralmente. A comparação a outros exemplares dessa mesma edição poderia ajudar a identificar qual das fórmulas aplicadas em cada um dos folhetos dessa edição, já consultados, tornou-se fixa, repetindo-se em mais de uma tiragem⁶¹.

A cópia do cofre da BNB, como vimos, pode ocupar tanto um posto intermediário entre as duas edições, quanto ser contemporânea à segunda edição, ou ainda posterior a ambas. O certo é que – salvo outra descoberta em arquivos – , ela constitui um exemplar único, sem outro semelhante.

61 Ver: http://nypl.bibliocommons.com/search?t=title&search_category=title&q=rela%C3%A7%C3%A3o+da+entrada&commit=Search&searchOpt=catalogue. Acesso em 24/03/2012 Ver também: <http://catalog.wrlc.org/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?BBID=6637823>. Acesso em 24/03/2012.

A fragilidade desse tipo de classificação cronológica reside na existência de detalhes que poderiam remeter à outra ordem de produção. Há, nos folhetos aqui apontados como os mais antigos, palavras como “dentro”, “cavalaria”, “huma”, “espiritos”, “fazer”, “moveo”, ou passagens no texto como “50. palmos” – que descreve a altura de um dos arcos de triunfo construídos para a cerimônia. Nas mesmas passagens do texto, nos folhetos apontados como posteriores, temos, respectivamente, “denro” “cavlaria”, “hnma”, “espeiritos”, “fozer”, “veo” e “5. palmos”. Nesse mesmo sentido, o mais significativo seria o fato dos folhetos entendidos como os mais antigos trazerem a denominação correta da família do bispo que tomava posse na cidade, ou seja “os malheiros”, enquanto os tidos como posteriores apresentam “os malheiras”. Este seria um erro bem menos aparente, mas por incluir o próprio sobrenome de Desterro Malheiro, tão grave quanto o relativo às patentes de Pinto Alpoim.

Essas são características que, analisadas separadamente, e se consideradas como correções ao texto, podem indicar uma ordem inversa na cronologia de produção de Isidoro da Fonseca. Mas o oposto também ocorre, ou seja, também há palavras corrigidas nos textos daquela que classificamos de segunda edição. Assim, essa hipótese esbarraria no fato de que, se comprovada, a mudança na grafia das datas não teria ocorrido por um esforço de correção da obra, mas como alteração deliberada de seus produtores. Hipótese que não se afinaria ao padrão da atuação de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, expresso em outras obras produzidas na cidade. Acreditamos que esses detalhes, naquilo que chamamos de segunda edição, seriam consequências da própria reedição, sempre sujeita a falhas, principalmente na recomposição quase total do texto. Essas mudanças textuais podem ainda ter sido – como indicam os compromissos inquisitoriais assinados por Isidoro da Fonseca e pelo desconhecido Francisco da Costa Falcão – reflexos do envolvimento de indivíduos menos experientes na arte de reproduzir textos impressos.

Após a análise comparada dos exemplares de *Relação da Entrada ...*, fica clara a negligência com que estes documentos foram tratados pela historiografia brasileira, algo estendido a toda a atuação de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. A comparação mostra-nos que, por existirem várias cópias do mesmo documento, com uma possível reedição da obra, o trabalho daquele impressor foi menos fortuito do que se pensava. Apesar de todas as obras aparentemente indicarem o ano de 1747 – 1247 seria um erro de impressão –, não podemos por esses documentos afirmar que Isidoro teria continuado a imprimir nos anos posteriores. Mas é possível ter, ao analisarmos as minúcias, boas indicações do tempo e das expectativas deste tipógrafo na cidade. O número de cópias diferentes, com correções ou reimpressões, permite-nos pensar que esse tipógrafo estaria disposto a prosperar no Rio de Janeiro e que teve tempo para tal. Sugere também a capacidade da cidade enquanto mercado consumidor de impressos no período.

Dos nove exemplares que temos notícia, ao menos cinco deles têm diferenças entre si, sendo dois exemplares idênticos. A diversidade entre as cópias é um elemento interessante para vislumbrar a capacidade da tipografia e as condições de produção daqueles impressos no Rio de Janeiro. Embora essa variedade de cópias seja um sinal possível de maior demanda, a ponto de serem necessárias reimpressões e reedições do opúsculo, não é possível afirmar que cada uma das cópias existentes fossem matrizes de impressões que circularam entre o público leitor. Ainda assim, as sucessivas correções e a possível reedição são significativas. O processo de licenciamento do folheto, segundo o próprio documento, teria durado menos de um mês, de 21 de janeiro a sete de fevereiro. Portanto, admitindo-se que a maioria das cópias existentes fossem versões preliminares de uma única edição, é expressivo o número de cópias diferentes em apenas dezesseis dias. O mais importante é que, independente de serem versões que circularam ou esboços preliminares, a diversidade de cópias demonstra a dedicação dispensada pelo tipógrafo e o esforço empregado para a publicação do opúsculo. Isso remete aos possíveis ganhos econômicos e políticos que o folheto poderia representar, sugerindo também um funcionamento estável daquela tipografia.

Mediante a análise das várias versões de *Relação da Entrada ...*, percebe-se que o Rio de Janeiro era – como percebera Isidoro da Fonseca – um mercado estável e possivelmente lucrativo. Abordaremos a questão no próximo capítulo; basta por ora explicitar que aquela tipografia sinaliza que a cidade, principalmente sua elite urbana, alcançara desenvolvimento suficiente para que uma oficina tipográfica se instalasse e perpetuasse. Era isso que alimentava, com poucas dúvidas, as expectativas de Antônio Isidoro da Fonseca. Em janeiro de 1747, a oficina tinha uma capacidade e uma articulação política suficientemente seguras para funcionar. As várias cópias sugerem que não se sustenta uma visão de atividade fortuita e até clandestina disseminada na historiografia. Na verdade, demonstram um empreendimento estável e – apesar de recente – claramente estabelecido, ao menos entre os poderes locais e com perspectivas de continuidade. Apesar da riqueza da análise comparada – que não se esgota em nosso trabalho -, ainda não podemos apenas por esse exercício comprovar o funcionamento desta oficina além de 1747.

Entretanto, em meio à pesquisa para a presente dissertação, foram divulgados documentos que, também impressos por Isidoro da Fonseca, eram até então desconhecidos. Descobertas essenciais para responder a algumas questões, trazendo ao mesmo tempo inúmeras dúvidas e novas perguntas.

4.3. *Dissertationes Theologicas*

Em março de 2010, Paulo Leme, técnico da Divisão de Aquisições e Tratamento Arquivístico da Torre do Tombo, divulgou e foi o primeiro a descrever um novo documento jesuítico impresso

no Rio de Janeiro. Leme noticia, nos fundos relativos à Inquisição no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, um documento intitulado *Dissertationes Theologicas de Merito Justi* Uma tese inaciana referente a uma cerimônia de obtenção de grau acadêmico realizada no colégio da Companhia em Salvador, semelhante ao evento ocorrido no Rio de Janeiro referido em *Conlusiones Methaphysicas* Apesar de não conter o dia e o mês – apenas uma expressão vaga, *huius mensis*, “do corrente mês”, e com o espaço destinado ao dia em branco, exhibe em sua folha de rosto:

FLUMINE JANUARIII.// Ex Secunda Typis ANTONII ISIDORII DA FONCECA.// Anno Domini M.DCC.XLVII⁶².

Ou seja, o documento fez parte de uma cerimônia realizada na Bahia, foi impresso no Rio de Janeiro, provavelmente mandado de volta a Salvador – o que pode explicar, em parte, a sua preservação – e guardado nos arquivos da Inquisição de Lisboa. Este seria um dos impressos jesuíticos da Bahia comentados por Serafim Leite que, embora tivesse notícias dessas obras, não conseguiu encontrá-las. A descoberta deste texto é uma grande oportunidade de levarmos à frente o exercício de comparação. Agora, sabemos da existência de dois documentos jesuítas impressos por Isidoro da Fonseca.

Nas cerimônias indicadas pelos documentos jesuíticos do Rio de Janeiro e da Bahia, era necessária a presença de examinadores para avaliar as teses e assistir suas defesas. Como no documento do colégio do morro do Castelo, encontram-se no título do folheto do colégio em Salvador os nomes dos examinadores e daquele que pretendia formar-se. Teria presidido a seção na Bahia Valentim Mendes, jesuíta baiano que já tivera um sermão impresso por Antônio Isidoro em 1740. O aluno a defender o trabalho era Francisco da Silveira (1718-1795), açoriano que obteve, após defendida e publicada a tese, destacado reconhecimento intelectual dos seus superiores. Segundo Paulo Leme, ele teria sido redator da carta ânua da província jesuítica do Brasil de 1748–1749. O examinador foi o baiano Manuel de Sequeira (1682?-1761). Além de professor e reitor, ele teria alcançado por duas

62 *Dissertationes // Theologicas // de merito justi // ad quaest. d. thomae ii4. i. 2. // præsidente // R. P. ac Sap. Magistro // Valentino Mendes / Societatis Jesu // Primario Sacrae Theologiae Professore, // discutiendas offert // Franciscus da Sylveira ejusdem societatis // suo 2. theologiae anno // in Aula Theologica Collegii Bahiensis // die hujus mensis, ac vespertinis scholarum horis: // Approbante // R. P. ac Sap. Magistro // Emmanuele de Sequeira // Sstudiorum [sic] Generalium Rectore. // [filete] // quæstio gratiosa // ex theotologia deprompta: // utrum bma. virgo deipara // nobis promeruerit omnes gratias excitantes, adjuvantes, ac // dona omnia supernaturalia justificationem subsequantia? // Affirmative, Arquivo Ultramarino de Lisboa, cota: pt / tt / tso / 0020. Disponível em <http://digi-tarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&ID=4606412&searchMode=#a2>. Acesso em 24/03/2012. Ver também Paulo Leme, “Um novo título oriundo do prelo brasileiro de Antônio Isidoro da Fonseca”, *Boletim do Patrimônio Arquivístico Comum*, Direção-Geral de Arquivos Portugueses, n° 12, janeiro-março de 2010. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/DGARqBolt-12.pdf>. Acesso em 24/03/2012.*

vezes o estatuto de provincial. O texto é escrito em latim, composto por quatro páginas *in-folio*. Apesar de ser um documento com função semelhante a *Conclusiones Methaphysicas ...*, ele guarda também várias peculiaridades.

No documento do Rio de Janeiro, lemos ao final da sua única página, após a escrita do local onde foi impresso, uma expressão comum a esse tipo de texto escrito em latim, normalmente avaliado – no caso da América portuguesa – pelo colégio de Coimbra:

Cum facultate Superiorum⁶³

A expressão dava a entender que o documento teria as licenças – ou permissão – de superiores, provavelmente referindo-se aos próprios quadros do colégio. Mas ao menos na versão que nos foi dada a conhecer, não há impressão do licenciamento da obra, o que era comum e ocorria, como vimos, em outros documentos impressos por Isidoro da Fonseca. Já no documento referente ao colégio da Bahia, na última página do texto, também logo após a indicação do local de impressão, lemos o único item escrito em português:

Foraõ estas conclusoens impressas, com licenças dos Senhores Com- // missarios do Santo Officio, da Cidade da Bahia, o M. R. // Doutor Joaõ de Olivera [sic], e o M. R. Doutor Francisco // Pinheiro⁶⁴.

A respeito destas duas últimas personagens citadas, pouco se sabe, mas é possível verificar que, como no primeiro documento jesuíta, as licenças não estão expostas na obra. Notamos que *Dissertationes Theologicas ...* instiga-nos à revisão de várias questões: a relação de Isidoro da Fonseca com a Companhia de Jesus, mal abordada pela historiografia; o alcance do mercado pretendido pela oficina a partir do Rio de Janeiro; e o rol de estratégias do tipógrafo para, se não iludir a censura, ao menos atenuar suas penas. No presente capítulo priorizamos a comparação material entre as fontes. Nesse afã, analisamos alguns aspectos do funcionamento da tipografia, tanto no referente ao tempo, bem como aos aspectos técnicos e mercadológicos.

Talvez a maior discrepância entre os dois documentos jesuíticos impressos por Isidoro da Fonseca esteja ligada às diferenças técnicas nas funções de cada um. Segundo Serafim Leite, as conclusões – como no caso do documento relativo ao colégio do morro do Castelo – são resumos

63 *Conclusiones Metaphysicas ...*, op. cit.

64 *Dissertationes Theologicas ...*, op. cit., p. 4.

das teses que se pretendiam defender para a obtenção do grau de mestre, licenciado ou bacharel, nos vários cursos oferecidos pelos inacianos na América portuguesa. As conclusões eram normalmente enviadas à Coimbra; se aprovadas pelos superiores jesuítas, concedia-se a licença “pode-se defender”. Eventualmente essas conclusões eram impressas em Portugal e remetidas à América para que a cerimônia ali se realizasse. Já o outro documento inaciano também impresso no Rio de Janeiro, mas relativo ao colégio da Bahia é, como sugere o próprio nome, uma “dissertatione”, ou seja, a tese em si e não um resumo. A localização deste segundo documento é, aliás, essencial para definir melhor o contexto social e material – ou formal – de *Conclusiones Methaphysicas ...*, gerando novas questões e também reforçando algumas suspeitas.

Há muito o paradeiro de *Conclusiones Methaphysicas ...*, originalmente impresso em seda, era incerto. Somente algumas cópias fac-similares estavam disponíveis à consulta; apesar de reproduzirem seu conteúdo, não guardavam as proporções originais, nem eram impressas no mesmo suporte. Durante a pesquisa localizamos o original na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte. Em sua consulta comprovamos que a dissertação foi realmente impressa em seda, vislumbramos suas dimensões reais e vimos o seu bom estado após a restauração do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR), instituição ligada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e referência nacional em trabalhos de restauração⁶⁵.

Dois aspectos coevos a *Conclusiones Methaphysicas ...* são significativos para marcar suas diferenças em relação a *Dissertationes Theologicas ...*. Apesar da biblioteca da FAJE contar com uma minuciosa catalogação do seu acervo de obras raras, aquele que poderia ser o documento mais significativo do acervo não está ali catalogado. Fato diretamente ligado à forma como foi preservado, já que, ao invés de ser arquivado como texto, o documento encontra-se emoldurado como um quadro e protegido por uma camada de vidro. Por isso permaneceu muito tempo incógnito, pendurado nas paredes da biblioteca até ser notado por um especialista e providenciada a sua restauração. Pensava-se ser uma peça decorativa, e não um documento fundamental da história brasileira. Quando o consultamos, ele já havia passado pelo processo de restauração, e notamos que na nota explicativa adicionada pelo catalogador, o documento aparece descrito como uma espécie de convite à cerimônia citada em seu título. Uma explicação excêntrica, sem dúvida, mas representativa da perspectiva sugerida pelo próprio texto de apenas uma “página”.

65 O CECOR, órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG, foi criado em 1980 em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), tendo sido ampliado em 1988, em convênio com o Ministério da Cultura. Ver: <http://www.eba.ufmg.br/cecor/>. Acesso em 24/03/2012. Sobre a FAJE, ver: http://www-faculdadejesuita.edu.br/index.php?pagina=grupo_conteudo&tela=6&subtela. Acesso em 24/03/2012.

As proporções do documento (73 x 80 cm) atribuem-lhe certa imponência, ainda mais sendo ele impresso num pedaço de cerca de 1m² de tecido nobre. Seu texto é margeado com motivos florais, as palavras nos títulos possuem espaçamento maior e caixa alta, com destaques para o local da impressão e o seu responsável. A composição da obra é feita de modo semelhante a um cartaz, e não a um livro ou folheto. Não por acaso foi emoldurada, pendurada na parede e classificada como um convite. Esses fatos mostram como são fortes suas características de exibição e ornato. A sensação apreendida na presença do documento original é de sua extrema importância, pois os autores que o comentaram, menosprezaram o seu suporte de seda, remetendo-se aos fac-símiles e prendendo-se, em alguns casos, excessivamente à análise do texto, sem levar em conta o objeto original como um todo. Duas falhas tipográficas como “Fra cisco” ao invés de Francisco e “*co clusio*” ao invés de *conclusio*, num texto de apenas uma página, levaram alguns autores a concluir sobre a debilidade técnica da oficina instalada no Rio de Janeiro. Na verdade o contato com o original suscita justamente o contrário. Rubens Borba de Moraes já notara que este documento indica que Antônio Isidoro teria a sua disposição um razoável aparato técnico para imprimir um texto de dimensões incomuns, com letras de diferentes tipologias e tamanhos, num suporte diferente do papel – o que certamente era um desafio a mais. Mas Moraes, ainda que admita ter sido Isidoro um “tipógrafo hábil”, afirma que os recursos de sua tipografia não lhe permitiam fazer “trabalhos de monta”⁶⁶.

Dissertationes Theologicas ..., digitalizado e disponível on-line, é bem menos extravagante que *Conclusiones Methaphysicas ...*. Como vimos, foi impresso em quatro páginas de papel no formato *in-folio*, sendo notória a sobriedade do documento em relação ao anterior. As margens do texto não possuem motivos florais, são bordas duplas, uma interna mais estreita e outra externa mais larga. Na folha de rosto, somente a palavra “*Theologicas*” está em tamanho maior e inteiramente em caixa alta, o local de produção e o tipógrafo responsável figuram na última página do texto e não junto ao título. Seu texto também é dividido em três partes, “Dissertio I”, “II” e “III”. Apesar de não lermos o latim, fica claro que o texto exibe muito menos falhas, com todas as letras presentes na folha de rosto, denotando apuro em sua diagramação. O formato e a composição deste documento – que não conta com dedicatória – sugerem uma circulação interna, ou seja, ele teria sido mais voltado aos pares jesuítas e não ao público em geral. Talvez por isso tenha ficado incógnito da historiografia, bem como dos denunciadores ou autoridades da época.

As diferenças apontadas entre esses dois documentos são significativas. Em primeiro lugar elas permitem-nos vislumbrar a capacidade de produção daquela oficina. Mesmo que não sejam trabalhos de fôlego ou altamente complexos, ou ainda que não se possa perceber na comparação entre

66 Borba de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, op. cit., p. 156.

os documentos alguma evolução técnica significativa, a oficina de Isidoro da Fonseca demonstra, por esses dois opúsculos, ser mais eclética e preparada que se imaginava. Outro fator a observar refere-se à própria evolução da atividade do tipógrafo no Rio de Janeiro. Ambas as produções datam de 1747, exibindo a expressão “do corrente mês”, sem serem mais específicas. Por não terem imprimido as supostas licenças que indicam ter, como no caso de *Relação da Entrada ...*, não podemos comprovar as datas. Essas razões, somadas a sua equivalente qualidade técnica, prejudicam as análises do lugar das produções no percurso profissional do tipógrafo. Mas com base no contexto da época e nas características dos documentos, formulamos algumas hipóteses.

Com a descoberta de *Dissertationes Theologicas ...*, fica ainda mais evidente o laço de Isidoro com os inacianos, fortalecendo a versão de que o tipógrafo teria primeiro se concentrado nas demandas do colégio – até porque havia um regime diferenciado de controle para os impressos jesuítas. Posteriormente, com a chegada do bispo, por intermédio de suas licenças de impressão, passou a imprimir outros textos que não apenas os dos inacianos. Este seria o caso de *Relação da Entrada ...*. Apesar dos dois documentos jesuítas terem a mesma data (1747), aventamos a hipótese de que o relativo à Bahia representa justamente um trabalho voltado às demandas internas do colégio, enquanto as conclusões da tese referente ao Rio de Janeiro, por conterem uma dedicatória a um membro da elite mineira – e não jesuíta – e também por sua forma e seu suporte, seriam uma espécie de “experiência de transição”. Ou seja, um documento que marcava a trajetória daquela oficina tipográfica enquanto um instrumento interno de uso do colégio. Aos poucos, Isidoro teria firmado-se enquanto um tipógrafo da cidade, aberto a outras demandas, mas ainda ligado aos jesuítas, passando também a agir sob supervisão do bispo beneditino.

Não é possível estabelecer uma ordem cronológica entre esses dois documentos. Mas por eles supomos que, uma vez estabelecido entre os jesuítas, Isidoro da Fonseca teve oportunidade de verificar que as demandas daquela sociedade colonial extrapolavam o Rio de Janeiro, estendendo-se a Minas e Bahia, ultrapassando assim os muros dos próprios colégios. Apesar da atividade e das demandas nas instituições de ensino jesuítas terem sido potencialmente significativas, estáveis, razoavelmente seguras e propiciando um mercado extenso, a experiência permitia ao nosso tipógrafo notar que a chegada do novo bispo era uma oportunidade para absorver outros nichos de leitores ou reprodutores de textos até então inalcançados. É o que sugere, por exemplo, a denúncia do padre Araujo ao afirmar que, “sem licença alguma se imprimiram as ditas coisas, porque o comissário (e clérigos) não a concediam”, indicando que Isidoro da Fonseca pode ter tentado expandir o seu mercado de atuação, só conseguindo-o, porém, com a chegada do novo bispo. Continuando talvez a manter os laços com o colégio, mas aproximando-se do bispo beneditino, Antônio Isidoro resguar-

dava-se o suficiente para tentar ser bem sucedido em outras áreas e mercados possíveis, todavia mais arriscados.

4.4. *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario*

Assim como os demais documentos, *Dissertationes Theologicas ...* data de 1747 e, portanto, não preenche a lacuna que justificaria o compromisso inquisitorial assinado em 1749 ou a petição ao Conselho Ultramarino de 1750, anos depois dessas primeiras impressões fluminenses. Seria importante encontrar a prova de que, mesmo após a proibição régia de 1747 – como sugerem sua estadia até 1749 e o documento de 1750 –, Antônio Isidoro da Fonseca tivesse continuado a imprimir no Rio de Janeiro. Mas Clio é musa improvável, porém generosa. Ainda em 2011 fomos informados de que o mesmo CECOR havia restaurado um compromisso de irmandade impresso por Antônio Isidoro da Fonseca e inédito. Trata-se do *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Capella de S. Gonçalo das Catas Altas Final da Freguesia de Santo Antonio de Ita Bava*, documento referente a uma irmandade de negros, restaurado graças aos esforços de Giovane Lobo Neiva, prefeito de Catas Altas da Noruega, pequena cidade em Minas Gerais. O documento impresso *in-folio* é composto por 39 páginas. Apesar de ter sido parcialmente recuperado de um estado bastante avançado de deterioração, pode-se ler em seu frontispício a seguinte inscrição:

Rio de Janeiro// Na [segunda] Officina// DE ANTONIO ISIDORO DA FONCECA// Anno de M.DCC. X[VIII]// com todas as licenças necessárias⁶⁷.

Dado o estado em que se encontrava o texto ora restaurado não é possível, pela capa, saber exatamente o ano em que o compromisso foi impresso. Mas como o documento é precedido por algumas solicitações da irmandade do Rosário ao bispo Antônio do Desterro Malheiro, sabemos que este compromisso obteve permissão para imprimir – ou melhor, “correr” – em treze de março de 1748. Fica assim estabelecido, após a descoberta deste compromisso, que Antônio Isidoro da Fonseca teria continuado a trabalhar, sob licença do bispo, mesmo após os poderes régios recomendarem aos governadores que reprimissem tal prática, só desfazendo-se do seu negócio no Estado do Brasil após a Inquisição também reprimir a sua atividade. Como era de se esperar, este novo documento renova várias perspectivas, dentre elas a necessidade de esclarecer melhor a relação entre Isidoro da

⁶⁷ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Capella de S. Gonçalo das Catas Altas Final da Freguesia de Santo Antonio de Ita Bava*. Rio de Janeiro, Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1748. O documento ainda não se encontra catalogado no arquivo histórico da cidade de Catas Altas da Noruega.

Fonseca e o mercado mineiro; bem como elucidar os vínculos entre o tipógrafo e o bispo, que parece estenderem-se além de *Relação da Entrada* É preciso também averiguar a razão deste documento, oriundo da irmandade de negros de uma pequena cidade mineira, ter sido impresso a mando do bispo do Rio de Janeiro. Este compromisso pode ser relacionado ao âmbito eclesiástico movimentado pela criação do novo bispado de Mariana em 1748, de forma independente do bispado do Rio de Janeiro? A demanda das irmandades por livros teria sido mais um dos nichos de atuação de Isidoro da Fonseca? Por outro lado, a descoberta absolutamente casual deste compromisso parece fazer possível considerar que outros documentos produzidos por Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro setecentista estejam ainda incógnitos, ou tenham se extinguido para sempre. Analisaremos esses temas em outro momento, pois, a exemplo da abordagem das outras fontes, priorizamos neste capítulo a sua análise material e comparativa.

Na história das Minas Gerais as irmandades religiosas tiveram grande importância na conformação da sociedade, sobretudo por ser vedada na região a presença de ordens religiosas ou mosteiros eclesiásticos. Em contraparte, o sentido fundamentalmente urbano e de demografia densa na sociedade mineira durante o século XVIII faz desse período o de maior expansão e criação de irmandades em várias cidades da região. Um compromisso de irmandade seria o termo fundador dessas associações leigas. Nele ficavam estabelecidos todos os parâmetros de funcionamento do grupo, incluindo os critérios de admissão de seus membros, distinguindo muitas vezes etnias ou sexos, e mecanismos de eleições dos membros para as suas mesas dirigentes – especialmente cargos estratégicos como presidente da mesa ou tesoureiro. Estabeleciam também obrigatoriedades dos membros para com os irmãos, festas, dias santos e procissões durante o ano. São documentos – embora na sua grande maioria manuscritos – comuns ao período colonial, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII⁶⁸. Nada sabemos sobre as condições econômicas desta irmandade do Rosário, tampouco sobre o enredo que teria caracterizado esta encomenda a Antônio Isidoro. Entretanto, a prosperidade daquela região mineradora muito próxima a Vila Rica fazia-se evidente na primeira metade do século XVIII.

A folha de rosto do compromisso impresso por Isidoro da Fonseca é seguida por um prefácio de seis páginas, composto pelas solicitações feitas por aqueles irmãos do Rosário a Desterro Malheiro. Acompanhamos, naquilo que a restauração conseguiu salvar, o processo de ereção da irmandade e impressão de seu compromisso. Sabemos pelo prefácio que a obra passou por uma avaliação do bispado – como era a norma para esse tipo de documento – e que, antes de ser impressa, ela

68 Caio Boschi, “Sociabilidade religiosa laica: as irmandades”, Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa. O Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, v. III, p. 352-371.

sofreu ainda alguns ajustes e esclarecimentos de privilégios. Na última página do prefácio lê-se o processo de licenciamento da obra. Sem que possamos identificar uma solicitação prévia da irmandade para publicar o documento, vemos em primeiro lugar a ordem de Desterro Malheiro:

O imprima, e o torne para se conferir.

Em seguida temos uma solicitação do nosso tipógrafo, cujo início infelizmente perdeu-se. Mas podemos ainda ler:

Diz Antonio Isidoro da Fonceca, que [ele quer ?] imprimir o Compromisso que apresenta[m] e como o não póde fazer sem a licença de V Excellencia Reverendissima.

Logo abaixo temos, na margem direita, a seguinte nota:

P. a V. Excellencia Reverendissima seja servido conceder-lhe licença para se poder imprimir.

Em seguida temos, finalmente:

Pode correr. Rio de Janeiro 13 de março de 1748.//

D. F[rey] Antonio do Desterro

Após o prefácio seguem-se 31 páginas de texto dividido em dezesseis capítulos, cada um deles dedicado a aspectos da irmandade, por exemplo a sua própria instituição, as obrigações do protetor, do capelão, do tesoureiro etc... Não há porque duvidar da legitimidade do documento da irmandade do Rosário de Catas Altas da Noruega. Uma das maiores evidências da autenticidade da obra é a forma recorrente com que Isidoro redigiu o nome e o local de sua oficina nos documentos. Mais significativas são as molduras⁶⁹, com o mesmo desenho, que envolvem todas as páginas de texto deste documento, idênticas àquelas presentes em *Conclusiones Methaphysicas* Talvez seja este o

⁶⁹ Esse tipo de ornato envolvendo os textos dos dois documentos, ao que parece, foi produzido por xilogravura, ou seja, usando-se tinta sobre matrizes de madeira em relevo, calcadas na seda ou no papel. Stella Moutinho; Rúbia Bueno do Prado & Ruth Londres. *Dicionário de Artes Decorativas & Decoração de Interiores*, Rio de Janeiro, Lexikon, 2011, p. 297 e 489.

mais claro sinal de que são realmente frutos da mesma “segunda officina” de Antônio Isidoro da Fonseca. Mas esse compromisso também apresenta novidades face aos demais documentos.

Em primeiro lugar, suas 39 páginas superam *Relação da Entrada ...*, fazendo deste compromisso o mais extenso documento impresso conhecido no Rio de Janeiro e no Brasil colonial, por pouco não assumindo as dimensões de um “livro”. Ademais, diferente de todos os outros documentos, este compromisso foi impresso em duas cores – além do preto, ostenta títulos em vermelho. Percebemos também o uso de vinhetas e capitulares feitas a partir de matrizes em madeira e também impressas em vermelho – algo que pode ter sido providenciado ou não pelo tipógrafo. Outra característica exclusiva deste documento é o douramento de seus títulos e bordas, preservado em algumas páginas. Este douramento possivelmente nada teve a ver com Isidoro da Fonseca, pois exigia habilidades específicas, podendo ter sido realizado anos após a impressão da obra. As características ornamentais do opúsculo seriam em parte devido a sua natureza, pois segundo Márcia Almada, os chamados livros de compromisso das irmandades religiosas encerravam em si vários significados. Um dos aspectos apontado pela autora é:

a confluência entre as funções sociais e religiosas das irmandades, que pode ser identificada nos compromissos pela interação entre um texto de caráter regulador, de essência jurídica, e uma linguagem visual que privilegia a inserção de pinturas que evocam sentimentos de devoção cristã (principalmente nos frontispícios). É a aproximação entre o temporal e o espiritual materializada em texto e imagem⁷⁰.

Almada afirma que as irmandades, independentemente de serem de brancos ou negros, ou mesmo as mais pobres, invariavelmente investiam nas ornamentações de seus compromissos. O ornato desses livros expressaria o valor honorífico do documento, e como a própria qualidade das ilustrações e dos materiais dependia do montante conseguido entre os irmãos, era também objeto de diferenciação social. As irmandades teriam contado com artistas de renome; conforme Márcia Almada, elas seriam também importantes fomentadoras das artes na sociedade colonial. A ornamentação, além das imagens, inclui a disposição das letras. A caligrafia elaborada dos livros manuscritos e capitulares, segundo a mesma autora, também contribuía para tornar a informação textual mais compreensível. Para Almada a inserção de elementos decorativos tornou-se uma experimentação

70 Márcia Almada, *Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 32.

que, de certo modo, alinhava a informação do texto ao visual, alterando o ritmo da leitura. De acordo com seus estudos, a partir da Idade Média:

O design do livro manuscrito caminhou de uma concepção textual simplesmente para um design que agregava diferentes elementos, cuja função era proporcionar uma melhor compreensão e acessibilidade ao texto. Todos os elementos decorativos da página, das capitulares aos diagramas, poderiam ser considerados soluções práticas para os problemas da informação. Mas também agregavam valor à obra, proporcionavam um suporte para a prática artística e se relacionavam aos valores estéticos de um dado período⁷¹.

Se compararmos o compromisso do Rosário impresso por Isidoro a alguns dos livros manuscritos produzidos em Minas colonial abordados por Márcia Almada, percebemos o documento de 1748 como graficamente acanhado. Não há reprodução de nenhuma imagem do santo de devoção da irmandade, nem barras decorativas ou capitulares espetaculares como em alguns exemplares manuscritos coevos. No entanto, o compromisso em foco é ornado com douramento nas páginas e nos títulos, o que não dependeu do trabalho do tipógrafo, mas fez parte do resultado final, agregando valor ao documento. Cogitamos assim acerca do valor “honorífico” da própria reprodução impressa, o que compensaria a pobreza artística de certos elementos de sua decoração. Paradoxalmente, aqui, o raro compromisso impresso diferenciava-se da grande maioria congênere de compromissos de irmandade manuscritos, algo diferente da assertiva de Fernando Bouza ao diferenciar as duas formas de expressão escrita⁷². Mas sem dúvida, ao compararmos este último documento reproduzido no Rio de Janeiro aos demais impressos em 1747, fica clara a sua superioridade gráfica, e reforçada a hipótese de estarmos ante um caso de atividade profissional estável e próspera. O uso de mais de uma cor, o número de páginas impressas, os acabamentos e o ornato seriam novos indícios a sugerir o quanto foi mal estimada a capacidade técnica desta oficina.

Entretanto, o caráter precioso deste livro – que exhibe as mesmas molduras em xilogravura de *Conclusões Methaphysicas ...* – é bem diferente daquele mais espetacular vivenciado no contato com o documento jesuíta de autoria de Francisco de Faria.

Segundo Almada, esses documentos, mesmo manuscritos, deveriam ser aprovados pelo bispo, pois significavam a ereção de uma nova irmandade. Eles possuíam uma circulação restrita. Muitas vezes, só os membros da mesa diretora da confraria e os bispos que os autorizavam travavam

71 Idem, p. 33.

72 Fernando Bouza Álvares, *Corre Manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*, Madri, Marcial Pons, 2001 e *Imagen e Propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madri, Akal, 1998.

contato com eles. Não obstante as molduras iguais entre este documento e a conclusão jesuíta de 1747 do Rio de Janeiro, a função social deste enquanto objeto denota um caráter maior de entesouramento, como uma preciosidade a ser conservada e guardada, e não como peça a ser exibida. Muito menos seria um texto para circular em público, como no caso de *Relação da Entrada ...* ou *Em Aplauso ...*, cujos exemplares, lembremos, fazem parte da coleção compilada por Diogo Barbosa Machado e, portanto, chegaram seguramente a Portugal ainda no século XVIII, depois retornando ao Rio de Janeiro com a vinda da corte. Além de fortalecer a ideia de que Isidoro da Fonseca teve ao seu dispor um leque razoável de opções técnicas para cumprir as exigências específicas das composições que produziu, este livro de compromisso pode também indicar mais uma estratégia de atuação de Isidoro naquela praça colonial – o Estado do Brasil. Portanto, pela circulação restrita do compromisso, pela preponderância da autoridade eclesiástica local na criação das irmandades e pelo natural anseio dos irmãos em agregar valor honorífico ao objeto, esse tipo de documento pode ser um bom exemplo da forma como agiu Isidoro para tentar ser bem sucedido no Brasil.

Após a manifestação régia recomendando aos governadores extinguirem as atividades de tipografia nos “Estados do Brasil”, provavelmente desencadeada após a publicação e a circulação de *Relação da Entrada ...*, a impressão de compromissos de irmandades parecia uma condição ideal. Na produção de uma obra como a do Rosário da atual Catas Altas da Noruega, Isidoro da Fonseca estaria absorvendo uma demanda crescente, principalmente da região mineira ainda submetida ao bispado do Rio de Janeiro. Podia manter-se assim sob proteção do bispo e – talvez o mais importante – manter a discrição de seus atos. Não sem razão, o documento só seria descoberto casualmente 260 anos após ser produzido; a sua pequena circulação com certeza favoreceu o fato. Por isso, provavelmente foram poucos os exemplares impressos. Mas a importância social deste tipo de obra poderia oferecer bons lucros a Isidoro da Fonseca, apesar da tiragem pequena – talvez até única. Delineia-se assim uma situação: face à consciência de que imprimir era um risco – algo evidente após a repressão régia de 1747 -, a solução pode ter sido atuar de forma mais discreta, voltando-se a demandas específicas da sociedade colonial. Pelo valor agregado em certas obras, como seria o caso dos compromissos de irmandades, lucrava-se então com encomendas pré-determinadas e não na venda de exemplares para a circulação comercial e pública. Mantinha-se também uma circulação menos evidente às autoridades metropolitanas. Todavia os ganhos provenientes de documentos como compromissos de irmandade poderiam ser não apenas econômicos, mas também políticos, pois esses eram aprovados pelo bispo. Ou seja, eram mecanismos de fortalecimento do bispado em regiões remotas. Fortalecendo também a tipografia mediante a potencialização da ação política dos poderes baseados no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

O Rio de Janeiro, sua cultura letrada e os usos do impresso

Não é fácil o acesso ao mercado que Isidoro da Fonseca previa suprir instalando-se no Rio de Janeiro. Como vimos, de forma diferente da Europa, alguns aspectos fundamentais da expansão dos impressos na América lusa – entre eles a circulação comercial ou a construção de bibliotecas particulares – confundem-se com o início da produção de fontes fiscais a esse respeito. O final do século XVIII é apontado como o início da “vida privada” dos livros na América lusa; mas representa também o início de registros mais constantes e centralizados da situação dos livros pela coroa portuguesa. Apesar de, no geral, a premissa a respeito do final do Setecentos ser verdadeira, admitem-se algumas exceções, como foi o caso das principais cidades mineiras. Seria preciso, contudo, incluir o Rio de Janeiro entre os locais em que a circulação de impressos fazia-se presente entre as expressões da cultura letrada na primeira metade do século.

Não tentamos aqui condicionar as possíveis expressões de cultura letrada no Rio de Janeiro setecentista ao possível comércio de impressos, muito menos à posse individual de livros. Sabemos que os livros e seus usos constituem uma pequena esfera dentro do universo cultural das sociedades europeias modernas. Mas o lugar do objeto impresso na sociedade fluminense à época torna-se fundamental quando propomo-nos a analisar um empreendimento voltado à produção comercial de uma oficina tipográfica na cidade. Logicamente, partindo de aspectos gerais da cultura letrada possível na América, podemos identificar as condições de desenvolvimento presentes no Rio de Janeiro, enfatizando aquelas que envolviam, de forma direta ou indireta, a presença de livros ou a possibilidade de produção de impressos. Mapeamos então as possibilidades antevistas por Isidoro da Fonseca ao acreditar, e de certa maneira provar, que era economicamente viável produzir impressos no Estado do Brasil, embora isso tenha se mostrado politicamente inviável.

Poderíamos partir para o levantamento documental de bens e tentar identificar quantos e quais livros seriam relacionados entre os itens dos habitantes do Rio de Janeiro. Há exemplos de valiosos estudos que cobrem inclusive o período focado, partindo desse tipo de fonte para análises mais gerais dos vários aspectos da disseminação dos livros e das ideias na América colonial¹ em al-

1 Para boas avaliações a respeito das obras que investigam a existência, composição e análise de bibliotecas particulares na América colonial: Luiz Carlos Villalta, "A história do livro e da leitura no Brasil colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o romance", disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/livroeleitura.pdf>. Acesso em 24/03/2012, e "Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial", Kátia de Queirós Mattoso et alii (orgs.), *Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque "Aux temps Modernes: Naissance du Brésil"*, Sorbonne, mars, 1997, Paris, Presses de l'Université de

gumas regiões do Brasil. Mas para o Rio de Janeiro ainda não temos estudos profundamente reveladores ou extensivos o suficiente para caracterizar com segurança o perfil das bibliotecas particulares e, conseqüentemente, de parte do mercado de impressos fluminense na primeira metade do século XVIII. Enveredar por tal pesquisa fugiria a nossa proposta, ao pressupor um levantamento extensivo de bibliotecas particulares na cidade uma vez que tencionamos priorizar os papéis impressos por Antônio Isidoro da Fonseca como conjunto fundamental de fontes. Por eles percebemos que sua produção não foi voltada ao consumo individual de livros. Os tipos de documentos impressos no Rio de Janeiro, ou suspeitos de o terem sido, são voltados a instituições ou eventos e cerimônias coletivas. Ou seja, se abdicamos da identificação dos livros no âmbito “privado”, investimos no uso público dos impressos no cotidiano da cidade para desvendar as intenções e ações deste impressor.

Como vimos por João Lisboa e Tiago Miranda, uma das principais características da popularização dos livros na Europa seria o movimento paralelo de introdução da escrita nos âmbitos “privado” e público do cotidiano dos súditos. Acreditamos que, apesar da circulação de impressos e da ocorrência de bibliotecas particulares na primeira metade do século XVIII no Rio de Janeiro serem ainda tópicos mal avaliados, é possível acessar a evolução da presença de impressos na cidade à época, através dos usos públicos dos impressos. Um pedido dos livreiros fluminenses junto à corte em 1754 - cinco anos após Isidoro da Fonseca retornar a Lisboa - solicitava o privilégio de formar uma corporação ao modo dos estabelecidos na capital reinol. Ele é bastante útil ao quadro esboçado. Ante a solicitação o Conselho Ultramarino teria, conforme relata Nireu Cavalcanti, recorrido a pareceres de livreiros de Lisboa e dos vereadores da câmara do Rio de Janeiro. Ambos posicionaram-se negativamente. Os livreiros de Lisboa, supomos, temiam a concorrência - o que indica a importância do mercado americano já àquela época. A atitude dos vereadores justifica-se, segundo Cavalcanti, por não se atingir no pleito o número de livreiros suficiente para se criar uma corporação. Nireu Cavalcanti relata que não há no documento o número exato de livreiros na cidade, o que impediria comprovar a veracidade dos argumentos da câmara².

Esses pareceres podem elucidar a relação entre as elites coloniais e o desenvolvimento da cultura letrada no Rio de Janeiro setecentista. Mas eles talvez marquem o início de um período distinto ao tempo de Isidoro da Fonseca na cidade. A incidência cada vez mais frequente de livreiros, no sentido largo da época, no Rio de Janeiro a partir de 1755, conforme demonstra Cavalcanti³, in-

Paris, Sorbonne, 1998. Ver também: Jorge de Souza Araújo, *Perfil do Leitor Colonial*, Salvador/ Ilhéus/ UFBA/ UESC, 1999.

2 Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Castro Almeida, Rio de Janeiro, n. 18.929 – 18.936 (5.5.1755), apud Cavalcanti, op. cit., p. 146, nota 4.

3 Idem, p. 147.

dicaria a expansão do uso individualizado e mais particular da leitura. Mesmo demonstrando que os livreiros eram politicamente fracos, sua solicitação por privilégios denotaria o desenvolvimento da cultura letrada na cidade, permitindo cada vez mais o comércio livresco e o desenvolvimento de profissões ligadas aos impressos, como encadernadores e restauradores. A instalação da oficina tipográfica imediatamente anterior ao caso relatado indica que o investimento de Isidoro da Fonseca era voltado a demandas ainda não ligadas diretamente ao comércio varejista de livros. Como inserção primeira no mercado fluminense, talvez para o nosso tipógrafo o mais rentável ainda fosse associar-se a instituições, aproveitando ao máximo as oportunidades, em especial documentos ligados a cerimônias e ritos, como as conclusões e teses jesuíticas, a entrada do bispo de 1747 ou ainda a ereção de uma irmandade. A presumida necessidade de proteção política à concretização das suas aspirações também moldaria a sua produção no Rio de Janeiro.

Mas se o uso recorrente da escrita na vida pública das populações no período moderno foi decorrente da expansão da técnica de reprodução de Gutemberg, por mais que Isidoro da Fonseca tenha associado-se a grupos específicos e produzido impressos de circulação voltados à elite e restritos a certas camadas sociais, sua instalação no Rio de Janeiro era ligada a aspectos da evolução da cidade envolvendo toda a população. A instalação e o funcionamento de uma tipografia, mesmo efêmera, são algo tão complexo e ligado a questões tão diversas - por exemplo à valorização e aos usos do objeto impresso na sociedade -, que não deve ser atribuído somente à ação de indivíduos ou grupos específicos. Deve relacionar-se à evolução histórica da cidade como um todo, permitindo a conjugação de fatores possíveis - sem que fossem propriamente calculados - à existência de uma tipografia na cidade.

1 Um ambiente letrado

Uma recente tentativa de avaliação da situação geral dos aspectos da cultura letrada no período colonial coube a Luiz Carlos Villalta⁴. Seu estudo, também voltado à “vida privada”, é anterior ao trabalho análogo sobre Portugal de Lisboa e Miranda. Apesar de Villalta elaborar por vezes esquemas gerais baseando-se em noções e documentos só pertinentes após 1768, de pouco citar o Rio de Janeiro e subestimar o ensino jesuítico nos principais centros urbanos até 1759, ele elabora interessantes e inovadoras conclusões a respeito de aspectos como a oralidade, a leitura, a escrita, o ensino letrado e os livros no período colonial⁵.

4 Luiz Carlos Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, Laura de Mello e Souza (org.), Fernando A. Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

5 O autor pretende, por exemplo, estabelecer leis gerais a respeito da concessão régia de privilégio de leitura e posse de obras proibidas aos oriundos da América, mas baseia-se somente numa lista de registros iniciada em 1769. Idem, p. 370-371.

Entre vários tópicos, destacamos as características traçadas por Villalta relativas a práticas, ambientes e sociabilidade de leitura:

A relação estabelecida com os livros esteve perpassada pela oralidade e pela indistinção entre público e privado: a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas e escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos ou para os que entendiam apenas português. A relação com os livros marcava-se também, à semelhança do sucedido na Europa, pela coexistência das leituras extensivas – leitura de textos diversos – e intensiva – leitura repetida dos mesmos escritos⁶.

A expansão dos impressos no período colonial brasileiro, ao mesmo tempo que possibilitou a entrada do livro no ambiente “privado”, potencializou o uso do escrito no cotidiano público. Ainda que a posse de livros fosse restrita e ligada a elites sociais regionais, ela seria um dos aspectos de uma cultura letrada que, perpassada pela oralidade, atingia de modo distinto as mais variadas classes sociais. A respeito da posse de livros, da formação de bibliotecas e da circulação de impressos, Villalta entende que teria havido para a América colonial, sobretudo a partir de meados do século XVIII, ainda que de forma desigual e sem abalar a predominância da oralidade na cultura, progressos quanto aos livros. Teria sido ampliado o número de bibliotecas privadas, aumentando-se as áreas de saber nelas contempladas e as suas quantidades de títulos. Mas em relação ao período exatamente anterior, à primeira metade do Setecentos, afirma:

Em Minas Gerais, no período, poucas pessoas possuíam livros, representando parcela insignificante da população e, até mesmo, dos homens livres. A propriedade de livros, porém, ao que parece, disseminou-se mais que nas outras capitanias nos séculos anteriores, tendo sido favorecida pela constituição de uma civilização urbana, como um expressivo setor de serviços⁷.

O autor baseia seu argumento nas incidências de eventos baseados na sociabilidade letrada, como as manifestações literárias ocorridas na primeira metade do século XVIII, nas festas do *Triun-*

6 Idem, p. 374.

7 Idem, p. 361-362.

fo *Eucarístico* e do *Áureo Trono Episcopal*. Cita também notícias relacionadas ao envio e à posse de livros de alguns indivíduos da elite mineira nas décadas de 1720 e 1730⁸. Mas apesar de citar o Rio de Janeiro entre os locais de circulação de impressos no centro-sul da América portuguesa, Villalta parece ignorar a íntima relação travada entre esses dois espaços coloniais na época, e como foi particularmente forte ao desenvolvimento de vários aspectos da cultura letrada presente nas Minas.

O trabalho de Villalta, ao priorizar o âmbito mineiro mesmo quando o objetivo seria abarcar, de modo geral, o contexto da América, concorre, mesmo não intencionalmente, para perpetuar algumas explicações arcaicas que ainda influenciam as análises sobre a atuação e o mercado visados por Isidoro da Fonseca ao deslocar-se para o Rio de Janeiro. Laurence Hallewell, bibliotecário inglês comumente referido nos autores que abordam a oficina setecentista do Rio de Janeiro, é exemplo de uma posição radical ainda propagada na historiografia. Hallewell, baseando-se num cálculo a respeito de consumo de livros nas cidades da América pouco representativo dos hábitos letrados da época, afirma que a única possibilidade de sucesso de Isidoro da Fonseca seria o abastecimento da elite mineira, única, segundo o autor, capaz de manter um ambiente letrado na primeira metade do século XVIII. A tipografia teria se estabelecido no Rio de Janeiro somente por ser essa cidade o principal porto de abastecimento das regiões das Minas Gerais⁹. Não se pode descartar a possível influência do mercado mineiro no estabelecimento de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. A conclusão jesuítica dedicada a João Gonçalves Fraga, representante da mais alta elite mineira, e o compromisso da irmandade de homens pretos de Nossa Senhora do Rosário de Catas Altas, no interior de Minas - recentemente encontrado - reforçam essas suspeitas. No entanto, é preciso ter em conta a dependência das Minas, por exemplo, em relação ao Rio de Janeiro, seu principal porto e centro administrativo, devido à ingerência de Gomes Freire de Andrade no governo das duas capitanias desde 1735, e à submissão da região ao bispado do Rio de Janeiro até 1748, quando foi criado o bispado de Mariana.

Havia ainda fatores incontornáveis, como a natureza portuária da cidade, fazendo o Rio de Janeiro consolidar-se, ainda na primeira metade do século XVIII como principal via de abastecimento das regiões auríferas. Invariavelmente, grande parte dos objetos impressos que chegavam às Minas - nada diferente dos demais produtos que se necessitasse importar - deveria passar pelo porto do Rio de Janeiro. Além das questões de circulação de mercadorias, nas quais incluíam-se os impressos, a centralidade do Rio de Janeiro exercia um papel fundamental na formação escolar e letrada da elite mineira. Nas regiões auríferas era vedada pela coroa a presença de todas as ordens religi-

8 Idem.

9 Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil. Sua história*, São Paulo, Edusp, 1985, p. 16-22.

osas, talvez por essa razão Villalta, ao privilegiar as Minas, seja entusiasta do alcance da instrução doméstica em sua análise. Mas a alfabetização e a instrução no lar, sem dúvida uma realidade mais comum após 1759, até meados do século conviveram harmoniosamente com a instrução jesuítica. Na verdade os colégios da Companhia em certos contextos não compreendiam o ensino de “primeiras letras”, constituindo uma espécie de “nível secundário” e, ainda mais importante, uma instituição preparatória para o ingresso na universidade¹⁰.

Villalta parece não se dar conta de que Cláudio Manuel da Costa ou José Basílio da Gama, citados como exemplos de educação letrada doméstica bem sucedida, eram apenas dois dos muitos ex-alunos do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro. Sabemos que o primeiro alfabetizou-se em casa, mas na primeira metade do Setecentos esteve no colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro antes de seguir para Coimbra. O caso dos poetas, que não é único, sintetiza uma peculiaridade do ensino jesuítico no Rio de Janeiro¹¹. O colégio situado no morro do Castelo, em expansão no século XVIII, atraiu a parcela da elite mineira que valorizava a instrução escolar, mas encontrava-se desprovida do ensino inaciano em Minas¹². O próprio Villalta, em trabalho posterior, cita carta de 1747 em que D. frei Manuel da Cruz alegava ao rei D. José I que, com a criação do seminário de Mariana, seriam evitadas as “grandes despesas, que fazem os moradores daquelas Capitania (Minas Gerais) para mandarem seus filhos aos estudos do Rio de Janeiro e da Bahia”¹³.

O investimento de parte da elite colonial daquela capitania mineira na instrução escolar não deve ser entendido como limitado àquela região; ele teria sido influenciado ou estimulado por situações que ultrapassavam as fronteiras de Minas. Não é conveniente abordar a construção e a sustentação de hábitos letrados em Minas sem citar que o Rio de Janeiro ou mesmo a Bahia, por abriga-

10 Guilherme Pereira das Neves, “A educação e o poder”, p. 105-110, apud Patrícia Domingos Woolley Cardoso, *Os Jesuítas Diante de ‘O Verdadeiro Método de Estudar’: conflitos políticos e de idéias no setecentos português* (c.1740-1760), Niterói, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2004, p. 28.

11 Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 2000, t. VI, p. 28.

12 Caio Boschi afirma que para a colônia em geral, até a extinção da ordem inaciana as atividades dos jesuítas tiveram idêntica ou mesmo superior desenvoltura a dos dois primeiros séculos do seu missionário. “Ordens religiosas, clero secular e missão no Brasil”, Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa. O Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, v. 3, p. 295-196.

13 Segundo Villalta a carta era destinada ao rei D. José I, mas o reinado deste monarca só se inicia em 1750, por sua data entendemos portanto, que fora remetida a D. João V, ou ao príncipe D. José, futuro rei de Portugal. Dom Frei Manuel da Cruz, Relatório do Episcopado de Mariana à Sagrada Congregação do Concílio de Trento, 1757, 1, 1a, 17, apud: Villalta, *A criação do Seminário de Mariana, a Contra-Reforma e as elites de Minas*, http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/acriacaodoseminariode_marianaacontrareformaeeas elitesdeminas.pdf. Acesso em 31/03/2012. Villalta relata também que: “Anos mais tarde, em 1757, Manuel da Cruz explicava que a fundação do Seminário dera-se em razão de sua preocupação com a 'pequenez [de Mariana]' e com a 'rudeza de meninos incultos'. Auguste Saint-Hilaire, em viagem do Rio de Janeiro para as Minas Gerais, já no século XIX, confirmaria a vinculação entre o Seminário e as elites locais, informando que o primeiro fora fundado por “alguns mineiros ricos que desejavam educar seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa” e, ao mesmo tempo, responsabilizando-o pela existência, entre “os proprietários de certa idade que habitamos campos das comarcas de Sabará e Vila Rica”, de “homens polidos e com certa instrução”.

rem importantes colégios da América portuguesa, essenciais ao ingresso na Universidade de Coimbra e que apresentavam-se à época como primeiros destino dos filhos da elite que cultivavam alguma pretensão ao letramento. Percebemos que principalmente quando deparamo-nos com a relação entre a instrução da elite mineira e cidades como Rio de Janeiro ou Bahia, de onde também origina-se pelo menos um dos papéis produzidos pelo nosso tipógrafo, percebemos que as escolhas de Isidoro iam de encontro ao local de cultivo e realização de grande parte dos hábitos letrados.

O Rio de Janeiro não esteve, no concernente aos livros, preso apenas ao fornecimento de impressos a Minas. Segundo Antônio Jucá de Sampaio, desde os finais do século XVII e nas primeiras décadas do século seguinte, a cidade teria, cada vez mais, um papel vital no abastecimento de alimentos, de mercadorias europeias e de escravos para diferentes áreas americanas, de Minas Gerais ao Rio Grande de São Pedro¹⁴. Quanto à circulação de livros, Nireu Cavalcanti nota que:

Por sua condição de cidade portuária, o Rio de Janeiro do século XVIII constitui-se no grande centro distribuidor de impressos – como livros, gravuras, mapas, folhinhas, folhetos, volantes etc. - suprimindo o comércio especializado do interior das capitanias e também da vasta região das Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paranaguá e Curitiba, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento¹⁵.

Acreditemos que essa situação se acentue e fique mais explícita na segunda metade do Setecentos. Mas a presença de Isidoro da Fonseca sugere que, se não ainda plenamente concretizada, a cidade já demonstrava por sua importância comercial aptidões para tornar-se um centro de onde poderia suprir demandas por impressos de outras regiões da América portuguesa. Ao cogitarmos que Isidoro da Fonseca tenha servido primeiro aos jesuítas do morro do Castelo, sugerimos a coerência de um impressor – talvez atravessado por dificuldades econômicas - buscar uma das mais importantes instituições de ensino na América. A começar pelo histórico da ordem na expansão de imprensa no ultramar português – os primeiros documentos impressos em Goa, em 1556, eram, por exemplo, conclusões filosóficas jesuíticas –, depois pelo gozo de certos privilégios de autonomia na produção de impressos dos inicianos, o que automaticamente oferecia maior proteção política ao tipógrafo. Mas, sobretudo, servir ao Real Colégio das Artes garantiria uma demanda estável de impressos. Pois o tipo de documento que Isidoro da Fonseca produziu não foi estranho ao ambiente colonial,

14 Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003. Cf. em especial o prefácio de João Fragoso, p. 12.

15 Cavalcanti, op. cit., p. 147.

ainda que os textos fossem invariavelmente impressos na metrópole. As teses eram demandas recorrentes do ensino jesuítico, apesar de hoje serem documentos raros. Para o nosso impressor, este seria o meio pelo qual poderia explorar ligações comerciais possíveis a partir do Rio de Janeiro¹⁶.

Se a intenção era suprir as demandas do colégio do Rio de Janeiro, rapidamente Isidoro da Fonseca dedicou-se a produzir documentos relacionados a outras capitanias. Apesar de pouco citada, *Conclusiones Metaphysicas ...* é precedida, como já foi comentado, de uma dedicatória a um dos membros da elite mineira, João Gonçalves Fraga.¹⁷ Ainda não foi possível relacioná-lo a nenhum dos participantes da cerimônia retratada pelo documento. Mas há alguns aspectos singulares desta fonte, sugestivos que ela destinava-se também a circular fora do ambiente jesuítico, apontando para o uso cerimonial do objeto, traduzindo talvez pujança e função social próprias.

Este documento produzido no Rio de Janeiro é também um dos raros que foram salvos após a expulsão dos jesuítas, tornando-se um dos únicos do gênero relativo aos colégios da América portuguesa. Embora a cerimônia, segundo o próprio documento, tivesse sido realizada no Rio de Janeiro, sua “sobrevivência” indica que ele não estaria junto aos demais livros e papéis apreendidos pela coroa nos colégios durante a expulsão da ordem. A própria presença de uma dedicatória - nada regular nesse tipo de documento - pode denotar os usos que se fizeram deste objeto, extrapolando a sua utilidade acadêmica, sua circulação indo além dos muros do colégio. Não teria sido também por acaso que José Araujo, autor da denúncia à Inquisição, tenha acusado os inacianos, na figura de Antônio Cardoso, como os primeiros responsáveis antes do bispo Malheiro pela promoção de impressos na cidade¹⁸.

Considerando coerente a data de *Dissertationes Theologicas ...*, em 1747 Isidoro da Fonseca já produzia no Rio de Janeiro documento referente à cerimônia de obtenção de grau acadêmico realizada no colégio da Bahia. Diferentemente de *Conclusiones Metaphysicas ...*, *Dissertationes Theo-*

16 A respeito da relação entre a presença de jesuítas e a imprensa no Oriente ver: Charles R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1989 e *O Império Colonial Português (1414-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981.

17 Para comentários a respeito do conteúdo da dedicatória, Serafim Leite, op. cit., t. VIII, p. 217. Segundo Carla Maria Carvalho de Almeida, João Gonçalves Fraga teria sido cavaleiro professo da Ordem de Cristo, título que consta em *Conclusiones Methaphysicas ...*, mas também teria sido coronel, morador no morro de Bento Rodrigues do Ribeirão do Carmo. Seria ainda mineiro muito rico e pessoa das principais daquele terreno. “Vivendo à lei da nobreza nas Minas setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América portuguesa”, disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/carlamariadecarvalhoalmeida.pdf>. Acesso em 24/03/2012. Para Simone Cristina de Faria, João Gonçalves Fraga faria parte das principais redes de cobradores do quinto régio em Minas no século XVIII. “As redes dos “homens do ouro” das minas: em busca de prestígio e legitimação do mando”, *Mnemosine Revista*, v. 1, n° 1, jan-jun 2010. disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia/dossie/nemosine-revista_brasil-colonia-vol1-n1-jan-jun-2010-asredesdoshomensdoo-urodasminas_embuscadepr_estigioelegitimacaodomando.pdf. Acesso em 24/03/2012.

18 A respeito dos documentos ligados aos atos públicos de graduação ver: Serafim Leite, op. cit., t. VII, p. 213-219; t. I, p. 96-97 e t. IV, p. 268-269.

logicas ... não contém dedicatória. O texto apresenta maior importância e qualidade tipográfica, apesar de ser menos rico em adornos gráficos. Talvez por seus usos serem aparentemente mais voltados à cerimônia acadêmica, isso tenha permitido que esse documento se mantivesse incógnito por séculos. A produção desse tipo de texto demonstra inclusive o explorar de uma demanda que, apesar de constante - e supomos cada vez mais volumosa, pois voltada ao funcionamento dos colégios em expansão -, era limitada à circulação interna, mantendo-se mais discretamente sem chamar a atenção das autoridades metropolitanas. Esse documento reforça a suspeita de que, servindo ao Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro, Isidoro da Fonseca, pela presença difundida da Companhia de Jesus na América, podia suprir demandas de outras capitanias.

Em *Conclusiones Metaphysicas* ... Isidoro da Fonseca parece explorar as condições já estabelecidas antes da instalação daquela oficina tipográfica. Entre elas a transformação daquele colégio num dos mais, se não o mais importante da América portuguesa, e a absorção de demandas da elite mineira que se instruía na cidade e valorizava socialmente o objeto impresso. Mas *Dissertationes Theologicas* ... indica que Isidoro da Fonseca conferiu uma dinamização inédita no processo de centralidade e escalada de importância do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro na América lusa. A impressão de um documento enviado da Bahia – região equivalente ao Rio, em termos de presença jesuítica – poderia explicar-se por uma facilidade circunstancial, mas contribuiria também para a construção de uma centralidade cultural do porto fluminense. O fato de enviarem ao Rio de Janeiro - e não a Portugal - as conclusões que pretendiam imprimir pode ser indicativo do perigo que representava a produção de impressos na América. As preocupações a respeito da dinamização de uma tipografia na produção de uma centralidade cultural concorrente a Lisboa, e não a divulgação conteúdos e ideias rebeldes, fundamentariam a reação repressora da metrópole.

Mas não podemos também limitar o mercado de impressos na cidade à posição privilegiada do Rio de Janeiro no abastecimento de produtos a outras elites coloniais. Nem mesmo reduzir ao colégio dos jesuítas as expressões de cultivo de hábitos letrados, apesar da importância da instituição, cuja história confundia-se com a da própria cidade. As consequências das relações da cidade portuária com as demais regiões e capitanias, principalmente no centro-sul, já na primeira metade do século XVIII, teriam promovido significativas mudanças econômicas e sociais no Rio de Janeiro. O crescimento da importância do Real Colégio das Artes era apenas um dos aspectos ligados à centralidade mercantil do Rio de Janeiro no contexto luso-americano e à intensa urbanização experimentada - resultado direto da pujança comercial da cidade.

2. Negócios e cidadãos

Os estudos de Eulália Lobo são pioneiros na análise do desenvolvimento econômico e social no Rio de Janeiro colonial. Após as invasões francesas de 1710 e 1711, segundo a historiadora, o ouro das Minas passaria a ser contrabandeado para o Rio, Bahia e Recife e usado no comércio ilegal com a África. Nesse tempo navios da Índia aportavam no Rio e em Salvador, vendendo contrabando de artigos de luxo, integrando, nesse sentido, o contrabando à colonização. A autora observa a ascensão social do grupo de mercadores da cidade, que influenciaria em seu perfil urbano e comercial na primeira metade do Setecentos. O aspecto comercial da cidade no século XVIII teria feito com que o Rio de Janeiro, segundo Lobo, passasse de uma posição periférica no século XVII a “um elo vital” das rotas de comércio do ouro e do açúcar no XVIII. O comércio com o continente africano dava-se, em geral, por navios de menor porte construídos no Rio de Janeiro. As embarcações provenientes da Índia portuguesa faziam escala na África até chegar a esta cidade. O comércio de cabotagem, também abordado pela autora, teria se desenvolvido nesta primeira metade do século XVIII, graças ao estímulo dos novos mercados internos da zona de mineração. Havia ainda a ligação comercial intensa com Buenos Aires. Na narrativa de Lobo, alguns viajantes teriam elogiado a cidade em sua arquitetura, arruamento e hábitos da população¹⁹. Nas palavras da historiadora:

No tempo da chegada das frotas, a praça do Rio de Janeiro ficava repleta de mercadores e as feiras duravam três meses e eram as maiores do mundo²⁰.

A capitania durante a primeira metade do século XVIII teria sido “grande produtora de açúcar, cachaça, arroz, anil, café de excelente qualidade, couros, óleos e barba de baleia, pau-brasil e drogas medicinais”. A autora destaca, no entanto, que a partir da ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao posto de secretário de Estado, a prosperidade do Rio de Janeiro teria, gradativamente, desaparecido, caindo drasticamente o volume do seu comércio de exportação.

19 Eulália Maria Lahmeyer Lobo, “Conformação da burguesia comercial do Rio de Janeiro (1760-1800)”, *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, v.1, 19-41. Posteriormente, Luiz Felipe de Alencastro desenvolveria melhor a relação comercial entre o Rio de Janeiro e Angola. No entanto, concentra suas atenções no século XVII e por isso não tratamos especialmente de sua abordagem. *O Trato dos Vivos: formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Em recente trabalho de mestrado defendido nesta universidade, Fabio Lobão Santos, a partir das invasões francesas, lida com a memória deste conflito na conformação de honras e prestígios nos grupos familiares da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. Fabio Lobão Marques dos Santos, *Entre Honras, Heróis e Covardes. Invasões francesas e disputas político-familiares (Rio de Janeiro, século XVIII)*, Niterói, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

20 Lobo, op. cit., p. 40.

Antônio Jucá de Sampaio é um dos mais importantes autores na releitura histórica das características econômicas e sociais da capitania fluminense no período compreendido entre 1650 e 1750. Trabalho inspirador, pois, apesar do viés econômico e sensivelmente diferente do nosso, mostra-se crítico ao que acredita ser uma tendência da grande maioria dos trabalhos sobre o período colonial: tratá-lo como uma coisa única. Posição crítica que tentamos adotar e, embora consideremos as particularidades da cultura letrada e do valor social singular do objeto impresso, esboça-se na questão relativa às fontes sobre livros na América colonial. Desenvolvemos considerações críticas a respeito dos malefícios de uma visão homogeneizadora da história do livro na América lusa quando analisamos as reações à oficina tipográfica de Isidoro da Fonseca. Importa agora, através da análise da evolução geral da economia da cidade na primeira metade do século XVIII e suas consequências sociais, apresentar fundamentos à hipótese de que as características do desenvolvimento daquela praça favoreceram a multiplicação de hábitos ligados à cultura letrada, influenciando no cotidiano de vários extratos sociais²¹.

Para Jucá de Sampaio, na primeira metade do século XVIII o Rio de Janeiro passaria por um processo de redefinição de sua importância para o circuito comercial, tanto nos quadros mais gerais do comércio marítimo luso, quanto no âmbito interno, ou seja, na própria América. Nada teria, segundo o autor, tido maior importância nesse processo que a exploração do metal amarelo em Minas. A exploração do ouro no interior do continente criara rapidamente um amplo mercado consumidor na região aurífera, transformando de modo dinâmico a economia fluminense. Aumentava assim a importância da cidade como entreposto ao comércio interno, fortalecendo vínculos entre as elites das capitanias no centro-sul brasileiro, baseados nas formas mercantis de comércio: dívidas – ativas e passivas -, diversificação de investimentos e de vultosos negócios e créditos, a desembocarem na praça do Rio de Janeiro²².

Já no início do Setecentos o Rio ultrapassou a Bahia em importância no abastecimento das Minas Gerais. A frota destinada ao seu porto seria a mais importante – segundo Jucá de Sampaio – do império português. De acordo com a posição do Rio de Janeiro na organização do comércio colonial interno, principalmente em relação a Minas e na dinâmica comercial ultramarina, Sampaio constata que “a cidade estava no centro de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o Atlântico português”. Ainda de acordo com o autor o Rio “transformava-se, na primeira metade do século XVIII, numa das principais encruzilhadas do império, senão a principal”. Jucá de Sampaio afirma:

21 Jucá de Sampaio, op. cit., p. 316.

22 Idem, p. 148.

Lisboa era, fora de dúvida, incomparavelmente mais rica do que a ainda modesta praça carioca, além de ser a cidade para qual convergiam algumas das principais rotas do império: mas era o Rio, e não Lisboa, que ocupava uma posição estratégica na rota do ouro²³.

O historiador partilha do princípio da essencialidade da acumulação de capitais em regiões periféricas para a manutenção do sistema e busca construir uma análise que percebe no Rio de Janeiro o principal entreposto de comércio interno “de caráter marítimo, e que vinculava literalmente todas as diferentes regiões que compunham não somente a América como todo o Sistema Atlântico Português. Mais ainda, estabelecia fortes laços entre diversas regiões coloniais”. Laços que eram, no todo ou em parte, de acordo com o autor, independentes da metrópole. Para Jucá de Sampaio seria impossível ignorar a essencialidade do ouro mineiro na escalada de importância da cidade no circuito mercantil do império português. Não só diretamente, influenciando a intensidade do trato mercantil, mas também pela atração de embarcações das mais diversas partes do mundo lusitano. Mas segundo o autor, tão essencial quanto o metal amarelo, teria sido a existência de uma classe mercantil fluminense que, assim como a baiana, formara-se antes do início da exploração aurífera e teria se mostrado forte o suficiente para manter o controle dos eixos comerciais formados em torno da nova área de colonização, posicionando-se, de maneira rentável, como intermediária com as demais partes do império. Para o autor, essa seria a razão de ter sido o porto do Rio de Janeiro o “grande beneficiário” das consequências do ouro, e não a própria região mineradora, local de sua produção²⁴.

Uma das mais importantes consequências sociais desse quadro econômico seria a elevação, a curto prazo, do grupo mercantil à principal elite da cidade em volume de negócios. Segundo as pesquisas de Sampaio, a antiga elite agrária, sinônimo de principal grupo social até o século XVI, não teria sido extinta, nem mesmo diminuído em riqueza; pelo contrário, teria acompanhado o crescimento econômico e demográfico da cidade. Mesmo mantendo-se politicamente forte, a elite agrária teve de conviver, durante a primeira metade do século XVIII, com a ascensão da elite mercantil até ser superada em riqueza, o que ocorreria durante a década de 1740. Consolidava-se assim a perda de importância desse setor da economia no conjunto total de negócios movimentados na cidade. O setor agrário continuaria sendo o principal setor produtivo. No entanto, a novidade histórica desse

23 Idem, p. 174.

24 Idem, p. 173-175.

período seria, de acordo com Jucá de Sampaio, a intensa transferência de riqueza das atividades produtivas para o setor mercantil - e não agrário - da sociedade:

Estes setores [mercantil e não agrário], com uma participação inicial subordinada frente ao primeiro [rural], ganham relevância com a expansão dos nexos econômicos que vinculavam o Rio de Janeiro a outras áreas do Brasil, sobretudo às minas, mas também à nova fronteira sul da colônia: a Colônia do Sacramento, o litoral dos atuais Paraná e Santa Catarina e, no final do nosso período, o Rio Grande de São Pedro²⁵.

Ao analisar as escrituras públicas cartorárias do Rio de Janeiro entre 1650 e 1750, o autor conclui que no século XVII o capital mercantil pouco aparecia. Mas no XVIII ganharia relevo e independência, passando a ter uma faixa própria de atuação. O início do século XVIII, segundo Sampaio, significaria “o início do domínio da acumulação mercantil sobre as demais formas de acumulação” e, portanto, o próprio ritmo da economia passaria a ser determinado “pelos idiossincrasias de tal acumulação”. A transformação estrutural da economia fluminense - passando pelo ritmo mercantilista e por sua elite local respondendo como principal força econômica da praça - teria reorientado o desenvolvimento da cidade. Apesar de não se fundar desde o princípio numa sociedade urbana, como aconteceria com as cidades mineiras, o Rio de Janeiro durante os primeiros 50 anos do século XVIII experimentou um intenso sentido urbano em seu desenvolvimento. A transferência da principal atividade econômica do ambiente rural para o urbano alterou significativamente a cidade do Rio de Janeiro, que agora não só abrigava a principal elite em volume de negócios, mas aumentava de modo intenso a sua população geral.

Ainda de acordo com as informações apresentadas por Jucá de Sampaio, a população urbana do Rio de Janeiro, em 1710 em torno de doze mil habitantes²⁶, teria apresentado aumento superior a 140%, em 1749, subindo para cerca de 29.147²⁷, ano em que Isidoro da Fonseca ainda se encontrava na cidade. Entre as principais evidências apresentadas de valorização do espaço citadino, estaria a alta do preço dos imóveis urbanos, associada ao aumento do volume de negócios situados na cidade e ao crescimento da população urbana. A década de 1740 seria enigmática, pois além de marcar a

25 Idem, p. 91-92.

26 Francisco Carlos Teixeira da Silva, *Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*, Niterói, Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 1990, p. 117; Alberto Lamego, *O homem e a Guanabara*, Rio de Janeiro, IBGE/CG, 1964, p. 308, apud Jucá de Sampaio, op. cit., p. 85 e 98, nota 105.

27 Baltazar da Silva Lisboa, *Anais do Rio de Janeiro*, apud Jucá de Sampaio, op. cit., p. 85 e 98, nota 106.

superação do volume do total de negócios rurais pelos urbanos, pela primeira vez os mais altos valores envolvidos numa única transação também estariam ligados aos mercadores.²⁸

Por um outro viés, Paulo Cavalcante estuda a prática do contrabando e suas relações com o poder na América portuguesa entre 1700 e 1750. Com especial atenção ao Rio de Janeiro, o autor destaca o governo de Luís Vahia Monteiro, antecessor de Gomes Freire de Andrade nesta capitania e seus muitos conflitos com os membros da câmara. Desse modo a atuação de Gomes Freire de Andrade representou um tempo de mais harmonia em relação ao tema, não apenas pelo novo sistema de tributação do ouro, a “capitação”, em 1735, mas também pelas habilidades políticas do novo governador, conhecido por saber mesclar o “agro” com o “doce”²⁹.

Ampliando a constatação essencial - porém fria - dos números, percebemos que o sentido de urbanização do Rio de Janeiro esteve além dos significados econômicos ou somente ligados à ascensão social de alguns grupos. Ele foi também uma nova experiência cotidiana a toda a população da cidade. Entendendo o sentido de “urbanizar” definido por Moraes e Silva como “fazer urbano, civilizar”³⁰, percebemos que, já na primeira metade do século XVIII, havia, como uma consequência da evolução econômica e social da capitania, o investimento no sentido civilizatório inerente à vida urbana na época. Sem querer adentrar em discussões acerca do termo “civilizar”, tentaremos aplicá-lo num sentido largo. Compreendendo-o como aumento da qualidade de vida da população através de investimentos em infraestrutura, destacam-se as obras de fornecimento de água iniciadas na década de 1720 com o chafariz da Carioca e a reforma do aqueduto da Lapa, finda na década de 1750. Também um reforço e um melhoramento da representação física das autoridades no conjunto da urbe, com a reforma da casa dos governadores, que passavam a ter residência própria e fixa, mas também a multiplicação de igrejas, quase sempre representando o nascimento de novos núcleos urbanos, e a adoção, a perpetuação e a valorização de hábitos próprios ao cotidiano citadino – como é o caso da cultura letrada³¹.

28 Idem, p. 89-90. Para uma abordagem posterior da vida social e política principal elite da cidade: João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Em trabalho mais recente Fragoso também abrange os meados do século XVIII, chamando a atenção para a aliança entre o governador e os homens de negócio, e os interesses envolvendo a câmara, o interior fluminense e as capitanias do centro-sul. Destaca-se a dimensão política deste órgão na análise do historiador, que compreende também os conflitos e sua dinâmica interna. Fragoso, “Potentados coloniais e circuitos imperiais. Notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”, Nuno G. F. Monteiro; Pedro Cardim & Mafalda Soares da Cunha (orgs.), *Optima Pars. Elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 133-168.

29 Paulo Cavalcante, *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa, 1700-1750*, São Paulo, Hucitec, 2006. Ver também: Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 2004, p. 140.

30 Antonio Moraes e Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, v. 2, p. 823.

31 Ver: Cavalcante, op. cit. Sobre a edificação da Casa dos Governadores em 1743-1744 ver: Gilberto Ferrez, *O Paço da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, 1984.

Somados ao crescimento demográfico e geográfico, ao aumento da importância do comércio e da ascensão social da elite mercantil, os investimentos sociais – governo e população –, bem como o próprio cotidiano, voltaram-se à promoção da civilidade urbana no Rio de Janeiro. Sem dúvida, o crescimento da cidade foi resultado da pujança mercantil. Mas também da necessidade inerente à época de agregar significado social ao enriquecimento econômico. Acreditamos que, no conjunto dos esforços de urbanização do Rio de Janeiro, no sentido civilizatório que o termo tinha à época, estaria o aumento da presença da cultura letrada no cotidiano da população. No entanto, assim como o ouro que, sem a presença de uma classe mercantil estabelecida anteriormente, não explicaria por si a evolução econômica da cidade, a urbanização não teria promovido o aumento de aspectos da cultura letrada sem a presença prévia de instituições historicamente importantes na construção da cidade e intimamente ligadas a esse tópico.

Essa condição teria contribuído não só institucionalmente, perpetuando o letramento em seus domínios ou suportando cerimônias baseadas na sociabilidade, mas também colaborando para a valorização social da cultura letrada no cotidiano de várias camadas sociais na cidade. Condição dinamizada pela própria ascensão local da classe mercantil intimamente ligada às letras. E também intensificada pela captação de membros das elites de outras capitâneas, ou na esteira do aumento da importância militar do Rio de Janeiro na manutenção das fronteiras da América lusa. A situação de “principal encruzilhada do império” teria criado condições novas à presença e à perpetuação de hábitos letrados. Mas também resultou da soma de condições anteriormente estabelecidas e de conjunturas próprias da época. Operando de modos distintos, transpassadas pela oralidade e obtendo vários significados em cada uma das classes sociais, a leitura e a escrita passariam a ter cada vez mais espaço na vida cotidiana. Dentro desse universo maior da cultura letrada, procuramos mostrar que o discurso impresso esteve presente. Os livros, comprovadamente existindo no ambiente “privado” e ligados à leitura individual, ocorreriam naquele tempo principalmente no uso público da escrita, ligados a eventos sociais e à leitura coletiva.

Continuando os esforços para interpretar a oficina de Isidoro da Fonseca como resultado da formação de condições históricas que levaram a população fluminense setecentista - embora em escala e modos diferentes - a deparar-se com aspectos da escrita e da leitura na época moderna, não podemos deixar de abordar a relação entre a elite social e política da cidade e a cultura letrada. Através dos trabalhos de Maria Fernanda Bicalho sobre a câmara³² do Rio de Janeiro na primeira

32 Participavam da câmara os “cidadãos” ou vereadores, que eram a elite política e social da cidade. Em *Relação da Entrada ...* destaca-se a participação dos cidadãos no cerimonial. Maria Fernanda Bicalho, “O que significava ser cidadão nos tempos coloniais”, Martha Abreu & Rachel Soihet (orgs.), *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003, p. 139-152.

metade do século XVIII, percebemos que a historiadora analisa, sob o prisma político, as evoluções sociais já apontadas por Jucá de Sampaio, o que torna possível identificar o quanto a elite ascendente também foi sensível à cultura letrada. Segundo Bicalho, embora todo o império português tenha se construído sob a faina comercial, a eleição do corpo governativo da maioria das municipalidades coloniais respeitava, dentro do possível, o postulado vigente no reino de que os cargos concelhios nas câmaras deveriam ser preenchidos pela “nobreza da terra”. A autora refere-se a uma oligarquia camarária que, cristalizada nesses órgãos, dominava a composição dos governos municipais, sendo comumente identificada aos proprietários rurais, os naturais da terra.

A exceção seria a câmara de Vila Rica, oposta em certos momentos do século XVIII ao ingresso de homens naturais da colônia em seus cargos, fato certamente ligado, entre outros aspectos, à constituição urbana e comercial inerente àquela cidade³³. As câmaras de outras cidades – como Rio de Janeiro, Salvador e Olinda – apresentavam um discurso e, por vezes, uma prática “nativistas”, defendendo a legitimidade do monopólio dos cargos nas mãos dos “naturais da terra” - parte da oligarquia rural identificada no ambiente camarário como “nobreza da terra”. Desde o início do século XVIII percebe-se, de acordo com os estudos de Bicalho, uma crescente contestação do discurso “nativista” na câmara do Rio de Janeiro³⁴.

Os principais críticos desse nativismo durante o Setecentos foram, segundo Bicalho, os grandes comerciantes, em maior parte naturais do reino, mas residentes no núcleo urbano do Rio de Janeiro. Membros desse grupo já consideravam-se, à época, incluídos entre os “principais da terra”, efetivamente ocupando, já no começo do século XVIII, cargos como os da ordenança. Mas o acesso aos cargos da câmara foi bem mais restrito. Frequentemente identificados como “reinóis”, esses comerciantes de “grosso-trato”, por suas riquezas e pujança e por residirem na cidade - sede dos concelhos governativos e da *civilidade* -, almejavam fazer parte da elite camarária. Eram, no entanto, sistematicamente excluídos pela “nobreza da terra”. Os embates ente *fazenda e loja*, comuns, de acordo com Bicalho, nas principais câmaras das maiores cidades portuguesas, teriam se acirrado na primeira metade do século XVIII no Rio de Janeiro³⁵.

Ao analisar as disputas em torno da ocupação dos cargos da câmara do Rio de Janeiro, Maria Fernanda Bicalho aponta o papel que a instrução letrada teve nessas querelas. Para a historiadora, a *nobreza da terra*, resistindo à tendência de centralização régia do poder e lutando para manter os

33 A historiografia que se dedica ao seu estudo (da sociedade mineira) é unânime em enfatizar o caráter fluido e movimento dos grupos sociais que a compunham, apontando para uma maior mobilidade social baseada na riqueza, contradizendo de certa forma os códigos estamentais vigentes em Portugal. Bicalho, *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 372.

34 Idem, p. 372.

35 Idem, p. 371-372.

poderes locais concentrados em suas mãos, organizou uma resistência aos letrados, mais sistematicamente do que se poderia imaginar. Os vereadores teriam inclusive, segundo a autora, a clara percepção do papel fundamental dos letrados nesse jogo de forças, na tentativa de controle da instituição camarária e das oligarquias locais. Reclamavam, inclusive, da ingerência de representantes dos poderes centrais em favor de letrados para a eleição dos cargos da câmara, tratando-os como uma “espécie de espiões submetidos aos desígnios dos funcionários régios na colônia”³⁶.

A elite camarária, historicamente composta pelo setor agrário, foi contrária às pretensões de enobrecimento de pessoas ou de seus descendentes, que, segundo as perspectiva dessa elite política, eram de baixo escalão. Entre os alvos estariam aqueles formados pela Universidade de Coimbra. Em 1730, numa carta de representação do “senado”³⁷ do Rio de Janeiro ao rei, após acusarem o governador de conceder cargos de ordenança a alguns comerciantes, a antiga elite política reclamava:

porque uns com tais patentes, e outros com as cartas de formatura, ficam entendendo que cada um deles é benemérito para o cargo, emprego ou lugar da maior suposição que haja na capitania³⁸.

Percebemos que, no fundamental, essas disputas faziam parte da história de tensão entre “honra” aristocrática e “funcionalidade” o que, para Pedro Cardim, foi uma das principais facetas da luta política na segunda metade do século XVII e ao início do XVIII³⁹. No Rio de Janeiro ela teria assumido novas dimensões pela ascensão da elite mercantil, e moldada sob o teor urbano e civilizatório de sua evolução na primeira metade do Setecentos.

A defesa da honra era o mais forte argumento nativista da elite camarária. Em oposição à decisão régia de 1709, que estabelecia não haver - desde que se sustentassem as qualidades necessárias - qualquer impedimento para negociantes reinóis ocuparem os cargos da governança, a elite agrária afirmava que “no Brasil não há pessoa que não persuada ter nobreza”. E argumentava que na América, com facilidade pessoas vis e seus descendentes passavam a querer tratamento como pessoa de maior distinção e, por isso, comerciantes ou filhos de pessoas que exerciam ofício mecânico pretendiam “atropelar a nobreza principal da terra”, servindo nos ditos cargos da câma-

36 Idem, p. 377.

37 Na época abarcada por esta dissertação a câmara do Rio de Janeiro apesar de se autodenominar “senado”, só receberia o direito de usar este título em 1757. Rodrigo Bentes Monteiro, *O Teatro da Colonização. A cidade do Rio de Janeiro no tempo do conde de Bobadella (1733-1763)*, São Paulo, Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 1993, p.44-46.

38 Bicalho, op. cit., p. 376.

39 Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade dos Seiscentos”, *Tempo*, v. 7, n. 13, julho 2002, p. 57.

ra⁴⁰. Como exemplo de argumentação da elite ascendente, Maria Fernanda Bicalho relata-nos uma representação à coroa em 1746. Nela, os homens de negócio naturais do reino solicitavam a distribuição equânime de cargos entre os comerciantes e a nobreza. Alegavam, em alternativa à falta de honra, que supriam as duas exigências principais dos cargos da câmara: terem meios pecuniários para servirem desinteressadamente na câmara e serem “civilizados no trato das gentes”. Ou seja, por essa argumentação os que serviam nas câmaras, além de meios econômicos, precisavam ser “*civis* para perceberem facilmente as matérias que dizem respeito à utilidade econômica dos Povos”. Frisava-se, no mesmo documento, que essas duas características não se encontravam na maior parte dos oficiais que serviam no “senado” do Rio de Janeiro⁴¹.

Pensando na relação institucional centro-periferia e tendo a câmara como local privilegiado de disputas entre poderes locais e o poder central, é compreensível que Bicalho, ao abordar os documentos citados, formule uma implícita relação entre letrados e a Universidade de Coimbra. No ambiente camarário é indubitável que Coimbra desempenhava um papel, se não exclusivo, ao menos preponderante em importância. A instrução jurídica, como demonstrou a autora, foi de fundamental importância no período. O trabalho que promovemos propõe estender essa perspectiva, evidenciando que instituições de instrução ou eventos que valorizaram as letras foram atuantes no início do século XVIII no Rio de Janeiro⁴². Demonstramos que a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca insere-se num contexto de valorização de aspectos da cultura letrada na sociedade fluminense na primeira metade do século XVIII, contexto verificável em variadas camadas sociais, porque ligado ao movimento maior de desenvolvimento da cidade e a seus efeitos no cotidiano urbano⁴³.

40 Bicalho, op. cit., p. 375.

41 Idem, p. 380.

42 Temos o colégio dos jesuítas, segundo Serafim Leite, em franca expansão, o seminário de São José, construído depois dos acontecimentos de 1747, a “Aula de Artilharia” ou “academia” em que José Pinto Alpoim, nomeado pelo rei, era lente desde 1738, encontrando-se em pleno contexto de interesses geopolíticos na região sul da América, além dos conhecidos incentivos de Gomes Freire às Academias dos Seletos de 1736 e dos Felizes de 1752. Serafim Leite, op. cit., t. VII, p. 24.

43 Sobre a relação entre urbanização, universidade e imprensa na América colonial Carmen Castañeda escreve: “Precisamente, como en otras ciudades hispanoamericanas, en Guadalajara el ayuntamiento fue el que impulsó la fundación de la universidad porque sabía que podía conferir un nivel cultural más alto a la vida de la ciudad y constituía un elemento de prestigio social.” Carmen Castañeda, “Censura y universidad en la Nueva España”, Carlos Alberto González Sánchez & Enriqueta Vila Vilar (orgs.), *Grafiyas del Imaginario. Representaciones culturales en España y América (siglos XVI – XVIII)*, México, Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 54, nota 4. Ver também: Richard Konezke, *La Découverte de l’Amérique. Esquisse d’une synthèse. Conditions historiques et conséquences culturelles*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.

3. Elites em instrução

Comentemos primeiramente a importância do já citado Real Colégio das Artes na construção da urbanidade civilizatória no Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. Ressaltemos que o colégio dos Jesuítas teve importância nesse processo. Mas, além de ter sempre convivido com a instrução laica, a urbanidade no período teria levado também à secularização das práticas sociais em vários sentidos, desde a construção do espaço urbano, em que a engenharia militar teve especial importância, a práticas sociais letradas laicas como as academias literárias e a própria instrução militar. O colégio localizado no morro do Castelo, erguido no século XVI em seguida à fundação do Rio de Janeiro, foi desde então a mais importante instituição de ensino da cidade, pela sua abrangência e pelo número de alunos⁴⁴. No século XVIII, para alguns estudiosos, o colégio do Rio de Janeiro ascendeu ao posto de um dos mais importantes da América portuguesa, por sua pujança e pelo prestígio dos cursos ministrados, chegando a exibir o título, antes de outros colégios do Brasil, de Colégio das Artes, como o de Coimbra. Segundo Anna Maria Monteiro de Carvalho, na política interna da Companhia o espírito de colegiado que pautara sua organização abria-se cada vez mais no Setecentos à comunidade laica num sentido de universidade – um centro formador de “saber” na cidade. Excetuando-se o noviciado, os demais estudos eram gradativamente acessíveis a pessoas de fora⁴⁵.

É difícil tratar do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro, já que a partir de 1759 a maior parte das fontes existentes no Brasil perderam-se ou foram destruídas. Até o presente são escassos os trabalhos de investigação histórica do funcionamento e da importância dessa instituição centenária da cidade⁴⁶. É possível, no entanto, perceber que a relevância do colégio ultrapassava as barreiras do ensino, pois na política urbana do Rio de Janeiro essa instituição funcionou como um foco organizador da cidade-sede e do próprio território da capitania. A maioria dos estabelecimentos sob sua jurisdição, ou ao seu cargo, por exemplo, acabou por ser transformado em bairros, distritos e municípios do atual estado do Rio⁴⁷. Ampliando o conceito de instrução para além da escolar, percebe-se que o colégio abrigava e instruíam não só alunos, pois ao final do século XVII já contava com oficina de artífices e mestres de obras, boticário e enfermaria. Alguns padres ainda devotavam tempo em auxílio, instrução e reabilitação de presos. O colégio, portanto, firmava relações com as mais

44 A primeira vez que o Rio de Janeiro aparece como casa da Companhia de Jesus, nos Catálogos, é em 1567. O ano de 1567 é o próprio da *instalação* da cidade no morro do Castelo. A cidade tinha sido *fundada*, segundo Anchieta, e já com todos os elementos essenciais da vida civil, dois anos antes, a 1º de março de 1565, entre o Pão de Açúcar e o morro de S. João. De 1º de março de 1567, deve-se datar, pois, a *fundação* do Colégio do Rio de Janeiro. Serafim Leite, op. cit, t. I, p. 383-384.

45 Anna Maria Monteiro de Carvalho, “Real Colégio de Jesus (ou das Artes) da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, *Revista Barroco 17*, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, p. 103-104.

46 Serafim Leite, op. cit, t. VI, cap. I.

47 Monteiro de Carvalho, op. cit., p. 103-104.

variadas classes sociais, gerando múltiplos tipos de instrução, reflexos de uma sociedade hierarquizada. Parece não restar dúvida, no entanto, de que a instrução escolar foi a maior e mais constante obra dessa instituição. Apesar de bastante frequentada pela elite urbana colonial e de aceitar doações, oferecia ensino gratuito e sustentava os alunos do regime interno, voltados, sobretudo, à instrução religiosa⁴⁸.

Percebemos que, à medida que crescia a importância da instituição de ensino inaciano no Rio de Janeiro, convergia para a cidade um número cada vez maior de alunos e padres, mestres oriundos de variadas partes do império português. Podemos imaginar, para além da atuação institucional como membros do colégio, alunos e professores, essa população representando um forte impacto no cotidiano da cidade. Não só pela potencial circulação de escritos – manuscritos ou impressos – entre esses indivíduos, mas também pela capacidade de cada letrado servir de mediador, ainda que apoiando-se na comunicação oral, entre o texto escrito e o restante da população. Ou seja, ainda que a maioria das gentes se mantivesse analfabeta e a perpetuação da cultura fosse majoritariamente oral, a cidade apresentava uma representativa população capaz de, por meios diversos - como recitar poesias e lições ou pelo simples contato social como a catequese de indivíduos excluídos socialmente -, expandir a camada da população atingida pela cultura propagada pelas letras. O colégio, ao encontrar-se secularmente estabelecido, seria uma das principais razões para a capacidade do Rio de Janeiro convergir para a civilidade o seu processo de urbanização. Mas sem dúvida não foi o único.

O ensino jesuíta não teria deixado de conviver com o ensino nos ambientes privados, porque era preciso, através das aulas de meninos, instruir os alunos nas “primeiras letras” antes deles se encaminharem aos colégios inacianos. Em segundo lugar porque, como já foi citado por Villalta, dentre os diferentes grupos que compunham a sociedade colonial, tanto a educação para a sobrevivência como a instrução escolar possuíam significados variados, dependendo da própria inserção diferenciada dos grupos numa hierarquia social escravista e ao mesmo tempo estamental. O que causava também a recorrência de instrução domiciliar básica, evitando-se o desvio de braços do trabalho e da guerra para a vida religiosa. A levar em conta a pesquisa de Nireu Cavalcanti envolvendo “escrituras, procurações, inventários, processos de casamento, registros de óbitos e etc.”, seria possível verificar até 1750 ao menos oito indivíduos identificados como mestre “de escola”, “de primeiras letras” ou “de meninos” ou ainda “lente de teologia”, “vive de ensinar meninos” e “professor de latim”. Se estendermos até 1759, ano em que o ensino baseado nas Aulas Régias substituiu o ensino jesuítico, cresce para doze o número de profissionais do ensino, entre eles um reitor do seminário São José, fundado em 1749. Esses dados ajudam a demonstrar que a educação, mesmo que mais

48 Ver: Serafim Leite, op. cit., t. VI, cap. I.

voltada à leitura que à escrita, foi um hábito valorizado em âmbito social, recorrente o suficiente para que houvesse profissionais, mesmo que por vezes religiosos, sobrevivendo mediante a instrução de crianças⁴⁹.

Em outro âmbito religioso, o bispado do beneditino Antônio Malheiro situava-se em meio a mudanças reformistas da Igreja católica, e também pode ser encarado ele mesmo como representativo de um momento transitório das práticas religiosas na sociedade portuguesa. Para José Pedro Paiva é difícil enunciar os contornos do que teria sido o padrão de bispo mais difundido no século XVI-II. O Setecentos “foi um tempo de tensão e de convivência, ‘por vezes tumultuosas’, entre as incursões ‘ilustradas’ de renovação da piedade e da religião e as linhas que caracterizavam a piedade barroca triunfante na sequência da Reforma Católica”⁵⁰.

Esse novo modelo episcopal, procurou, de acordo com Pedro Paiva, integrar na esfera da Igreja o racionalismo crítico nascido no campo do pensamento filosófico, expandindo-se pelos anos 1740-1750 do século XVIII. Para o autor português as reformas impulsionadas pelo papa Bento XIV (1740-1758) podem considerar-se o prelúdio, ou infância de um culto “iluminado”. Nesse sentido foram promovidas melhoras nos níveis de instrução do clero secular, que encontraram no bispo Desterro Malheiro um entusiasta no Rio de Janeiro, bem como a cúria romana procurou reduzir o número e a suntuosidade das festas religiosas que pautavam a “piedade barroca” e popular.

Em relação ao ensino na cidade na primeira metade do século XVIII, é possível perceber, principalmente na década de 1740, a fundação de novas instituições de ensino eclesiástico e a expansão daquelas instituições já existentes – entre elas o colégio Jesuíta, obviamente até 1759. O bispo, foi, portanto, essencial para o aumento e a expansão das instituições de educação no Rio de Janeiro. O acirramento dos embates entre honra e funcionalidade foi uma das principais facetas da luta política na segunda metade do século XVII e no início do XVIII. O seminário de São José, fundado na cidade em 1749, é apontado por José Pedro Paiva como uma das consequências da aplicação na Igreja portuguesa das diretrizes pontifícias, que trabalhou a partir da década de 1740 para a melhor formação escolar do clero⁵¹.

Devemos lembrar ainda que, ao longo do século XVI e da primeira metade do XVII, passaram pelo Rio de Janeiro fortificadores portugueses e estrangeiros, religiosos e civis, a serviço da coroa.

49 Cavalcanti, op. cit., p. 151-152.

50 José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 155-156.

51 Idem, p. 162-163. Para o *modus vivendi* da comunidade monástica beneditina no Rio de Janeiro durante o século XVIII, enfocando as relações sociais e as articulações entre o cotidiano da cidade e o sistema normativo da ordem, ver: Jorge Victor de Araújo Souza, *Monges Negros: trajetória, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro – século XVIII*, Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

No início, segundo Roberto Conduru, esse corpo técnico partia principalmente de Salvador, percorrendo diversos pontos do território brasileiro e cuidando da sua ocupação física⁵². A partir de meados do Seiscentos, segundo o autor, o Rio de Janeiro passou a ser um dos pontos da América portuguesa para onde convergiam técnicos com o fito de cuidar da segurança da colônia. Profissionais teriam assim continuado a atuar na cidade, sediados então em Salvador. À medida que avançava o século XVII foram designados especialmente para o Rio de Janeiro alguns técnicos contratados no estrangeiro, e militares formados em Aulas de Fortificação em Portugal. A importância estratégica da cidade faria com que o Rio de Janeiro abrigasse desde o século XVI sua própria aula de engenharia militar, que ascendeu em importância na primeira metade do Setecentos. O objetivo era, de acordo com Roberto Conduru, formar um corpo técnico capaz de atender às necessidades relativas à administração do território português e das possessões ultramarinas⁵³.

As aulas de fortificações, segundo Conduru, receberam crescente atenção das autoridades régias, ao mesmo tempo em que a convergência de engenheiros-militares para a cidade intensificava-se devido à insegurança e à necessidade de controle no centro-sul da América lusa. Consolidava-se assim no Rio de Janeiro um ponto fundamental da estratégia defensiva portuguesa no território americano. No século XVIII o fluxo de profissionais para a cidade teria sido constante, com alguns momentos de concentração, como após as invasões francesas e durante a escalada dos conflitos com os espanhóis ao sul. A maioria dos corpos técnicos, conforme Conduru, era formada de militares portugueses, apesar de se manter a presença de estrangeiros e religiosos em menor número. Sediados no Rio de Janeiro, esses profissionais desenvolveram suas atividades por todo o centro-sul. Entretanto, para o autor, os problemas na Colônia do Sacramento passaram a requerer a presença dos engenheiros-militares no sul com maior frequência do que nas demais áreas⁵⁴.

52 Eram estrangeiros civis como os italianos Battista Antonelli e Baccio de Filicaia, e o francês Philip de Quitan, ou portugueses civis como Francisco de Frias Mesquita ou religiosos como o jesuíta Gaspar de Samperes. Paulo Santos, *Quatro Séculos de Arquitetura*, Rio de Janeiro, IAB, 1981, p. 19. Michel de Lescolle foi o primeiro engenheiro-militar enviado especialmente para o Rio de Janeiro com o fito de cuidar de sua fortificação. Entre os portugueses enviados a partir de então podemos citar Manoel Gomes Pereira, Felipe Carneiro de Alcávea e Gregório Gomes Henrique. Gilberto Ferrez, *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto, 1555-1800*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. Cf. Roberto Conduru, “Engenho e arte: arquitetura militar no Rio de Janeiro setecentista”, *Barroco*, v. 17, 1996, p. 115-120.

53 A partir de 1698 Gregório Gomes Henrique foi incumbido de ensinar os seus conhecimentos técnicos aos condestáveis e artilheiros da praça do Rio de Janeiro, sendo substituído por José Velho de Azevedo. Com a criação da “Aula de Fortificação”, em 1699, Gregório Gomes Henrique foi designado como lente, sendo substituído no cargo por Francisco de Castro Moraes, em 1701. Em 1738 foi estabelecida na cidade a “Aula Militar do Regimento de Artilharia”, que absorveu a “Aula de Fortificações” e teve José Fernandes Pinto Alpoim como lente até 1765. Seu substituto era Antônio Eusébio Ribeiro, que sucedeu-o de 1774 a 1795, quando Antônio Joaquim Oliveira passou a ser o lente. Em 1792 a “Aula Militar do Regimento de Artilharia” transformou-se na “Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho do Rio de Janeiro”, sob inspiração de Joaquim Correia de Serra. Idem.

54 Idem.

A tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca surgiu em meio ao governo de Gomes Freire de Andrade (1733-1763). Mônica da Silva Ribeiro, num dos poucos estudos voltados à análise desse longo governo, estabelece dois momentos para a administração deste governador: a primeira parte (1733-1748) teria sido marcada pelos seus investimentos, dentre outros, na promoção da urbanidade no Rio de Janeiro, no amplo sentido civilizatório do conceito. Segunda a autora o ano de 1748 foi um marco na administração deste governador pois, a partir desta data, Gomes Freire passou a ser oficialmente responsável pela administração de todo o sul do Brasil. Na segunda parte da administração (1748-1763) as principais ações do governador concentraram-se, principalmente após 1750, nas disputas territoriais do sul⁵⁵. Nesses dois momentos as *Aulas de Fortificações* – a partir de 1738, ano em que José Fernandes Alpoim foi nomeado por D. João V lente - ou seja, professor -, passaram a chamar-se *Aula Militar do Regimento de Artilharia*, os seus membros sendo de suma importância⁵⁶. Antônio Isidoro da Fonseca esteve no Rio de Janeiro de 1747 até ao menos 1749. Portanto, exatamente no período em que Gomes Freire foi elevado a comandante de toda a repartição sul do Brasil. Tempo em que as questões militares da fronteira sul teriam, segundo Mônica Ribeiro, começado a tomar maior vulto e atenção de Gomes Freire do que a administração do Rio na promoção de uma *civilidade* urbana.

Abordamos esse grupo ao analisarmos os usos dos impressos e as questões relativas ao envolvimento de nosso impressor com os engenheiros. Importa perceber, mais uma vez, o impacto desse contingente de engenheiros-militares, termo que alude a indivíduos com habilidades técnicas baseadas nas capacidades de acesso, leitura e escrita a textos manuscritos ou impressos. A importância dessa população permanente de engenheiros não pode ser desconsiderada. De acordo com Robert Smith, esses engenheiros-militares:

Instruídos tanto na arquitetura civil como na militar, graduados por rigorosos cursos em Portugal e no Brasil, trabalhavam os engenheiros em estreita colaboração com as municipalidades. Participavam de planos urbanísticos, supervisionavam o traçado e a manutenção de ruas e praças, esgotos e abastecimento de água. Desenhavam a planta das cidades e "vis-

55 São realizadas diversas obras públicas em decorrência do crescimento da cidade, especialmente durante o que Mônica Ribeiro chama de primeira fase de seu governo, ou seja, até o ano de 1748. A provisão de 10 de setembro de 1748 estabelecia que os governadores da Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina e Santos estavam subordinados ao governador do Rio de Janeiro, e por isso deviam cumprir as suas ordens, marcando o início da segunda fase do governo de Bobadela, agora comandante das tropas portuguesas em combate nas fronteiras ao sul da América. As novas áreas de mineração de Goiás e Mato Grosso também passaram a ser supervisionadas por Gomes Freire, quando foram separadas de São Paulo. Mônica da Silva Ribeiro, *"Razão de Estado" e administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro (1733-1748)*. Niterói, Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 10-12.

56 Ver: Conduru, op. cit. e Cavalcanti, op. cit., p. 294.

tas" das mesmas. Não era raro serem chamados a projetar e construir edifícios para autoridades civis e religiosas. Assim procediam em aditamento a suas obrigações regulares de prover e reparar as fortificações da costa e do interior, inspecionar minas e outras possessões da coroa e delinear mapas da área ocupada pelos portugueses na América⁵⁷.

Segundo Charles Boxer, os engenheiros do exército português não só realizaram pesquisas locais em alguns dos mais remotos pontos do Brasil, traçando-lhe os mapas, como foram, também, os arquitetos de muitas igrejas e edifícios públicos, bem como os projetistas das fortificações⁵⁸. Para Roberto Conduru, as *Aulas de Fortificações*, causa e efeito da secularização inerente ao crescimento urbano da cidade, teriam sido uma novidade radical na história da formação profissional na cidade, constituindo-se na primeira forma “oficial e laica de ensino técnico científico e artístico”⁵⁹.

Gozando de prestígio social especialmente no governo Bobadela, identificamos engenheiros militares, com destaque para Pinto Alpoim, à frente de grandes obras de infraestrutura da cidade, civil ou militar, entre reformas e construções de prédios públicos e religiosos no Rio de Janeiro e em outras capitanias, além de promoverem, organizar e tomar parte de algumas expedições, militares e científicas, ao sul da América. Em relação à cultura escrita, mas antes das aulas propriamente, conjecturamos a respeito da presença desse corpo de militares na cidade, algo que não era exclusividade do Rio de Janeiro. Imaginamos algumas das consequências da presença ativa desse grupo, identificado por suas capacidades técnicas adquiridas ao exercício da leitura e da escrita. Ao menos os mais destacados mantinham carga regular de intimidade com os textos. Seria razoável que no Rio de Janeiro, guardando-se sempre as proporções adequadas, houvesse no século XVIII, em decorrência da convergência de técnicos de outras regiões e da manutenção de corpo fixo de engenheiros militares na cidade, uma razoável circulação, ainda que não propriamente comercial, de livros e indivíduos socialmente distintos pelo signo do letramento⁶⁰.

Pouco se sabe sobre o funcionamento das *Aulas de Fortificações*. O local das aulas nunca foi localizado com precisão, também não se sabe ao certo o número de alunos ou a totalidade de cursos

57 Robert C. Smith, "Os engenheiros militares portugueses", *Arquitetura Jesuítica no Brasil*, São Paulo, FAU-USP, 1962, p. 1-74.

58 Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 312-313.

59 “Apreciações sobre Exame de Bombeiros, da obra síntese de três séculos de literatura militar brasileira, do gen. F. de Paula Cidade”, José Fernandes Pinto Alpoim, *Exame de Artilheiros – 1744* (reprodução fac-similar), Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1987; Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira. Livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial*, São Paulo, Edusp, 2010, p. 67-68; Conduru, op. cit., p. 115-120.

60 Idem.

ministrados⁶¹. Os dois livros de Alpoim, *Exame de Artilheiros ...* de 1744 e *Exame de Bombeiros ...* – termo que definia os que lançavam e manipulavam as bombas - de 1748, seriam baseados, segundo o próprio autor, em seus apontamentos de aula, representando um dos poucos alentos à questão. Sem analisarmos agora as questões ligadas aos usos do impresso e à sua origem de impressão, destaquemos a matéria de que tratam as obras e o público a que elas destinavam-se. Segundo alguns autores os dois livros podem ser considerados volumes de uma mesma obra dedicada ao uso da matemática na otimização dos combates em fortalezas. Além das duas obras serem, em sua maior parte, graficamente idênticas, ambas baseiam-se no método socrático de perguntas e respostas, além de *Exame de Bombeiros ...* citar, em várias passagens, o primeiro livro. O aprofundamento dos estudos de matemática também marcou a continuidade entre os dois livros de Alpoim. *Exame de Artilheiros ...* ensina em suas primeiras lições como contar com os dedos e os fundamentos da aritmética, enquanto *Exame de Bombeiros ...* trata, entre outros temas, de trigonometria, logaritmo e parábola⁶².

Percebemos pelas obras de Pinto Alpoim que aquelas aulas não voltavam-se propriamente à elite letrada colonial, ou seja, a que buscava a Universidade de Coimbra e sua absorção no aparelho administrativo. Apesar dos indícios de que ex-alunos da aula do terço de artilharia realizaram produções elaboradas como mapas e notícias militares⁶³, essas aulas - pelo que apresentam os livros de Alpoim - eram voltadas à tropa regular de soldados. Eram livros técnicos destinados ao doutrinamento daqueles que serviam nas fortalezas portuguesas, para que pudessem contar, manejar e lançar bombas com rapidez e precisão. Ideal para o padrão de ocupação militar portuguesa, baseado em praças fortes e aplicado na colonização e na defesa da região do Sacramento - a partir de 1748 a cargo de Gomes Freire de Andrade⁶⁴. Há inclusive notícias de que as aulas surtiram alguns efeitos militares positivos.

4. O cenário de representações

Nireu Cavalcanti identifica, através de pesquisa em fonte cartorária (livro do 1º ofício de notas) de meados do Setecentos, referências a pelo menos duas casas de ópera no Rio de Janeiro, am-

61 Wagner Rodrigues Valente arrisca dizer que: “O número de alunos seria três e deveriam ter, no mínimo, 18 anos”. Mas o autor não cita fonte que comprove tal afirmativa. Valente, *Uma História da Matemática Escolar no Brasil (1730-1930)*, São Paulo, Annablume, 1999, p. 43.

62 Ver: Alpoim, *Exame de Artilheiros ...*, op. cit.; Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira*, op. cit., p. 7-13.

63 Para a origem, formação e produção de vários autores no período colonial ver: Palmira Moraes Rocha de Almeida, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, Lisboa, Colibri, 2003; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1883-1902. 7 v.; Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969 e *Bibliographia Brasiliana*, op. cit., 2 v.

64 Ver: Joaquim Romero Magalhães, “As novas fronteiras do Brasil”, Bethencourt & Chaudhuri, op. cit., p. 10-13.

bas administradas pelo padre Boaventura Dias Lopes (ou Ventura) e localizadas na atual rua da Alfândega. A primeira existiria desde pelo menos 1749, tendo abrigado espetáculos de marionete. A segunda, chamada “ópera dos vivos”, foi ativa desde pelo menos 1754, continuando a manter-se durante as décadas seguintes. A existência de teatros com certa estrutura, como cenários, solfas e figurinos, estabelecidos no cotidiano da cidade, sugere que a urbanidade teria favorecido o cultivo de hábitos cotidianos de entretenimento, ligados a expressões da cultura letrada europeia na época moderna. Embora Cavalcanti não informe - principalmente para a segunda casa de ópera - os tipos de eventos encenados, nem aluda à composição social dos frequentadores ou sobre a existência de documentos ligados aos primeiros espetáculos, parece reforçar as evidências a respeito dos efeitos da urbanização na cidade⁶⁵. Embora condicionada à oralidade, a encenação teatral apresentava-se como uma oportunidade de mediação entre textos escritos e a população analfabeta - ou iliterata -, o que provavelmente incluía boa parte da elite cidadina, mercantil ou rural. Percebemos que a evolução do ambiente e da vida urbana no Rio de Janeiro proporcionava oportunidades de contato da população, mesmo iletrada, com expressões culturais ligadas à cultura das letras.

Em sua dissertação de mestrado Rodrigo Bentes Monteiro concebe a cidade no tempo de Gomes Freire como um grande teatro, universo síntese da sociedade colonial da época. Para tal estuda as festas e cerimônias realizadas naquele cenário, prestando atenção na relação entre grupos e agentes sociais, que apareciam nas festas de forma teatral. O autor inclui em sua análise o folheto *Relação da Entrada ...*, entendendo-o como uma demonstração dos corpos místicos do bispo e do rei de Portugal. A teatralização da sociedade funcionava como mecanismo de reforço de poderes e ou de inversão social. Abordagem compreendida sob a inspiração da “moeda colonial” de Ilmar Rohloff de Mattos⁶⁶.

Não é difícil comprovar a existência de livros no Rio de Janeiro na época analisada, quase sempre identificados à elite social cidadina. Além das suspeitas de circulação de textos, dentre eles os impressos, entre alunos e professores que frequentavam a cidade há notícias de bibliotecas particulares como a de João Mendes da Silva, pai do poeta Antônio José. Segundo Villalta, o acervo possuía 250 volumes, 150 de direito e o resto de história e curiosidades⁶⁷. Destacavam-se nesse contexto, sobretudo, as livrarias das ordens religiosas. A mais importante era a estabelecida no Real Colé-

65 Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, livro 118, cx. 12.867, (17.9.1749), apud Cavalcanti, op. cit., p. 172-176.

66 Bentes Monteiro, op. cit. e Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, São Paulo, Hucitec, 1987, p. 18-33. Em artigo mais recente Bentes Monteiro desenvolve as relações entre o bispo, o tipógrafo e o governador por meio de *Relação da Entrada...* “Aparente e Essencial. Sobre a representação do poder na época moderna”, Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado & Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, p. 519-538.

67 Villalta, op. cit., p. 376. A respeito de outras bibliotecas particulares na cidade, embora quase sempre na segunda metade do século XVIII, Cavalcanti, op. cit., p. 151.

gio das Artes. Sua importância reside não só em seu tamanho, contando com aproximadamente 6.000 volumes, fazendo-a a maior da América lusa, mas em seu caráter mais “público” que as demais. Ou seja, além de mais visitada, em razão do numeroso corpo de alunos, era também mais acessível à população como um todo e tinha boa diversidade de livros - por exemplo, contava com obras que nada tinham a ver com religião⁶⁸. Acreditamos que ainda estão por vir trabalhos que melhor avaliem a presença dos livros na cidade à época. Não obstante, a formação e a manutenção de bibliotecas, a presença no cotidiano privado, ou mesmo a leitura individual e silenciosa, não são os nossos alvos de investigação. Creemos que ainda há espaço para o avanço da maioria dessas questões, mas não estamos propriamente interessados no consumo individual de livros no Rio setecentista. Nesse âmbito, pensamos que a atuação de Isidoro da Fonseca sugere ou um período anterior à formação de um mercado baseado no consumo individual, ou uma postura prudente que procurou a proteção política e a discricção. Voltando a nossa seara - definida por verificar indícios de influência da cultura letrada no cotidiano do Rio de Janeiro -, preferimos medir as questões ligadas ao uso público dos impressos.

Interessa-nos, sobretudo, as cerimônias e os acontecimentos públicos nos quais a produção de textos era parte integrante. Esse tipo de cerimonial já contava, antes mesmo da chegada de Isidoro da Fonseca, com o auxílio de impressos. Ou, após a vinda do impressor, poderia contar com a impressão local dos textos manuscritos. Aludimos agora quase que tão somente ao mundo das elites cidadinas. Logicamente o impresso, ou melhor, as cerimônias parcial ou totalmente fundadas na sociabilidade letrada, restringiam-se às elites. Apesar desta delimitação social, os usos dos textos e impressos também eram perpassados pela oralidade ou acessíveis a setores médios e populares.

Os documentos jesuíticos impressos por Isidoro da Fonseca remontam a um tipo de cerimônia ocorrida há séculos em vários colégios da América lusa. Os atos públicos de filosofia e a concessão dos graus acadêmicos eram, segundo Serafim Leite, cerimônias pomposas que envolviam o debate público na defesa da tese, com a presença de examinadores jesuítas ou leigos e das mais altas autoridades, como os governadores. Segundo este autor altamente identificado à causa jesuíta, a soleni-

68 O Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro contava ainda com uma biblioteca que começou a ser organizada no século XVI, e no século XVIII figurava como uma das maiores da América portuguesa, pois contava aproximadamente, de acordo com Serafim Leite, com 6.000 volumes. Lastimavelmente mal tratada após 1759, só foi inventariada pela primeira vez cerca de quinze anos depois de sua retirada do colégio, quando já se haviam degradado várias obras. Aquelas que sobraram tiveram destino pouco louvável anos mais tarde. A vistoria foi a 22 de julho de 1775. Reuniram-se, no colégio, o desembargador Manuel de Albuquerque e Melo, um escrivão, “os dois mestres livreiros de melhor nota e ciência” do Rio, Pedro da Silva Torres e Manuel Francisco Gomes, “para avaliar os ditos livros na forma que ao adiante se declara”. O vice-rei, marquês do Lavradio, determinara que “dado o mau estado de ruína” dos livros do colégio, se fizessem três lotes: 1) “Os que forem de doutrina e disciplina eclesiástica”. – E entregar-se-iam ao prelado. 2) “Os que forem proibidos”. – E enviar-se-iam para Lisboa ao Juízo da Inconfidência. 3) “e o resto que ficar”. – Distribuir-se-ia pelas “casas de alguns Ministros e Letrados que se julgar serem capazes não só de dar conta deles, mas de lhes darem melhor trato”. Serafim Leite, op. cit., t. VI, p. 28-29.

dade ganhou importância no decorrer do tempo, não pela expressão do fato em si mesmo, mas no seu concurso externo, em função do desenvolvimento citadino e da posição social, maior ou menor, de quem recebia o grau⁶⁹. Esses eventos eram acompanhados pelas *Conclusiones Philosophicae*, espécie de resumos da tese que se defendia, lidos em voz alta durante a solenidade. As *conclusiones* quase não sobreviveram à expulsão da ordem em 1759, tornando-se peças raras - talvez por isso tenham sido pouco exploradas. Parecem, no entanto, que foram mais comuns e constantes do que se pode pensar à primeira vista, e alguns dos exemplares ainda existentes datam do século XVI. Ao que tudo indica, as teses - ou somente suas conclusões - eram enviadas ainda manuscritas ao Real Colégio das Artes de Coimbra e, depois de examinadas e concedidas as licenças “pode se defender”, organizavam-se os atos públicos e de concessão de graus. Após a defesa, o aluno, já com o grau acadêmico, solicitava a sua carta de curso. Esses diplomas eram bastante valorizados socialmente, solicitados em razão da matrícula na Universidade de Coimbra ou para habilitação de cargos públicos⁷⁰.

Diogo Ramada Curto percebe a formação de uma elite no Brasil colonial reproduzindo formas correntes de expressão da Europa das Luzes, o que transparecia em cerimônias públicas e na organização de academias literárias. A participação da elite colonial letrada nesses eventos, segundo o historiador, sugere mais uma necessidade de reprodução na periferia de modelos forjados na Europa, que uma resistência das margens em relação ao centro. As atividades dessas academias coloniais, tema abordado por Ramada Curto, tinham nas cidades os seus principais centros de difusão, reforçando os laços entre seus integrantes e expressando-se por um leque variado de práticas discursivas⁷¹. Acreditamos que o Rio de Janeiro da primeira metade do Setecentos fosse incluído nessa afirmativa, entre outras razões porque sediou, até meados do século, ao menos duas academias literárias. A primeira, a Academia dos Felizes, foi organizada em 1736, e a segunda, a Academia dos Seletos, teria ocorrido em 1752, sendo por vezes associada à tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca.

A Academia dos Seletos foi patrocinada por Gomes Freire de Andrade e realizou-se numa única sessão no próprio paço do governador, gerando a publicação de um livro em 1754⁷². Mas em

69 Idem, p. 22-23.

70 Não estão claras ainda as fases do processo, mas o que se sabe é que se imprimiam as *conclusiones* prévia ou posteriormente à defesa pública da tese. Para as cartas de curso ver: Serafim Leite, op. cit. t. I, p. 96-97 e t. IV, p. 268-269.

71 Ramada Curto, “As práticas de escrita”, Bethencourt & Chaudhuri, op. cit., p. 439. Para mais a respeito das academias coloniais na América lusa ver: Íris Kantor, *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*, São Paulo/Salvador, Hucitec/Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

72 Manuel Tavares de Sequeira e Sá, *Júbilos da América, na gloriosa exaltação, e promoção do illustrissimo e excellentissimo senhor Gomes Freire de Andrada*, Lisboa, Officina do Dr. Manoel Alvares Sollano, 1754. Manuel Tavares de Sequeira e Sá foi o secretário da Academia dos Seletos em 1752. Segundo Palmira Morais Rocha de Almeida, *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 360-364, este livro constitui uma antologia de poesias de autores brasileiros à época, muitos deles somente referenciados através desta publicação. Para maiores

1750 Isidoro da Fonseca já encontrava-se em Portugal. A única relação entre eles – tipografia e academia – foi o fato de Francisco de Faria, autor de *Conclusiones Metaphysicas ...* de 1747, ter sido o presidente da Academia dos Seletos em 1752. Apesar de inexistir um vínculo direto entre os dois eventos, percebe-se que, devido à proximidade histórica e ao seu perfil letrado, ambos fizeram parte de um mesmo contexto sócio-cultural. Esta academia também apresenta uma cumplicidade à evolução administrativa de Gomes Freire de Andrade apontada por Mônica Ribeiro. A própria existência desses ambientes significaria uma certa secularização de práticas sociais, ou seja, uma gradual autonomização da elite urbana face aos poderes religiosos, particularmente os jesuítas, no que toca à promoção de cerimônias de sociabilidade letrada. A Academia dos Seletos em especial, protegida pelo próprio governador, foi prova dos investimentos na *civilidade* da cidade junto a sua elite urbana letrada. A fim de festejar a sua promoção a mestre-de-campo general e a sua nomeação como comissário da medição e da demarcação dos limites meridionais do Brasil, a temática do evento girou em torno do louvor ao governador, principalmente por meio de suas virtudes militares⁷³.

Temos todas as razões para acreditar que *Relação da Entrada ...* seria resultado de algo similar. Interpretar este documento como expressão da vaidade ou do interesse político do bispo Antônio Malheiro seria muito pouco para um texto que foi parte integrante de uma cerimônia, tendo por objetivo registrar os primeiros contatos entre a autoridade eclesiástica local e os seus fiéis. O evento não só empossava de fato o eclesiástico, mas também oferecia à comunidade a oportunidade de apresentá-lo ao seu líder espiritual. O registro documental de uma cerimônia, evento crucial para a cultura política de Antigo Regime, deve ser sempre interpretado como um conjunto de interesses. Escrita por Luiz Antônio Rosado da Cunha, juiz-de-fora da cidade, provedor dos defuntos, capelas, e resíduos do Rio de Janeiro, o texto descritivo do cerimonial cita vários membros das elites política, econômica e militar do Rio de Janeiro, narrando com riqueza de detalhes, como era de se esperar, cada etapa do ritual, o papel e a posição de cada um de seus participantes. É descrita também em minúcias a ornamentação da própria cidade, com destaque para os sete arcos triunfais construídos pelas irmandades urbanas mais abastadas, que enfeitaram o caminho percorrido pelo bispo em sua entrada. Suspeita-se, inclusive, que o conjunto de poemas intitulado *Em Aplauso do Excellentis-*

esclarecimentos sobre a Academia dos Seletos: Arno Wehling, “Os Júbilos da América e seu contexto histórico” e Cavalcanti, “A cidade do Rio de Janeiro no tempo de Júbilos da América”. Palestras da mesa-redonda “250 Anos da publicação de Júbilos da América”, realizada na Academia Brasileira de Letras, em 12 de agosto de 2004, disponíveis em: <http://www.academia.org.br/abl/media/RB-46-PROSA2.pdf>. Acesso em 24/03/2012.

73 Lembremos que a academia foi organizada pouco antes da partida de Gomes Freire para a região do Sacramento a fim de garantir o cumprimento do tratado de Madri de 1750.

simo, e Reverendissimo Senhor. D. Frey Antônio do Desterro Malheyro Digníssimo Bispo desta Cidade ..., também impresso no Rio de Janeiro, tenha feito parte da própria cerimônia⁷⁴.

Percebemos que o documento, como a própria entrada, pode ser interpretado como o resultado das primeiras relações entre os poderes locais, militares e civis, e a nova autoridade religiosa. Mesmo que tenha sido iniciativa de seu autor, o juiz de fora Rosado da Cunha, ou do bispo Desterro Malheiro que concedeu a licença de impressão, todos aqueles citados em *Relação da Entrada ...* nominal ou genericamente como integrantes da câmara, do exército, das corporações de ofício ou da nobreza local, tinham virtual interesse em divulgar, através da publicação de impressos, aquela cerimônia. Talvez seja impossível identificar todos os interesses que essa obra possa ter movimentado. Mas tendo a própria cerimônia de posse do bispado como modelo, vislumbramos o impresso como mais uma manifestação que buscava aproximar aquela autoridade religiosa aos poderes locais.

Para além dos interesses individuais - apesar desses continuarem importantes -, estes impressos eram, ao lado das peças teatrais, dos arcos triunfais descritos no documento, da declamação ou dos dias de festas seguintes ao evento retratado, mais uma forma da comunidade local apresentar-se ao bispo. Nesse sentido, ressaltamos não só o texto de auto-representação da elite local que exaltava o poder episcopal. É preciso considerar a possibilidade deste relato tornar-se uma obra impressa na própria cidade, um fator significativo na construção da auto-imagem que a comunidade - ainda que representada por alguns de seus membros de elite - procurava estabelecer ante a nova autoridade que chegava. Além de ampliar o alcance daquele cerimonial, Malheiro tinha a oportunidade de exercer na prática a natureza diferenciada de seu poder, através da delegação do exame e da liberação do opúsculo à impressão.

Mesmo apostando na responsabilidade direta do bispo ou considerando a possibilidade real de Isidoro estar ativo na cidade antes da chegada daquela autoridade religiosa, o resultado final do encontro entre aquele pastor e seu rebanho, *Relação da Entrada ...* deve ser entendido como fruto de um conjunto de interesses. Ao produzir artigo sobre esse tipo de solenidade, José Pedro Paiva inspira-se em Pierre Bourdieu e lança mão do conceito de “magia social” para analisar os arcos de triunfo erguidos para que o bispo passasse sob eles. Para Paiva, os arcos materializavam uma condição em que o indivíduo - no caso o novo bispo - era consagrado, forçando os outros a terem para com ele determinados comportamentos, e obrigando ele mesmo a proceder igualmente conforme certos padrões. Os arcos, segundo o autor, podem ser entendidos como uma porta que, ao ser passada, simbolizava a passagem de um estado a outro. Seguindo esse mote de interpretação, podemos

74 “os músicos entoavam em aplausos do nosso ínclito Pastor, com vários Epigramas Latinos, em que Apolo influiu os divinos espíritos dos engenhos, que cantavam seu louvor”. Rosado da Cunha, op. cit., p. 17 (do documento).

dar valor similar à *Relação de Entrada ...* e sua licença, concedida por Desterro Malheiro. O opúsculo pode ser considerado com uma função análoga aos arcos, pois correspondia também aos esforços da cidade para a recepção do bispo. Por sua vez, as licenças significavam a confirmação do poder único daquela autoridade. Ou seja, o folheto – ou o conjunto de folhetos – podia representar uma forma de comunhão em que se confirmava, pelo exame da obra e pela concessão de licença, a “magia social”, a sacralidade inerente ao cargo de bispo, conferindo-lhe poderes diferenciados das demais autoridades locais. Se por um lado o bispo reafirmava a natureza de sua autoridade, a sua comunidade de fiéis demonstrava, através da produção impressa do relato de sua entrada, o poder econômico, o desenvolvimento cultural e a importância política que aquela sociedade havia alcançado. Todavia, arriscamos afirmar que este impresso estaria mais ligado à sagacidade de um impressor experiente que identificava naquele evento uma oportunidade de ganhos, bem como à necessidade de uma elite de conferir certa pompa ao evento, do que às aspirações prévias de grandeza do bispo Desterro Malheiro⁷⁵.

O compromisso de irmandade de 1748 é outro exemplo do nicho de atuação de Isidoro da Fonseca e também do uso político da tipografia pelo bispo Malheiro. A obra, proveniente de Minas mas impressa no Rio de Janeiro, relaciona-se à ereção de uma sociedade leigo-religiosa. Está, portanto, ligada a uma cerimônia comum no século XVIII colonial, principalmente na região mineradora, privada das ordens e mosteiros religiosos. Expressa-se novamente a absorção, por Isidoro da Fonseca, de hábitos letrados já existentes, nesse caso apenas transformando em impresso um documento mais comumente encontrado na forma manuscrita. Os compromissos de irmandade eram objetos de circulação limitada, restringindo-se, de modo geral, aos integrantes das mesas daquelas irmandades. A princípio, pode-se imaginar que eram pouco atraentes a um impressor, principalmente por desafiam a lógica de ganhos das tipografias, baseadas na capacidade de produção e reprodução de textos. A pequena tiragem desse tipo de documento, frente ao trabalho exigido para produzi-lo, evidencia que Isidoro da Fonseca não investia na produção comercial de impressos. A impressão de um compromisso de irmandade certamente não estaria ligada ao consumo cotidiano da leitura em livros. No entanto, os compromissos eram também objetos de alto valor social e jurídico, pois garantiam e consolidavam a existência, os privilégios e os regulamentos de determinada irmandade. Como vimos, a rica ornamentação desses textos remete a própria natureza laico-religiosa daquele tipo de organização social, fazendo dos compromissos peças fundamentais. Fica, portanto, reforçada a atuação de Isidoro voltada ao uso cerimonial e esporádico de livros, mas também, à produção de objetos socialmente valorizados.

75 José Pedro Paiva, “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)”, *Revista de História das Ideias*, n. 15, 1993, p. 117-146.

Confirma-se também aqui um padrão de atuação, pois, a exemplo dos documentos jesuíticos, um compromisso poderia manter-se oculto aos poderes fiscalizadores da metrópole.

O uso político da impressão deste documento também deve ser levado em consideração. Nesse caso, além dos próprios irmãos do Rosário que, podemos imaginar, viam com bons olhos o registro impresso de sua irmandade, é preciso considerar os interesses políticos do bispo e do próprio tipógrafo. Em 1748 foi criado o bispado de Mariana, retirando a rica população das Minas da jurisdição episcopal do Rio de Janeiro. Não por acaso, Desterro Malheiro dificultou a oficialização do novo bispado e a posse de D. frei Manoel da Cruz⁷⁶. A impressão de um compromisso originário da região de conflito de jurisdição pode ter sido um meio pelo qual Desterro Malheiro buscava manter a dependência das Minas com a diocese do Rio de Janeiro. Sabe-se que desde o século XIII a fundação de confrarias era uma assunto da jurisdição episcopal e sua fundação dependia exclusivamente do consentimento dos bispos. Desde o final do século XVII as confrarias deveriam também prestar contas ao bispo local de sua administração. A fundação dessas sociedades e a produção de livros manuscritos, não concorriam como uma ameaça aos poderes estabelecidos. No entanto, a autorização para um livro de compromisso impresso significava a relativa ousadia do bispo Malheiro. Por sua vez, a disponibilização da oficina aos objetivos políticos episcopais fortalecia a relação entre Isidoro da Fonseca e o bispo, um dos únicos capazes, por sua autoridade eclesiástica, de oferecer ao impressor, além da demanda por impressos, proteção política para a sua atividade na América⁷⁷.

O caso de *Exame de Bombeiros ...*, livro de Pinto Alpoim, é uma questão à parte. Precisamos esclarecer que novas informações impõem uma revisão ao caso. Acreditamos que podem ser reabilitadas algumas dúvidas a respeito do envolvimento de Isidoro da Fonseca com a obra. *Exame de Artilheiros ...*, de 1744, primeira obra do engenheiro militar, e *Exame de Bombeiros ...*, de 1748, foram ambas aprovadas por todas as instâncias da censura portuguesa, a primeira com um importante elogio do famoso engenheiro-mor do reino Manuel Azevedo Fortes, que declarou: “tão útil a doutrina de que trata, e tão pouco o que dela se acha escrito em nosso Idioma”. *Exame de Artilheiros ...*, por sua vez, foi o primeiro livro de formação técnica com o ensino de níveis elementares de matemáti-

76 Íris Kantor, *Pacto Festivo em Minas Colonial*, São Paulo, Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 1996 e da mesma autora: “Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada”, István Jancsó & Kantor (orgs.), *Festa. Cultura e sociabilidade na América portuguesa*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 2001, v. I, p. 169-180. Ver também o estudo clássico de Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder*, São Paulo, Ática, 1986. Sobre a posse do novo bispo em Mariana ver, entre outros, Affonso Ávila, *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*, São Paulo, Perspectiva, 1980.

77 Georgina Silva dos Santos analisa o compromisso dos irmãos de São Jorge refeito em Lisboa, após o terremoto, em 1782. Examina as dimensões materiais do documento manuscrito e ricamente iluminado, ostentando a célebre imagem do santo guerreiro. Este compromisso seria composto por 35 capítulos, sucedidos por outros 22, que compunham os seus Estatutos Gerais. *Ofício e Sangue: A irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa moderna*, Lisboa, Colibri, 2005, p. 168-177. Ver também: Antônio Xavier de Souza Monteiro, *Manual de Direito Ecclesiástico Parochial para uso dos Parochos ...*, 1874, p. 555-568, apud Santos, op. cit., p. 170.

ca, escrito a partir das práticas militares no Rio de Janeiro e aprovado pelos poderes censores metropolitanos. Por isso, é uma edição “histórica”. Após ser examinado, liberado pela censura e impresso, sofreu perseguição e foi mandado recolher pelo juiz da “Alfama”, sob a argumentação de que desrespeitava a hierarquia das patentes militares⁷⁸.

A censura e a perseguição sofridas por *Exame de Bombeiros ...*, comprovadamente impresso em Lisboa, parecem ter sido mais um capítulo da relação profissional turbulenta entre os técnicos engenheiros que estudavam a cidade *in loco* e aqueles que o faziam na capital do reino. Os conflitos geralmente derivavam do fato de questões locais serem decididas, na maior parte das vezes, em Portugal, pelo Conselho Ultramarino. O que dificultava a ação dos técnicos localizados no Rio de Janeiro, ao submeterem as decisões a questões palacianas da corte, ante o desconhecimento desta das necessidades e deficiências específicas da segurança e da atividade construtiva militar local. É bem provável que a impressão do livro de Alpoim tenha causado desconforto entre os engenheiros militares baseados na metrópole, desencadeando a reação censora⁷⁹.

Num ato de audácia do engenheiro militar, este também submeteu em 1748 seu segundo livro, *Exame de Bombeiros ...* a mesma tríplice censura. Talvez tivesse certeza de sua aprovação, como de fato ocorreu. Mas a experiência com o livro anterior mostrava que, ainda que cumprisse com todas as obrigações e mesmo sob elogios e proteção de gente importante, não era seguro imprimir em Lisboa. Esse segundo livro de 1748 apresenta inclusive uma resposta explícita à censura do livro de 1744, no prefácio intitulado “Ao leitor malévolo”, dirigindo-se “aos invejosos que o vituperam” os quais eram “em maior número do que os que o louvam”⁸⁰. Talvez pelas razões que elencamos essa obra exiba um frontispício falso, indicando ter sido impressa em Madri. Por isso torna-se um livro diferente do anterior e dos demais impressos, com certeza surgidos no prelo de Isidoro da Fonseca. Se o impressor esteve envolvido na produção dessa obra, foi sob o signo da ilegalidade, algo diferente das demais que exibiam de modo claro sua impressão no Rio de Janeiro.

Creemos que, se *Exame de Bombeiros ...* foi impresso por Isidoro da Fonseca, uma obra tramada para enganar as autoridades, tal fato ocorreu com êxito, pois ninguém viu-se punido ou prejudicado por essa publicação. É certo que dificilmente desvendaremos seu local de impressão, quase três séculos depois. Mas chamamos a atenção para o fato de que, estando Antônio Isidoro no Rio de Janeiro em 1749, em data posterior a todas as licenças adquiridas por *Exame de Bombeiros ...* em 1748, ciente da repressão régia, mas antes da notificação inquisitorial e com o provável apoio de Gomes Freire de Andrade, é plausível que o segundo livro de Alpoim tenha sido impresso no Rio de

78 Alpoim, *Exame de Artilheiros ...*, op. cit., p. 43-44 e p. 7-13.

79 Conduru, op. cit., p. 115-120.

80 Alpoim, *Exame de Artilheiros ...*, op. cit., p. 7-13.

Janeiro com o endereço falso de Madri. Se não foi produzido integralmente no Rio, algo suscitado pela qualidade de impressão apresentada, pode-se supor que partes importantes à falsificação, como a capa e as indicações de local de impressão, possam ter sido acrescentadas posteriormente. O mesmo pode ser pensado para o longo preâmbulo, composto de cartas de apoio ao engenheiro militar e de um texto dedicado a responder aos que, segundo o próprio autor, o vituperavam. Conjecturamos que esse preâmbulo, por seu conteúdo, fosse bem mais conveniente de ter sido impresso no Rio de Janeiro do que em Lisboa. Enfim, ainda há elementos que deixam em aberto a possibilidade de participação de Antônio Isidoro da Fonseca na impressão de *Exame de Bombeiros ...*⁸¹

Quanto aos seus usos, eles também diferem dos das demais obras atribuídas a Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro. Apesar de ligado à elite fluminense, trata-se de uma obra de Pinto Alpoim, usada para a instrução de militares. A estrutura de ambas as publicações do engenheiro-militar, baseada em perguntas e repostas, remete ao uso daquele que instruía as matérias de que tratava. Ou seja, o livro não parece destinado a todos os alunos em exercício de leitura interior, mas aos mestres que liam em voz alta nas aulas. Sublinhamos que as obras de José Fernandes Pinto Alpoim editadas em 1744 e 1748 são documentos notáveis de instrução técnica, atualizados ao “renascimento da engenharia portuguesa”⁸². Modernas, as apreciadas contribuições de Alpoim às questões militares podem ter incomodado alguns poderes em Lisboa.

Por outro lado, o fato de ser a continuação de um livro tão útil, como previu Azevedo Fortes para *Exame de Artilheiros ...*, o crescimento das questões militares no sul, a necessidade de treinamento da tropa e a comprovada permanência de Antônio Isidoro no Rio de Janeiro até 1749, são fortes indícios, como vimos, da possível impressão de *Exame de Bombeiros ...* no Rio. Mas, sobretudo, também faz-se preciso diluir a possível ingerência de Gomes Freire de Andrade na questão. Se ela existiu, devia-se menos a suas aspirações e qualidades individuais e mais à histórica presença das Aulas de Fortificações e seus engenheiros militares na cidade, bem como a necessidades urgentes advindas dos conflitos nas fronteiras ao sul da América lusa.

Com pesquisa concentrada em Salvador e no Rio de Janeiro, Silvia Hunold Lara, apesar de priorizar a segunda metade do século XVIII, realiza uma importante leitura política do espaço urbano ao relacionar escravidão, cultura e poder. A historiadora destaca o espanto de viajantes e autoridades ante o aumento do número de cativos, mas sobretudo dos forros, que naquelas cidades desequilibravam as estruturas de poder vigentes, impondo novos desafios sociais. Não obstante, Lara também trabalha com a teatralização do poder ao lidar com as festas realizadas nas duas maiores cidades da Amé-

81 Rocha de Almeida, op. cit., p. 52.

82 Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, op. cit., p. 7-13.

rica portuguesa setecentista. Analisa assim as transformações da sociabilidade urbana por meio dos planos de engenheiros militares, dos relatos festivos e até mesmo de cerimônias de execução.

Nesse estudo emerge a ideia de uma sociedade altamente hierarquizada, confirmada pelas leis pragmáticas, pelas ordenações ou ainda pela ostentação. Nessa sociedade escravista, os jesuítas, por exemplo, também apoiavam o cativo de africanos. Por sua vez as festas em louvor ao poder régio são lidas pela historiadora com o foco na participação dos escravos, os chamados “espetáculos negros”. Silva Lara conclui que, paradoxalmente, a historiografia tem se dedicado ao estudo da escravidão, mas pouco tem refletido sobre os significados da liberdade, tema que, à época, teria ocupado corações e mentes. Embora não tenhamos tratado dessa dimensão escravista da cidade, o trabalho de Lara, ao conjugar diferentes filiações historiográficas para a compreensão de um determinado contexto, inspirou-nos sobre a possibilidade de conectar diferentes historiografias⁸³.

Nesse Rio de Janeiro plural, tentamos evidenciar a trajetória de nosso tipógrafo. Na revisão histórica do episódio tratado, procuramos demonstrar que a fundação de uma tipografia, apesar de efêmera, foi um acontecimento historicamente complexo e intimamente ligado à evolução do Rio de Janeiro durante os primeiros 50 anos do século XVIII. Encontramos nas tendências de urbanidade da vida cotidiana da maioria da população e nos esforços civilizatórios de parcelas da sociedade, as raízes do contato, cada vez mais frequente, de várias camadas sociais com expressões da cultura letrada europeia. Nesse sentido, apontamos especificamente os usos públicos e perpassados pela oralidade - característica fundamental da circulação da cultura letrada europeia e portuguesa na Idade Moderna - dos textos escritos, manuscritos ou impressos, em eventos e cerimônias ocorridos na cidade. Através desse exercício vislumbramos a construção de uma narrativa renovada dos fatos, mais livre de interpretações que limitavam a implementação daquela tipografia a arroubos visionários de figuras singulares da história nacional.

Creemos que, independente das interferências dos poderes locais, Antônio Isidoro da Fonseca teria se dirigido ao Rio de Janeiro porque alimentava esperanças, ou estava certo, de que a cidade, por suas características históricas, sua população e sua ascensão a ponto estratégico no centro-sul da América durante o século XVIII, comportaria um tipografia e demandaria consumo de impressos. Conforme argumentação do próprio tipógrafo, ao suplicar permissão ao Conselho Ultramarino para retornar ao Rio de Janeiro ou Bahia, Isidoro da Fonseca pretendia contribuir para a “utilidade publica por não haver naquelas partes outra impressão”. Entre outras questões, como a necessi-

83 Silvia Hunold Lara, *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007 e da mesma autora: “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”, Bicalho & Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.), *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 21-38.

dade de justificar seu pedido, o impressor apresentava, mesmo implicitamente, a existência de demandas regulares por impressos na América. Além, é claro, de deixar evidente a vontade de estabelecer-se num mercado sem concorrentes locais.

Conclusão

Num estudo marcante, Robert Darnton explora a narrativa, feita por um operário em meados do século XVIII, sobre seu estágio numa gráfica em Paris no fim da década de 1730. A vida dura de um aprendiz de tipógrafo incluía, segundo o relato, um quarto sujo e gelado, longas jornadas de trabalho e pouca comida. Enquanto os aprendizes Jerome e Léveillé trabalhavam à exaustão, a esposa do patrão passava seus dias a adorar os gatos da propriedade. Mandava pintar retratos dos felinos que, bem alimentados, infernizavam a vida dos rapazes. Pelas artimanhas de Jerome e Léveillé, os patrões convenceram-se de que estavam enfeitiçados e, para a alegria dos empregados, mandaram que eles se livrassem dos gatos da oficina. Recomendaram porém, que poupassem a gata preferida de *Madame*, “la Grise”. No entanto Grise foi a primeira a morrer com um golpe de barra de impressora que partiu-lhe a espinha, antes que os outros animais tivessem a mesma sorte. Os patrões, ao verem o resultado do massacre, teriam ficado estupefatos e perceberam, ante a morte de tantos bichanos, que a fúria da ação revelava algumas tensões sociais sufocadas naquele terrível ambiente de trabalho. Através do brilhante exemplo do massacre de gatos na Paris do século XVIII, quando os aprendizes de uma tipografia revoltaram-se contra seus chefes, Darnton destaca o forte simbolismo dessas relações numa sociedade de Antigo Regime. Algo bastante diferente do mundo da imprensa contemporânea¹.

Nesta dissertação não conseguimos adentrar o cotidiano de uma oficina tipográfica no Rio de Janeiro na mesma época. Contudo, realizamos o movimento inverso e focamos nossa atenção no ambiente que circundou a atividade de reprodução de textos naquela cidade. Também repletas de simbolismos, as relações firmadas entre o profissional da imprensa e vários dos potentados locais forneceram-nos boas perspectivas do contexto político e cultural da época. As palavras escritas são signos das relações de poder na cidade colonial da América, como na cidade das letras de Angel Rama. Este trabalho que ora concluímos compreende as consequências das formas de materialização das letras. Os documentos impressos no Rio de Janeiro entre 1747 e 1748 foram aqui abordados não propriamente por seus conteúdos, mas, sobretudo, pelo modo como foram transformados em impressos, adquirindo novos significados. Através deles resgatamos os desdobramentos culturais e políticos da existência de uma tipografia na América portuguesa².

1 Robert Darnton, *O Grande Massacre de Gatos. E outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, p.103-139.

2 Angel Rama, *A Cidade das Letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

Fontes e bibliografia

1. Fontes Manuscritas:

1.1. Biblioteca Nacional do Brasil– Rio de Janeiro

Carta régia a Gomes Freire de Andrada ordenando o sequestro das letras de imprensa que fossem encontradas nos limites de seu governo e a notificação a seus donos e aos oficiais de imprensa para que não imprimissem livros, obras ou papéis, sem embargo de quaisquer licenças que tivessem. 10/05/1747. Seção de Manuscritos, cota: II-34,23,001 n°050.

1.2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa

Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado, ao Conde de Alva, Vice-Rei da Índia, para que não consinta estabelecimento de alguma das ditas imprensas nesse Estado. Governo do Estado da Índia, Livros das Monções, n.127, f. 415 [51]. Cota: PT/TT/GEI/1/27.

Correspondência expedida pela Inquisição de Lisboa para o Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1748. Fundo Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 22, fls. 405v e 406. Cota: PT-TT-TSO-IL-008-0022_m0814 e PT-TT-TSO-IL-008-0022_m0815.

Denúncia do comissário do Santo Ofício no Rio de Janeiro, padre doutor José de Souza de Araujo, dirigida ao Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa, dando conta de que há “impressão nesta cidade. Fundo do Santo Ofício, Ordens do Conselho Geral, Inquisição de Lisboa, Livro 817, fls. 302 e 302v. Cota: PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1061 e PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1062

Notificação aos impressores de 12 e 17 de março de 1749. Advertência emitida pelo comissário do Santo Ofício do Rio de Janeiro aos próprios impressores, seguindo as instruções determinadas por Lisboa. Fundo Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, livro 301, fl. 349, 1723-1749. Cota: PT-TT-TSO-IL-030-0301_m0720.

Parecer da Mesa da Inquisição de Lisboa de 13 de março e 23 de abril de 1748. Fundo do Santo Ofício, Ordens do Conselho Geral, Inquisição de Lisboa, Livro 817, fls. 303-303v. Cota: PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1059 e PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1060.

1.3. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

Petição dos Livreiros ao Conselho Ultramarino de Lisboa em 1754, solicitando permissão para a formação de uma corporação de ofício. Coleção Castro Almeida, Rio de Janeiro, n. 18.929 – 18.936 (5.5.1755).

Requerimento de António Isidoro da Fonseca ao Rei [D. João V] em que pede licença para voltar a estabelecer uma imprensa nas cidades do Rio de Janeiro ou da Baía. Indeferido por despacho de 25 de Maio de 1750, Rio de Janeiro, cat. 14762 Ver: <http://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2009/03/primeira-imprensa-joanina-no-brasil.html>.

Ordem régia de 10 de maio de 1747, Rio de Janeiro, Coleção Castro Almeida,

2. Fontes impressas

2.1 Obras impressas por Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro

ANÔNIMO. *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Capella de S. Gonçalo das Catas Altas final da freiguesia de Santo [A]ntonio Da [It]a Brava.* Rio de Janeiro: Na [segund]a oficina [de]Antoni[o] Isidoro [da] Fonseca, Anno de M.DCC.LX[VIII].

ANÔNIMO. *Em aplauso Do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor. D. Frey Antônio do Desterro Malheyro Digníssimo Bispo desta Cidade,* s/d, atribuído à segunda oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1747.

CUNHA, Luiz Antônio Rosado da. *Relação da entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendíssimo senhor D. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747 havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola donde por nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontifica, foy promovido para esta Diocesi. Composta pelo Doutor Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, Capellas, e Resíduos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Na Segunda oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de M.DCC.LXVII.

FARIA, Francisco de. *Conclusiones metaphysicas de Ente Reali, præside R.P.M. Fracisco de Faria Societatis Jesu. Lectore defendas offert Francisco Fraga Exprædicta societate aprobante R.P.M.*

Joannes Boregis studiorum Generalum decano. Flumini. Januari Et secunda Typographia Antonii Isidorii da Fonseca // Anno Domini M.DCC.LXVII.

MENDES, Valentim. *Dissertationes Theologicas de merito justi ad quaest. d. thomae ii4. i. 2. praeside R. P. ac Sap. Magistro Valentino Mendes Societatis Jesu Primario Sacrae Theologiae Professore, discutiendas offert Franciscus da Sylveira ejusdem societatis suo 2. theologiae anno in Aula Theologica Collegii Bahiensis die hujus mensis, ac vespertinis scholarum horis: Approbante R. P. ac Sap. Magistro Emmanuele de Sequeira Sstudiorum Generalium Rectore. quaestio gratiosa ex theotocologia deprompta: utrum bma. virgo deipara nobis promeruerit omnes gratias excitantes, adjuvantes, ac dona omnia supernaturalia justificationem subsequantia? Affirmative.* Flumini Januari, Et secunda Typis Antonii Isidorii da Fonseca, Anno Domini M.DCC.LXVII.

2.2. Outras fontes impressas

ALPOIM, José Fernandes Pinto. *Exame de artilheiros*, Lisboa: na nova oficina de Jozé Antonio Plates, anno de M.DC.LXIV.

_____ *Exame de bombeiros*. En Madrid, em la oficina de Francisco Martinezabad, año de M.DCC.XXXXVIII.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana, histórica, crítica e chronológica na qual comprehende a noticia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o tempo presente ...* Lisboa, Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca; (t.1), e de Inácio Rodrigues (t. 2-4), 1741-1759.

2.3. Fontes em periódicos

Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) Volumes 50, 83 e 92.

3. Obras de Referência

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de. *Dicionário de autores no Brasil colonial*, Lisboa: Colibri, 2003.

ALPOIM, José Fernandes Pinto. *Exame de artilheiros – 1744*, reprodução fac-similar como nota biográfica e análise crítica de Paulo Pardal, Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1987.

BAIÃO, Antônio. “A censura literária inquisitorial”, *Boletim da Segunda Classe da Academia Das Ciências*, Lisboa, v. 12, 1918.

_____ “A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídio para a sua história”, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, v. IV, 1906 e v. V (1907).

_____ ”A inquisição em Portugal e no Brasil”, *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, t. IX 1920.

BELO, André (org.) *Bibliotheca lusitana* (versão em CD-ROM), Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Biblioteca Nacional, s. d. 4v.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português, & latino*, Lisboa – Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712.

GAUZ, Valeria (org.). *Portuguese and brazilian books in the John Carter Brown Library 1537 to 1839*, Providence: The John Carter Brown Library, 2009.

GERMES, Hélder. (org.), *Oriente, Engenho e Arte: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste*, São Paulo: Alameda, 2004

HORCH, Rosemaerie E. “Catálogo dos folhetos da coleção Barbosa Machado”, *ABN-RJ*. 1974 a 1998, v.92, 8 tomos.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia, 2000, 10v.

_____ *Monumenta Brasiliae (1538-1568)*, Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1936-1938.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “As novas fronteiras do Brasil”, Bethencourt, Francisco & Chaudhuri, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

MORAES E SILVA, Antonio. *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa: Tipografia Lacerdina, s/d.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

_____ *Bibliografia Brasiliana, edição revista e ampliada*, Los Angeles: UCLA, 1983, 2v.

Bibliografia Brasileira. Livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial, São Paulo, Edusp, 2010.

MOUTINHO, Stella.; PRADO, Rúbia Bueno do. & LONDRES, Ruth. *Dicionário de Artes Decorativas & Decoração de Interiores*, Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

PACHECO, Félix. *Duas charadas bibliográficas*, Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1931.

RATTNER, Jair Norberto. *Levantamento das obras impressas por António Isidoro da Fonseca existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*, Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v.

SILVA, Inocência Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História do geral do Brasil*, São Paulo-Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia, 1981, 3v.

4. Livros, artigos e teses

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMADA, Márcia. *Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: compromissos de irmandades mineiras, século XVIII*. Belo Horizonte: Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Vivendo à lei da nobreza nas Minas setecentistas: uma discussão sobre estatuto social na América portuguesa*, <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/carlamariadecarvalhoalmeida.pdf>.

ÁLVAREZ, Bouza. “Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”, *Cultura: Revista de história e teoria das ideias. Livros e cultura escrita*, Brasil, Portugal, Espanha: v. XIV, IIª série, 2002.

Corre Manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro, Madri: Marcial Pons, 2001.

_____ *Imagem e Propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madri: Akal, 1998.

_____ “Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita no séculos XVI e XVII”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, n. 9-10, outono de 2001-primavera de 2002.

_____ *Del Escribano a la Biblioteca*, Madri: Síntesis, 1992.

_____ *Imagen y Propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*, Madri: Akal, 1998.

_____ “Para qué imprimir. De autores, público impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”, *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 18, Universidad Complutense de Madrid, 1997.

_____ *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura e representações (1580-1668)*, Lisboa: Cosmos, 2000.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

ÁVILA, Affonso. *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*, São Paulo: Ebrasa, 1972.

BELO, André. *Nouvelles d’Ancien Régime: la Gazeta de Lisboa et l’information manuscrite au Portugal (1715-1760)*, Paris: tese de doutorado em história, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____ “O que significava ser cidadão nos tempos coloniais”, Martha Abreu & Rachel Soihet (orgs.), *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

BOSCHI, Caio. “Sociabilidade religiosa laica: as irmandades”, Bethencourt, Francisco. & Chaudhuri, Kirti. (orgs.). *História da Expansão Portuguesa. O Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. III.

- _____ “A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 4, n. 7, 1991.
- _____ *Os Leigos e o Poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCI, Caio. “Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil”, Bethencourt & Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa. O Brasil na balança do império (1697-1808)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ed., 2000.
- _____ *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____ *O Império Colonial Português (1414-1825)*, Lisboa: Edições 70, 1981.
- BRAGANÇA, Aníbal. *António Isidoro da Fonseca, frei Veloso e as origens da história editorial brasileira*, Comunicação apresentada no XXX Congresso de Ciências da Comunicação – Santos: 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.
- _____ “Uma introdução à história editorial brasileira”, *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, v. XIV, II série, 2002.
- _____ & ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*, São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- CALAINHO, Daniela. *Agentes da Fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2006.
- CAMPOS, Fernando Arruda. “Uma Disputa Escolástica no século XVIII”, *Revista Brasileira de Filosofia*, Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 17, 1967, p. 203-208.
- CARDIM, Pedro. “A Casa Real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade dos Seiscentos”, *Tempo*, v. 7, n. 13, julho 2002.
- CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *Os Jesuítas diante de ‘O Verdadeiro Método de Estudar’: conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c.1740-1760)*, Niterói: dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2004.

CARVALHO, Anna Maria Monteiro. “Real Colégio de Jesus (ou das Artes) da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, *Revista Barroco 17*, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1996.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1990.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, Saraiva/Edusp, 1978.

CASTAÑEDA, Carmem. “Censura y universidad en la Nueva España”, Sánchez, Carlos Alberto González. & VILAR, Enriqueta Vila. (orgs.), *Grafiyas del Imaginario. Representaciones culturales en España y América (siglos XVI – XVIII)*, México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750*. São Paulo: Hucitec, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. *A cidade do Rio de Janeiro no tempo de Júbilos da América*, Palestra da mesa-redonda “250 Anos da publicação de Júbilos da América”, realizada na Academia Brasileira de Letras, em 12 de agosto de 2004. <http://www.academia.org.br/abl/media/RB-46-PROSA2.pdf>.

_____. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*, Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*, Ed. UNESP, Imprensa Oficial, 1998.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília, Ed. UnB, 1994.

_____. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*, Casa da Palavra, 2000.

_____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*, 2007 Ed. UNESP.

_____.; MARTIN, Henri-Jean et VIVET, J.-P., dir. *Histoire de l'Édition Française*, Paris: Promodis, 4vols., 1983-1986.

- _____ (Dir). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*, Lisboa: Difel, 1998.
- _____ *Culture écrite et société. L'ordre des livres (XIV-XVIII)*, Paris: Albin Michel, 1996.
- _____ “L'Ancien Régime Typographique: reflexions sur quelques travaux récents,” *Annales ESC*, 36 (1981).
- _____ *Le livre en révolutions*, Paris: Textuel, 1997.
- _____ *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, São Paulo. Ed. UNESP, 2004.
- _____ *Práticas da leitura*, Estação Liberdade, 1996.
- _____ *Formas e sentido: cultura escrita: entre distinção e apropriação*, ALB, Mercado de Letras, 2003.
- _____ *Práticas de leitura*, São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____ & ARIES, Philippe. *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, São Paulo: Companhia das Letras. 1991. Vol 3.
- _____ & CAVALLO, G. (ed.) *Histoire de la lecture dans le monde occidental*, Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- CONDURU, Roberto. “Engenho e arte: arquitetura militar no Rio de Janeiro setecentista”, *Barroco*, v. 17, 1996.
- CURTO, Diogo Ramada. “A história do livro em Portugal: uma agenda em aberto”, *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, n. 9-10, outono de 2001–primavera de 2002.
- _____ *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- DARNTON, Robert, *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime* Companhia das Letras, 1987.
- _____ *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*, Companhia das Letras, 1992.
- _____ *O Iluminismo como negocio: historia da publicação da "Enciclopedia", 1775-1800*, Companhia das Letras, 1996.
- _____ *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, Companhia das Letras, 1998.
- _____ *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*, São Paulo: EDUSP, 1996.

_____ *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*, São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____ *Gens de Lettres, gens du livre*, Paris: Odile Jacob, 1992.

_____ *The Corpus of Clandestine Literature in France, 1769-1789*, Londres, W.W. Norton and Company, 1995.

_____ *L'Aventure de l'“Encyclopédie” Un best-seller des Lumières*, Paris: Librairie Académique Perrin, 1979.

DINES, Alberto. “Aventuras e desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca”, Falbel, Nachman, Milgram, Avraham e Dines, Alberto, (Org.) *Em Nome da Fé: estudos in memoriam de Elias Lipiner*, São Paulo: Perspectiva, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____ *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____ *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70, 1980.

_____ *O processo civilizador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.

ELLIOTT, John H. *Imperial Spain 1469-1716*, London, Penguin Books, 1990.

_____ *Estudos de História do Livro*, Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

FARIA, Simone Cristina de. “As redes dos “homens do ouro” das minas: em busca de prestígio e legitimação do mando”, *Mnemosine Revista*, v. 1, nº 1, jan-jun 2010.

FEBVRE, Lucien. & MARTIN, Henry-Jean. *O Aparecimento do Livro*, São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1992.

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto, 1555-1800*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

_____ *O Paço da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, 1984.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, “Quando os motins se tornam inconfidências: prática política e ideias ilustradas na América portuguesa (1640-1817)”, Menezes, Lená Medeiros de., Rollemberg, Denise. e Filho, Oswaldo Munteal (orgs.). *Olhares sobre o político – Novos ângulos, novas perspectivas*, Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, 2002.

- _____. “O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”, Furtado, Júnia Ferreira. (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2001.
- FRAGOSO, João & BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. et alii (org). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória, EDUFES; Lisboa: ICT, 2006.
- _____. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GONÇALO, Nuno F. Monteiro; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da.(org). *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sórias, 2005.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- HESPANHA, Antônio Manuel. “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime”, *Ler História*, n 8. 1986, pp. 35-60.
- _____. “Una historia de textos”, VALIENTE, F. Tomás y. Et alii. *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*, Madrid, Alianza, 1990.
- _____. (coord.) MATTOSO, José (Dir). *Historia de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4.
- _____. *As vésperas do Leviathan*, Coimbra: Almedina, 1994.
- _____. *História de Portugal Moderno Político e Institucional*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- _____. *Poder e instituições no Antigo Regime*_(coletânea de textos), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

- Histoire de la bibliothèques françaises*, Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1988-1992, 4v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- JOUHAUD, Christian & VIALA, Alain.(orgs.), *De la Publication: entre la Renaissance et Lumières*, Paris: Fayard, 2002.
- KANTOR, Íris. “As academias brasílicas e a transmissão da cultura letrada: os Esquecidos e os Renascidos (1724-1759)”, Ronaldo Vainfas & Rodrigo Bentes Monteiro (orgs.), *Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo: Alameda, 2009.
- _____. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *Pacto Festivo em Minas Colonial*, São Paulo: Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. & JANCSÓ, István (orgs.). *Festa: cultura & sociabilidade na América Portuguesa*, São Paulo: Hucitec, EDUSP, 2001.
- KONETZKE, Richard. *La Découverte de l’Amérique. Esquisse d’une synthèse. Conditions historiques et conséquences culturelles*, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.
- LAMEGO, Alberto. *O homem e a Guanabara*, Rio de Janeiro: IBGE/CG, 1964.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”, Bicalho, Maria Fernanda Baptista. & Ferlini, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005.
- LEÃO, Francisco G. Cunha Leão. “Notas bibliográficas. A primeira imprensa Joanina no Brasil. A oficina de António Isidoro da Fonseca (Act. 1728-1750?)”, http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm.
- LEME, Paulo. “Um novo título oriundo do prelo brasileiro de António Isidoro da Fonseca”, Boletim do Património Arquivístico Comum, Direção-Geral de Arquivos Portugueses, nº 12, janeiro-

março de 2010. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/DGARqBolt-12.pdf>. Acesso em 24/03/2012.

LISBOA, João Luis (org). *Cultura Revista de História e Teoria da Idéias. Livro e Iconografia*, Lisboa: Centro de História da Cultura, V-XXI, II série, 2005.

_____ & REIS MIRANDA, Tiago C. P. dos. “A cultura escrita nos espaços privados”, Nuno Gonçalo Monteiro (org.), José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal, A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MALESHERBES. *Mémoire sur la librairie. Mémoire sur la liberté de la presse*, Presentation de Roger Chartier, Paris: Imprimerie Nationale, 1994.

MAROCCI, Giuseppe. *L’Invenzione di un Impero. Politica e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*, Roma: Carocci, 2011.

MARTIN, Henri-Jean. & VÉZIN, J. *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit*, Paris: Édition du Cercle de la Librairie, 1990.

_____ *Histoire et pouvoirs de l’écrit*, Paris: Albin Michel, 2 ed., 1996.

_____ *Le livre français sous l’Ancien Régime*, Paris: Promodis-Édition du Cercle de la Librairie, 1987.

_____ *Livre, pouvoir et société à Paris au XVII^e siècle (1508 - 1701)*, Genève, Droz, 1969.

MARTINS, Maria Teres Esteves Payan_ *Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*, Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

_____ *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, (textos Universitários de Ciência Sociais e Humanas), Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Coimbra; Gráfica de Coimbra Ltda., Julho de 2005.

_____ (org.) *O debate Ideológico na censura pós-pombalina*, Lisboa: Verbo, 2011.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*, São Paulo: Anhembi, 1957.

_____ *O jornalismo antes da tipografia*, São Paulo, Nacional, 1977.

MEGIANI, Ana Paula. “Imprimir, regular, negociar, elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo Português (1500-1640)”, Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado & Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo: Alameda, 2009.

_____ “Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha – sécs. XV-XVII”, ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula (orgs.), *O Império por Escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2009.

_____ *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.

MELO, José Marques de Melo. *História Social da Imprensa*, Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O teatro da colonização. A cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde Bobadella (1733-1763)*, São Paulo: dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 1993.

_____ “Aparente e essencial. Sobre a representação do poder na Época Moderna”, Souza, Laura de Mello; Bicalho, Maria Fernanda & Furtado, Júnia. (org). *O Governo dos Povos*, São Paulo: Alameda, 2009.

_____ & CARDIM, Pedro. “Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado”, Monteiro, Rodrigo Bentes; Feitler, Bruno; Calainho, Daniela Buono & Flores, Jorge (orgs.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____ & LEITE, Jorge Miranda, “Os ‘manifestos de Portugal’. Reflexões acerca de um Estado moderno”, Martha Abreu; Rachel Soihet & Rebeca Gontijo (orgs.), *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra: Minerva, 2003.

PAIVA, José Pedro “O cerimonial da entrada dos Bispos nas suas Dioceses, uma encenação de poder (1741-1757)”, *Revista da História da Ideias*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p. 117-146.

_____*Os Bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*, (Os cadernos de cultura). Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Saúde, 1952.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*, São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Razão de Estado*” e administração: *Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro (1733-1748)*, Niterói: dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2006.

RIZZINI, Carlos, 1898-1972. *Livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822, com um breve estudo geral sobre a informação*, 1988.

RUSSELL-WOOD, A. J. *Um Mundo em Movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa: DIFEL, 1998.

_____*“Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”*, *Revista Brasileira de História*, v. 18, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-1750)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____*“Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no antigo regime português”*, Frago, João., Florentino, Manolo., Sampaio, Antônio Carlos Jucá de. & Campos, Adriana. (orgs.), *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.

SANTOS, Fabio Lobão Marques dos. *Entre Honras, Heróis e Covardes. Invasões francesas e disputas político-familiares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Niterói: Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

- SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício e Sangue: A irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa moderna*. Lisboa: Colibri, 2005.
- SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura*, Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Le Portugal au temps du Comte-Duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madri: Casa de Velázquez, 2001.
- SCHAWRTZ, Stuart B.. "Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna", Ronaldo Vainfas & Rodrigo Bentes Monteiro (orgs.), *Império de Várias Faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo: Alameda, 2009.
- SHILS, Edward. *Centers and Peripheries*, Chicago: The University Press of Chicago, 1975
- SILVA, Antônio José da. *As comédias de Antônio José, o Judeu: Vida de D. Quixote, Vida de Esopo, Anfitrião e Guerras de Alecrim*, introdução, seleção e notas de Paulo Roberto Pereira, São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-Colônia. (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói: tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- SMITH, Robert C. "Os engenheiros militares portugueses", *Arquitetura Jesuítica no Brasil*, São Paulo: FAU-USP, 1962.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1983.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- _____ (org) *História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- _____ *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- TAUNAY, Affonso de E. *De Brasiliae Rebus Pluribus*, Imprensa Official do Estado. São Paulo: SP. 1936.

TAVARES, Célia Cristina da Silva & FRANCO, José Eduardo. *Jesuitas e Inquisição: cumplicidade e confrontação*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno & LIMA, Lana Lage Gama (org) *Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2006.

_____*Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*, São Paulo: Annablume, 1999.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*, São Paulo: ANNABLUME, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Os livreiros, os ‘livros proibidos’ e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807)”, Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (org.), *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

_____*“O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”*, Mello e Souza, Laura de. (org.), Novais, Fernando A.. (dir.), *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1.

_____*A história do livro e da leitura no Brasil colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o romance*, <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/livroeleitura.pdf>.

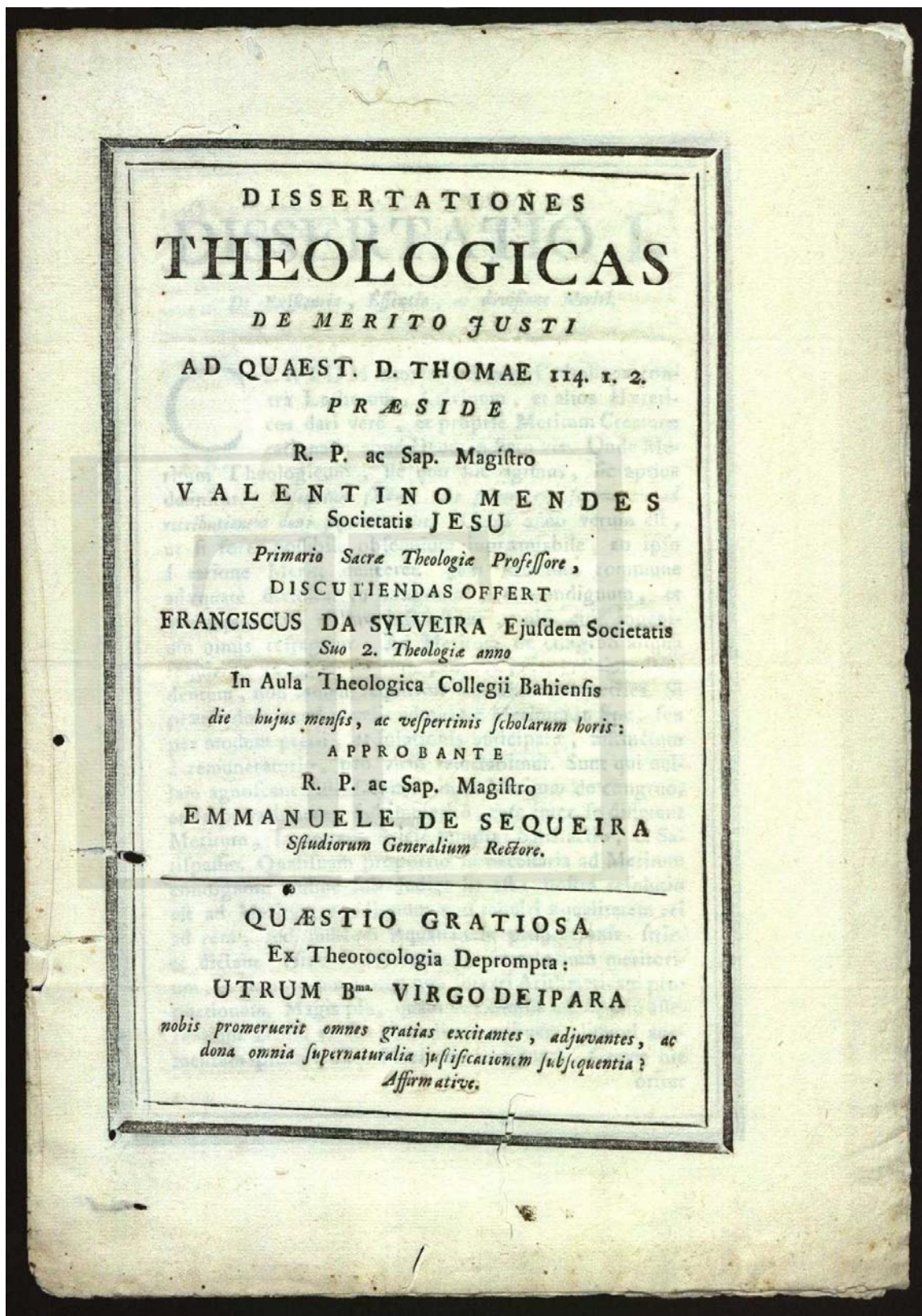
_____*“Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial”*, Mattoso, Kátia de Queirós. et alii (org.) *Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque "Aux temps Modernes: Naissance du Brésil"* Sorbonne: mars, 1997, Paris: Presses de l'Université de Paris, Sorbonne, 1998.

_____*Luzes, tradição e sedição em Minas Gerais (1789)*. Comunicação apresentada no Tenth International Congress on the Enlightenment, Dublin, 25-31 de julho de 1999.

WEHLING, Arno. *Os Júbilos da América e seu contexto histórico* Palestra da mesa-redonda “250 Anos da publicação de Júbilos da América”, realizada na Academia Brasileira de Letras, em 12 de agosto de 2004, <http://www.academia.org.br/abl/media/RB-46-PROSA2.pdf>.

Anexos

Anexo II



Anexo II (cont.)

ad idem ; et totum præmium ? Nostra resolutio est :
Merita mortificata integrè reviviscunt per penitentiam
ad totum essentielle præmium , seu ad eisdem gradus
gratiæ , et gloriæ , quos antea condignè promeruerant.

FLUMINE JANUARIIL.

Et Secunda Typis ANTONII ISIDORII DA FONSECA.

Anno Domini M. DCC. XLVII.

*Foraõ estas conclusões impressas , com licenças dos Senhores Com-
missarios do Santo Officio , da Cidade da Bahia , o M. R.
Doutor João de Oliveira , e o M. R. Doutor Francisco
Pinheiro.*

Indicação do local de impressão do *Dissertationes Theologicas...*

Anexo III

RELACAÕ
D A E N T R A D A Q U E F E Z
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR
D.F. ANTONIO
DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747.
havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por no-
miação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido
para esta Diocesi,

COMPOSTA PELO DOUTOR
LUIZ ANTONIO ROSADO
DA CUNHA
*Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e au-
zentes, Capellas, e Residos do Rio de Janeiro.*

*

RIO DE JANEIRO

Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONCECA.

Anno de M. CC. XLVII.

Com licenças do Senhor Bispo.

Anexo IV

Relação da Entrada do Bispo	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Coleção Barbosa Machado) Localização: Obras Raras – 24,1, 9	Biblioteca Nacional, microfilmado, Localização: OR 00057 [9] Cofre: [Exemplar repleto de marcas d'água. Entre os motivos que pudemos identificar está uma flor de liz coroada na primeira página do folheto, visível também na página 5. Existem outras marcas nas demias páginas, particularmente nas 17 e 18]	Coleção Brasileira, edição da internet, site: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03908100#page/30/mode/1up . Idêntica, como era de se esperar, da versão impressa. Mas contém todo o processo de licenciamento da obra.
Capa	"au-//zentes"; "Resíduos"; "Fonceca"; "Anno de M. DCC. XLVII."	"au-//zentes"; "Resíduos"; "Fonceca"; "Anno de M. DCC. XLVII."	"au-//zentes"; "Residos"; "Fonceca"; "Anno de M. CC. XLVII."
p. 3	"Relaçãõ" (o cidiha está gasto mais ainda é visível); "foy"; Ao final "2" e chamada "Lo"	"Relaçãõ"; "foy"; Ao final "2" e chamada "Lo"	"Relaçãõ"; "foy"; ao final "2"
p. 4			
p. 5	L1- "Povo"; L5 e L6- "Joseph Fer-// nandes Pinto Alpoim"; "A3"; L19- "denro"; L7 e 8- "Tenente de Mestre // de Campo General "	L1- "Povo"; L 5 e L6- " Joseph // Fernandes Pinto Alpoim" L19- "dentro"; L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"; ao final "3"	L1- "Povo"; L 5 e L6- "Joseph // Fernandes Pinto Alpoim" L19- "dentro"; L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"; ao final "3"
p. 6	L4- "Generaes"; L18- "Jozé"; L19- "Cabbido"	L4- "Generaes"; L18- "Jozé"; L19- "Cabido"	L4- "Generaes"; L18- "Jozé"; L19- "Cabido"
p. 7			
p. 8	L19- "oprimido;"; "difluxo"; L21- "povo"	L19- "oprimido;"; "difluxo"; L21- "Povo"	L19- "oprimido;"; "difluxo"; L21- "Povo"
p. 9	L.7 e 8- "e, // rogativa"; L8 e 9- "negocio // sem vexame do povo"; L9 e 10- "gran-//diosa ostentaçaõ"; L10 e 11- "os // veo o Doutor"; L14 "execucaõ (a letra u parece ser um 'o' adaptado, nesse exemplar é menos acentuada essacaracterística)"	L.7 e 8 - "e// rogativa"; L8 e L9- "negocio, // sem vexame do povo"; L9 e L10- "gran-//diosa ostentaçaõ"; L10 e 11- "os // veo o Doutor"; L14 "execucaõ (a letra u parece ser um 'o' adaptado, nesse exemplar é menos acentuada essacaracterística)"; ao final "A5".	L.7 e 8- "e ro-// galva"; L8 e 9- "negocio, sem // vexame do Povo"; L9 e 10- "grandio-// sa ostentaçaõ"; L10 e 11- "mo-// veo o Doutor"; L14 "execucaõ"; ao final da página temos "A5"
p. 10	L3- "fozer"; L15- "André", L17- "Cavllaria" L24- "hnma"	L3- "fozer"; L15- "André", L17- "Cavllaria" L24- "hnma"	L3- "fazer"; L15- "Andrè", L17- "Cavallaria" L24- "huma"
p. 11	L13- Estandar-//te; L16- "Jozé"	L13- Estandar-//te; L16- "Jozè"	L13- Estandar//te; L16- "Jozé"
p. 12	L1- "e a por-//ta"; L18- "pessoas"	L1- "e à por-//ta"; L18- "pessoas"	L1- "e à por-//ta"; L18- "possoas"
p. 13			
p. 14	L9- "só", L17- "formozura"	L9- "só", L17- "formozura"	L9- "sò", L17- "formosura"
p. 15	L9- "admiraçaõ , e de" ; L19- ", deprata," L23- "branda sera"	L9- "admiraçaõ , e de" ; L19- ", deprata," L23- "branda sera"	L9- "admiraçaõ e de" ; L19- ", de prata," L23- "branda sera (fera?)"
p. 16	L4- "5, palmos"; L12- "só"; L17- "Reverendissima"; L18 e 19 - "7. Arco , que // L20 e 21 "Justiças , // cuja"; L22 e 23 "a Minerva tan- // to";	L4- "5, palmos"; L12- "só"; L17- "Reverendissima"; L18 e 19 - "7. Arco , que // L20 e 21 "Justiças , // cuja"; L22 e 23 "a Minerva tan- // to";	L4- "50, palmos"; L12- "só"; L17- "R."; L18 e 19 - "7. Arco // que" L20 e 21 "Jus-// tiças ."; L22 e 23 "a Minerva // tanto";
p. 17	L12- "esperi-// tos"; L16- "Ma-// lheiras"; Chamada "Exce-"	L12- "espiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiros"; Chamada "Excel-"	L12- "espiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiros"; Chamada "Excel-"
p. 18	L23 e 24- "acompanhando o// Estandarte , a receber de sua Excellencia Re- // veren-"	L23 e 24- "acompanhando a// mesma osculaçaõ o Estandarte , a receber de // sua " (marca d'água)	L23 e 24- "acompanhando a// mesma osculaçaõ o Estandarte , a receber de // sua "
p. 19	L1e L2- "verendissima , a mesma osculaçaõ , participan-// do a mesma graça ." ; L18 "Sè"	L1e L2- "sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça ." L18 "Sé"	L1e L2- "sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça ." L18 "Sé"
p. 20	L5- "habita- //çaõ"; Chamada "EX-"	L5- "habita- //çaõ"; Não existe chamada para o texto da página seguinte.	L5- "habi- // ta(forã do enquadramento do texto)çaõ; Não existe chamada para o texto da página seguinte.
Licenças I			
Licenças II	"E(cap.)sta conforme o seu Original Col-//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747 // Christovão Cordeiro"	"E(cap.)sta conforme o seu Original Col-//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747 // Christovão Cordeiro"	"E(cap.)sta conforme o Original impres-//sso. Rio de Janeiro 7. de // Fevereiro de 1747. // Christovão Cordeiro".

Legenda:

L = Linha

p. = Página

Cores de fundo iguais = Páginas com mesmo conteúdo em exemplares diferentes

Células sem preenchimento = Páginas iguais em todos os exemplares consultados ou exemplares ainda não consultados

Tabela comparativa entre os exemplares do *Relação da Entrada...*

Anexo IV

Biblioteca do Itamaraty, Referência: L4 – L10 cimélio 394.46 (815.3), Ptr. 581-527. Edição encadernada em capa dura, tamanho in-fólio, com iluminuras. Obs.: existe a observação manuscrita na encadernação "Primeiro trabalho impresso no Rio de Janeiro e no Brazil!"	Universidade de Coimbra, referência: microf. 2-62; fotoc. 80. Edição Facsímile: Acta Reditiva I, Biblioteca Geral da U. De Coimbra, 1973.	John Carter Brown, fonte: http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/cunha_pt.htm .
"au-//zentes"; "Residuos"; "Fonceca"; "Anno de M.CC. XLVII".	"au-//zentes"; "Residuos"; "Fonceca"; "Anno de M. DCC. XLVII"	"au-//zentes"; "Residuos"; "Fonceca"; "Anno de M.CC. XLVII".
"Relaçãõ"; "foy"; Ao final "2" e chamada "Lo"	"Relaçãõ"; "Foy"; ao final "2"	"Relaçãõ"; "foy"; ao final "2"
L1- "Povo"; L19- "dentro"; L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"; ao final "3"	L1- "Povo"; L5 e L6- "Joseph Fer-// nandes Pinto Alpoim"; "A3"; L19- "denro"; L7 e 8- "Tenente de Mestre // de Campo General "	L1- "Povo"; L 5 e L6- "Joseph // Fernandes Pinto Alpoim" L19- "dentro"; L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"; ao final "3"
L4- "Generaes"; L18- "Jozê"; L19- "Cabido"	L4- "Generaes"; L18- "Jozê"; L19- "Cabbido"	L4- "Generaes"; L18- "Jozê"; L19- "Cabido"
L19- "oprimido;"; "difluxo"; L21- "Povo"	L19- "oprimido;"; "diCuxo"; L21- "povo"	L19- "oprimido;"; "difluxo"; L21- "Povo"
L7 e 8- "e ro-// gativa"; L8 e 9- "negocio, sem // vexame do Povo"; L9 e 10- "grandio-// sa ostentaçãõ"; L10 e 11- "mo-// veo o Doutor"; L14 "execuçãõ"; ao final "A5"	L7 e 8- "e, // rogativa"; L8 e 9- "negocio, // sem vexame do povo"; L9 e 10- "gran-//diosa ostentaçãõ"; L10 e 11- "os // veo o Doutor"; L14 "execuçãõ (a letra u parece ser um 'o' adaptado)"; ao final da página temos "A5".	L7 e 8- "e ro-// gativa"; L8 e 9- "negocio, sem // vexame do Povo"; L9 e 10- "grandio-// sa ostentaçãõ"; L10 e 11- "mo-// veo o Doutor"; L14 "execuçãõ"; ao final da página temos "A5".
L3- "fazer"; L15- "André"; L17- "Cavallaria" L24- "huma"	L3- "fozer"; L15- "André"; L17- "Cavilaria" L24- "huma"	L3- "fazer"; L15- "André"; L17- "Cavallaria" L24- "huma"
L13- Estandar//te; L16- "Jozê"	L13- Estandar-//te; L16- "Jozê"	L13- Estandar//te; L16- "Jozê"
L1- "e à por-//ta"; L18- "possoas"	L1- "e a por-//ta"; L18- "pessoas"	L1- "e à por-//ta"; L18- "possoas"
L9- "sò"; L17- "formosura"	L9- "sò"; L17- "formozura"	L9- "sò"; L17- "formosura"
L9- "admiração e de" ; L19- ", de prata," L23- "branda sera (fera?)"	L9- "admiração , e de" ; L19- ", deprata," L23- "branda sera"	L9- "admiração e de" ; L19- ", de prata," L23- "branda sera (fera?)"
L4- "50. palmos"; L12- "sò"; L17- "R."; L18 e 19 - "7. Arco // que" L20 e 21 "Jus-// tiças "; L22 e 23 "a Minerva // tanto";	L4- "5. palmos"; L12- "sò"; L17- "Reverendissima"; L18 e 19 - "7. Arco , que // " L20 e 21 "Justiças , // cuja"; L22 e 23 "a Minerva tan- // to";	L4- "50. palmos"; L12- "sò"; L17- "R."; L18 e 19 - "7. Arco // que" L20 e 21 "Jus-// tiças "; L22 e 23 "a Minerva // tanto";
L12- "espiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiros"; Chamada "Excel-"	L12- "espeiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiras"; Chamada "Exce-"	L12- "espiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiros"; Chamada "Excel-"
L23 e 24- "acompanhando a// mesma osculação o Estandarte , a receber de // sua"	L23 e 24- "acompanhando o// Estandarte , a receber de sua Excellencia Re- // veren-"	L23 e 24- "acompanhando a// mesma osculação o Estandarte , a receber de // sua"
L1e L2- "sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça.," L18 "Sé"	L1e L2- "verendissima , a mesma osculaçãõ , participan-// do a mesma graça.," ; L18 "Sé"	L1e L2- "sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça.," L18 "Sé"
L5- "habita- //çãõ"; Não existe chamada para o texto da página seguinte.	L5- "habita- //çãõ"; Chamada "EX-"	L5- "habi- // ta(forã do enquadramento do texto)çãõ; Não existe chamada para o texto da página seguinte.
Nesse exemplar as licenças estão encadernadas antes do texto da obra e não depois como os outros exemplares até agora pesquisados. L2- "a Relaçãõ"		
"E'(cap.)sta conforme o seu Original Col-//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747.// Christovão Cordeiro"	"E'(cap.)sta conforme o seu Original Col//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747.// Christovão Cordeiro"	"E'(cap.)sta conforme o seu Original Col//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747.// Christovão Cordeiro"

Legenda:

L = Linha

p. = Página

Cores de fundo iguais = Páginas com mesmo conteúdo em exemplares diferentes

Células sem preenchimento = Páginas iguais em todos os exemplares consultados ou exemplares ainda não consultados

Tabela comparativa entre os exemplares do *Relação da Entrada...*

Anexo IV

Exemplar da Catholic University Link: http://catalog.wrlc.org/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?v1=1&hd=1,1&CallBrowse=1&SEQ=20111101073819&PID=2R9CJ2BdxAzCmVQpzPssV5CqW2G&SID=2 ou http://catalog.wrlc.org/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?BBID=6637823	New York Public Library (Ford Collection). Exemplar 1, Referência: "KE 1747 (Cunha, L. A. R. da. Relação da entrada que fez o excellentissimo).site: http://nypl.bibliocommons.com/item/show/14971098052_relaa_da_entrada_que_fez_o_excellentissimo	New York Public Library (Ford Collection). Exemplar 2, Referência: "KE 1747 (Cunha, L. A. R. da. Relação da entrada que fez o excellentissimo. 1247) . site: http://nypl.bibliocommons.com/item/show/14606638052_relaa_da_entrada_que_fez_o_excellentissimo_e_reverendissimo_senhor_d_fr_antonio_do_desterro_maiheyro_bispo_do_rio_de_janeiro_em_o_primeiro_dia_deste_prezente_anno_de_1747	Exemplar fac-similar de Félix Pacheco Referência BN:
"Anno de M.CC.XLVII"	Cataloged as "another issue of this title, with correct imprint date (M.DCC.XLVII); printed (Except t.p. and p. 3-4) from a different setting of type that the issue misdated M.C.XLVII"	M.CC.LXVII	"uu/zentes"; "Residuos"; "Anno de M. DCC.XLVII"; "Fonceca"
			"Relação" (o cidilha não está visível, talvez por ser fac-símile); "foy"; Ao final "2" e chamada "Lo"
	L7 e 8- "Tenente de Mestre // de Campo General "	L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"	L1- "Povo"; L 5 e L6- "Joseph // Fernandes Pinto Alpoim" L19-"dentro"; L7 e 8- "Tenente General de // Mestre de Campo"; ao final "3"
	L19- "cabbido"	L19- "cabido"	L4- "Generaes"; L18- "Jozê"; L19- "Cabido"
			L19- "opprimido,"; "difluxo"; L21- "Povo"
			L.7 e 8 - "e// rogativa"; L8 e L9- "negocio, // sem vexame do povo"; L9 e L10- "gran-//diosa ostentação"; L10 e 11- "os // veo o Doutor"; L14 "execução (a letra u parece ser um 'o' adaptado, nesse exemplar é menos acentuada essacaracterística)"; ao final "A5".
			L3- "fozer"; L15- "André", L17- "Cavllaria" L24- "hmma"
			L13- Estandar-//te; L16- "Jozê"
			L1- "e à por-//ta"; L18- "pessoas"
			L9- "só", L17- "formozura"
			L9- "admiração , e de" ; L19- " , deprata," L23- "branda sera"
			L4- "5. palmos"; L12-"só"; L17- "Reverendissima"; L18 e 19 - "7. Arco , que // L20 e 21 "Justças , // cuja"; L22 e 23 "a Minerva tan- // to";
			L12- "espiri-// tos"; L16- "Ma-// lheiros"; Chamada "Excel-"
			L23 e 24- "acompanhando a// mesma osculação o Estandarte , a receber de // sua // sua Excellencia Reverendissima"
			L1e L2- "sua Excellencia Reverendissima, participan-// do a mesma graça. " L18 "Sé"
	p. 20 catchword: "EX-"	Não existe chamada para o texto da página seguinte. Page 20 has no catchword	L5- "habita- //ção"; Não existe chamada para o texto da página seguinte.
			"E"(cap.)sta conforme o seu Original Col-//legio do Rio 7. de Fevereiro de 1747.// Christovão Cordeiro"

Legenda:

L = Linha

p. = Página

Cores de fundo iguais = Páginas com mesmo conteúdo em exemplares diferentes

Células sem preenchimento = Páginas iguais em todos os exemplares consultados ou exemplares ainda não consultados

Tabela comparativa entre os exemplares do *Relação da Entrada...*

Anexo V



Primeira página do conjunto de louvores poéticos ao bispo Antônio do Desterro Malheiro que se encontra da Coleção Barbosa Machado, *Elogios Oratórios e Poéticos dos cardeais, arcebispos, bispos e prelados portugueses*, [Lisboa], s. n. t., t. II, p. 207-220. BNB, Seção de Obras Raras, cota 24, 1, 9, n. 22

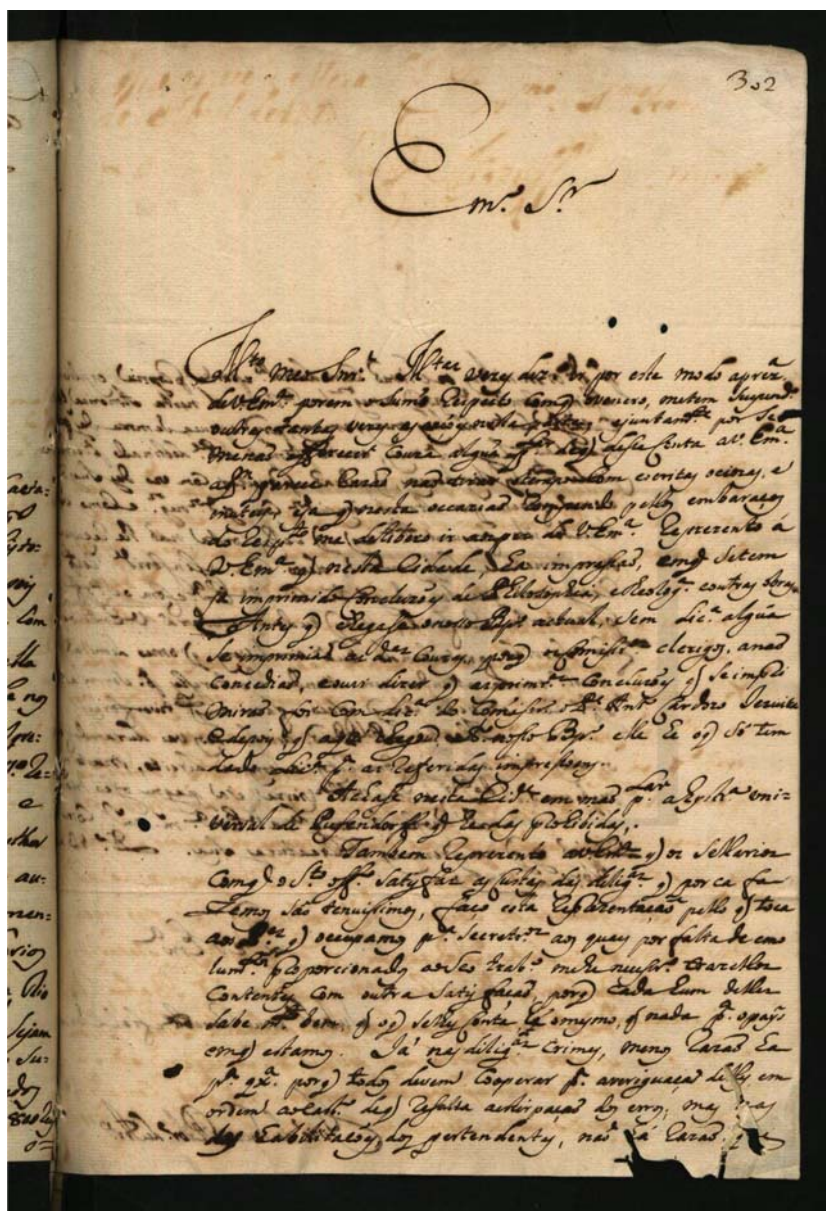
Anexo VI

Escrevase aos Governadores do Estado do Brasil, que por constar, que deste Reino tem hido quantidade de letras de imprensa para o mesmo Estado, no qual não he conveniente se imprimão papeis no mesmo tempo em que delle devem hir as Licenças das Imquiziçam e do concelho, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras pelo que se lhe ordena que constandolhe, que se achão algumas Letras de imprensa nos Limites dos Governos de cada hum de lhes as mandem seqüestrar, e remeter para a mesmas Letras e aos officiaes de imprensa que houver para que não imprimão, nem consintão para a dita impressão, cominandolhe a penna de que fazendo o contrario serão remetidos prezos para este Reino a ordem do Conselho Ultramarino para se lhes imporem as pennas em que tiverem incorrido na conformidade das Leys, e ordem de S. Magestade; E aos Ouvidores, e Ministros mandem intimar esta mesma ordem da parte de S. Magestade para que lhe dem a ua devida [... execussam?] e as facção registrar nas suas ouvidoria. Lisboa 10 de Mayo de 1747”

Anexo VII

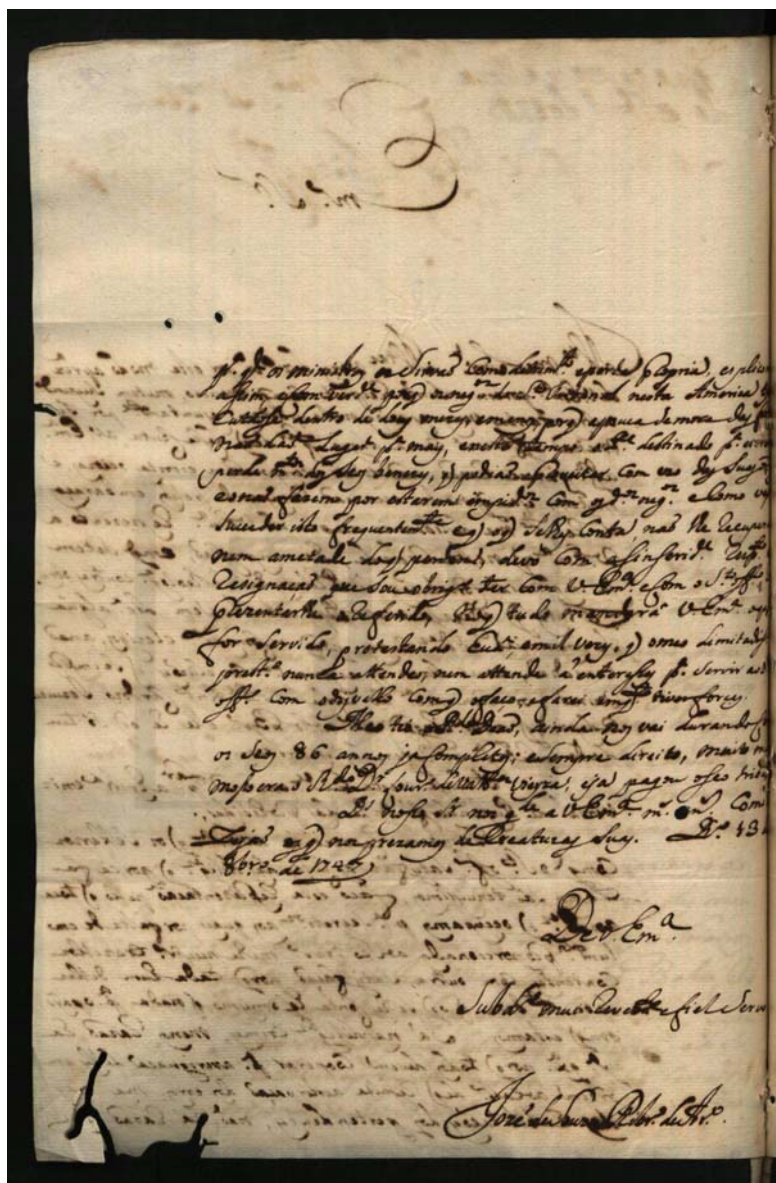
Faço saber a vós, governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro, que por constar que d'este reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de Letras de imprensa, no qual não he conveniente se imprimão papeis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem ao seu officio, aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podem hir impressos os livros e papeis ao mesmo tempo, em que D'elle devem hir as licenças da Inquisição e do meu Conselho Ultramarino, sem a quaes se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se achão algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis seqüestrar e remeter para este reino, por conta e risco de seus donos, e entregar a quem elles quizerem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos officiaes da imprensa que ouve, para que não imprimão nem consintão que se imprimão livros, obras, ou papeis alguns avulsos sem embargo de quaesquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino, para se lhes imporem as penas, em que tiverem incorrido, e aos que lhe dem a sua devida execução e a facção registrar na suas ouvidorias [...]”

Anexo VIII



Denúncia de outubro de 1747, ao Conselho Geral do Santo Ofício de Lisboa, de autoria do padre José Ribeiro de Araujo (frente) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo do Santo Ofício, Ordens do Conselho Geral, Inquisição de Lisboa, Livro 817, fls. 302 e 302v. Cota: PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1061 e PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1062, disponível em: <http://digital.q.dgarq.gov.pt/results?t=PT-TT-TSO-IL-027-0817>, acesso em 17/05/2012

Anexo VIII (cont.)



Denúncia de outubro de 1747, ao Conselho Geral do Santo Ofício de Lisboa, de autoria do padre José Ribeiro de Araujo (verso)

Anexo IX



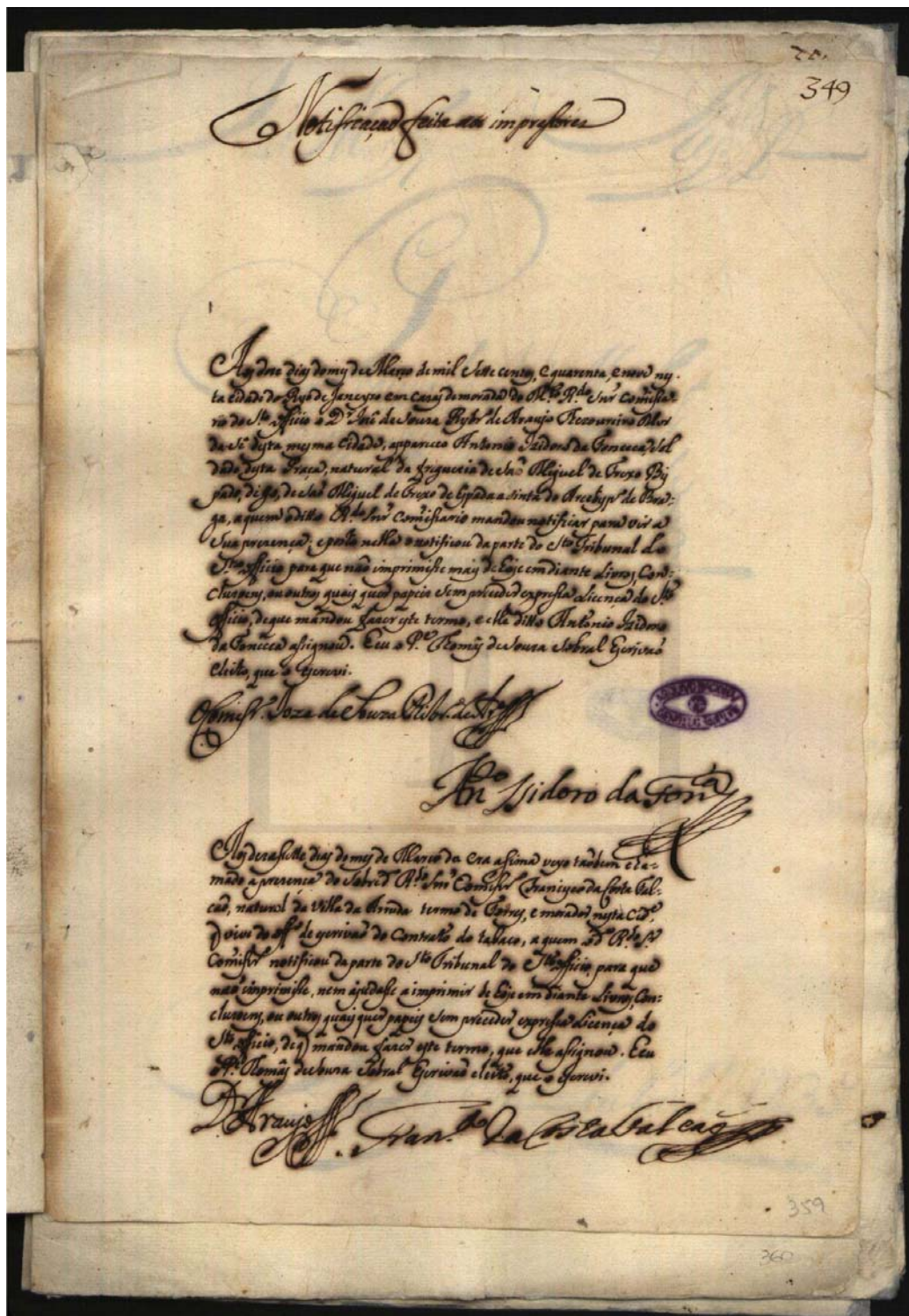
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario... depositado no Museu e Arquivo Histórico da Cidade de Catas Altas da Noruega, MG

Anexo X



Parecer da Mesa da Inquisição de Lisboa de 23 de março de 1748, recomendando a repressão à tipografia no Rio de Janeiro, Arquivo Histórico Ultramarino,. Fundo do Santo Ofício, Ordens do Conselho Geral, Inquisição de Lisboa, Livro 817, fls. 303-303v. Cota: PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1059 e PT-TT-TSO-IL-027-0817_m1060, disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/results?t=PT-TT-TSO-IL-027-0817>, acesso em: 17/052012.

Anexo XI



Notificação aos impressores de março de 1749, assinada no Rio de Janeiro por Antônio Isidoro da Fonseca e Francisco da Costa Falcão, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, Cadernos do Promotor, livro 301, fl 349, 1723-1749. Cota: PT-TT-TSO-IL-030-0301_m0720, disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/results?t=PT-TT-TSO-IL-030-0301>, acesso em: 17/05/2012

Anexo XII

Senhor

Diz Antonio Izidoro da Fonseca, que sendo preciso ao supplicante o passar ao Rio de Janeiro, e assentar ali huma imprensa na qual imprimisse alguns papeis volantes e concluzoens sem que disso se seguisse prejuízo a terceira pessoa, offença às Leys de V. Magestade, mas utilidade publica por não haver naquelas partes outra impressão, se lhe prohibiu o uzo della por ordem de V. Magestade foi o supplicante mandado sahir do dito Rio de Janeiro como com effeito sahio e se acha nesta Corte. E porque recebe nisto grande prejuizo, porque para outra vez se estabelecer na Corte, se não acha com meynos prompts, nem faceis – [poder] destes a sua caza e a sua Officina, assim para satisfazer a alguns Credores, como para a assentar no dito Rio de Janeiro com o intento de ganhar o que lhe era preciso para se sustentar e a sua mulher, sem que nisto se offendesse como já disse, nem a ley do Reino nem interesse particular, ou publico, como pode informar o Governador daquele Estado, que sem duvida não permitiria que o supplicante praticasse este exercicio se delle se seguisse consequencia alguma prejudicial ao bem comum, e ainda particullar e muito mau ao serviço Real de V. Magestade, e nestas circumstancias, e certezas espera o supplicante da Real clemencia de V. Magestade que não offendendo o supplicante com este modo de vida (a que o precisa à sua honra, e a obrigação de sustentar a sua caza) o bem commum nem as leys de V. Magestade lhe faça mercê levantarlhe a prohibição que se lhe pôs para effeito de que o supplicante possa estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro na mesma forma e para o mesmo fim, de que [...] della ou na Cidade de Bahia, e se necessario for fará termo com as penas que V. Magestade for servido imporlhe, de que não imprimirá livros sem licenca de V. Magestade e do Santo Ofício, nem outro algum papel de que se siga dano ao Reino, ou a algum Vassalo delle.

Suplica a V., Magestade lhe faça mercê attendendo às circumstancias referidas conceder ao supplicante a licença que pede debaixo do termo a que se offerece. E Receberá Mercê

Reprodução parcial do conteúdo da petição ao Conselho Ultramarino, enviada por Antônio Isidoro da Fonseca em novembro de 1749 e escusada em maio de 1750, Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cat. 14762, apud: ABN, n. 1, vol. 50, 1928, p. 121